



Prefeitura Municipal do Passo de Torres
Conselho Municipal de Política Cultural
Estado de Santa Catarina

DOSSIÊ

VALE SAGRADO

DO MAMPITUBA

VALMIR AUGUSTO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL
KARINI COLARES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
E CULTURA
JAIME BATISTA
DIRETOR DE CULTURA



O SAGRADO VALE DO MAMPITUBA

Idealização:
Conselho Municipal de Política Cultural Passo de Torres/ SC

Execução: Débora Fernandes¹

Polígono do Vale do Rio Mampituba²



Passo de Torres
2022

¹ Pedagoga, ativista cultural, membro do Centro de Estudos Históricos de Torres e Região.

² Fonte Geraldo Medeiros – O Vale Sagrado do Mampituba - 2019

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PASSO DE TORRES

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

I. Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual e Comunicação:

- a) Titular: Jonas Flausino
- b) Suplente: Norberto da Rosa Castro

II. Artesanato e Cultura Popular:

- a) Titular: Marilene de Souza
- b) Suplente: Ornélio Edvino Becker

III. Música e Dança:

- a) Titular: Ana Paula Barbosa
- b) Suplente: Rodrigo Maciel Silva

IV. História, Literatura, Patrimônio Material e Imaterial:

- a) Titular: Adriana Scheffer Teixeira
- b) Suplente: Manuel Roberto Escobar

V. Associações e Entidades Culturais:

- a) Titular: Joaquim Luiz dos Santos Moncks (Repr.da Casa do Poeta Brasileiro - POEBRAS - Nacional)
- b) Suplente: Paulo Cezar Timm (Representante da Casa do Poeta do Vale do Mampituba)

VI. Colônia de Pescadores Z-18:

- a) Titular: Adriano Delfino Joaquim
- b) Suplente: Denise Delfino Joaquim

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

VII. Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- a) Titular: Jaime Luís da Silveira Batista
- b) Suplente: Joseane Teixeira Maciel

a) Titular: Eliana Santos da Rosa Lummertz

- b) Suplente: Karini Lummertz Colares

VIII. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social:

- a) Titular: Ana Lucia Clos Carvalho Joaquim
- b) Suplente: Aline Andressa dos Santos Grossmann

IX. Secretaria Municipal de Pesca:

- a) Titular: Ademilson Batista da Silva
- b) Suplente: Bruno Zollin Fernandes

X. Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

- a) Titular: Roger Santos Maciel
- b) Suplente: Ágata Antônio de Quadros

XI. Biblioteca Pública Municipal:

- a) Titular: Vera Eni da Silva de Bovi
- b) Suplente: Elisandra Lourenço de Souza Siqueira

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO.....	9
O VALE SAGRADO	13
MUNICÍPIOS DO VALE DO MAMPITUBA	14
AS DIVERSAS REGIÕES NO VALE DO MAMPITUBA.....	15
AS TRÊS REGIÕES DA SERRA GAÚCHA E SUA LIGAÇÃO COM O VALE DO MAMPITUBA via São Francisco de Paula e Mampituba	15
O PROJETO GEOPARQUE CÂNIIONS DO SUL.....	16
ASPECTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS	18
O DESAPARECIMENTO DOS ÍNDIOS.....	18
SUBSTRATO AÇORIANO	19
RAÍZES AÇORIANAS	19
ESTRADA MILITAR	20
ROTAS DO SOL E DO MEL.....	21
CAMINHO DOS VALES	22
BUGRES.....	24
AS LAGOAS DE TORRES	27
CRISTÓVÃO PEREIRA DE ABREU (1678-1755)	28
O CARRO DE BOI	34
UMA VIAGEM DE SONHO Eduardo Festugato	34
LENDAS MORTAS & LENDAS VIVAS DO VALE DO MAMPITUBA	36
Lendas Mortas	36
Candinho Baiano: um homem bom taxado de bandido	36
Paulino, Carreteiro de profissão	37
O Santo Preto de Torres	37
MÃE MARIA: a escrava que foi princesa.....	38
O HOMEM SECO DA IGREJA MATRIZ.....	38
GILMAR O ELETRICISTA: Não Enxerga, Mas Vê	39
HOMENS AO MAR: Irê, uma Lenda Viva.....	39
NÁUFRAGO DO PAREDÃO: Kideeeeeê	41
MAIS LENDAS POR BENTO BARCELOS DA SILVA	42
TERRITÓRIO DOS BUGRES.....	42
FRÁGEIS FORTES	43
VIDA E FELICIDADE	43
FELICIDADE E JOANNA	44
DINDINHA VELHA	45
FELICIDADE E JOANNA	45
NEGRA ROSA BANDIDA.....	45
NAÇÃO DO SOL.....	46
VALE DO MAMPITUBA – Municípios.....	48
1 – SANTA CATARINA	48
1.1 – ARARANGUÁ.....	48
História.....	49
LEITURA COMPLEMENTAR	50
ARARANGUÁ QUER SER ANEXADO AO RIO GRANDE	50
1.2 – BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA.....	51
Atrativos	52
Como tudo começou	52
1.3 – BALNEÁRIO GAIVOTA	54
1.4 – ERMO	54
1.5 – JACINTO MACHADO	55
História.....	55
1.6 – PASSO DE TORRES	56
O Passo de Torres	56
História.....	61

Dados Gerais do município	61
O PATRIMÔNIO CULTURAL	63
Patrimônio Cultural Material	66
No município de Passo de Torres podemos citar como exemplo de Patrimônios Culturais Materiais:66	
Patrimônio Histórico: Arquitetura	66
Ruínas da primeira casa de Passo de Torres.....	66
.....	67
Arquitetura Religiosa	67
Arquitetura viária	69
Ponte Pênsil atual	69
Molhes do Mampituba	69
Monumentos	71
O Açorita	71
Mural da História da Pesca	73
Espaços Culturais	74
Biblioteca	74
A Patrona Ney Azambuja	74
Praça pública com representatividade.....	76
Praça dos Pescadores (Fonte: Acervo de Wagner Machado, 2015)	76
O PATRIMÔNIO IMATERIAL	76
Manifestações Folclóricas	77
Terno de Reis	77
Pau-de-fitas.....	78
Grupo Folclórico Municipal Dona Finoca de Passo de Torres	78
Festival do Folclore - APAE - Passo de Torres.....	80
Manifestações Culturais	81
Artesanato.....	81
Feira Agro Cultural	81
Música	82
Coral Municipal de Passo de Torres.....	82
Brique + Cultura no Passo	83
LEITURAS COMPLEMENTARES	85
FORMA-SE O PASSO DE TORRES.....	85
ORIGENS DO PASSO (I).....	86
ORIGENS DO PASSO DE TORRES (II)	87
ORIGENS DO PASSO (III).....	87
ORIGENS DO PASSO (IV)	88
ORIGENS DO PASSO (v).....	89
ORIGENS DO PASSO (VI)	89
HISTÓRICO DE PASSO DE TORRES.....	90
Formação Administrativa.....	93
A HISTÓRIA DA PONTE QUE DESABOU COM POLÍTICOS, CURIOSOS E ATÉ O PADRE DURANTE A INAUGURAÇÃO	94
TROVAS DA “TRAGÉDIA”	98
CRÔNICAS DA CIDADE – PASSO DE TORRES SURPREENDE	99
PASSO DE TORRES, CIDADE PROGRESSISTA.....	100
MINHA CIDADE	101
AMOR E PAIXÃO.....	102
NO DIA DOS NAMORADOS TODOS SE COMOVEM	102
1.7 – PRAIA GRANDE	104
PRAIA GRANDE: A CAPITAL CATARINENSE DOS CANYONS.....	105
HISTÓRIA DE PRAIA GRANDE	105
1.8 – SANTA ROSA DO SUL	107
História.....	107
1.9 - SÃO JOÃO DO SUL	109
PARQUES NACIONAIS	109
Turismo.....	110

1.10 – SOMBRIO	110
História	111
O nome	111
LEITURAS COMPLEMENTARES	112
1.11 – TURVO.....	112
HISTÓRIA	113
PRINCIPAIS EVENTOS	117
Festa do Colono.....	117
Festa de Nossa Senhora da Oração	117
Festa em honra a São Peregrino.....	117
O CINEMA NO TURVO/SC: DO PEQUENO PROJETOR AO CINEPAX13	118
2 - RIO GRANDE DO SUL	120
2.1 – DOM PEDRO DE ALCÂNTARA	120
História.....	120
LEITURAS COMPLEMENTARES CIDADES NOVAS, NOME NOVOS.....	120
O "TESOURO" da Colônia São Pedro.....	121
OS FANTASMAS DA COVA FUNDA	123
OS ALEMÃES E A CACHAÇA	123
A CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO	127
A GRUTA DE NOSSA SENHORA DE LOURDES.....	128
2.2 – CAMBARÁ DO SUL	129
História.....	130
Turismo	130
LEITURAS COMPLEMENTARES TAIMBEZINHO-TORRES	131
2.3 – MAMPITUBA	132
História.....	132
CASCATA ALTO RIO DE DENTRO	133
TRILHA DO MORRO BICUDO.....	133
PEDRA BRANCA	133
MIRANTE DO BELVEDERE COSTÃOZINHO.....	133
SANTUÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA	133
SÍTIO ESTÂNCIA TROPEIRA – ANTIQUÁRIO MUSEU DA ESTÂNCIA	133
ROTEIROS RURAIS	134
LEITURAS COMPLEMENTARES	134
MAMPITUBA : CIDADE DOS VALES E DAS CASCATAS.....	134
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA.....	135
DÉCIMA ENCHENTE DE 1974.....	137
2.4 – MORRINHOS DO SUL.....	138
História.....	138
LEITURAS COMPLEMENTARES:	139
O QUILOMBO DE MORRINHOS	139
MORRINHOS DO SUL/RS. BELEZAS NATURAIS ENTRE MORROS, SERRAS E CAMPOS.....	140
ATRATIVOS TURÍSTICOS:	140
O RIO DOS NEGROS:.....	140
PIXIRICA:.....	141
CASCATA DA TAJUVAS:	141
ENGENHO DE CACHAÇA DA PERDIDA:	142
BICO DO MORRO DO FORNO:	142
FESTA ESTADUAL DA BANANA E FESTA MUNICIPAL DO ARROZ:	143
2.5 – SÃO FRANCISCO DE PAULA	143
História.....	143
TURISMO.....	144
LAGO SÃO BERNARDO.....	144
PARADOURO ROTA DAS BARRAGENS.....	145
BARRAGENS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	145
PARQUE DAS 8 CACHOEIRAS	145
PARQUE DA CACHOEIRA (PASSO DO INFERNO)	149

PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS.....	149
LIVRARIA MIRAGEM – A MAIS BELA LIVRARIA DO SUL DO BRASIL.....	149
1.6 – TORRES	150
HISTÓRIA.....	151
Torres: O que queremos?	153
UNIDADES de CONSERVAÇÃO e RESERVAS ECOLÓGICAS REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS.....	155
PARQUE ESTADUAL DE ITAPEVA	155
PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZEMBERGER	157
PONTOS TURÍSTICOS	157
PRAIA DA ITAPEVA.....	157
PRAIA DA GUARITA.....	157
PRAIA DA CAL	158
PRAIA DO MEIO OU PRAINHA.....	158
PRAIA GRANDE.....	159
PRAIA DOS MOLHES.....	159
MOLHES DA BARRA.....	159
PONTE PÊNSIL.....	159
MORRO DO FAROL OU TORRE NORTE	160
SANTINHA.....	160
TORRE DO MEIO OU MORRO DAS FURNAS.....	160
LAGOA DO VIOLÃO	161
IGREJA MATRIZ SÃO DOMINGOS.....	162
OUTRAS ATRAÇÕES.....	162
OBSERVAÇÃO DE BALAEIAS FRANCCAS	162
FESTIVAL INTERNACIONAL DE BALONISMO.....	162
PASSEIO DE BARCO.....	163
LEITURAS COMPLEMENTARES	163
PARQUE DA GUARITA COMPLETA 50 ANOS EM 2021: conheça a.....	163
TORRE DO MEIO: ENTRE OS ENCANTOS E HISTÓRIAS DAS FURNAS	165
Contra o lixo nas Furnas!	166
O Marégrafo de Torres.....	167
2.7- TRÊS CACHOEIRAS	168
HISTÓRIA.....	168
FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	169
LEITURAS COMPLEMENTARES	169
TRÊS CACHOEIRAS	169
PRAINHA E CASCATAS QUE DERAM NOME A TRÊS CACHOEIRAS:.....	170
2.8 - TRÊS FORQUILHAS	175
HISTÓRIA	176
TURISMO	177
LEITURAS COMPLEMENTARES	177
A COLÔNIA TRÊS FORQUILHAS	177
CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS: TURISMO DE CASCATAS	178
BIBLIOGRAFIA.....	181

APRESENTAÇÃO

Esta publicação atendeu a uma ideia ceuada no Conselho de Política Cultural de Passo de Torres nos últimos meses, quando foi se desenhando a necessidade de uma referência regional para o planejamento de ações culturais no município. Primeiro pensou-se no Eixo Torres – Passo de Torres mas, à medida que acompanhávamos os debates na Casa do Poeta do Vale do Mampituba, sediada no Passo, e a visão de escritores locais sobre a importância de se valorizar todo o Vale do Mampituba, fomos percebendo a necessidade de se identificar melhor os elementos político-administrativos e culturais das cidades situadas no curso do Rio Mampituba e seus afluentes. Muito contribui para isso a inauguração do Monumento ao Açorita Pescador inaugurado em 2020, obrigando-nos a perceber os estreitos laços do litoral sul do país, onde nos situamos, com os açorianos que ocuparam de Laguna em Santa Catarina até o município de Rio Grande no Rio Grande, passando pela forte presença de 60 casais açorianos na fundação de Porto Alegre. Esse fato nos remeteu a várias cidades aqui no entorno. Depois fomos percebendo, também, a importância de outros grupos que por aqui aportaram, como os tropeiros gaúchos, sob a liderança pioneira de Cristovam Pereira de Abreu, na primeira metade do século XVIII. Vieram, com o tempo – e continuam a chegar – outros grupos étnicos e culturais que vão se somando à fértil experiência humana na região. É notório, entretanto, que, até em decorrência das variações geográficas – serra, vale e litoral – os distintos municípios foram se desenvolvendo sem grande articulação, nem com o Rio, nem com as comunidades que os ocupavam. Mais recentemente, por exemplo, somou-se a esta variedade de cidades como Três Cachoeira, à margem da BR 101, inteiramente voltadas aos interesses desta rodovia. Isso tudo levou-nos a inspirar a montagem deste primeiro dossiê dos municípios que integram o Vale do Mampituba com o objetivo de ir criando, pela informação e eventual mobilização cultural, um estado de espírito propriamente regional. Para tal desafio ofereceu-se Débora Fernandes, ex-Diretora de Cultura de Torres e autora do importante TORRES EM CRÔNICAS, Casa do Poeta de Torres, 2019, que o cumpriu magistralmente. Este é um passo decisivo para a valorização desta vasta área no sul do país, a qual deverá compor um dos mais promissores polígonos, senão o mais, de desenvolvimento do turismo doméstico. Estamos, na verdade, empolgando, no Vale, três grandes e consagrados polos turísticos, a saber, a Serra Gaúcha, com epicentro em Gramado (RS) – mas que se estende até São Francisco de Paula, onde nasce o Rio Mampituba, os Grandes Cânions, com a capital em Praia Grande (SC), que se espraiam sobre as terras férteis de São João do Sul, Mampituba, Santa Rosa e Sombrio, para só falar nas mais próximas, e o litoral, onde desponta a centenária Torres, como a mais bela praia do Rio Grande do Sul. Sobre este último círculo já bastante integrado, somam-se outros mais, igualmente banhados por afluentes do Mampituba e potencialmente passíveis de incorporação mais efetiva ao futuro PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO VALE SAGRADO DO MAMPITUBA, como Araranguá, Turvo, Ermo e Jacinto Machado, todos com fartos atrativos turísticos dignos de menção. Este dossiê, fadado a cumprir o destino de chamar a atenção sobre nossa Região como um todo revela um conjunto de 18 municípios, 10 deles em Santa Catarina e 8 no Rio Grande do Sul com elevado potencial de renda e invejáveis índices de IDH, oferecendo-se como um ponto de partida para novas pesquisas sobre o potencial turístico, histórico e cultural de seus municípios. Além de informações básicas dos respectivos municípios o dossiê incorpora informações sobre a história, lendas e autores. Neste sentido, é pensamento do Conselho apoiar a realização do IV FAROL LITERÁRIO DE TORRES E REGIÃO, um evento cultural já consagrado e que reúne anualmente, desde 2017, escritores de várias partes do Brasil na vizinha cidade, trazendo-o para uma realização simultânea em Torres e Passo de Torres. Para tanto, estamos estimulando os realizadores do evento, que membros deste Conselho de Cultura, a se mobilizarem de forma a lançar em fins de agosto do corrente ano a I COLETÂNEA DE ESCRITORES DO VALE DO MAMPITUBA. Tal evento poderia coincidir com a I FESTA DO LIVRO DO PASSO DE TORRES, frustrada pela pandemia no ano que passou.

Na expectativa, enfim, de estarmos contribuindo para a valorização do VALE DO

MAMPITUBA e para a crescente importância da cultura no desenvolvimento de suas comunidades, entregamos este dossiê à apreciação dos Prefeitos da Região, dos centros de promoção da cultura em suas respectivas cidades, dos empreendedores sensíveis à investimentos na área e aos jornalistas, escritores e artistas. A Marlon Selva, artista plástico e escritor residente em S. João do Sul agradecemos ideia sua, registrada no seu livro Travessia, de consagrar o Vale do Mampituba com o qualificativo “Sagrado”.

Paulo Timm

Coordenador da Casa do Poeta do Vale do Mampituba
– sediada em Passo de Torres
– membro do Conselho Municipal de Políticas
Culturais do Passo de Torres

PREFÁCIO

O Vale Sagrado do Mampituba

Lembro de quando conheci Torres. Foi pelos meados dos anos 1960.

Torres representava um certo mito. Ainda não havia entre as pessoas o fascínio por “praia”, que hoje mobiliza multidões. Mesmo estando a pouco mais de

20 km do mar em linha reta, minha família era a única família turvense que veraneava na praia, aproveitando a casa que meu avô possuía em Arroio do Silva, então um pequeno balneário no município de Araranguá. Ali desenvolvi minha atração pelo mar.

O que atraía em Torres era algo próximo do mítico, que impunha um certo distanciamento e respeito. Em primeiro lugar, era no Rio Grande do Sul, o que significava ser algo diferente. Para quem era nascido em meio aos descendentes dos imigrantes italianos desta parte de Santa Catarina, tudo o que era do Rio Grande do Sul era, em princípio, diferente, apesar da proximidade geográfica. Turvo, que então ainda incluía Timbé do Sul como seu distrito, confinava com o município de Bom Jesus, o primeiro vilarejo do outro lado da divisa entre os dois estados, depois de findar a aventureira subida da Serra da Rocinha, tinha um nome que instigava a imaginação: Capela dos Ausentes. Tudo a ver com a paisagem: campos ondulados onde o céu, no horizonte, parecia apoiado no chão, araucárias e antigas taipas de pedra que se estendiam a perder de vista, e, de repente, nevoeiros que, vinham do nada e escondiam tudo. Não havia como não transportar a imaginação de uma criança já de si meio fantasiosa.

E os serranos, nossos gaúchos mais próximos, eram uma gente diferente. Muito diferente! Quando desciam a Serra a cavalo, levando suas tropas de gado para Araranguá, eram inconfundíveis na vestimenta, nos gestos, no falar e na espontaneidade franca. Traziam um queijo forte, muito diferente do nosso queijo colonial, que vendiam nos armazéns e eu gostava muito. Muitos não gostavam. Minha mãe, que quando podia fazia seus queijos, olhava desconfiada. E não conheciam bananas! Isto é, conheciam a fruta, porque compravam pelo caminho, mas a maioria nunca tinha visto uma bananeira! Uma vez um vizinho nosso, trocista, explicou a um serrano que bananeira era igual a figueira, “quando o cacho de bananas está maduro tu sobe na árvore e corta”.

Mesmo não sendo na Serra, Torres era no Rio Grande do Sul. E havia aqueles rochedos à beira-mar, com aquela torre no meio, formando uma paisagem que rivalizava com o que tínhamos de mais próximo, o Morro dos Conventos. E era longe! Pelo leito coberto de cascalhos da “estrada federal” a viagem era demorada. Mesmo assim, a diretora do Grupo Escolar Prof. Jorge Schultz resolveu reunir suas quatro turmas de alunos em um ônibus para uma excursão a Torres. Foi quando a conheci a cidade. Piquenizamos na Praia da Guarita, onde, com mais dois colegas, protagonizei uma das grandes aventuras da minha vida: escalei a torre central até o topo, onde, orgulhosamente, comi meu sanduíche de mortadela acompanhado de guaraná!

E assim Torres ficou na minha memória, como lugar alcançável pela aventura.

Este sentido de aventura, que aproxima o que parece afastado, é o que é proposto neste dossiê sobre o território do Vale do Mampituba.

Territórios são restos de ações humanas associadas aos caprichos da topografia, já disse alguém. O extremo-sul catarinense e o nordeste gaúcho formaram-se como um território único, resultado da ação de militares que, partindo de Laguna, exploravam a extensa faixa de litoral rumo ao sul, isto desde o século XVIII, quando o limite meridional das possessões portuguesas, depois Império do Brasil, ainda eram incertas e disputadas com os espanhóis. A eles somaram-se os tropeiros – não raro os personagens eram os mesmos – que, pelo Caminho da Praia, atravessavam a barra da lagoa em Rio Grande, e, avançando pelo grande istmo que separa a Lagoa dos Patos do mar, atravessavam o Mampituba e, já na barra do Araranguá, rumavam

para o interior. Para isto abriram a Estrada do Conventos, que ligava Araranguá a Curitiba, passando pelos Campos de Cima da Serra. Entre os restos das suas ações, a estrada escavada no paredão rochoso do Morro dos Conventos, permitindo atravessá-lo em direção ao interior para, costeando o Rio Araranguá e seus afluentes até encontrar vau e então alcançar a Serra da Rocinha, depois os Campos de Cima da Serra e então seguir rumo norte, testemunha a continuidade de um território que começava nas lonjuras dos pampas sulinos. Hoje aquela estrada é uma charmosa rua de balneário, e a memória das suas origens perdeu-se.

A perda começou com o desuso. A fundação de Lages no planalto, muito a oeste, como pouso protegido para as tropas, por paulistas interessados em promover um caminho de melhor topografia mas sujeito a ameaças de bandoleiros, fundou novo território, mais promissor. O caminho do litoral foi praticamente abandonado, e as cidades surgidas no seu percurso, associadas à movimentação de tropas, vacuns ou militares – Torres, Araranguá... – ficaram estagnadas. Mesmo Laguna, mais ao norte, de fundação planejada como posto estratégico para garantir a expansão ao sul via litoral, foi vítima do mesmo destino.

A perda completou-se quando, sobre o antigo território, organizou-se outro, mais restrito, o dos imigrantes, que floresceu principalmente do lado catarinense. As ações destes sobre a topografia foram fundacionais. O que havia acontecido até então não lhes dizia respeito, e mesmo o que estava acontecendo não se integrava ao território que estavam construindo. Gaúchos da Revolução Federalista ainda incursionaram pelo antigo território, chegando a controlar a vila de Orleans lá por 1894. Mas o antigo e o novo já eram, por assim dizer, estanques, do que deram prova dois jovens da nova Colônia Leta do Rio Novo que, numa noite, retornando da vila de Orleans, onde haviam buscado mantimentos, encontraram um soldado federalista e o mataram. Não por qualquer simpatia com a causa castilhistas, da qual provavelmente sequer tinham conhecimento, mas por se sentirem ameaçados pela presença de um personagem associado a uma violência que, decididamente, não fazia parte do seu mundo.

O território dos imigrantes assumiu outra feição, moldada pela agricultura, que os conectava entre si em pequenos núcleos com forte identidade local, e com as proximidades, através da comercialização dos seus excedentes agrícolas. Apenas os núcleos mais próximos da divisa com o Rio Grande do Sul, menos homogêneos, mantiveram alguma relação com os municípios do estado vizinho. Os demais passaram a ver-se como integrantes do Vale do Araranguá, e a própria cidade que dá nome ao novo território já havia perdido sua memória de antigo pouso de tropas vindas do sul. O Mampituba, que havia sido elo de união, passou a marcar fisicamente a divisão – não apenas geográfica, mas histórica, de territórios. Do lado catarinense o Vale do Araranguá formou-se, decididamente, como um território de imigrantes e seus descendentes, cuja memória coletiva mal alcança o ano de 1900, desconhecendo, salvo por relatos históricos dispersos, o século e meio de história anterior do Vale do Mampituba.

Para as comunidades de imigrantes e as primeiras gerações de seus descendentes, a orla marítima, desprovida da memória coletiva que outrora lhe dera sentido, era uma espécie de *no man's land*. A imensa praia de dunas a perder de vista, batida pelo vento na maior parte do ano, não tinha nenhum atrativo especial. Ela foi apropriada inicialmente como caminho natural para empreendedores mais ousados que se aventuravam em busca de conhecimentos ou conato de negócios no vizinho estado do sul, economicamente mais organizado. Um exemplo, foi por esta rora que, em 1918, um jovem filho de imigrantes letos nascido na virada do século empreendeu uma viagem até a longínqua cidade de Estância Velha, nas cercanias de Porto Alegre, com o objetivo de aperfeiçoar-se nas técnicas de curtimento de couros. O objetivo final era estabelecer-se no ramo quando do seu retorno, retomando a profissão de seus antepassados na Letônia. A viagem, partindo de Araranguá em carroça pela praia até Torres, dali em barcas pelas lagoas que pontilham o litoral até Osório, até Porto Alegre e finalmente Sapucaia do Sul, levou uma semana, dia por dia. Mas a odisseia compensou, dando origem a uma indústria de couros no Vale do Araranguá lá pelos inícios dos anos de 1920.

Imenso e vazio na imaginação daqueles empreendedores, nem por isto o litoral era despovoado. Comunidades de pescadores artesanais descendentes dos antigos açorianos, que inicialmente se estabeleceram na ilha do Desterro, depois desceram até Laguna e foram se espalhando pela faixa litorânea rumo ao sul, pontilhavam o litoral. No passado, haviam sido empregados na pesca das baleias, que, mais ao norte, a partir de Imbituba, chegou a ser uma importante atividade econômica, organizada diretamente pela Coroa Portuguesa, visando a extração do óleo. A decadência da atividade os dispersou pelo litoral, em economias mais ou menos de subsistência. Sua técnica de pescada era um amálgama do saber acumulado nos Açores com o saber dos indígenas. Assim, eram comuns os barcos escavados em grossos, imensos troncos de guapuruvú, construídos segundo os princípios náuticos e o aparelhamento de remos das baleeiras dos Açores. Por si só, um patrimônio cultural, já quase desaparecido.

Aos poucos esses pescadores artesanais integraram-se às economias dos descendentes dos imigrantes. Na safra da tainha, os pescadores mais pobres saíam a vender seu produto em pequenas carroças puxadas a cavalo, enquanto outros, mais capitalizados, exerciam como atravessadores, distribuindo o pescado fresco em caminhões pelas cidades e vilarejos da região. Nas entressafras, o pescado salgado, os caixotes de mariscos e maçambiques passaram a fazer parte do sortimento das vendas pelo interior, inundando-as com seu perfume característico e compondo as primeiras cadeias de valor que, partindo do extrativismo puro e simples, somavam-se a outros itens de produção e comércio locais, formando uma das bases de pequenas fortunas que, posteriormente, garantiram o dinamismo característico de toda a região.

Ainda compondo o mosaico humano resultante dessa superposição de territórios, havia os caboclos. Muito próximos das populações indígenas dizimadas, das quais eram as únicas testemunhas de modos de vida desaparecidos, mantinham-se à margem da sociedade. Os modos ríspidos, o passo apressado com o olhar fixo num ponto indefinido do horizonte, as mulheres envergonhadas mais espiado do que olhando, a mão escondendo a boca durante o riso, atestavam sua inadaptação à vida em público. Mais ou menos nômades, foram os meeiros e agregados que garantiram a primeira mão de obra da agricultura regional em expansão, não raro mudando de lugar ao final de cada período de safra.

Recuperar este mosaico de identidades e memórias coletivas, dando-lhe unidade na diversidade, é o propósito deste dossiê. Daí a propriedade do título: O Vale Sagrado do Mampituba. O “sagrado” remete a uma ordem de coisas e eventos separados da vida comum, uma ordem reservada, inviolável e à qual se deve respeito. Separado, por certo, do território fundado pelos imigrantes, e certamente inviolável na memória mantida – e contida! – dos descendentes que povoaram o antigo território naqueles tempos idos.

O que este dossiê propõe é que reconheçamos este “sagrado” como herança comum. Comum e transfronteiriça nas memórias coletivas, que, quase sobrepostas na topografia compartilhada, devem se encontrar e reconhecer-se mutuamente em sua diversidade de origens e experiências, porque isto enriquece o convívio humano. Mas igualmente transfronteiriça por congregar dois estados carregados de uma História comum nas suas origens, formando essa amálgama de catarinenses e gaúchos que se reconhecem numa mesma ancestralidade. Uma ancestralidade de tropeiros, de militares e de imigrantes. Uma História que deve ser sagrada, a bem do futuro.

Além do mais, a topografia deste território constitui um patrimônio paisagístico inigualável! Do litoral aos cânions, das planícies do vale aos impressionantes contrafortes da serra, dos remanescentes da Mata Atlântica aos campos de cima da serra, há o que deslumbrar qualquer visitante! A estes atributos naturais somam-se aqueles das ações humanas, compondo um mosaico de atividades que, embora a predominância das paisagens agrícolas que, por sua racionalidade técnica e eficiência econômica exemplares desafiam o senso comum a respeito da agricultura familiar, incluem atividades que mesclam produção econômica e produção cultural

em expressões as mais variadas, recompondo formas tradicionais de produção da vida.

Nos dias de hoje não se permitirá mais a um guri de dez anos escalar por sua conta e risco o pináculo rochoso do Morro da Guarita. Mas ele estará presente no imaginário de toda gurizada da região, integrado ao limite norte do seu litoral, o Morro dos Conventos, este outro capricho de uma topografia única.

É o que propõe este dossiê sobre o Vale Sagrado do Mampituba.

Porto Alegre, RS, 02/07/2021

Renato Esteckert de Oliveira³

³ Sociólogos, professor aposentado da UFRGS. Nascido em 08/01/1954, é natural do município do Turvo – SC. Ex- diretor presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, ex Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do RS, no governo Olívio Dutra, biênio 2001-2002; Secretário Adjunto do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, no governo José Ivo Sartori, biênio 2015-2016.

O VALE SAGRADO

Joceli Lopes Roldão Editorial – Jornal Fato em Foco
12/07/2019

Quando ouvimos ou vemos a palavra “sagrado” logo vem a nossa mente algo divino, ligado à religião, algo que merece respeito por ser místico ou espiritual. Realmente, quando nos reportamos a palavra “sagrado” queremos dar uma atenção toda especial aquilo que se dá o devido respeito.

Daí quando nos referimos ao habitat onde vivemos, sentimos toda esta magia que temos bem aqui onde vivemos. O Vale do Mampituba, ou melhor dizendo, o “Vale Sagrado”. Uma cadeia de montanhas, rochas, cânions, rios, o mar, e portais que nos levam a outros mundos inimagináveis, algo realmente divino e de uma energia além da nossa imaginação.

Acredito que algum dia “Vale Sagrado” será um título bem aproveitado para esta nossa região, terra que atraiu gente de toda parte do mundo, e que quando chegaram vislumbraram-se com os cânions dos Aparados da Serra e as suas formações basálticas cheias de energia. No passado avistavam-se objetos voadores que saíam dos cânions, nunca ninguém conseguiu explicar, mas muitos viram e até os dias de hoje muito mistério há por entre as rochas da Fortaleza, do Malacara, e do Itaimbezinho.

Um dia quem sabe este “Vale Sagrado” venha ser reconhecido pela Unesco como se deseja, um Geoparque, reconhecido internacionalmente. E que ele venha com tudo que se tem direito, mas principalmente com o respeito que se tem pela natureza, nosso principal tesouro. Temos um dos poucos lugares do mundo com água cristalina para beber e tomar banho, sem nos preocuparmos com a poluição, uma das poucas regiões onde o Aquífero Guarani está praticamente intocável. Nos somos privilegiados em viver em um vale com cinco tipos de ecossistemas naturais, ao nosso redor caem cascatas de água que formam os rios, as lagoas, a mata nativa e o mar complementam a nossa rica fauna e flora. Respiramos aqui um dos ares mais puros do mundo, porque temos uma diversidade de florestas ao longo do Mampituba, apesar do avanço do desmatamento para a pecuária e agricultura.

“Vale Sagrado” é onde eu vivo bem contigo mesmo e com o meu próximo numa energia positiva que herdei dos meus ancestrais, e pretendo preservar e deixar para a minha geração futura, em especial para meu filho Gustavo. Que num futuro não muito distante ele de continuidade a esta preservação e aproveite bem da nossa natureza, obra sagrada de Deus.

Um legado histórico

Uma vez um homem deixou um portal na internet com mais de 2 mil fotos antigas contando a história da Praia Grande e da nossa região. Este homem, o engenheiro Luiz Gonzaga Inácio, quis doar este portal a Prefeitura de Praia Grande, antes de morrer, infelizmente nenhum gestor quis assumir. Hoje, ele ainda está lá, parado e sem atualização, mas existe ainda graças a manutenção de um filho que mora em outra cidade de SC. Tem sido de grande valia para nossas pesquisas, por isso meu agradecimento ao “Zaga” por nos deixar este singelo legado, que apesar de desatualizado existe, com muito conteúdo.

MUNICÍPIOS DO VALE DO MAMPITUBA

Santa Catarina	POP hab.	PIB R\$	IDH
Araranguá	68.867	27.132,74	0,760
Ermo	2.062	40.662,24	0,726
Jacinto Machado	10.376	31.700,91	0,716
Passo de Torres	9.048	19.144,41	0,720
Praia Grande	7.312	21.879,04	0,718
Santa Rosa do Sul	8.378	15.931,64	0,705
São João do Sul	7.315	26.468,77	0,695
Sombrio	30.733	26.167,72	0,728
Turvo	12.990	42.026,53	0,740

RIO GRANDE DO SUL	POP hab.	PIB R\$	IDH
Cambará do Sul	6.406	28.008,65	0,697
Dom Pedro de Alcântara	2.527	21.488,71	0,691
Três Forquilhas	2.669	18.680,71	0,662
Três Cachoeiras	11.115	23.133,56	0,718
Mampituba	2.973	17.811,58	0,649
Morrinhos do Sul	2.919	18.521,64	0,711
São Francisco de Paula	21.801	28.411,70	0,685
Torres	39.064	29.651,94	0,762

TOTAL/ Média	POP	PIB	IDH
	246.554	48.535,83	0,711

AS DIVERSAS REGIÕES NO VALE DO MAMPITUBA

O POLÍGONO BRASIL SUL DE TURISMO – TURIS SUL Previsão de 5 milhões de turistas nas próximas décadas. Providência...

Gramado, junto com Praia Grande, SC, capital dos Grandes Cânions e Torres, a mais bela do RS constituem o tripé de sustentação urbana de um dos maiores e mais promissores Polígonos Turísticos do Continente: SERRA GAÚCHA, CÂNIONS, ROTEIRO DO MAMPITUBA E LITORAL . Mas até hoje nem os Governos respectivos, muito menos os Prefeitos atinaram isso providenciando estudos de mapeamento para submeter ao Governo Federal como ÁREA PRIORITÁRIA.

AS TRÊS REGIÕES DA SERRA GAÚCHA E SUA LIGAÇÃO COM O VALE DO MAMPITUBA via São Francisco de Paula e Mampituba

História

A área era habitada por índios caingangues desde tempos imemoriais, mas estes foram desalojados violentamente pelos chamados "bugreiros", abrindo espaço, no final do século XIX, para que o governo do Império do Brasil decidisse colonizar a região com uma população europeia. Desta forma, milhares de imigrantes, em sua maioria italianos da região do Vêneto e alemães da região do Hunsrück, cruzaram o mar e subiram a serra Gaúcha, desbravando uma área ainda quase inteiramente virgem.

Depois de um início cheio de dificuldades e privações, os imigrantes conseguiram se estabelecer na região, com uma economia baseada inicialmente na exploração de produtos agropecuários, com destaque para a uva e o vinho, cujo sucesso se mede na rápida expansão do comércio e da indústria na primeira metade do século XX. Ao mesmo tempo, as raízes rurais e étnicas da comunidade começaram a perder importância relativa no panorama econômico e cultural, à medida que a urbanização avançava, formando-se uma elite urbana ilustrada e ocorrendo a integração com o resto do Brasil. Durante o primeiro governo do presidente brasileiro Getúlio Vargas, houve uma séria crise entre os imigrantes e seus primeiros descendentes e o meio brasileiro, quando o nacionalismo brasileiro foi enfatizado e as manifestações culturais e políticas de raiz étnica estrangeira foram severamente reprimidas. Depois da Segunda Guerra Mundial, a situação foi apaziguada e brasileiros e estrangeiros passaram a trabalhar concordes para o bem comum.

Regiões culturais

A região das serras é dividida em três regiões culturais: a região gaúcha, a alemã e italiana.

Região gaúcha

Foi a única região das serras que não sofreu a influência dos imigrantes europeus. Aqui a cultura gaúcha permanece predominante, se assemelhando à região dos pampas. Em cidades como Bom Jesus, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes, fábricas de couro e características gaúchas, como a criação de gado e a vida no campo são marcantes, completadas pela paisagem, formada pelos cânions de Itaimbenzinho, Fortaleza e Malacara.

Região alemã

A região alemã, também chamada de Região das Hortênsias, engloba cidades como Gramado, Canela e Nova Petrópolis. Guarda diversos aspectos da colonização alemã. Os primeiros grupos de imigrantes chegaram da Alemanha na primeira metade do século XIX, porém, a colonização efetiva aconteceu na década de 1850, parando nas encostas das serras. Os imigrantes que aqui chegaram, em sua imensa maioria, eram alemães, oriundos da Renânia (Hunsrück), da Pomerânia, Saxônia, Baviera, Prússia e Boêmia.

Pelo fato de a maior parte dos imigrantes ter vindo do Hunsrück, o dialeto que prevaleceu foi o

Hunsrückisch. Ainda hoje, existem muitos falantes da língua alemã nas serras, principalmente nas localidades do interior, embora a maioria hoje em dia fale apenas o português. Além da influência no idioma, os descendentes de alemães preservam as festas e hábitos alimentares, com destaque para o café colonial.

Região italiana

A região italiana, também chamada de "Pequena Itália", engloba cidades como Farroupilha, Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves, Flores da Cunha e Caxias do Sul. Caxias do Sul é a cidade mais populosa da região, mas foi em Farroupilha o ponto de partida da colonização italiana. Esta principiou em 1875, quando ali chegaram os primeiros imigrantes italianos, famílias de Stefano Crippa, Tommaso Radaelli e Luigi Sperafico, sendo considerada o berço italiano do Rio Grande do Sul.

A cultura é praticamente a mesma do Vêneto, região de onde veio a maioria dos imigrantes. O dialeto falado por muitos é o talian, que tem sua origem no Norte da Itália. A produção de uva e vinho, trazida pelos imigrantes, se expandiu por toda a região, tornando-se a base da economia da região italiana do Rio Grande do Sul. Os colonos italianos também trouxeram pratos típicos, que hoje formam a culinária tradicional da região: pratos como sopa de capelete, galetto, polenta frita, radiche com bacon, salada de maionese e massas em geral.

O PROJETO GEOPARQUE CÂNIONS DO SUL



CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL
CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL

www.canionsdosul.org

FACEBOOK @caniosdosul

Email: contato@canionsdosul.org

Vídeo Oficial :





Fotos: Vagner Machado -Fonte: <https://canionsdosul.org> Contato: Consórcio Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul

Sede: Praia Grande – SC : Rua Irineu Bornhausen nº 320
Centro CEP 88990-000

O Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul é um projeto formado por sete municípios dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, abrangendo 73.518 habitantes, que trabalham juntos para garantir oportunidades de um futuro melhor para seus habitantes, especialmente por meio do turismo sustentável.

O território apresenta uma grande diversidade de sítios geológicos de relevância internacional e abrange ecossistemas de especial destaque no cenário brasileiro, além de um rico patrimônio cultural. Por tudo isso, buscamos o reconhecimento como um Geoparque Mundial da UNESCO.

Rio Grande do Sul: → Cambará do Sul
→ Mampituba
→ Torres

Santa Catarina: → Praia Grande
→ Timbé do Sul
→ Morro Grande
→ Jacinto Machado

ASPECTOS CULTURAIS E HISTÓRICOS

O DESAPARECIMENTO DOS ÍNDIOS

Ruy Ruben Ruschel
Torres tem História, p.371
08 de maio de 1991

A história de Torres começou com o extermínio dos nativos. Mas os detalhes do genocídio se mantêm nebulosos. Fazem parte da proto-história, período amorfo que segue à pré-história (Sobre a qual não existem testemunhos escritos) e antecede à história (baseada esta na documentação dos arquivos). As referências sobre o assunto escritas na época são escassas, posto que os causadores do desaparecimento dos índios agiam clandestinamente e nada registravam a respeito; suas caçadas humanas eram criminosas, mesmo à luz das leis de então. Por seu lado, as autoridades coloniais, quase sempre coniventes, fingiam nada a ver. Só os Jesuítas protestavam, mas suas queixas se reduzem a relatórios que morriam nos arquivos da ordem, em Roma, Lisboa e outros centros. Aliás, até mesmo os historiadores preferem esquecer esta página negra dopassado.

Sobre o território de Torres não existem dados específicos. Sequer se tem ideia da população nativa. Seriam algumas centenas? Só uma análise meticulosa dos restos arqueológicos com métodos estatísticos modernos, talvez fornecesse conclusões razoáveis. Mas também este trabalho está cada dia mais prejudicado ante a perda sistemática dos sítios arqueológicos.

Acerca do extermínio, os historiadores dispõem apenas de informes regionais, relativos ao litoral sul de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul genericamente o processo se acentuou nos anos 1600. Em 1635 adquiriu um andamento veloz: neste ano, o Padre Inácio Sequeira previu que a cobiça dos portugueses hoje originaria "a total destruição dos Carijós". De fato, 10 anos depois, a costa inteira estava vazia de gente, o que sabe através dos requerimentos de doação de terras feitos a mão. É que, ao apreciar tais requerimentos, as autoridades exigiam informações de pessoas que conhecessem a zona. Um desses informantes foi o capuchinho Frei Manuel de Santa Maria, que tinha missionados esta Costa e sobre ela depôs: "Está despovoada por os moradores de São Vicente ele haviam ido tirar o gentio que o povoava." Idêntico foi o testemunho do capitão Salvador Tomé de Mealhadas. Outro informante, Manoel Pereira Lobo, com dados recolhidos em dois pontos extremos deste litoral, escreveu:

"As notícias que tenho de Cananéia e Buenos Aires é estarem as terras despovoadas dos gentios que ali existiam e só habitam nela onças e tigres." O Padre Luiz Ferreira de Campos, também falando sobre a mesma costa, informou que "naquelas partes, na beira do mar, não a gentio, senão alguns poucos na Lagoa dos Patos" (Esses poucos seriam restos de Carijós os sobreviventes para lá fugidos, ou talvez Minuanos, cujo processo de destruição só ocorreria no século seguinte).

A dizimação dos nativos resultou de mais de meio século de tráfico de escravos (vide crônica Os Jesuítas no Litoral, p.369). Mas também das doenças introduzidas pelos brancos, para as quais os nativos não tinham em unidades pontos em 1635, por exemplo, o sarampão em todo litoral, bem como no centro e norte de nosso estado matando alguns milhares de índios, segundo conta de relatórios jesuíticos.

Em suma, a história de Torres não contou com a colaboração inicial direta dos nativos, porque previamente haviam desaparecidos. Houve que começá-la numa página em branco...

SUBSTRATO AÇORIANO

Ruy Ruben Ruschel Torres tem História,
p.381 07 de junho de 1991

Se prevalecer a ideia do Prefeito de Tramandaí, o litoral nordeste do nosso Estado se chamará "Região Açoriana". Do ponto de vista turístico a iniciativa é simpática. Atrairá sobre esta costa uma renovada visão cultural. Valores turísticos ainda não explorados seriam trazidos à tona. Tramandaí já promove com êxito festas açoritas. Intercâmbio com Portugal enriquece comunidade litorânea. No último mês de abril veio visitar-nos o próprio Presidente da Região Autônoma dos Açores, acompanhado de secretários e deputados.

Entretanto, será verdade que os municípios que se estendem de Cidreira a Torres foram colonizados por açorianos? Se isso fosse dito de Rio grande e de faixa que vai de São José do Norte a Mostardas, nenhuma dúvida restaria. O mesmo poderia afirmar de várias comunas do litoral catarinense, inclusive Florianópolis. Porém de nossa região, apenas os municípios de Santo Antônio da Patrulha (1771) e Osório (1774) receberam colonos diretamente vindo das Ilhas dos Açores. Quanto aos banhados pelo mar, a ocupação dessa origem foi de segunda mão, isto é, filhos e netos dos originários é que foram aí se instalando; uns poucos nascidos nas ilhas para cá vieram, mas estes saídos de outras regiões de nosso Estado ou de Santa Catarina.

É o caso de Torres, Arroio do Sal e Três Cachoeiras. Nos fins do século XVIII e começo do XIX encontram-se referências, nos documentos de terras e nos registros paroquiais, a diversas famílias de origem açoriana, mas vindos das freguesias catarinenses, de Mostarda e de outros pontos de colonização direta. É o caso de parte dos Martins da Rocha, Cardoso, Rodrigues, Aguiar, Borba, Anjos, Santos, Silva, Souza, Brum, Silveira, Rosa, Mancebo, Mendonça, Luz, Reis, Homem, etc. Aliás, a maioria dos moradores rurais desses três municípios por volta de 1820 eram provenientes dos lugares catarinenses fundados por açorianos, como Enseada do Brito, Vila Nova (Imbituba), São José do Estreito, São Miguel e freguesias da Ilha de Santa Catarina. Portanto, a maioria era formada de famílias com raízes açorianas.

Em todo o caso, examinando os livros de batismo e óbito de Conceição do Arroio relativos a Torres nos começos dos anos oitocentos, encontrei a presença nos campos entre a Lagoa da Itapeva e o mar de três patriarcas açorianos, nascido naquelas ilhas e que aqui vieram morrer, rodeados de filhos e netos:

João Martins da Rocha, falecido em 1810 aos 67 anos, sepultado na matriz de Conceição do Arroio. Era natural da Ilha Terceira (Açores) e foi pai de Francisco Martins da Rocha e sogro de Elias da Silveira, ambos vindos de Desterro e importantes fazendeiros e povoadores da região da Itapeva e Estância do Meio.

José Silveira, natural da Ilha São Jorge ou Faial (Açores), falecido em 1811 com 80 anos, sepultado no cemitério da Itapeva. Parece ter sido descendente do flamengo Wilhelm van der Hagen, a que os açoritas apelidaram Guilherme da Silveira, um dos povoadores daquelas ilhas. José era pai do fazendeiro Alexandre da Silveira, dono de extenso campo ao sul da Itapeva.

José Pereira Brum, natural da Ilha do Pico (Açores), morto em 1813, aos 70 anos. Era do ramo flamengo Bruyn e deixou descendentes nestes municípios.

Os açorianos não vieram direto colonizar Torres, Arroio do Sal ou Três Cachoeiras. Porém, através de seus numerosos descendentes aí radicados desde o século XVIII, deixaram substrato cultural profundo, até hoje digno de nota.

RAÍZES AÇORIANAS

Todo o litoral sul brasileiro teve sua ocupação feita por açorianos que deixaram as marcas de sua cultura também em Passo de Torres. Este fato tem levado a formação de vários núcleos de estudos e de promoção da presença açoriana entre nós. No ano de 1967, aliás, os Presidentes da República Portuguesa e República do Brasil assinaram decreto estabelecendo o

Dia da Comunidade Luso-Brasileira, 22 de Abril, que se somou às celebrações do Dia de Portugal, 10 de junho, em memória a Luiz Vaz de Camões e o 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil. Desde então multiplicaram-se as iniciativas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul no sentido de recuperar a memória da contribuição açoriana em nossa formação e valorizá-la como importante contributo à nossa cultura. O Instituto Luso-Brasileiro, com sede em Porto Alegre é um dos principais protagonistas deste processo, editando a Revista Décima Ilha Açoriana desde 2010 e mantendo o canal www.lusobrasileiroicp.org.br com importantes informações. Destaque também para o movimento das Salas Açorianas no Rio Grande do Sul e para a realização anual, no litoral catarinense denominada AÇOR, quando uma de suas cidades celebra a tradição açoriana, sendo que neste ano de 2020 se realizará em Itumbiara. Os estudos sobre a presença açoriana no sul do Brasil desenvolveram-se muito no século passado. Moysés Vellinho, em seu livro "Aparas do Tempo", dedica um longo artigo em 1975, sobre a colonização açoriana. Nabor João Teixeira, catarinense de Içara, também tem escrito regularmente sobre esta colonização e é um dos incentivadores da formação de Núcleos de Estudos Açorianos na região. Graças a toda esta movimentação foi criado, em 1984, o Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina, o qual tem, igualmente, promovido pesquisas e encontros, notadamente o Colóquio dos 260 anos da chegada dos primeiros Casais Açorianos no Brasil - <https://nea.ufsc.br/coloquio-260-anos-de-heranca-acoriana/> - que revelam a crescente preocupação entre nós com a questão açoriana.

Núcleo de Estudos Açorianos: Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Reitor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade - Caixa Postal 476 - CEP 88.010-970, Florianópolis / Santa Catarina / Brasil.

Atendimento externo: De 2ª às 6ª feiras das 8:00 às 12:00 horas - 13:00 às 17:00 horas, Fone: 3721-8605, www.nea.ufsc.br nea@contato.ufsc.br

Diversos livros foram também recentemente publicados sobre a presença açoriana no Brasil:

Açores – Nossas origens nas ilhas de encanto – de Adriana Soares e outros;

Coberta d'Alma – de Marina Raymundo da Silva Brasil/RS – Portugal/Açores, de Ivone Costa e outros;

O Velho Homem – Um ensaio sobre a civilização açoriana no RS – de Nali de Jesus de Souza.

ESTRADA MILITAR

Ruy Ruben Ruschel Torres tem História,
p.386 19 de junho de 1991

Como se destacou em crônicas anteriores, Torres firmou sua vocação de território de trânsito para o Extremo Sul durante todo século XVII (bandeirantes, jesuítas e caçadores de minas) e começos do século XVIII (lagunistas e tropeiros). Este papel mais se haveria de acentuar a partir da segunda metade do século XVIII quando se fez necessário defender as instalações portuguesas do Rio Grande contra ação militar dos castelhanos do Rio da Prata. Nesse novo período tornou-se intensa a passagem de exércitos. Formou-se uma verdadeira "Estrada Militar" ao longo das praias, "torres" e campos que se estendem do Mampituba para o sul.

Depois do Tratado de Madri (1750), que procurou definir a fronteira meridional do país, a primeira personagem importante a trafegar em Torres foi um militar, o Gen. Gomes Freire de Andrade Governador da Repartição do Sul do Brasil e Comissário Português da Demarcação de Limites; ele passou a cavalo em Torres em março de 1752. Após, chegaram tropas para enfrentar os guaranis, que se haviam rebelado contra uma cláusula iníqua do Tratado.

Em 1763 os espanhóis, desrespeitando as fronteiras estabelecidas em 1750, invadiram o

Continente e ocuparam o Rio Grande e o norte Barra da Lagoa dos Patos. Desde então, as tropas portuguesas destinadas a expulsar os inimigos só podiam vir por via marítima até Desterro ou Laguna; era forçoso que de aí continuassem a marcha pelo litoral, a pé, a cavalo ou em carretas. Assim é que elas foram entrando. Dentre os continentes pelo território torrense transitaram, podem ser citados:

- 4 Companhias de Infantaria de São Paulo, 200 homens, em janeiro de 1766.
- 4 Companhias de Infantaria do Rio de Janeiro, quase 300 homens, mais uma Companhia de Artilharia da mesma origem, 60, e uma Companhia de Infantaria de Santa Catarina, 70 homens, em 1770.
- 3 Companhias da Guarnição de Santa Catarina, 200 homens, em 1772.
- 3 Companhias de Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro e 2 Esquadrões da Guarda do Vice-Rei, somando 200 homens, sob o comando do Gen. Sebastião Xavier da Veiga Cabral, em janeiro de 1774. Acerca dessa marcha ficou uma narrativa do cirurgião-mor do Regimento Francisco Ferreira de Sousa. Fizeram pousos à beira do Mampituba e em Torres, como conta: "Das Lagoinhas viemos abarracar do Rio Mampituba (que é um pequeno braço de mar grosso que da mesma praia corre para terra) e dividimos o rio em duas alas, ficando em uma o alojamento e em outra, a tropa; seria meia-noite quando um furacão de vento, ajudado de uma não esperada tormenta de água, lançou por terra as barracas todas, ficando tudo reduzido em um bom prato de ensopado; as águas do rio, por causa do furioso vento, cresceram nesta ocasião, para nosso prejuízo e para o ensopado nos ficar mais salgado. De manhã nos pusemos em jornada e fomos pousar às Torres; tem este lugar esta denominação por causa de uns penedos que ao longe tem uma imperfeita representação".

Em fevereiro seguinte, mais 4 Companhias do mesmo Regimento do Rio de Janeiro, 400 homens comandados pelo Sgto-mor Manuel Mexia Leite, por aqui transitaram.

Em janeiro de 1775 passou em Torres um exército de mais de 1.400 elementos, sob a chefia do Generalíssimo João Henrique de Boehm. Era formado de destacamento dos Regimentos de Bragança, de Estremós e de Moura (de Portugal) e mais contingentes de artilharia com 16 peças.

Certamente outras tropas além dessas aqui passaram entre 1750 e 1780, sempre acompanhadas dos mais ilustres oficiais, bem como de engenheiros e cartógrafos, o que muito contribuiu para o conhecimento geográfico da região. Os mapas de Manoel Vieira de Leão, José Custódio de Sá, Francisco João Roscio, Jaques Funk, Antônio Inácio Rodrigues Córdova e outros, surgiram nessa época. Aliás, nunca se fez um levantamento completo dos continentes militares que transitaram por este litoral nessa importante fase da história do Estado, quando finalmente os espanhóis foram expulsos, primeiro de São José do Norte (1767) e depois de Rio Grande e da Campanha em (1776). Quase todas essas tropas, na ida ao sul e na volta, acamparam em Torres pelo menos uma noite, aproveitando a presença de uma Guarda no local, os gramados nativos e o abrigo fornecido pelos morros.

ROTAS DO SOL E DO MEL

Ruy Ruben Ruschel
Torres tem história. Pg. 258 07 de julho de 1989

O desenvolvimento pleno do turismo em nossa região dependerá de duas rodovias básicas que ora se planejam. São a Rota do Sol, descendo da serra para o mar e a Rota do Mel, ligando as praias entre si. Elas marcarão no mapa do Rio grande do Sul um grande T, símbolo da opção política pelo turismo.

As duas tem antecedentes históricos que convém lembrar.

A descida do planalto de São Francisco diretamente para o lado do mar, é provável que já houvesse sido ensaiada em pleno século XVIII. É verdade que os roteiros mais conhecidos

daquela época ficavam ao norte e ao sul da agora planejada Rota do Sol, ou sejam: uma, a "estrada dos Conventos", entre os altos de Bom Jesus e as planuras de Araranguá, aberta em 1728 por Francisco de Souza e Faria e melhorada em 1732 por Cristóvão Pereira de Abreu; a outra, o "caminho de Viamão ou da Patrulha", que descia São Francisco de Paula de Cima da Serra para Santo Antonio da Patrulha, anteriores àquela segundo se deduz do "Roteiro de Zacarias Dias Cortes", de 1723.

Porém, neste mesmo século XVIII, entre um e outro desses antigos caminhos referidos, os índios sabiam de outras descidas diretas para o mar. A prova de que estas trilhas nativas cedo foram conhecidas pelos brancos encontra-se num mapa de 1779, publicado pela primeira vez na página 46 do livro "São Domingos das Torres, em que está registrada uma de suas saídas perto da Itapeva sob a legenda: "caminho que vem decima da serra".

De tais trilhas antigas é que resultaram: a) a estrada da Serra do Pinto, pelo vale do Três Forquilhas; e b) a da Serra do Umbu, pelo vale do Cachoeira – Maquiné. A utilização destas duas trilhas se tornou intensa respectivamente nos meados e nos fins do século XIX, aquela com a colonização alemã de Três Forquilhas, esta com a instalação de colonos russos e italianos em Marquês do Herval, hoje Barra do Ouro. Uma dessas duas há de se transformar na asfaltada Rota do Sol, destinada a unir o "itaimbé" (costa de pedra) ao "iraimbé" (costa do mel, isto é, fazer a definitiva integração Serra – Mar, tão desejada no Nordeste do Estado.

Quanto à Rota do Mel, (interpraias), tem ela uma longa história. No itinerário descrito pelo Gen. Diogo Funck em 1775, o trajeto de norte a sul se fazia pela praia nos atuais municípios de Torres e Arroio do Sal, mas na altura de Capão da Canoa penetrava para o interior e prosseguia pelo campo, passando na Estância de Manoel Bento (à margem da Lagoa dos Quadros de hoje), no Capão do Rodeio das Éguas e na Tapera Velha, antes de chegar em Tramandaí. Portanto, só a metade sul da estrada, ia pelo campo; a metade norte palmilhava a praia.

Durante o resto do século XVIII pouco se modificou o trajeto. Porém, aí por 1815 a estrada passou a ser toda pelo campo, desde o morro da Itapeva até o passo do Tramandaí. É que nesse meio tempo haviam surgido algumas moradias perto da Lagoa da Itapeva (Cerca de Pregos, Estância do Meio, etc.), onde se garantia pousada, o que não havia à beira-mar. A nova preferência foi assim definida em 1815 pelo bispo D. José Caetano Coutinho em seu diário: "Das Torres por diante já quase ninguém viaja pelas praias, mas por dentro do campo, que tem seus capões vistosos no meio do vasto tapete de verdura, que pela maior parte se compõe de feno, entremeada da espécie de palmeiras chamadas butiás." Em 1816 esta mesma estrada do campo foi percorrida e descrita sucessivamente pelos Coronéis Claudino Pimentel e Francisco de Paula D'Azeredo, mas o primeiro deles reconheceu que seria melhor caminho "marchar sempre pela praia". Aliás, havia ainda quem preferisse trafegar pela praia, ao menos até a Estância do Meio, como se vê numa carta escrita neste mesmo ano por António Vieira dos Santos. Entretanto, o novo itinerário só pelo campo estava a se impor, Saint Hilaire, por exemplo, preferiu-o em 1820, viajando de carreta. Tempos depois, o governo imperial melhorou-o, colocou estação de "postas" para trocar cavalos e, em 1867, marginou-o com a linha do telégrafo. A partir daí passou a ser conhecida como "estrada do telégrafo".

Se o Governo do Estado decidir-se por esta via, a velha "estrada do campo" será afutura Rota do Mel, ligando por asfalto Tramandaí a Torres.

CAMINHO DOS VALES

Ruy Ruben Ruschel Torres tem história.
Pg. 703 - 02 de junho de 1995

Estando em Torres na tarde de 11 de março, gozei do ensejo de participar da inauguração do primeiro Roteiro de Turismo Rural implantado pela prefeitura. Acompanhei a caravana presidida pelo Chefe do Executivo e seus Secretários de Turismo, cumprindo o trajeto previsto, muito adequadamente chamado de "Caminho dos Vales".

A rota escolhida foi das melhores. Bem representativa da história do interior torrense. E

também de sua geografia. Deixa a BR-101 no posto da Polícia Rodoviária, passa nas localidades de Jacaré, Canto dos Magnus, Morro dos Leffas e Canto dos Hilários, voltando à BR-101 pela vila São Pedro de Alcântara. Serão aproximadamente 20 km de terra batida, em estradas coloniais, não computando os 15 km de asfalto. No início do percurso, o turista terá a ocasião de apreciar a Lagoa do Jacaré e seus campos. Depois, do alto da capela do Jacaré, terá uma magnífica vista do sinuoso Rio Monteiro, com suas plantações de arroz. A seguir passará numa estrada envolvida pela mata atlântica, onde há de visitar uma portentosa e rara figueira, talvez demais dos 250 anos, viva quando o município ainda era inteiramente despovoado. Sempre ladeando as encostas ocidentais da velha "Serra dos Alemães", por vezes o turista poderá avistar a Lagoa do Morro do Forno e, lá longe, o próprio morro desse nome, o qual era sagrado para os bugres que ali ainda viviam nos primórdios da colonização alemã. A paisagem de encostas e vales ora se apresenta recoberta de florestas nativas, ora de roças de cana, bananais e mamoeiros. Toda área visitada corresponde aos mais antigos assentamentos de imigrantes alemães, datado de 1828, o que o viajante constatará pelas crianças loirinhas que aparecem nas margens, aqui ali, abanando amigavelmente.

Após ter passado na encosta leste do Morro dos Leffas, ponto culminante da zona, com 247 m de altitude, – o turista visitará uma "venda" e uma "moenda" típicas, no Canto dos Hilários. Depois, trafegando ao largo de impressionantes paredões areníticos, chegará à gruta da Colônia São Pedro, à qual visitará se estiver disposto a subir os fortes degraus incrustados na montanha. Vale a pena o sacrifício porque do alto, onde estão as estátuas de Nossa Senhora de Lourdes e Margarete Soubirous (tamanhos maiores que o natural), poderá contemplar a ampla e bonita baixada, e até o mar no horizonte.

Por fim, o turista conhecerá a sede da Colônia São Pedro. Ao voltar, ultrapassará o Mato da Cova Funda, famoso pela lendária presença do fantasma Garupeiro... Acredito que esse roteiro de turismo rural, se explorado com imaginação há de representar valiosa alternativa para os que vêm a Torres. Como destacou o Secretário de Turismo, promoverá a circulação do dinheiro entre cidade e o interior. Por outro lado, estará proporcionando aos visitantes uma alegre e proveitosa convivência com a boa população interiorana.

Para realizar tais objetivos, vinha o articulista sugerindo a implantação do turismo rural em Torres mediante crônicas publicadas neste jornal e coluna "Torres espaço tempo", em 29.05.1992, 06.11.1992 e 19.02.1993. Além das potencialidades da área da Colônia São Pedro, foram então alvitadas as do Rio Mampituba e Glória (Piratuba) e as das Lagoas Costeiras. Esta última área começa a ser explorada por iniciativa de Capão da Canoa, cidade, que certamente tentará puxar o turismo para perto de si. Compete a Torres entrar nessa saudável concorrência e lançar o quanto antes outros roteiros de turismo rural. Trata-se de uma linha mercadológica que tende a ampliar-se para o futuro.

Quanto ao roteiro ora inaugurado, deseja este articulista que produza os efeitos econômicos e sociais que dele se esperam.

BUGRES

Ingenuidade e Holocausto

Bento Barcelos da Silva
Vale do Mampituba História, Realidade e Imaginação
Capítulo I p.19 - 2ª Edição ampliada e revisada

O território sul brasileiro, compreendido entre os rios Araranguá e Tramandaí, tem uma estrutura geográfica peculiar e um microclima diferenciado. É o território dos bugres⁴ que na linguagem deles devia se chamar Sítio das Torres ou talvez Ponta da Itapeva.

Reza a lenda que há dois mil anos, enquanto lá para as bandas de onde a dita civilização começou, o Homem de Nazaré, Filho de um velhinho carpinteiro e de uma virgem, jovem e bela, pregava no deserto das ideias e era seguido por uma multidão, aqui no fim do mundo, lugar selvagem, isolado e longe dos grandes centros, os gentios trilhavam um caminho litorâneo, já antigo, seguindo o movimento latitudinal do Sol. Deviam ir à procura do clima mais ameno. No inverno deslocavam-se para o norte e no verão para o sul. Caminhando calcavam a terra fazendo o caminho e deixavam seus rastros através de seus sambaquis, seus mortos. Era um modo de vida simples e primitivo, um ritual, uma religião.

Mas enquanto aqui as coisas aconteciam, muito devagar, lá do outro lado do mundo tudo era muito rápido e segundo as leis da época o Nazareno foi processado, condenado e tratado com requintes de crueldade. Pregaram-no vivo em uma cruz. Ele foi assassinado pelos seus semelhantes.

Está escrito que o crime do Filho do carpinteiro foi pregar assim: "Aquele que diz que Me ama, mas não ama ao seu próximo, é um mentiroso".

Os nômades que nunca tinham ouvido falar de deus Menino peregrinavam pelo caminho catando os seus alimentos, caçando pequenos animais, fisingando peixes com suas lanças e, é claro, cultuando a deusa "Natureza" e Tupã, o deus Sol. O longocaminho litorâneo que percorriam do norte para o sul e do sul para o norte, devia se estender do Rio Tramandaí até o Rio Araranguá e tendo como ponto médio o Passo do Sítio das Torres, no Rio Mampituba.

O oriente deste território era o lugar onde o Sol, todos os dias, com todo o seu fogo e esplendor, nascia de novo, de dentro do oceano, para iluminar o céu e a terra, para outra vez acordar o mundo com o chiar da bicharada. Havia um mar sem fim que lá no horizonte se entrelaçava com o céu. Talvez, os bugres, pensassem tratar-se de dois infinitos fazendo amor. No ocidente havia muitas lagoas, quase interligadas como um imenso rosário: matas, pântanos e dunas. Era a natureza em festa com a sua rica biodiversidade. Lá longe uma serra azul serpenteando com suas ondulações, lugar onde o Sol, como um "Manitu", todos os dias se escondia atrás, anunciando o fim da jornada.

Talvez meditassem: E se Ele, o Sol, não voltar, para o novo amanhã, será o fim dos tempos? Isto, provavelmente, devia causar, entre eles, certo temor. Temor ante o desconhecido. Mas felizmente, no outro amanhecer, lá estava Ele de novo, com todo o seu brilho, renascendo outra vez.

No meio do caminho deste território litorâneo havia um pequeno, mas verdadeiro paraíso. Muito marisco, muito peixe, muita lenha e vertentes de água boa em grande quantidade. Existia, também, um pequeno lago natural de água doce muito próximo do mar. Entre o Pequeno Lago e o mar e paralelo a eles tinha um serro que protegia esse paraíso do ar úmido e salgado soprado, do oceano, pelos ventos dominantes. A leste, dentro do mar, não muito distante da costa avistava-se uns penedos que era abrigo natural dos nômades do mar. Essas estranhas e pacíficas criaturas, às vezes, nadavam até o território dos bugres. Vinham, em paz, visitá-los. Ao sudoeste uma mata que continha as dunas ali acumuladas há séculos, talvez milênios, que dava proteção, no inverno, do friento Minuano.

Um pouco mais distante, ao norte e muito próximo, um rio com enormes cardumes de tainhas no outono e inverno e depois de bagres na primavera e verão. Continha à abundância.

Ao sul e muito próximo, dois outros serros formando entre eles uma bela enseada com

sua piramidal torre de vigia. Um pouco mais distante, uma pedra chata e depois o Grande Lago rodeado pela Mata dos Quatis. Pequenos e saborosos animais sempre ao alcance das flechas e das armadilhas simples dos selvagens. Nesta região era onde se situava o Campo Santo. Depois a imensidão, para o sul, até o rio Tramandaí e para onorte até o rio Araranguá e depois da imensidão, o infinito. Depois da serra, ao oeste, outro infinito, assim como o horizonte a leste, onde o céu e o mar se encontram e se fundem em um abraço que parece insano; outros dois infinitos.

É claro que, quando viam o seu território ameaçado, também, faziam suas guerrinhas, onde os bugres procuravam enxotar outros bandos de “selvagens” para mais longe e aproveitando a ocasião para trocar mulheres, capturar escravos e até mesmo fazer “churrasquinho” de um guerreiro adversário valente. Porém essas coisas aconteciam muito devagar. Às vezes, com esses mesmos bandos, comerciavam pacificamente.

Eles, os índios, eram parte integrante da natureza e no Pequeno Paraíso⁴⁵ é onde muito acampavam e ficavam mais tempo. Ali, na sua nudez e ingenuidade, deviam ter amado muito e amado de verdade. Provavelmente, quando ali acampados, no calendário deles, todo dia era domingo. Este Pequeno Paraíso bem que poderia ser chamado, hoje, de Trilha, Caminho ou Paradeiro dos Jês, ou dos Carijós, ou dos Bugres, ou quem sabe dos Gentios, ou dos Índios, ou até mesmo, dos Selvagens. Se assim o fizéssemos estaríamos contando parte da nossa história. Agora chamá-lo de Rua Júlio de Castilhos ou Praça Floriano Peixoto é contar mal a nossa história! E história mal contada não é história!

Todavia, muito tempo após, os bugres começaram a notar, lá longe no mar, enormes objetos flutuantes, com suas estranhas asas que pareciam bailar, enquanto se deslocavam para o sul. Depois, com frequência, num vai e vem, em bandos, para o sul e para o norte. Muitas vezes alguns se aproximavam muito da costa. Podiam- se ver os seushabitantes.

Seriam os passageiros de estranhas naus, deuses? Seriam, eles, os filhos do “Céu e do Mar”? Se o pajé acertou em suas previsões essas deviam ser de mau agouro. Naqueles tempos devia se fazer presente um “Nordestão”, insalubre e agourento que, com suas rajadas, ululava na região. Depois, o seu oponente, um Minuano que, embora fosse inverno, soprava muito quente, quase febril e também ululava. Outras vezes uma “Nortada” zombeteira devia soprar o seu sopro de morte como mais tarde se popularizou no folclore. Até parece que Anhangá, como um doido raivoso, montado na crista dos ventos, assustando os nativos, voava “pra” lá e “pra” cá. Tempos muito ruins se aproximavam⁶.

Agora o tempo aqui, também, ganhou velocidade e, de repente, seres estranhos, brancos, barbudos e fedorentos, semeando a doença, a morte e a corrupção, invadem a região. A princípio, os selvagens, podem ter confundido os estrangeiros com os filhos de Tupã, o deus Trovão, porque eles tinham uns paus que cuspiam fogo, acompanhados de um trovão. Porém, eram os bandeirantes, luso-brasileiros, que partiam da vila de São Vicente, província de São Paulo. Com esses paus, eles, os invasores, tomam conta da região para escravizá-los, estuprar suas mulheres e filhas e finalmente destruí-los como, também, destruíram a “Mãe Natureza”. E o fizeram com muita competência e crueldade.

Os estrangeiros, como pregou o Nazareno, não amavam o seu próximo. “Eles eram mentirosos”.

Os bandeirantes, com suas vestes estranhas, tinham como símbolo maior uma cruz e pendurado ao pescoço uma réplica do Crucificado. A mesma cruz em que um dia, lá em um passado distante, pregaram, vivo, o seu Deus, que agora, fingem adorar. Eram como aqueles e filhos deles, homens maus, e destruíram os filhos da terra. Em uma das mãos os bandeirantes traziam uma cruz feita de um material que os bugres não conheciam e que cortava com muita facilidade e decapitava. Os civilizados cristãos conheciam, também, a “politicagem”, a arte da intriga e da traição, filhas da ganância e que leva ao poder. Eles chegavam ao Sítio das Torres pela Estrada de Laguna. Um novo nome para a Trilha Indígena.

⁴ Forma como o escriba se refere ao atual centro histórico devido a sua natureza.

A partir do "dito descobrimento" das Américas, pelo homem branco, a violência contra os nativos foiregra e na maioria das vezes foi usado, como argumento, o nome de um Deus que tinha sido assassinado pelos estrangeiros.

Conforme Ruschel em Torres tem História: Logo após terem chegado ao Brasil, os portugueses encontram, no índio, um grande colaborador. O selvagem transferiu, ao invasor de suas terras, não só o seu conhecimento milenar, como também, o seu esforço físico. As crônicas da época são unânimes em dizer que era o gentio quem sustentava o homem branco, caçando, pescando e plantando para ele. Se não o fizessem os invasores morreriam de fome. Sem a colaboração dos bugres, eles, não teriam como conquistar o interior. Dependiam dos guias que conheciam a geografia, o clima e as ervas medicinais. Muito das estradas brasileiras, ainda hoje, nada mais são do que o alargamento e a pavimentação, com algumas retificações, das "Antigas Trilhas Indígenas".

Porém, depois os portugueses e seus descendentes luso-brasileiros, como, também, os espanhóis e anglos saxônicos os escravizaram e os destruíram com bastante crueldade.

A história torrense não foi diferente. Começou com o extermínio dos gentios, mas se mantém nebulosa. Naqueles tempos eram comuns as caçadas humanas, criminosas mesmo a luz das leis da época. As autoridades faziam vistas grossas. Hoje os historiadores a ignoram. Preferem esquecer esta página negra da nossa história e por este motivo ela continua em branco.

Para os estrangeiros, os gentios eram apenas um povo selvagem, um povo pagão, um povo sem alma. Foram exterminados em nome de seu rei e de seu deus Morto.

Como as desgraças devem ter acontecido nas estações dos dias curtos, Tupã, o deus Sol, ficava muito longe no céu e, até parece, nada via. Mas quando Ele se aproximava, com a chegada das estações dos dias longos, e vendo a destruição lá embaixo, apenas deve ter murmurado: "Maktub"! _ Estava escrito.

E quando tudo se repetia, de novo Tupã murmurava: "Maktub"! _ la acontecer. E, ao longo dos anos: "Maktub"! _ Outras vezes.

Os invasores talvez temessem O Deus Menino, mas não O amavam, pois mataram as criancinhas Dele.

E assim, para os bugres, terminaram os caminhos e os dias.

A História dos bugres é muito pouco contada e muito mal contada, mas, repetindo, história pouco e mal contada não é história.

Rezam os princípios religiosos que no fim dos tempos, no dia do Juízo Final, quando o Grande Espírito Criador do Universo e do tempo e de todas as criaturas e tudo o que mais existe chamar os vivos e os mortos para o Grande Julgamento, Ele perguntará assim aos bandeirantes: "Vocês Me ofereceram um sacrifício de cordeiros ou Me fizeram um holocausto de meus filhos"?

É claro que os bandeirantes, como Judas da lenda, mentirão. Mas a Justiça, que não a dos homens, será feita e os criminosos condenados a arder, para sempre, nas chamas do fogo que nunca se apaga.

IN OTIN IHUAN TONÁLTIN NICAN TZONQUÍCA

AS LAGOAS DE TORRES

Mário Krás Borges Torres Histórias em Crônicas,
p.55 Correio do Povo - 26/02/1970

O Município de Torres, além das inigualáveis belezas naturais de suas praias marítimas, possui, em seu interior, um sistema hidrográfico muito importante, podendo ser aproveitado para fins turísticos, bastando para tanto, que se estabelecesse conexão como atual desenvolvimento da sede municipal.

São rios e lagoas que cobrem mais de 80 km² da área superficial do território torrense, navegáveis em quase toda a sua extensão, que ainda não foram descobertas para pitorescos passeios em pequenos barcos a vela ou motor.

A lagoa da Itapeva (Ita-peba, a pedra chata), por exemplo, com os seus 30 km de comprimento e 7 de largura, abrangendo, em sua maior extensão, o município de Torres, tendo a margem a BR-101, com seus belos panoramas, está sendo desperdiçada para tais passeios e a prática de esportes aquáticos. Ela já desempenhou papel importante no passado, servindo de única via de escoamento dos produtos torrenses: aguardente e bananas, desde a época da colonização germânica. Nas décadas de 20 e 30, também serviu para uma linha de navegação lacustre que interligava, através de canais e outras Lagoas, à então Vila da Conceição do Arroio, por onde eram transportadas mercadorias do comércio de Porto Alegre e passageiros para Torres e municípios do sul catarinense.

Em 1905, o cientista Roquette Pinto, em sua viagem de estudos pelas lagoas do litoral do RGS, utilizando-se de canoas a remo passou pela lagoa da Itapeva, desembarcando no Porto do Estácio, de onde veio para então Vila de Torres a cavalo em companhia do então intendente municipal, Cel. João Pacheco de Freitas.

Além dos rios Cardoso e Três Forquilhas no município de Torres, e Maquiné, no de Osório, desaguam nessa lagoa todas as sangas e banhados situados ao longo da encosta montanhosa dos referidos municípios.

As lagoas do Jacaré e do Morro do Forno, estão encravadas no interior de Torres. Na do Jacaré, segundo antiga lenda, habitavam um jacaré monstro, que ameaçava os pescadores, devendo-se ao porte descomunal do sáurio a origem do nome da lagoa. É circundada de banhadais e só tem ligação com o rio Monteiro pela sanga também chamada do Jacaré.

A lagoa do Forno está localizada quase em frente ao morro que pelo seu formato tem o nome de Morro do Forno. É de pouca profundidade e extensão comunicando-se com o rio Mampituba pelo seu afluente Monteiro, podendo-se assim, atingi-la facilmente por essa via fluvial.

Essas lagoas, como a Itapeva são muito piscosas nelas encontram-se as taraiças, jundiás, carás e também, em certas épocas do ano grande cardumes de tainhas e bagres que procuram as águas remansosas para desova.

Por último temos aqui no centro perimetral da cidade chamada lagoa do Violão cuja denominação origina-se da semelhança que a mesma tem com o sonoro instrumento.

Como todos os pequenos lagos próximos da cidade ela também adquiriu através dos tempos as suas lendas que foram transmitidas às gerações pósteras desde os primitivos, habitantes de Torres muitas das quais no entanto já caídas no esquecimento.

Assim, aquela estória do cervo que caminhava sobre a água da lagoa, em noites enluaradas visto pela imaginação fantasiosa dos moradores de suas proximidades diluiu-se no tempo...

Passou-se então a encarar a presença desse lago na cidade sobre outros aspectos mais objetivos, tendo sido tomadas algumas providências, a partir da metade da penúltima década, para seu aproveitamento turístico, como Parque Aquático.

Para isto, houve um plano de saneamento total, assim como a construção de uma avenida circular tendo o projeto sido de autoria do saudoso Eng^o Maia Filho então do Distrito do DNOS do RGS. Seu nome foi dado à projetada avenida posteriormente.

Com essas providências, chegou-se a construir o canal de ligação com o Mampituba, estando as obras atualmente paralisadas por falta de verba, acreditando-se, no entanto, que elas tenham prosseguimento, dadas as características que Torres representa como a "Capital do Turismo".

CRISTÓVÃO PEREIRA DE ABREU (1678-1755)

O Inventor do Rio Grande do Sul

Paulo Timm

Breve biografia de seu Patrono na ALPAS 21 – Cruz Alta 2019

Raízes de Santo Antonio da Patrulha 2019

30 anos, pág. 249



Cristovam Pereira de Abreu – 1678 (Portugal) – 1755 (Rio Grande/Brasil).

Os tropeiros voltavam sua atenção para as formosas pradarias, onde a cavalaria proliferava sem cuidados. Sul e Centro, agora se completavam economicamente.(...) Por esse tempo surgiu no Rio Grande o vulto singular de Cristóvão Pereira, o último bandeirante do sul, alma varonil e infatigável, o maior dos tropeiros, figura magnífica de campeão de uma atividade que exerceu papel relevante em longo período da nossa história. (FERREIRA FILHO, 1965, p. 29)

O tropeio do gado fazia-se em termos de fornecimento de animais para o corte e para o transporte na região das minas. Neste último caso, não se objetivava o rebanho bovino, mas, sim, o mular. Foi preciso penetrar na área platina, buscando a criação de mulas que se fazia em território argentino e que abasteciam as minas de Potosi. (PESAVENTO, 1999, p.45)

Cristóvão Pereira de Abreu não teve projeção literária significativa, apesar de ter deixado muitos escritos de ofício, mas é uma figura central na História do Rio Grande do Sul. Ao propô-lo tive em mente que, tal como os membros das Academias de Letras, a partir da Academia Brasileira de Letras, distribuídos entre machadistas, notáveis pela contribuição literária, e nabuquistas, notáveis pelos serviços prestados à cultura e às letras, também seus Patronos devam merecer tal divisão, sempre, claro, com o predomínio dos primeiros e desde que tenham sido, os segundos, mulheres e homens de educação esmerada. Cristóvão Pereira de Abreu, acredito eu, é um destes casos.

Cristóvão Pereira era, sem dúvida, uma figura surpreendente. A ação, só a ação, não esgotava os recursos de sua exuberante natureza. Prova disso são os fragmentos de sua correspondência, tão rica sob tantos aspectos, inclusive nas suas previsões quanto ao futuro da nova conquista. (VELLINHO, 1970, p. 135)

Cristóvão Pereira de Abreu foi um fidalgo português, de esmerada educação, requintados gostos e ágil palavra ao cair da pena, o que lhe valeu a possibilidade de registrar vários relatórios ao longo da vida. Nasceu em 13 de julho de 1678 em Ponte de Lima, Portugal, freguesia do Fontão, filho de João de Abreu Figueira e Leonor de Amorim Pereira. Faleceu a 22 de novembro de 1755, aos 77 anos, na Vila de Rio Grande de São Pedro, hoje cidade riograndina. Lá sediou-se, depois de muitas peregrinações ao longo da costa sul das terras que viriam a ser lusitanas, ainda que bravamente disputadas com espanhóis, entre São Vicente e Colônia do Sacramento, o que lhe valeu a fama de “o descobridor” do Rio Grande do Sul. Teria chegado ao Brasil aos 20 anos de idade, trazido pelo pai, já estabelecido no Rio de Janeiro e exerceu diversas atividades, antes de se transformar no protótipo do explorador a serviço da Coroa Portuguesa, ora como beneficiário de Cartas Comerciais, que lhe deram o monopólio do couro e do tabaco, ora como militar, tendo operado na negociação com franceses para a desocupação da cidade do Rio de Janeiro, em guerras contra espanhóis no sul e junto as forças luso-hispânicas nas Guerras Guaraníticas (1754-56).

Graças a sua experiência no eixo Colônia – Laguna, com grande relacionamento com populações indígenas, foi encarregado pelo Vice-Rei de levar, como Coronel de Ordenanças, a frota do brigadeiro José da Silva Paes para fazer o reconhecimento da barra do Rio Grande de São Pedro, onde seria construído o Forte Jesus Maria e José de Rio Grande, a partir de 1737, um dos pontos da conquista das vastidões riograndenses. Outro ponto desta conquista, do qual Cristovam também fez parte, proveio de Laguna, fundada pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, em 1676, quem recebeu das autoridades coloniais a patente de guarda-mor em 1721 para descer pelo litoral ao sul com objetivo de fundar povoações que garantissem o controle do gado criado à solta nas vacarias pampeanas que se estendiam até o Rio da Prata e que desde 1703 eram levados para o centro do Brasil Colônia, onde desenvolviam-se cidades e comércios graças ao ciclo do ouro. Com efeito, em 1725, João Magalhães penetra no Rio Grande com uma frota de 31 lagunistas e em 1732 esta investida resulta na concessão da primeira sesmaria a Manoel Gonçalves Ribeiro na parada das Conchas, junto ao Rio Tramandaí. Neste ponto iniciou-se um registro de passagem de tropas e mercadorias que, mais tarde, em 1971, seria transferido para Torres. Cristovam Pereira deve ter participado intensamente deste processo, tendo operado como elo de ligação entre os dois pontos – Rio Grande, por mar e Caminho das Praias, por terra - creditando-se, inclusive a ele um papel pioneiro em Torres: Ele teria construído um descanso das tropas, nesta cidade, junto ao Rio Mampituba, fronteira com Santa Catarina, por onde atravessavam o gado – como ilustra o quadro atribuído a Debret no século XIX, abaixo, tendo, talvez, sido um baluarte do famoso “Potreiro”, em Torres, junto à travessia do Rio tal como propõe R.R.Ruschel em sua crônica “O curral da Torre”, de 28.02.1997 (Torres tem História, Ed.EST, 2004 pg 781) e sugere Bento Barcelos no seu último livro – “Vale do Mampituba”.



O velho Neco, segundo o conselho dos velhos, era um homem abastado (em Torres) . Tinha 80 escravos e enormes extensões de terras no Vale do Mampituba e foi quem mandou construir uma taipa de pedras da Torres do Centro (Morro das Furnas). Em função da temporalidade este escriba não acredita nesta hipótese. (...) O mais provável ainda poderia ter sido construída pelo português Cristóvão Pereira, o primeiro que se tem notícias que passou por aqui e por muito tempo nos tempos das tropeadas. (BARCELOS, 2018, p. 135).

Em pouco tempo estas duas pontas da garra lusitana sobre o sul se encontrariam em Viamão (1741) logo da criação, em 1738, da Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, vinculada à Capitania de Santa Catarina mas subordinada ao Rio de Janeiro. Este só fato revela a forte presença a militar na sociogênese do Rio Grande do Sul, nesta estremadura da colonização. Em todo este processo Cristovam Pereira de Abreu é um constante personagem. Percorre, a partir de Colônia, desde 1703 o tropeio do gado rumo a São Paulo pelo Caminho das Praias, abrindo, entre 1727/30, o acesso à Serra do Mar, até Lages, estimando- se haver transportado cerca de 500 mil reses no total. Seu deslocamento para o comércio do tabaco, em 1710, e para o transporte de gado, deve ter ocorrido em função da precariedade do controle lusitano sobre Colônia, várias vezes ocupada por espanhóis forçando a saída dos portugueses para o interior. Arrasada no mesmo ano de sua fundação em 1680, a cidade retorna ao controle de Portugal em 1683, voltando a cair em mãos espanholas entre 1704 e 1715. Neste ano, até 1736, mercê de entendimentos entre as duas Coroas, os portugueses a reassumem, justo quando se inicia a expansão lusitana sobre o território riograndense com a concessão de diversas sesmarias no litoral e nas cercanias de Viamão, onde se iniciam as primeiras estâncias, e se expande o contrabando de gado para São Paulo.

Esta ideia de ligar o litoral à serra, a caminho de Sorocaba, em São Paulo, onde as cargas se redistribuíam por outros tropeiros para o Vale do São Francisco, rumo ao Nordeste e para o interior das Gerais, onde crescia a mineração, já vinha sido aventada por Bartolomeu Dias de Abreu, cartógrafo, autor da “Demonstração da costa desde Buenos Ayes até a Villa de Santos”, 1719. Ele a requereu, sem êxito, em carta a El Rei de Portugal, em 23 de maio de 1720, à conta de uma patente como capitão-mor do “distrito do Rio Grande”. (PORTO, apud BARRETO, 1973).

Cristovam Pereira de Abreu foi quem levou a cabo a ideia abrindo, ponte própria e com sacrifício de suas contas pessoais, na verdade, dois caminhos para São Paulo, numa época em que daí, através de Sorocaba, se chegava às áreas recém abertas e ricas de mineração, carentes de mulas para carga e carne de gado para alimentação da explosiva população. Esta população triplicou de 1700 a 1800, vésperas da Independência.

E por sugestão de Cristóvão Pereira, o Sargento-mor Francisco de Souza Faria iniciou, em 1727, no Morro dos Conventos, barra do Rio Araranguá, o caminho que devia atingir o planalto dois anos depois. (...) Concluída a estrada, ..., Cristóvão Pereira foi o primeiro a utilizá-la, conduzindo por ela uma tropa de 2.000 animais cavaleares. Daí para cá, por quase dois séculos,(...) nunca mais cessou o contínuo desfilar de tropas, das campanhas do sul para São Paulo”. (FERREIRA, 1960, pg. 29/30).

Fonte :

<https://www.estanciavirtual.com.br/inicial/2017-04-17-crist-c3-93v-c3-83o-pereira-o-pioneiro-do-tropeirismo-brasileiro>



Durante quase dois séculos, porém, o nome de Cristóvão Pereira permaneceu na obscuridade, vindo a ser resgatado no começo do século XX. Como não teve projeção literária, não há, tampouco, registros de sua presença na cena cultural riograndense, nada se encontrando sobre ele no “Dicionário Bibliográfico Gaúcho”, de Pedro Leite Villas-Boas – Esta Digital, POA, 1991. Barbosa Lessa, entretanto, encontrou e transcreveu em seu “Rodeio dos Ventos”, 1978, p. 30/33, esta importante nota manuscrita do historiador Manoel José Gomes Freitas (1811- 1884), deputado provincial e Vice Presidente da Província do Rio Grande do Sul, a qual deve ter orientado outros autores, anteriores, sobre o personagem:

O rico fidalgo português Cristóvão Pereira de Abreu (...) aos 42 anos arrematou, em leilão promovido pelo Rei, o monopólio de couros do Sul do Brasil, mediante o compromisso de pagar à Fazenda Real 70.000 cruzados por ano. Por seu dinamismo de empresário a Colônia do Sacramento se tornou o maior empório mundial de comércio e contrabando de couros no primeiro quartel do século XVIII, chegando a exportar 500.000 peças por ano. Entenda-se: quinhentos mil bois, caçados pelos índios minuanos ou comprados às estâncias jesuíticas, para aproveitamento exclusivo do couro, ficando a carne a apodrecer no chão das vacarias.

Por essa época a ligação Sul e o Centro era feita exclusivamente por navios, que saíam da Colônia do Sacramento (diante de Buenos Aires) , tocavam Laguna e seguiam até São Vicente e Santos. Por terra, ninguém imaginava cruzar, pois entre a planície e o planalto surgiam escarpas praticamente intransponíveis. Mas Cristóvão Pereira sonhou integrar o Continente do Rio Grande ao restante do Brasil. Com admirável senso mercadológico, percebeu que as áridas montanhas de Minas Gerais produziam ouro mas não dispunham de pastagens para criar cavalos e mulas, com isto encarecendo o transporte feito no lombo dos escravos negros. No despovoado triângulo entre Laguna, Colônia e Missões, havia fartura desses animais. Os lagunenses, colonistas e missionários e, principalmente , os índios charrua e minuano, poderiam fornecer o produto por baixíssimo preço.

Então associou-se ao lagunense Francisco de Souza Faria, que, com filhos e agregados, levou dois anos até abrir um pobre roteiro serra acima, entre Morro dos Conventos, à beira do Atlântico e os Campos de Curitiba, no plantou. Por aí subiu Cristóvão Pereira com uma primeira leva de 800 cavalo e mulas, viabilizando a ligação entre o Sul e a longínqua Sorocaba.” (...) Sua segunda viagem, - agora com 130 tropeiros levando 3.000 animais – durou um ano e dois meses até Sorocaba, e nesse percurso foi alargando e melhorando o caminho, inclusive com a construção de 300 pontilhões. (...) O negócio prometia ser ainda mais rentável que o comércio e exportação de couros (...). E assim se iniciou o fábulo ciclo dos tropeiros, interligando o Rio Grande a Sorocaba (...).

No mesmo sentido e tom, Moysés Vellinho, Guilhermino César e vários outros pioneiros dos estudos riograndenses registraram, nos anos 1950, a importância de Cristóvão Pereira de Abreu para a formação histórica do Rio Grande do Sul. Do primeiro, o registro de um livro de autoria de João Borges Fortes, sob o título “Cristóvão Pereira”, 1932 e outro, de Wolfgang Hoffman Harnisch, “O Rio Grande do Sul – A Terra e no Homem”, 1941, com destaque ao tropeiro. Um pouco mais tarde, Walter Spalding o situa como um dos “Construtores do Rio Grande I”, Ed. Sulina, 1969, Barbosa Lessa lhe consagra um capítulo em seu “Rodeio dos Ventos”, 1978.

Outros estudos aparecem em páginas dedicadas à cultura riograndense, como o bom trabalho de Fidélis Dalcin Barbosa, “A história dos tropeiros” – <http://www.ecodatradicao.com.br/historia-dos-tropeiros/> Mais recentemente, um escritor gaúcho, Sinval Medina dedicou-lhe um romance histórico digno de louvor e reconhecimento: “O Cavaleiro da Terra de Ninguém - Vida e Tempos de Cristóvão Pereira de Abreu”, Ed. Prumo. Mais recentemente, em 2009, Dúnia dos Santos Nunes, aluna do Departamento de História da UFRGS, sob orientação do grande historiador do Rio Grande do Sul, Fábio Kuhn, apresentou um trabalho intitulado “A trajetória de um tropeiro no sul da América Portuguesa: Cristóvão Pereira de Abreu (1737-1755)”.⁷

Registre-se a rara homenagem do tradicionalismo gaúcho à memória de Cristóvão Pereira de Abreu, na adoção de seu nome pelo CTG de Itaquí.

Em suas andanças Cristóvão Pereira andava sempre com muitos acompanhantes. Eis, a propósito o relato, de uma provável viagem de 1735, de um atento pesquisador publicado na Revista nº 133 do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, página 159, demonstrando a grande quantidade de pessoas que acompanhavam o Explorador dos Pampas e que pode ser conferido neste site que revelou, recentemente, documento de Jonhatas da Costa Rego Monteiro.

Em sua segunda travessia do litoral à Serra do Mar, que daria origem à cidades como Santo Antonio, São Francisco e Vacaria, teria sido acompanhado por 130 tropeiros conduzindo cerca de 3000 cabeças de gado.

Este negócio passou a ser considerado altamente rentável pelos paulistas chegando, no século seguinte, quando a mineração entrou em crise e o café ainda não se convertia na nova riqueza do país, numa grande fonte de riqueza. Como assinala Moysés Vellinho, citado (p.133), isto significava econômica e politicamente para o Brasil, ninguém o disse com mais largueza de visão retrospectiva do que o historiador paulista Alfredo Elis Júnior:

“Talvez a estrada do Rio Grande a São Paulo tenha sido a rota de maior importância da História do Brasil, pois sem ela não teria havido o ciclo do ouro, não teria havido o do café e nem a unidade nacional teria sido levada a cabo”.

A forte presença de Cristóvão Pereira no cenário da primeira metade do século XVIII no Rio Grande do Sul fê-lo merecedor das atenções da Coroa Portuguesa, a qual, pelas mãos das autoridades coloniais o fizeram merecedor de grandes sesmarias no municípios atuais de Jaquirana e São Francisco de Paula, que durante muito tempo estiveram no âmbito de Santo Antonio da Patrulha, junto ao litoral, um dos quatro grandes municípios do Rio Grande do Sul, junto com Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo, levando a crer que o explorador viajava também pelo Planalto, na Estrada Real que saindo de Viamão encontrava-se (1843) com o Caminho dos Conventos, como registra outro pesquisador em 18 de agosto de 2018, Luiz Antônio Alves :

Registro de uma Sesmaria passada a Cristóvão Pereira de Abreu – Ano 1755

Gomes Freire de Andrada, Cavaleiro professo na Ordem de Christo do Conselho de S. Mag.,

Mestre de Campo-General de seus Exércitos, Governador e Capitão, General da Capitania do Rio de Janeiro, com o Governo das Minas Gerais &. Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que havendo Respeito me Representar por sua petição Christóvão Pereira de Abreu, que ele há muitos anos tinha povoado nos Campos de Cima da Serra de Viamão uma fazenda de criar gado vaccum e cavalariças entre os Rios das Farinhas e Camisas e por não ter mais títulos, que a posse queria tirar por Sesmaria, três léguas de terra na forma das Ordens de S. Mag. fazendo testado no Capão das Congonhas com as vertentes de uma e outra parte, e costando pelos ditos dois rios com os fundos que der até a Serra donde tem o seu nascimento pelo que pedia lhe mandasse passar por Carta de Sesmaria, com as confrontações referidas; e sendo visto seu requerimento, em que foi ouvido Provedor da Fazenda Real e, a Câmara desta Vila a quem se não ofereceu dúvida:hei por bem dar de Sesmaria em nome de S. Mag. em virtude da Ordem do mesmo Senhor de quinze de junho de mil setecentos e onze ao dito Christóvão Pereira de Abreu, na referida paragem três léguas de terra de cumprido, e uma de largo, com as confrontações acima declaradas, sem prejuízo de terceiro, ou do direito, que alguma pessoa tenha a elas, com a declaração que as cultivará e requererá a S. Mag. pelo seu Conselho Ultramarino, confirmação desta minha Carta de Sesmaria, dentro em dois anos e não o fazendo se-lhe denegará mais tempo; e antes de tomar posse das ditas terras a fará medir e demarcar judicialmente sendo para esse efeito notificados os vizinhos com que partirem e será obrigado a fazer Os Caminhos de sua Testada, com pontes e estivas, onde necessário for, e havendo nela algum Rio caudaloso, que necessite de barca para se atravessar, ficará de uma das margens o espaço de meia légua para serventia pública, e nesta data não poderá suceder em tempo algum pessoa eclesiástica ou religião e acontecendo será com encargo de pagar dízimos, e outro qualquer direito, que S. Mag. lhe impuser, de novo, e não o fazendo se poderá dar a quem o denunciar, como também sendo o dito Senhor servido mandar fundar no distrito dela alguma vila o poderá fazer ficando livre e sem encargo para o Sesmeiro e não compreenderá, nesta data, vieiros ou minas de qualquer gênero de metal, que nela se descobrir, reservando também os paus reais e os pinheiros postos sejam realengos e faltando a qualquer das ditas cláusulas por serem conforme as ordens de S. Mag. e as que dispõe a Lei e Foral das Sesmarias, ficará privado dela pelo que mando ao Ministro ou Oficial de Justiça a que o conhecimento desta pertencer, de posse ao dito Christóvão Pereira de Abreu da referida terra na forma acima declarada. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por duas vias por mim assinadas e seladas com o selo de minhas Armas, que se cumprirá inteiramente como nelas se contém, registrando-se nesta Secretaria e mais partes a que tocar. Dada nesta vila do Rio Grande de São Pedro a vinte e três de junho, ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil setecentos e cinquenta e cinco. O Secretário da Expedição, Manoel da Silva Neves, a fez e escrevo Gomes Freire de Andrada.

Ao trazer à tona a figura deste grande explorador das solidões do pampa, cumpro um velho sentimento de homenagem a este pioneiro da incorporação do Rio Grande ao Brasil. Desde a primeira vez que li sobre ele, no livro Capitania d El Rey, de Moysés Vellinho, senti-me fortemente atraído pela seu protagonismo. Morando, agora, na foz do Rio Mampituba, ora em Torres/RS, ora no Passo de Torres/SC, a ele volto na tentativa de encontrar, por aqui rastros de suas passagens. Difícil. Tudo indica que malgrado os seus serviços prestados, acabou pobre e endividado na cidade que ajudou a fundar, Rio Grande, nada deixando como herança senão a glória de falas e feitos, suficiente, aliás, segundo os gregos, para assegurar-lhe imortalidade. Ao escolher seu nome como meu Patrono na ALPAS 21 reconcilio-me com a dívida de fazer-lhe esta justiça. Ainda assim, sob a histórica advertência de bíblicas eras, polida por Descartes, como imperativo do conhecimento: a dúvida metódica. Valho-me, pois, das últimas palavras de Barbosa Lessa, em Rodeio dos Ventos, não como ponto final desta investigação, mas com dois pontos de expectativa: Ou nossa memória nacional é uma vergonha, ou então perdi meu precioso tempo lendo um disparate ou brincadeira de mau gosto de um finado historiado... Ajudem-me a sair desta dúvida: será mesmo que existiu o tal Cristóvão Pereira?"

[https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21317/000736681.pdf;sequence=1.](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21317/000736681.pdf;sequence=1)
<https://www.estanciavirtual.com.br/inicial/2017-04-17-crist-c3-93v-c3-83o-pereira-o-pioneiro-do-tropeirismo-brasileiro>
[http://WWW.fuj.com.br/a=postagem&p=sesmaria de cristovao pereira de abreu 1128](http://WWW.fuj.com.br/a=postagem&p=sesmaria_de_cristovao_pereira_de_abreu_1128)

O CARRO DE BOI

Solange Carlos Borges
Os Carabas e o Costão
Torres/2012

Era linda a cantiga do carro de boi dos filhos do Mané Correia, subindo as lombas, lá embaixo na estrada, até chegar na casa deles, ao lado de nossas terras. Como era bom andar de carro de boi, nas estradas lá no morro. Ficava olhando meus irmãos cangando a junta de bois: o Formoso e o Carçado. Lembro dos nomes de algumas peças do carro. No cabeçalho, a canga era fixada pelo tamueiro enrolado na chaveta. Os bois eram colocados na canga, presos pela brocha entre dois canzís. A ponta da guampa de um boi era fixada na guampa do outro pelo ajojo. Pendurado no cabeçalho ficava o muchacho que servia para manter o carro na horizontal.

Com os bois cangados, lá íamos nós, eu criança feliz, pelas estradas acima.

Éramos ágeis demais para segurar nos fueiros.

Para o carro cantar, era preciso botar sebo ou sabão na cantadeira. Isso era o que eu pensava. Agora fiquei sabendo o contrário. O sabão e o sebo impedem que o carro cante e o eixo se desgaste.

E lá iam os bois, levando o carro para as roças, com seu dono com a guilhada na mão. Em cada lugar das roças tinha o rabiador onde orientados pelo seu dono os bois rabiavam o carro na posição de volta.

Na volta, carregado de bananas ou feixes de cana, a cantiga do carro anunciava a chegada da carga.

Os bois, cansados das lidas, eram soltos ou levados para seus arrumos onde eram bem compensados por farta comida: pontas de cana, cana cortada e água próxima.

UMA VIAGEM DE SONHO Eduardo Festugato

Torres de Antigamente Crônicas e Memórias, p.11
(Para a Sra. Amélia Sartori Corssetti)

Corria o ano de 1920, numa Caxias provinciana nos albores de sua infância. A menina Maria Luiza, nos seus dez para onze anos, não conseguia conciliar o sono. Na madrugada do dia seguinte começaria a maior aventura de sua vida: a viagem para apraia de Torres, desconhecida e misteriosa como foi o oceano para Cristóvão Colombo. Parecia tão longe! Cento e setenta quilômetros eram infinitos para a criancinha encarapitada no seu petiço pernas curtas. O mesmo que viajar para uma estrela! Agora, voando nas asas do sonho e da saudade, descobre que setenta e quatro anos é bem mais perto, pois num segundo ela volta para lá.

Já nos dias que antecederiam a partida, a família preparava o pão de forno, ascarnes defumadas e salgadas, charque, derivados de porco. Em latas bem vedadas ia o açúcar, o sal, o café, as marmeladas, os biscoitos, o arroz, o feijão, a banha, a farinha de trigo, a farinha de milho, o toicinho – os mantimentos para mais de trinta dias de veraneio. E milho para os animais.

Os cavalos foram ferrados. A mulinha do andar de sua mãe e os burros de carga, apenas aparadas os cascos e já estavam prontos para viagem. Cinco burros levariam as cargas, acomodadas em grandes bruacas de couro cru.

Antes de clarear o dia, foi acordada pelo barulho dos últimos preparativos: vozes alegres, ordens apressadas, bufidos de cavalos e o agradável ruído dos talheres sendo arrumados para o café da manhã. Por vários dias seria o último dentro de uma casa.

Da Casa Branca, perto da Vila Seca, partiu a caravana num belo dia de verão. Na frente, o "Seu" Guerino, montado no grande cavalo douradilho, seguido pela Dona Santina, que ia na mulinha tostada. Depois, a negra Luiza e ela, Maria Luiza, no seu cavalinho zaino. Seguiam os tropeiros que tangiam a tropilha de cinco cargueiros abarrotados de carga. Bem adiante, viajava o seu irmão Sirilo, um ano mais velho do que ela, com a sua espingardinha ao ombro, seguido do seu inseparável perdigueiro.

Foram cinco dias felizes, viajando numa paisagem dourada de sol, sem barro nem poeira, pois os pastos cobriam toda a terra como um tapete verdejante. Marchavam até ao meio-dia, ou até a uma hora da tarde e paravam no primeiro capão que servisse para acampar: sombra boa, água fresca e pasto para os animais. Comia-se pão, salame, queijo, farofa de galinha, paçoca de charque e, depois de atender à cavalhada dando-lhe milho e água e colocados os animais na sogra para pastar, a tarde virava divertidopiquenique. Seu pai seguia adiante, procurando a casa de algum fazendeiro para comprarum frango ou uma galinha para preparar a refeição da noite, a mais importante do dia. Geralmente era arroz com galinha. O Sirilo ia atrás das perdizes e raro era o dia em que não voltava com meia dúzia delas no pindurico, alguns perdigões, um tatu ou uma mulita, que iam reforçar a janta da comitiva eternamente esfomeada.

Depois da janta, ficavam todos acomodados ao redor da fogueira, contando as peripécias do dia. Mais tarde, era vez dos experientes tropeiros, curtidos de tanta estrada e fumaça, narrar os "causos" de tesouros escondidos, animais bravios, cobras venenosas e histórias de assombrações. Era quando a menininha parava de bulir nas brasas que tanto a fascinavam e se aproximava, prudente da mãe. Olhos arregalados e ouvidos atentos, devorava as palavras simples e pausadas dos tropeiros, que a noite vestia de mistério. Alimentava, assim, a sua imaginação criadora que iria povoar de vida as suas noites e os seus sonhos. (A vida onírica é a maior garantia de equilíbrio emocional, por elaboração dos dolos. É o lamber dos ferimentos das peleias. E que os soníferos suprimem).

Depois, o sono merecido dos que trabalham e suam. Ao acordar, no meio da noite, dentro do aconchego da barraca, junto com seus pais, o barulho de milho quebrado pelos dentes dos cavalos a fazia adormecer novamente, embalada por atavismos da raça. (A pessoa normal só adormece em ambiente em que se sinta segura. O cavalo, à mão, representa a segurança do ataque ou da fuga).

De manhãzinha bem cedo, ainda escuro, os animais já encilhados, secos e mornosmesmo no sereno, estavam prontos para reiniciar a viagem. Qualquer resto de sono, como neblina ao vento, era dispensado pela aragem fresca da madrugada serrana, impregnada dos aromas dos pastos maduros do verão. Em direção aos albores do novo dia, viam surgir no horizonte o esplendor do sol nascente, iluminando a paisagem despovoada, sem cercas, tudo verde até onde alcançava a vista.

Água para beber? Qualquer riacho servia, pois a palavra "poluição" ainda não tinha entrado nas suas vidas e os defensivos agrícolas eram desconhecidos.

A lúcida e simpática senhora de oitenta e quatro anos de idade, ao lembrar estas viagens da sua infância longínqua, com sua família tão amada, não esquece os pequenos detalhes. Os pratos eram de alumínio em vez de esmaltados como era o costume na época. Lascavam menos e eram mais leves, justifica. Lembra o dia em que seu cavalo ficou preso num atoleiro, ao atravessar um brejo alagado. E a vez em que o Sirilo foi corrido do acampamento por trazer um lagarto para ser preparado.

Seus olhos umedecem quando lembra aqueles dias tão felizes e descuidados como são os das crianças criadas ao ar livre. (As preocupações ficam sempre com

ospais – descobriu bem mais tarde). De tanto verde que entrou para pupila a dentro, brilham com a luz verdoenga das paragens da sua meninice, saudosos daquelas mornas eperfumadas madrugadas de grilos, manhãs luminosas de sol e corruíras e das longas tardes vermelhas, povoadas de cigarras. "Escute! É o sabiá-laranjeira cantando ao crepúsculo, tão tristonho, despedindo-se do dia."

Saudade do passado? Sua voz enrouquece ao falar do seu cavalinho marchado: "Como eu gostava do meu cavalinho zaino!"

Também não esquece a emoção imensurável de se deparar, frente a frente com um puma, na descida da serra, numa trilha: "Ele ficou nos olhando com seus grandes olhos amarelos. Quando viu que não paramos, saltou para o mato e desapareceu." Acrescenta encantada: "Como era maravilhoso na sua força e liberdade, selvagem, tímido e arisco, totalmente inofensivo comum gatinho" desmistificando as justificativa dos pseudo-caçadores para exterminá-los por ferozes. (A única justificativa é a competição pela comida: se ele come as minhas galinhas, eu o mato!).

Ao contar como era a descida da serra, por trilhas estreitíssima beirando abismos profundos, em fila, um atrás do outro, recorda os gritos que costumavam dar para avisar os que vinham em direção contrária: "Ooooooh! Ooooooh!" que repercutiam nos paredões da serra, multiplicados pelo eco. Mas que avisos, eram a expressão da pura alegria de viver na liberdade dos amplos espaços abertos, como as andorinhas. Comovida, confessa: "Me parece ver o meu pai, a cavalo, de botas de cano alto como usavam os serranos, mãos em concha, na boca, lançando o seu brado que ecoava ao longe. E a alegria de Sirilo e a minha, gritando de puro prazer. Ainda agora ouço esses gritos e ecoando dentro da minha cabeça!"

LENDAS MORTAS & LENDAS VIVAS DO VALE DO MAMPITUBA

Bento Barcelos da Silva

Raízes de Santo Antonio da Patrulha 2019 – 30 anos, p.477

Trata-se de vultos que fazem parte da história da região e pessoas que ainda vivem.

"A História é construída de fatos; a lenda de fantasias. A lenda não passa de ficção do espírito humano, com bases populares, e não precisa ter compromissos com a verdade, porém nada nos impede submetê-la a certa dose de crítica histórica, na procura da fagulha que poderia ter causado a fumaça". RRRuschel

Ouvi de um velho: "As lendas não devem morrer para que os velhos que hão de vir possam continuar contando para os mais jovens e esses, quando ficarem velhos, continuarem contando": "E a terra o expulsou do seu ventre..."

A história assim como a verdade tem muito de imaginação, e a história oficial sempre foi ingrata com os humildes, portanto vamos transformar a história deles em lendas para que possam ser contadas e nunca mais esquecidas.

Lendas Mortas

Candinho Baiano: um homem bom taxado de bandido

(Adaptação do Livro Vale Mampituba – Capítulo VIII)

Eram cinco soldados cearenses, que se achavam desertores da Guerra do Paraguai e vieram parar no Vale do Três Forquilhas. Foram muito bem recebidos pela sociedade local. O líder político da região simpatizando com eles os apelida de baianos. Ali eles construíram família e viveram mais de vinte anos naquela comunidade. Mas infelizmente foram todos assassinados: um por motivo fútil e os outros quatro num pós guerra por motivos políticos. Vingança de guerra em tempos de paz.

Candinho era o mais jovem, mais falador e o líder do grupo e tornou-se também uma liderança local. Fica conhecido para a história como Candinho Baiano, após sua morte virou lenda.

Iluminado pela luz mortiça de uma pixirica, diz a lenda: “Lá no sertão do distante e seco Ceará, quando a parteira levantou a criança nos braços magros e fortes para dizer que era um menino, a velha e enrugada feiticeira que acompanhava o ritual, colocou em seu pescoço, amarrado por um barbante, um patuá e proferiu as seguintes palavras: “Será um homem muito corajoso e valente e frente a frente ninguém terá coragem de enfrentá-lo. Para vencê-lo (prender ou matar) só se fizerem traição muito bem feita”. Depois, com o tempo, diziam que o patuá o protegia da morte. Estava envolto por um escapulário sebento. Mas a traição foi muito bem feita, pois, na Noite dos Reis, um bando de assassinos se misturou com os homens das cantorias e quando Candinho Baiano esticou o braço, para entregar a oferenda ao Menino, foi vilmente degolado. Agentes do governo usaram o nome de Deus para matá-lo. Feriram o sagrado. Do corpo estirado no chão, rapidamente tiraram o patuá para que Candinho Baiano, realmente, permanecesse sem vida”.

Enquanto seu corpo ficou esticado na terra sua alma de homem simples deve ter subido ao céu com o Menino segurando sua mão, enquanto ascendia.



Paulino, Carreteiro de profissão

(Adaptação do livro O Vale do Mampituba Capítulo V)

Paulino Pereira da Silva, filho de Eva, nasceu em 1853 e foi escravo até os vinte e cinco anos. Em 1878 resolveu se casar e comprou sua liberdade. Tornou-se carreteiro de profissão. No seu carro, de juntas bovinas, viajava do Passo do Sertão para o norte até Araranguá e Laguna. Depois voltava em direção ao sul, passava pela Villa das Torres até Tramandaí e depois Porto Alegre e Viamão. Na ida levava principalmente cachaça, farinha de mandioca e rapadura; na volta trazia fazendas, armarinhos, especiarias, peixe e mariscos secos e encomendas diversas. Segundo a senhora Venina que o conheceu, ficou rico. Tinha a melhor casa na localidade de Olhos d'Água, no Passo do Sertão, segundo distrito do Araranguá. Uma enorme casa de tijolos, rebocada, forrada, assoalhada e caiada. Na ampla sala, como ornato, tinha em uma das paredes uma canga com duas cabeças de bois mumificadas. Quando morreu em 1935, aos oitenta e dois anos, deixou bens a inventariar, mulher e sete filhos. Joanna Cecília de Jesus, ex escrava, foi sua esposa.

O Santo Preto de Torres

(Adaptação do livro O Vale do Mampituba Capítulo V)

O “torriense”, Sebastião Serafim Coelho, nasceu escravo e era filho da escrava Joaquina. Foi batizado por volta dos oito anos em Torres em 26-01-1858. Não se sabe quando foi embora, nem em que circunstâncias, e muito menos quando ficou livre. Morou em Porto Alegre e Esteio

e por último em Canoas onde mais tempo viveu. Bastião, como era chamado, levava uma vida de santo. Era muito pobre e trabalhava fazendo biscates. Não cobrava em dinheiro pelos seus serviços, mas trocava por alimentos o seu modesto trabalho e só pegava o necessário para ir levando a vida. Era um místico. Devoto a Deus, muito querido e respeitado por todos. Aos domingos assistia todas as missas e tomava comunhão mesmo sem ter pecados. Rezava a Via-Sacra com profunda devoção. Durante a quaresma cumpria jejum rigoroso e ia e voltava caminhando, com os pés descalços, até Porto Alegre para participar da procissão da Nossa Senhora dos Navegantes. Não aceitava caronas. Fazia penitências para pagar os pecados que não tinha.

Em Canoas o vigário da paróquia São Luís, padre José Leão Hartimann, conseguiu uma casinha nos fundos da igreja. Aí viveu os seus últimos longos anos. Morreu na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre em 04-05-1958 aos cento e cinco anos de idade (108?). Sebastião foi sepultado no Cemitério Chácara Barreto, na cidade de Canoas, segundo consta no livro: "Pequena História de Canoas", de João Palma da Silva. Sua morte foi amplamente noticiada nos jornais de Porto Alegre. Ele viveu uma vida simples, um modelo para todo cristão. Sebastião, hoje em Canoas, é tido como um Santo. Seu túmulo é venerado por muitas pessoas que o cobrem de flores e velas. Dizem os devotos que graças tem sido obtidas por intermédio desse Homem de Deus e até curas ditas milagrosas. Alguém já falou em colocá-lo nos altares canonizados, para exemplo dos cristãos, o que seria justo e oportuno disse Ruschel. Em Torres quase nada se sabe da vida simples e religiosa desse humilde filho de Deus. Como diz o dito popular: "Santo de casa não faz milagres."

MÃE MARIA: a escrava que foi princesa

(Adaptação do livro O Vale do Mampituba Capítulo V)

Nidanji, filha mais velha de Yabá-Yeyê (Rainha Mãe), da nação Nagô, nasceu em 1825 na África. Era uma princesa, e um dia iria suceder sua mãe no reinado matriarcal de sua pequena tribo, lá do outro lado do mar, no distante continente negro. Porém, ela foi sequestrada, por outros negros, vendida para traficantes brancos e separada de Yabá-Yeyê e de seu futuro pequeno reino. No ano de 1847, quando estava com vinte e dois anos, foi adquirida no mercado de escravos em Porto Alegre juntamente com pai Vicente, com quarenta e cinco, e que se tornará seu esposo. Tiveram filhos. Foi comprada pelo pastor, imigrante, Adolfo Voges, líder espiritual e político da Colônia de Dom Pedro de Alcântara de Três Forquilhas. Iyá Maria, como, também era chamada a princesa da Nação Nagô, agora escrava, aprendeu a falar, ler e escrever fluentemente o alemão e vivia entre alemães, na sua maioria, semianalfabetos em sua própria língua.

Mãe Maria, como ficou conhecida, com o tempo tornou-se, também, fluente na língua portuguesa e preservou sua língua nativa, o "yorubá" da Nação Nagô, mantendo, assim, viva a cultura de sua tribo em uma terra estrangeira. Tinha um terreiro dentro da propriedade do pastor, no pátio do engenho, onde fazia os seus batuques, muitas vezes frequentados pelos alemães. Foi uma espécie de curandeira e sacerdotisa entre os escravos da região. Receitava chás e xaropes que ela, mesmo, preparava, feitos de folhas, ervas ou raízes medicinais. Fazia rezas e benzeduras e cuidava com carinho de todos os doentes, pretos ou brancos. Preparava afrodisíacos feitos com ovos de pássaros, mel de abelha e ervas do campo. Era, também, excelente cozinheira e doceira. Nidanji morreu em 1894 no Vale Três Forquilhas aos sessenta e nove anos, vitimada por cólera que dizimou a região.

O HOMEM SECO DA IGREJA MATRIZ

(Adaptação do livro O Vale do Mampituba Capítulo XV)

Por meu Deus, por Rei e por Castela foram palavras ditas por El Cid, o mais leal dos homens e o mais nobre dos guerreiros que povoou a mente infanto-juvenil deste escriba

contador de histórias. Foi para sua última batalha mumificado. Estava Morto. Seu nome correto: Rodrigo Dias de Vivar. Uma lenda, é claro.

Rodrigues, nome muito comum na região do Vale do Mampituba, segundo os estudiosos quer dizer o filho de Rodrigo, portanto o filho da lenda de um homem seco. E aqui em São Domingos das Torres nós temos um filho da lenda que virou lenda, um filho de El Cid. Era um simpatizante maragato que em uma madrugada foi feito prisioneiro pelos homens do governo. Este fato aconteceu nos costões da Serra Geral, no lugar denominado Barro Cortado. Era um velho doente e acamado que tinha tomado como linimento um purgativo. Foi trazido para a “Villa” com requintes de crueldades. Andou a pé por trinta quilômetros com os punhos amarrados e atados por uma pequena corda a cela do cavalo de um de seus algozes.

Quando aqui chegou estava febril, desnutrido e desidratado, vivo por milagre. Depois foi estaqueado e mais tarde degolado. Seu corpo fiou insepulto para que as feras e as aves de rapina o devorassem. Era para servir de escarmento.

Não teve direito a um atestado de óbito e nem de corpo delito. Era proibido. Foi chamado pelos inimigos políticos, com muita ironia, de bandido. Porém para os parentes amigos era uma vítima.

Contudo, na calada da noite os parentes e amigos, sem velório, enterraram aquele corpo enrolado em um couro de boi salgado e costurado. Foi enterrado em uma cova rasanas dunas da Praia da Cal, entre a lagoa da “Villa” e a Torre Norte. Dunas que, naquela época, invadiam o vilarejo e ameaçava soterra-lo. Vilarejo que era apenas uma pequenarua.

Tempos depois o travesso vento resolve descobrir o couro de boi com os restos mortais do mártir. Os inimigos políticos, novamente com muita ironia, disseram que a terranão o aceitou no seu ventre porque era um homem muito ruim.

Mais tarde, no imaginário popular, criou-se a ideia que o mar expulsou de suas águas e o fogo não o aceitou em suas chamas e então aquela corama foi parar na igreja matriz de São Domingos das Torres que o aceitou. Um lugar merecido, segundo os parentes que o consideram um santo. Nasceu a lenda.

Ele teve muitos filhos com muitas mulheres e três deles fizeram uma guerra local para vingar a morte do Pai.

Seu nome José Rodrigues da Silva, neto do alferes povoador da “Villa”. Lendas vivas – não deixem a lenda morrer, ela encanta e espanta

GILMAR O ELETRICISTA: Não Enxerga, Mas Vê

(Adaptado do Livro Rabiscando na Areia)

Gilmar é electricista de profissão e foi o melhor no seu tempo, no meio em que vivia. Mas ele nasceu ou adquiriu, ainda no berço, uma deficiência visual. O Gilmar não enxerga. Porém, ele não é exatamente um cego. Ele vê, tem esta virtude. Vê com os olhos da alma, porque tem uma alma pura, uma alma simples, porém superior. Ele vê com o coração e com as hábeis mãos que executam com alegria o trabalho dos simples. É uma lenda viva. E portanto o nome dele deve ser lembrado por muito tempo neste terceiro milênio depois de Cristo.

Mesmo sem enxergar (hoje ele está aposentado, recebe benefício do INSS pela deficiência visual e não trabalha mais). Gilmar vê com os olhos da alma, porque tem uma alma pura, uma alma superior. Quero deixar aqui a minha homenagem sincera a este grande amigo que é gente da nossa terra e que, em um dia num futuro longínquo, será lenda para a nossa gente, como aquele que mesmo sem o dom da visão conseguia ver. O Gilmar não é cego, não tem culpa, não tem pecado. É um forte e é bem diferente da grande maioria de nossos administradores que são omissos e fracos. O Gilmar é um forte. É uma lenda viva.

HOMENS AO MAR: Irê, uma Lenda Viva

Incerto nauta por feios mares Onde se estende névoa sombria

Se encosta ao mastro, descobre a frente
E reza baixinho: Ave Maria _ Fagundes Varela

Irê dos Santos Cardoso foi um menino pobre que muito cedo conheceu o mar. Nasceu pescador na região baixa do Vale do Mampituba. É filho de outro pescador, Manoel Porfírio Cardoso, e uma dona de casa, Erma Apolinário dos Santos. Muito jovem tornou-se salva-vidas e depois soldado da Brigada Militar. Como salva-vidas estava entre os melhores. Além de ótimo nadador era aplicado; tinha técnica, resistência e coragem. Em período de férias da corporação, volta ao grande lago salgado. Se junta com pescadores profissionais e agora é um nauta de um barco pesqueiro que em dia tranquilo, se afasta da foz como num parto, arredando as pequenas vagas e em busca do alto mar.

Irê foi à procura de um grande pescado. Queria fazer presente a um amigo. O mar e o tempo prometiam. Porém, lá muito longe da costa, aquilo que parecia ser uma pescaria festiva, para um soldado em férias, tornou-se um imenso pesadelo para toda a tripulação. Netuno, o deus dos mares e das tormentas, manda e rege sobre eles uma tempestade. Um Nordesteão, com a fúria de um verdadeiro filho de Tifão, o pai dos ventos violentos, varre o mar e levanta ondas com mais de dez metros. O barco está tão longe da terra que de lá se vê o Sol, quando finda a jornada, se esconder no oceano. Tão longe no mar que lá a meia noite é mais quente do que o meio dia e o meio dia, portanto, é mais frio do que a meia noite. O barco com sua tripulação se arrasta, sob o comando de mãos experientes, para próximo da costa, contudo não há condições de entrar na traiçoeira barra do Mampituba, devido à borrasca. Fica além da ilha dos Lobos e lança âncora, mas balança como uma casca de noz e, para maior tormento dos navegantes, o motor da embarcação “pifa”. Perdem também a comunicação pelo rádio. Não são vistos da terra. Os dias passam devagar, e o terrível filho de Tifão não descansa. Sopra cada vez mais forte. Netuno, que é um deus violento, ri com crueldade.

O comandante pede tranquilidade à tripulação. Sabe, por experiência, que quanto mais forte a tempestade menos tempo ela dura. Não queria saber de aventuras: “Quando a tormenta passar, um outro barco virá em nosso socorro”, complementou. Era um recado indireto para o pescador temporário. Ele conhecia bem o novato tripulante. Porém, Irê, com disciplina militar, se comporta tão bem quanto os outros marinheiros pescadores; mas é por pouco tempo. A comida e a água ficam escassas, e ele é um glutão. Precisa de muita energia para manter saudável o seu corpo forte e sadia a sua mente brilhante. Pensa também nos seus companheiros. E pensa grande. Planeja uma fuga para o próximo amanhecer. Quer buscar socorro para todos. Sabia que com pequena boia atada à cintura e com sua experiência de salva vidas, as ondas o levariam para a costa. Contava com a sorte e proteção da “Senhora”, sua madrinha. Um pouco antes do Sol nascer, sem ninguém na proa para servir de testemunho, se benze e se lança ao mar. A água gelada é um choque que o assusta, mas não tem mais como voltar, e nem quer. Se benze outra vez e se assusta novamente. Vozes sufocadas pelo vento berrante e pelo estalar dos banzeiros o chamam pelo nome. É Osmar, outro pescador que, às ocultas, o estava “negaciando”. Vem espanando na água como um cachorrinho. O afoito e corajoso Osmar era muito jovem, mas não sabia nadar. A partir desse momento, as coisas complicadas se multiplicaram em um infinito. Novamente Irê se benze e dá guarida, na pequena boia, ao seu companheiro de infortúnio.

No mar há tanta tormenta e há tanto dano.
E tantas vezes a morte é apercebida _ Camões

Agora temos dois homens perdidos num mar revolto ao sabor das gigantescas ondas e ouvindo o silvo, como um chicote, de um vento aterrador. As lentas horas passam muito devagar. Quando elevados, nas cristas das ondas crespas e espumantes, veem o brilho do Sol riscando o céu em um horizonte distante. O barco já é apenas um ponto que cambaleia em um imenso deserto de águas. Algum tempo depois uma serra no lado oposto. Mais tarde pequenas

torres e uma cidade que desperta. Os pescadores estão exaustos e muito distantes em mar aberto. Osmar pensa em desistir e largar a boia. E, num cavado, entre as enormes ondas ele diz soluçando: Eu vou ficar e tu segues. Tens Família e eu não posso atrapalhar. Irê o segura, com seus braços fortes, contra a boia e retruca: Não faça isso: “Nossa Senhora vai nos ajudar.” De novo, em um crista que os eleva, vê as torres maiores e mostra para o amigo que quer desistir, e repete: “Nossa Senhora vai nos ajudar.” Outra vez num cavado, com a humildade dos fortes, emocionado, chora e reza baixinho: Ave Maria. Cristas e cavados velozes se repetem em períodos curtos, contudo o tempo insiste em passar devagar. Em um cavado, entre ondas, vê somente um pequeno e distante Sol, envolto por lágrimas e neblina, que os espia do alto no seu eterno e lento movimento. Numa outra crista vê céu e mar sem limites. O barco, há muito tempo, perderam de vista. Eles são como um cisco caído da carruagem de Netuno e arrastados pelas águas tempestuosas. Depois de um tempo que parecia não ter fim, o gigante Irê sente a terra embaixo de seus pés. “Estamos chegando:” grita para o companheiro meio desfalecido. Viu muito próximo a Pedra Chata a sua esquerda. Mas Netuno brinca, e lança sobre eles uma onda de recuo que os devolve para as profundezas. Vê a Pedra Chata se afastar e passa por ela ao largo. Ela, a Pedra, agora está a sua direita. Finalmente seus pés outra vez encontram terra firme. Agora é para valer. Se arrastam e caem na areia onde o mar, que tanto e por tanto tempo os fustigou, já nem lambe seus pés. Somente o vento forte ainda os açoita. Passaram mais de cinco horas e foram arrastados pela tormenta por quase vinte quilômetros. São socorridos por um carroceiro que se dirigia para o centro da cidade. Depois um automóvel os leva até os familiares e amigos que aflitos os esperavam, na foz do rio, rezando e olhando para o mar. Em seguida, após o relato do Irê, um robusto barco em missão de alto risco, parte com seus heroicos marinheiros em socorro dos que estavam perdidos. Leva comida, água e um mecânico a bordo. Sabem também que terão de ficar por lá até o fim da tempestade. Contudo, após a tempestade, a calmaria. Depois dois barcos apontam no horizonte para em seguida, “irmanados” e sem vítimas, entrar na barra e lentamente, e em festa subir o rio.

Após, Netuno em sua carruagem, volta para o seu reino no fundo do mar e arquiteta outras tempestades.

Notas e observações: relatos de Irê para este escriba e contador de histórias; O feito ocorreu em meados de setembro de 1983; O defeito no motor do barco era apenas o cabo da bateria que tinha se rompido; Ondas de dez metros correspondem a ventos demais de 60km/h conforme escala de Beaufort que quantifica os ventos; Irê dos Santos Cardoso foi homenageado na Câmara Municipal de Porto Alegre no mesmo ano; O feito heroico foi matéria no Jornal Zero Hora pela jornalista Margareth de Paula; Colaboração Aline Barrim Bianchi, Adriano Teixeira_Daka e Débora Fernandes; Colaboração especial de Luiz Alberto Bach _ Gigio, que foi cozinheiro em alto mar.

NÁUFRAGO DO PAREDÃO: Kideeeeeê

(Adaptado do Livro Rabiscando na Areia)

Kid (Euclides Manoel Mariano), é uma verdadeira lenda viva torrense e por esse motivo a história dele deve ser para sempre lembrada. Num outro tempo, mais no passado, exatamente no dia 19/08/1968, uma madrugada invernal, no Morro das Furnas, ocorreu um fato violento e chocante. Aconteceu em uma noite úmida e ventosa, com um mar agitadoíssimo tocado de sul. Diversos pescadores se esparramavam nas partes altas dos pesqueiros locais com suas linhas de mão lançadas ao mar revolto. Uma pescaria de miraguaias. Como era costume usam surradas roupas pesadas para se protegerem do frio cortante de uma madrugada escura. Entre eles o menino Kid com catorze anos, adolescente, muito pobre e recém chegado do interior. Ainda não conhecia bem o mar, mas, como todo jovem, era ágil e afoito, e tinha coragem.

Em um dado momento o pescador Clóvis Daitx “ferra” uma miraguaia e com ajuda do

menino Kid desce no pesqueiro Furna Grande para, com ajuda dele, “embucheirar” e sacar o peixe de dentro do mar agitado. E foi ali que o imprevisto aconteceu. Quando a miraguaia estava avista e Kid com o “bucheiro” na mão se prepara para arrebatá-lo, o mar lança uma poderosa e traiçoeira onda que, como uma imensa língua, lambe o menino audaz para o fundo do mar. Para desespero do Clóvis, o amigo Kid junto com a miraguaia desaparecem com a onda na escuridão. O peixe ficou livre da linha que o prendia, mas o jovem pescador desapareceu enrolado na onda que o derrubou. Tal fato aconteceu por volta de uma hora e trinta minutos da madrugada. O mar que dá o peixe costuma cobrar tributos, levando com regularidade um pescador. Seria, Kid, naquela noite, um tributo cobrado?

Eu, na ânsia de fisgar a miraguaia, senti quando uma onda gigante me empurrou pelas costas e me socou com força para o fundo do mar. Depois ondas enormes me sufocaram contra o paredão. Me apaguei e acordei sem roupas. Sentia muita dor e um frio que travava os movimentos. Chorei e orei sem saber se estava vivo ou estava morto. Ouvia vozes, mas eram distantes e confusas... Depois uma Luz, era Jesus. Falou comigo com carinho e me prestou os primeiros socorros. Me colocou sobre uma ferramenta improvisada e me orientou. Em seguida deu três puxões numa corda e eu comecei a subir. Quando cheguei lá encima mãos amigas de pessoas emocionadas vieram ao meu encontro. Já faz meio século que a lenda nasceu. Não deixem as lendas morrerem. Elas encantam e espantam.

Referências

FERNANDES, Débora. Torres: História em crônicas, 2019.

SILVA, Bento Barcelos da. Vale do Mampituba: História, realidade e imaginação. Porto Alegre, 2018.

SILVA, Bento Barcelos da. Rabiscando na Areia. Torres, 2018.

MAIS LENDAS POR BENTO BARCELOS DA SILVA

TERRITÓRIO DOS BUGRES

(Adaptação do livro O Vale do Mampituba Capítulo I)

O território sul brasileiro, compreendido entre os rios Araranguá e Tramandaí, tem uma estrutura geográfica peculiar e um microclima diferenciado. É o território dos bugres. Na linguagem deles devia se chamar Sítio das Torres, talvez Vau do Mampituba, ou, quem sabe, Ponta da Pedra Chata.

Entre os rios “Tramandy” e “Araranguá” havia um território litorâneo e muito antigo; era um caminho que os bugres fizeram, andando, quando calcavam a terra ao caminhar. Dentro deste universo e no seu ponto médio havia um sub território na região das torres que poderíamos chamar de Grande Paraíso. Nele havia, ao sul, uma pedra chata que vizinhava com um grande lago e com a mata dos quatis. Neste local se situava o Campo Santo. A região desta pedra chata era excelente lugar para pousar e repousar. Havia caça em quantidade, muito peixe, lenha a vontade e água boa. Ao norte havia o rio “Mampitubá”, que, naquela época, dava vau com facilidade e tinha abundância de tainhas no outono-inverno e de bagres na primavera verão. Este pequeno “caminho território” era muito estreito e costeado a leste pelo mar e ao oeste por um imenso charco, dunas gigantescas e parte da mata atlântica. Havia também muitos lagos que se confundiam com o charco e escoriam para o mar.

Em um ponto médio entre a Pedra Chata e o rio Mampituba existiam as torres e entre elas, e além delas, as praias que era o real caminho que os bugres trilhavam de norte a sul e de sul a norte em busca do clima mais ameno. No inverno deviam ir para o norte e no verão para o sul. Na região da Torre Norte é onde deviam ficar mais tempo porque era um lugar onde havia proteção contra os ventos dominantes e ainda melhor que a Pedra Chata, para pousar e repousar. Este lugar dentro da região “paradisiaca” era realmente um pequeno paraíso. E aqui eles deviam ficar mais tempo e neste lugar era onde deviam ter amado muito e amado de

verdade. No calendário deles, quando aqui acampados, todo dia devia ser, como disse o poeta, feriado nacional.

Porém, um dia, seres brancos, barbudos e fedorentos, chegaram e, em nome de seu deus assassinado por eles mesmos, os destruíram para sempre. Os bugres deixaram apenas seus rastros através de seus sambaquis e seus mortos que, agora, infelizmente também já desapareceram.

A partir de então este território litorâneo e milenar, por muito tempo, passou a ser uma terra de ninguém.

FRÁGEIS FORTES

No ano de 1777, quando a futura “Villa” das Torres era apenas as torres, dunas gigantescas, um grande charco e parte de uma floresta entre eles, nasceu nos meados da Torre Norte, um fortim. Este pequeno paraíso servia de campo de pouso e repouso para os bugres, e para eles.

O fortim foi construído pelos portugueses aos vinte metros de altitude e voltado para o mar (Praia das Pedras _ NEE). A finalidade era para combater um inimigo, do norte, que nunca veio, os espanhóis.

Estes dominavam a freguesia de Nossa Senhora do Desterro na capitania da ilha de Santa Catarina.

Foi feito gravetos, terra batida e leivas de grama em torno de uma vala. Como o nome diz _ um fortim, pequeno e frágil forte. Por este motivo teve uma vida muito curta. Foi rapidamente abandonado e em seguida virou ruína. O nome dele: Forte São Diogo.

A região naquele tempo estava subordinada a província de São Paulo e aqui era terras de Laguna.

Depois, em 1797, foi reconstruído e comandado por um tenente sem nome para história. Chegou a possuir dois canhões. Foi novamente abandonado e outra vez virou ruína.

Quando, em 1801(?), o alferes povoador por aqui “aportou” para comandá-lo, a serviço do pedágio, ele devia estar outra vez em processo de decadência, mas seus quartéis serviram de abrigo para ele e seus comandados.

Em 1809 foi novamente reconstruído e houve também a tentativa de criar um núcleo urbano com prisioneiros sentenciados, de guerra e índios, negros fugidos e as putas. Esta tentativa, porém, não deu certo e o fortim outra vez decaiu.

Mais tarde, em 1819, pela última vez foi reconstruído e denominado (apelidado) Baluarte Ipiranga. Nele foi instalado dois enormes canhões que apontavam para o mar. O fortim serviu para que o novo responsável pela região do “Presídio” tratasse os “seus” interesses com os imigrantes alemães (prussianos).

Durante a Guerra dos Farrapos, os revoltosos o ocuparam expulsando as forças leais ao imperador. Construíram trincheiras em torno dele. Mas depois as forças ditas legais o recuperaram. Porém, outra vez os farrapos, os expulsaram. E outra vez os leais e outra vez os farrapos... Ou seja: Sempre que foi atacado, sucumbiu. Talvez tenha sucumbido porque, como já foi dito, fora construído para defender a passagem de um inimigo, do norte, que nunca veio.

Os inimigos, quando vieram, sempre vieram do sul, pela rota de fuga. O Fortim militarmente nunca serviu para nada e do pó ele veio e ao pó, rapidamente, retornou. Não deixou vestígio. Virou lenda.

VIDA E FELICIDADE

Acredito que viajo no tempo em direção ao passado e de repente: meu Deus! O que vejo, lá longe? _ São duas mulheres que acenam e sorriem para mim. Sem se moverem, se aproximam e me acariciam, e sem moverem os lábios falam comigo e me chamam de filho. São mulheres negras. São jovens, são velhas e são meninas. De seus olhos brotam lágrimas, mas elas estão sorrindo. Lágrimas, muito salgadas, rolando em suas faces escuras. Talvez sejam

negras africanas, filhas de negros sem nome. Porém, o mais provável é que sejam mulatas brasileiras, nascidas na região de Laguna. Filhas bastardas e escravas que geraram filhos escravos e bastardos. Sinto-me tão inferior perto delas e acordo chorando, e murmuro: Minhas mães. Vida, cujo nome completo e correto é Eva Pereira da Silva, Eva que quer dizer Vida e Felicidade cujo nome completo e correto é Cecília Felicidade de Jesus são tri avós deste escriba, contador de histórias.

Vida, em 1850, gerou Justina Pereira da Silva. E em 1853 Paulino Pereira da Silva.

E Felicidade gerou Joanna Cecília de Jesus em 1860.

Segundo relato da senhora Venina que na juventude conheceu Justina

Pereira da Silva, sua avó, a quem chamava de Dindinha Velha: “Quando ainda reunia forças, Dindinha Velha, pegava uma foice, colocava um chapelão de palhas de butiá na cabeça, pés descalços, enfrentando o sol da manhã, botava no chão

uma coivara para transformarem uma pequena roça, de onde tirava o seu sustento.” Quando velha morava em um pequeno barraco de chão batido. Já senil costumava pitar um cachimbo, sentada em um cepo de figueira, próximo a um fogo de chão. Aqueitava água em uma lata de azeite doce enterrada no braseiro, onde preparava e bebia um “gorpe de mata bicho com uma pitada de cachaça prá espantá u gripu”. Fazia também um fervido em uma marmitta de ferro enegrecida, pendurada do teto enfumaçado e sem forro por um velho pedaço de corrente. Depois colocava um punhado de farinha de mandioca no fervido fumegante, e preparava um “mexido escardado”. Era o seu alimento.

Quando as crianças se aproximavam, costumava dizer: Chegou a "turba", mas pedia a elas que alcançassem um tição para acender o cachimbo. E quando contava histórias do tempo da escravidão, murmurava um nome: Rodrigo. Devia estar se referindo a José Rodrigues da Silva com quem teve três (ou mais) filhos. Ela morre aos cento e cinco anos de idade, no ano de 1955, no Passo do Sertão.

Vida era Escrava dos Pereira da Silva e gerou Justina que nasceu em 1850. Era branca e tinha os olhos azuis, nariz chato e cabelos “engruvinhados”. Certa oralidade diz que era mulata bonita.

Vida, também, gerou Paulino Pereira da Silva que nasceu em 1853. Talvez tenha gerado outros filhos, mas se os fez estes não deixaram rastros. O nome correto de Vida é Eva. Eva Pereira da Silva. Eva que quer dizer Vida.

Justina, em 1870 aos vinte anos, gerou Diogo. Era, também, escravo dos Pereira da Silva. Em 1884, com trinta e quatro anos, e seu filho Diogo, com catorze, são vendidos para José Rodrigues da Silva e Virginia Rosa, sua companheira.

Agora, escrava de José Rodrigues da Silva e Virginia Rosa, tem filhos com seu senhor. O primeiro deles é Leôncio José da Silva que nasce em 1884. Nasce meio escravo (Lei do Ventre Livre). Possivelmente, quando adquiriu a maioridade, tinha dívidas a pagar. Eram as regras do mundo branco. José Rodrigues da Silva era seu pai e seu e seu proprietário.

FELICIDADE E JOANNA

(Adaptação do livro O Vale do Mampituba Capítulo V)

Felicidade, nasceu em 1840 e seu nome completo e correto é Cecília Felicidade de Jesus. Em 1860 gerou Joanna Cecília de Jesus. Joanna, em 1870, aos dez anos, juntamente com sua mãe, com trinta, recebem suas cartas de alforria, porém, terão que servir aos seus senhores, enquanto eles viverem.

Em 1878 Joanna, aos dezoito anos, devia ser livre, pois se casa com o ex escravo Paulino Pereira da Silva (vinte e cinco anos), agora carreteiro de profissão. Tiveram filhos: Negros, filhos de negros que foram escravos, mas nasceram livres em tempos de escravidão. Aos oitenta anos Joanna perde, Cecílio, seu filho mais velho. Ele suicidou-se por não conseguir honrar uma dívida no dia do seu vencimento.

A menina Venina, sua sobrinha neta que ainda está entre nós, brincava com outras

crianças em torno da casa em que Cecílio estava sendo velado e viu quando de um carro com uma junta de bois, e guiado por uma moleque de pés descalço, desce Joanna. Apoiada por uma bengala, feita de um galho tosco, e em um caminhar lento e arrastado, vestido preto com pintas quase arrastando no chão e nos pés tamancos rudes. Quando perto da porta deixa propositadamente a bengala cair. Bate firme com as mãos espalmadas nos quadris e canta como um pássaro selvagem. Ela cantou para libertar o espírito do filho que ainda estava preso ao corpo por causa da morte violenta.

Senhora Venina diz que Dindinha Joanna tinha mediunidade.

DINDINHA VELHA

Segundo relato da senhora Venina, que na juventude a conheceu, Justina Pereira da Silva, sua avó, a quem chamava de Dindinha Velha: “Quando ainda reunia forças, Dindinha Velha, pegava uma foice, colocava um chapelão de palhas de butiá na cabeça, pés descalços, enfrentando o sol da manhã, botava no chão uma coivara para transformarem uma pequena roça, de onde tirava o seu sustento.” Quando velha morava em um pequeno barraco de chão batido. Já senil costumava pitar um cachimbo, sentada em um cepo de figueira, próximo a um fogo de chão. Aquecia água em uma lata de azeite doce enterrada no braseiro, onde preparava e bebia um “gorpe de mata bicho com uma pitada de cachaça prá espantá u gripu”. Fazia também um fervido em uma marmitta de ferro enegrecida, pendurada do teto enfumaçado e sem forro por um velho pedaço de corrente. Depois colocava um punhado de farinha de mandioca no fervido fumegante e preparava um “mexido escardado.” Era o seu alimento.

Quando as crianças se aproximavam, costumava dizer: Chegou a "turba", mas pedia a elas que alcançassem um tição para acender o cachimbo. E quando contava histórias do tempo da escravidão, murmurava um nome: Rodrigo. Devia estar se referindo a José Rodrigues da Silva com quem teve três (ou mais) filhos. Ela morre aos cento e cinco anos de idade, no ano de 1955, no Passo do Sertão, lado direito do ponto médio do vale do Mampituba, segundo distrito do Grande Araranguá.

FELICIDADE E JOANNA

(Adaptação do livro O Vale do Mampituba Capítulo XV)

Felicidade, nasceu em 1840 e seu nome completo e correto é Cecília Felicidade de Jesus. Em 1860 gerou Joanna Cecília de Jesus. Joanna, em 1870, aos dez anos, juntamente com sua mãe, com trinta, recebem suas cartas de alforria, porém, terão que servir aos seus senhores, enquanto eles viverem.

Em 1878 Joanna, aos dezoito anos, devia ser livre, pois se casa com o ex escravo Paulino Pereira da Silva (vinte e cinco anos), agora carreteiro de profissão. Tiveram filhos: Negros, filhos de negros que foram escravos, mas nasceram livres em tempos de escravidão.

Aos oitenta anos Joanna perde, Cecílio, seu filho mais velho. Ele suicidou-se por não conseguir honrar uma dívida no dia do seu vencimento.

A menina Venina, sua sobrinha neta que ainda está entre nós, brincava com outras crianças em torno da casa em que Cecílio estava sendo velado e viu quando de um carro com uma junta de bois, e guiado por uma moleque de pés descalço, desce Joanna. Apoiada por uma bengala, feita de um galho tosco, e em um caminhar lento e arrastado, vestido preto com pintas quase arrastando no chão e nos pés tamancos rudes. Quando perto da porta deixa propositadamente a bengala cair. Bate firme com as mãos espalmadas nos quadris e canta como um pássaro selvagem. Ela cantou para libertar o espírito do filho que ainda estava preso ao corpo por causa da morte violenta.

Senhora Venina diz que Dindinha Joanna tinha mediunidade.

NEGRA ROSA BANDIDA

(Adaptação do livro O Vale do Mampituba Capítulo V)

O cativo, como seu senhor, acredita na grandeza de Deus Eterno, porém, para eles, negros escravos, o mato é muito maior. Para o negro revoltado só resta a fuga.

E eles fogem e ao fugir se tornam ladrões. Roubam a propriedade de seus donos, que são eles próprios. E fugitivos se embrenham na imensidão da mata e formam quilombos. Todavia, são perseguidos por caçadores fortemente armados e cães ferozes. Então reagem, e surge na região o Quilombo de Tapes, liderado por Manoel Padeiro, que se arma e, por um longo tempo, para se manter vivos e livres, a negrada implanta o terror. Agora são bandidos e fugitivos da lei e da justiça dos homens brancos. Há uma lei da Física Newtoniana que explica este fato (Lei da Ação e Reação). O Quilombo de Manoel Padeiro formado por seu líder mais nove homens e uma amazonas, a “Negra Rosa”, obedeceu a esta lei. Quanto à heroína Negra Rosa, consta que se vestia de homem, usava duas facas embainhadas na cintura e junto com os seus companheiros lutava pela sobrevivência.

Negra Rosa ficou conhecida, pelos escravocratas, como “Negra Bandida”. Contudo, o ouro falou mais alto. Os negros fugitivos têm suas cabeças altamente valorizadas e são traídos. A Amazona Negra Rosa Bandida morre lutando ao lado de João Juiz de Paz, um de seus maridos. Todos os seus companheiros, como um bando de “Espártacos Negros”, morrem em combate.

Depois os negros do Quilombo de Tapes juntamente com amazona “Negra Rosa Bandida” se tornam guerreiros livres. A morte os libertou.

NAÇÃO DO SOL

Vale do Mampituba _ Capítulo XIX

Saber

O saber é o Sol da vida humana. A energia que faz as transformações, energia dos movimentos. Saber o que somos, ter conhecimento, conhecer a essência, fonte da evolução e transfiguração da vida.

Saber-Fazer

Saber-fazer é cerne da atividade humana. É conhecer e dominar a tecnologia. Brasileiro, crente na “Nação do Sol”, valoriza o conhecimento e a leitura, o estudo, a discussão, o debate de ideias e caminhos para atingi-lo.

Saber Ser

Não sois escolhidos. Sois iguais. O mundo não pode ser dividido entre "escolhidos" e "criaturas sem almas". Os que se colocam como "escolhidos" por motivos religiosos, sociais ou econômicos julgam que não precisam ter nenhum sentimento pelas "criaturas". Pensam que elas não tem alma, não tem capacidade, por este motivo podem ser menosprezadas e escravizadas. Brasileiros da “Nação do Sol”, da “Raça Cósmica”, sem discriminações não é um escolhido, mas a vanguarda da fraternidade universal.

Saber Ter

Não é moeda que move o mundo, é energia. Dinheiro não é mais símbolo de riqueza, mas instrumento de dominação. Saber ter é pensar na riqueza como fonte de bem estar da comunidade e alimento para todos.

Saber-Criar

Tens sementes, tens uma fonte de riquezas. Tens minérios, tens um gerador de indústrias. Tens gente, tens o trabalho viabilizador de tudo. Tens energia, tens a vida e a sobrevivência. Brasileiro da “Nação do Sol” tem o saber criar riquezas. Não em cima de papéis, títulos, dívidas e ordens de pagamento, mas das sementes, matérias-primas, povo instruído e energia renovável. EXEMPLO PARA O MUNDO.

Saber-Viver

Fora da diversidade não há salvação. Descoberta não pode ser patenteada. Descobrir um vegetal não dá o direito de ser dono dele. Ninguém pode ser proprietário do que a natureza nos deu. O monopólio das patentes é o caminho da dominação, é rota de escravidão. Não é lícito alguém de longe ser dono das sementes e dos minérios da tua terra. O saber-viver na “Nação do Sol” é preservar a maior diversidade vegetal e mineral do planeta para o homem brasileiro e para a humanidade como fonte de criação de um saber-viver humanístico. Saber-Entender Saber-entender é ler no pequeno a visão grandiosa do ser. Pequeno e grande são escalas diferentes da mesma coisa. "Buscai na sabedoria da natureza o entendimento do mundo". Na microscópica célula temos a representação do que existe no corpo inteiro. A vida humana não pode se perder nos labirintos do gigantismo, ele leva ao monopólio pela vida da dominação e da escravização. A “Nação do Sol” busca que a tua vida e o entorno de tua casa seja o alicerce das mudanças no mundo.

Saber-Falar

A capacidade de comunicação é característica inerente do ser humano. Saber falar é não calar-se ante a ignominia. Saber-falar é ser honesto nas informações. Saber- falar na “Nação do Sol” é preservar a língua pátria e respeitá-la como um verbo divino.

Saber Ler

Saber ler é aprender com visão crítica o que os outros dizem saber. Saber ler é fundamental para afastar a ignorância e alcançar o conhecimento. A leitura inteligente é o saber ler, saber interpretar da nação do Sol.

Saber-Amar

O Sol é o símbolo do amor, da união e da perpetuação da espécie e da Ecosfera. Distribui sua energia para todos, sem perguntas. Distribui vida e trabalho sem nada exigir. Tens o calor do Sol sem nenhum rito, sem invocar nenhuma frase. Saber amar é ser como o Sol. Saber levar o calor, energia para todos é a suprema alegria de ser brasileiro, filho da “Nação do Sol”.

VALE DO MAMPITUBA – Municípios
1 – SANTA CATARINA
1.1 – ARARANGUÁ

Prefeitura Municipal Endereço: Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 Centro,
Araranguá -SC, 88900-000 Telefone: (48) 3521-0900

Prefeito César Antonio Cesa - MDB

Sub SecretárioPortal Turismo: <https://turismo.ararangua.sc.gov.br/>
deTurismo

Cultura e História Ver Depto. de Cultura

Esculturas e Farol, Forte e Fortaleza, Natureza e Ecoturismo,
Monumentos Passeios eAventura, Sol e Praia



Lema: Araranguá acima de tudo Apelido: “Cidade das avenidas” Gentílico:
araranguaense

História

Fundação: 04 de maio de 1728 (292 anos)

Emancipação: 3 de abril de 1880

(140 anos)Aniversário: 3 de abril

Características geográficas

Área total – 303,299 Km²

População total – 68.867 hab. (IBGE/estimada 2020) Densidade – 225 hab./Km²

Indicadores

IDH (PNUD/2010) 0,76 – alto

Web site

<http://www.ararangua.sc.gov.br/> <http://www.cmva.sc.gov.br/>

Araranguá é um município litorâneo localizado no extremo sul do estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 28°56'05" sul e a uma longitude 49°29'09" oeste, estando a uma altitude de 13 metros. Segundo as estimativas do IBGE, em 2019 sua população era de 68.228 habitantes, fazendo da cidade a terceira mais populosa da mesorregião Sul Catarinense e a mais populosa da microrregião que carrega o nome da cidade. Possui uma área de 303,299 km².

Desmembrado de Laguna, foi elevado à categoria de município em 3 de abril de 1880, cuja instalação se deu em fevereiro de 1883.

Araranguá caracteriza-se por ser o principal polo regional de comércio e serviços do Extremo Sul Catarinense e na última década como um novo polo de educação no estado. O principal cartão-postal da cidade é o balneário de Morro dos Conventos, distante 10 km do Centro, com praia, dunas, furnas e a foz do Rio Araranguá.

História

A ocupação humana, nas terras onde hoje se encontra o município são de 6.000 a.C., através do índios sambaquieiros, caçadores-coletores, Xoklengs e Guaranis. Os sambaquieiros foram os primeiros moradores. Eles ocuparam Ilhas e Morro dos Conventos. Moravam próximo ao mar, rios e lagoas, garantindo a pesca e a água para o consumo. No interior e divisa atuais com outros municípios, por volta de 2.000 anos a.C., viviam os caçadores-coletores. Viviam em pequenos grupos caçando animais e coletando frutas. Eram famosos por suas flechas com pontas produzidas de pedra lascada.

Os Xoklengs e os Guaranis, índios agricultores, habitaram mais recentemente a região. O primeiro grupo vivia na região serrana. No inverno aproveitavam a safra de pinhão, e no verão, o destino era o litoral em busca da pesca e terras para o plantio do milho, entre outras culturas. Os Guaranis eram os grandes artesãos da cerâmica e produtores de mandioca. Habitavam grandes aldeias por todo Araranguá.

Araranguá surge na história oficial a partir de 1728 na rota dos tropeiros, com a abertura do chamado Caminho dos Conventos. O local chamado Capão da Espera - hoje distrito de Hercílio Luz - foi um lugar de pouso destes tropeiros, local onde surgiram as primeiras casas e comércios, afastando ou dizimando as populações indígenas da região. Nos primeiros anos do século XIX, os primeiros homens foram estabelecidos no município. Eram procedentes de Laguna. Foram inicialmente fixados na região próxima à desembocadura do rio Araranguá, formoso, calmo e fecundante curso de água. Com o passar dos anos, subiram o vale e ocorreu o surgimento das habitações primitivas, no lugar onde é hoje a sede municipal, exatamente a praça Hercílio Luz dos dias atuais.

Os fatos históricos que se relacionam com a conhecida Revolução Farroupilha, deram sua contribuição, ao qual é mencionado, para aumentar a sua população, pela qual, nas últimas cinco décadas do século XIX, foram recebidos imigrantes que vieram da Europa, em sua maioria, vindos da Itália.

UFSC: Desde 2009 situa-se na cidade um campus da Universidade Federal de Santa Catarina. O Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde possui sede nos bairros Mato Alto (pós-graduação) e Jardim das Avenidas (graduação).

LEITURA COMPLEMENTAR

ARARANGUÁ QUER SER ANEXADO AO RIO GRANDE

O Torrense 1ª Quinzena de Abril de 1949 –
Nº 6 Livro Torres História em Crônicas - Pág. 237

Periódico, conhecido como semanário de Torres nas décadas de 1920 a 1940, dirigido por José Índio da Costa, Redator Moreira Alves e Gerência de J. Pacheco Freitas Filho. Possuía gráfica própria que se localizava na Rua Júlio de Castilhos, no centro de Torres.

De regresso da Capital da República aonde foram expor a pretensão da desanexação de ARARANGUÁ do Estado de Santa Catarina, passaram por esta cidade Affonso Ghizzo e Artur Campos, respectivamente Prefeito Municipal e presidente da Câmara de Vereadores desse município.

A propósito do assunto, inédito em nosso país, a reportagem do “O TORRENSE” procurou ouvir os líderes desse movimento, os quais com a simplicidade que lhes é peculiar, relataram a esperança de se tornar realidade essa aspiração.

Sob todos os aspectos justifica-se nossa aspiração, diz o Sr. Affonso Ghizzo: Historicamente porque conforme demonstrou Oliveira Viana, foi através da faixa de Araranguá que penetrou uma grande leva de povoadores do Rio Grande do Sul. Geograficamente Araranguá está encravado no território gaúcho, limitando com os municípios de Bom Jesus, São Francisco de Paula e Torres e apenas com um município de Santa Catarina que é Criciúma.

Economicamente, todo o comércio de importação se faz por intermédio de firmas porto-alegrenses, quanto a exportação se destina ao Rio e portos do Norte.

Socialmente, também estamos ligados a Porto Alegre, que hospitaliza os nossos doentes e abriga os desamparados da sorte. Ainda agora consegui quatro escolas rurais, bem como a estrada que liga Araranguá ao passo do José Inácio.

O Sr. Artur Campos assim se manifestou sobre o palpitante caso;

“A população de Araranguá foi levada a esse gesto extremo de repúdio ao Estado a que pertence administrativamente devido à insuportável situação criada pelo governo do Estado com odiosas perseguições cuja única origem reside na vitória do partido oposicionista, a UDN, no último pleito municipal. Antes mesmo dessa vitória, já as ameaças eram feitas com a intenção de amedrontar os eleitores e os candidatos oposicionistas.

Realizadas as eleições e verificada a vitória da UDN, concretizaram-se as ameaças da polícia a mando do governo do Estado, que está nas mãos do PSD. O partido situacionista, orientado, pelo Sr. Nereu Ramos, estabeleceu um clima de intranquilidade em Araranguá. Não há segurança e as ordens emanadas dos poderes públicos são contrariadas pelos representantes legais do governo do Estado no Município e seus distritos.

As obras públicas, com os hospitais e escolas, estão paralisadas por determinação do governo de Florianópolis, dominado pela oligarquia dos Ramos.

Não satisfeito, o situacionismo promoveu o desmembramento do município criando-se o novo Município de Turvo.

A zona produtiva por excelência passou a constituir o último município, ficando para o de Araranguá a zona arenosa das praias, as zonas alagadiças, as lagoas e algum terra cuja produção de maior vulto é a mandioca.

Pretende-se, com isso estrangular, economicamente, o município de Araranguá. Atos como esse são aliás, condenados pelo presidente da República, na sua Mensagem ao Congresso Nacional, apresentado na abertura da atual gestão legislativa. Lê-se com efeito, a página dez do referido documento: “O que se afigura inadmissível, e falo-vos com tristeza, é que a uma experiência como a do fortalecimento financeiro dos Municípios, que pode ser grandemente fecundada para os pais, se retirem as características revitalizadoras, dessangrando-os em movimentos de cissiparidade puramente eleitoral. É o caso típico de

Araranguá, inspirado pelo Nereu Ramos, vice- presidente da República, que pretende, ser o candidato das forças democráticas do país asucessão do Gal. Eurico Dutra...”

Enfim, em Araranguá estamos acostumados a esperar tudo do Rio Grande e nada de Santa Catarina! Por isso mesmo 80 por cento da população é pela anexação ao Rio Grande.

Que venha, pois, o plebiscito que nos foi negado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina!”

Nota da redação. O artigo 2º da Constituição de 1946 reza:

“Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para seanexarem a outros ou formarem novos estados, mediante voto das respectivas Assembleias Legislativas, plebiscito das populações diretamente interessados e aprovação do Congresso Nacional”. Com efeito a Câmara Municipal e o Prefeito de Araranguá, município do Estado de Santa Catarina, solicitaram o seu desmembramento daquele Estado e a anexação ao Rio Grande do Sul!

1.2 – BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

Prefeitura Municipal Endereço: Av. Santa Catarina, 1122 centro
 Telefone: (48) 3526.1445

Prefeito Evandro Scaini – PSL

Secretaria de Educação,Dayane Leonardeli
Cultura e Esportes

Secretaria de Turismo,Itainara Recco (Diretora de Turismo)
Pesca e Agricultura

História 29 de dezembro de 1995

Esculturas e
Monumentos



Plataforma de pesca



Arroio do Silva

Apelido: Arroio

Gentílico: arroieinse ou arroio-silvense

Características geográficas

Área total: 93.819 Km²

População total (Censo IBGE/2010): 9.590 hab.

Indicadores

IDH (PNUD/2010) : 0,746

Balneário Arroio do Silva é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 28°59'02" sul e a uma longitude 49°24'46" oeste, estando a uma altitude de 10 metros. Sua população estimada em 2004 era de 9.590 habitantes. Possui uma área de 93,742 km².

Foi criado pela lei 10.055, de 29 de dezembro de 1995 desmembrando-se de Araranguá.

Atrativos

Na alta temporada, o turismo atrai visitantes que chegam para veranear, principalmente das cidades próximas, além de turistas dos Estados Vizinhos e de outros países. Os eventos que atraem multidões são: Megareveillon, Carnarroio, Arrancada de Caminhões - a única no gênero na beira da praia, Festa do Peixe e Semana Farroupilhana baixa temporada.

A pescaria é uma das principais atividades dos pescadores deste município de Balneário Arroio do Silva, havendo a Colônia de Pescadores Z-24 que congrega os pescadores. A cidade já possui um comércio estabelecido e tem potencial de crescimento. No entanto, muitos residentes do Balneário Arroio do Silva, ainda trabalham em empresas de Araranguá, devido a ausência de indústrias. Assim, recém emancipado município em questão, de forma crescente, busca sua independência econômica.

Como tudo começou

A História de Balneário Arroio do Silva começou em meados do século XVIII. Em uma casa no campo, as margens de um arroio que corria para o mar moravam a família Silva, uma das primeiras a fixar residência na localidade, que passou a ser denominada Arroio do Silva.

A Serra Geral e o litoral de mar aberto serviam como referência para viajantes variados, entre eles emissários da corte, missionários e militares. As florestas da região eram habitadas pelos índios carijós, mas aos poucos foram estabelecidos caminhos de tropeiros, formando um grande triângulo de passagem de gado entre Viamão, no Rio Grande do Sul, e as cidades catarinenses de Araranguá e de Lages.

Devido à fartura de pescados e a boa localização, na década de 30 cerca de 20 famílias fixaram residência na localidade, que pertencia ao município de Araranguá. Nesta mesma época, hotéis começaram a ser construídos, o que fez o local passar a ser reconhecido como um promissor bairro do município de Araranguá. Também na década de 30 foi construída a primeira Igreja, porém só na década de 50 foram trazidas as primeiras redes de água e energia elétrica.

Os moradores da região, visitantes da serra Catarinense e do Estado vizinho, o Rio Grande do Sul, passaram a visitar o Balneário, principalmente durante a estação do verão, atraídos pelas belas praias e pela população amistosa.

A colonização foi iniciada por imigrantes e descendentes de açorianos, italianos e alemães, que se instalaram no Arroio do Silva na segunda metade do século XIX. Após a emancipação dos distritos que compunham a região, predominou a influência açoriana, embora tenham sido preservados aspectos culturais das demais etnias.

Já com um considerável número de moradores, alguns comerciantes e hotéis, no dia 20 de Setembro de 1988 foi transformado em distrito, através da Lei Municipal nº 1.128, assinada pelo então Prefeito Municipal de Araranguá, Sr. Manoel Mota. A partir deste momento, o local passou a ser chamado oficialmente de Arroio do Silva.

A história política do então distrito passa a ser contada oficialmente em Abril de 1995, quando foi credenciada junto ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado a Comissão Pró-Emancipação de Arroio do Silva. A comissão composta por quatorze moradores iniciou o trabalho para formar o processo que culminaria com a realização de plebiscito em Dezembro de 1995.

Após a aprovação da comunidade votando pelo "sim", no dia 29 de Dezembro de 1995 a maioria dos Deputados Estaduais aprovou a lei nº 10.055, que emancipou o então distrito Arroio do Silva. A referida lei foi sancionada pelo Governador do Estado Paulo Afonso Evangelista Vieira.

A partir deste marco histórico, Arroio do Silva foi desmembrado de Araranguá, passando a ser município e a chamar-se oficialmente pelo nome de "Balneário Arroio do Silva".

*Histórico com base em pesquisa da Professora Marilene Borges Alves Leite (graduada em Estudos Sociais com pós graduação em História e Gestão Escolar)

1.3 – BALNEÁRIO GAIVOTA

Prefeito:	Everaldo dos Santos – Kekinha (PSDB)
Endereço:	Av.Guanabara, 452 – Bairro Turimar
Telefone:	(48) 3583.1408 – (
Secretaria de Cultura	Jorge Alírio dos Santos
Secretaria de Turismo e esportes	Diógenes Colares Borges
e-mail:	turismo@balneariogavota.sc.gov.br cultura@balneariogavota.sc.gov.br
Apelido	“Beira Mar”
Gentílico:	gavotense
História:	Fundação: 29 de dezembro de 1995
Características Geográficas	
Área total:	147,710 Km ²
População total (IBGE 2018):	10.692 habi.
Indicadores	IDH (ONUD/2010) – 0,728 PIB (IBGE/2008) – R\$ 55.296,688 mil PIB per capita (IBGE/2008) – R\$ 7.151,67

Balneário Gaivota é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2018, era de 10 692[2] habitantes. Está a uma altitude de sete metros e possui uma área de 151,462 quilômetros quadrados. O município é conhecido pelas praias e lagoas, e seu calçadão.

Turismo

Pousada Vivenda da Barra

Endereço : Rua Egídio Michaelsen, 232, Torres Distância : 23.3 km.

A Pousada Vivenda da Barra está localizada a 100 metros do Rio Mampituba e a 200 metros da Praia Molhes. Disponibiliza acesso Wi-Fi gratuito nas áreas públicas, estacionamento e serviço de recepção 24 horas.

1.4 – ERMO

Prefeito:	Paulo Della Vecchia (Paulinho) – MDB
Endereço:	Endereço: Rod. SC 448, Km 06 120 – centro CEP: 88935-000
e-mail:	prefeito@ermo.sc.gov.br Fone: (48) 3546-0081
Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	Secretário: Ivan de Lavechia de Vargas e-mail: educacao@ermo.sc.gov.br Fone: (48) 9113-3730
Gentílico:	Ermense
História:	
Fundação:	29 de dezembro de 1993
Características geográficas	
Área total:	63,868 km ²
População total (IBGE estimada 2020):	2 061 hab.
Indicadores	IDH (PNUD/2010) – 0,726

Ermo é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 28°58'57" sul e a uma longitude 49°38'37" oeste, estando a uma altitude de 16 metros. Sua população estimada em 2004 era de 2.056 habitantes.

Após duas tentativas frustradas, finalmente em 1992 uma comissão supra-partidária conseguiu a emancipação política de Ermo. Distrito de Turvo desde 1956, o novo Município foi o primeiro do Brasil e da América do Sul a ter um plebiscito computadorizado, com um resultado surpreendente: 98% da população votou pelo "sim", separando-se de Turvo.

Tendo o arroz irrigado como principal cultura e fonte de arrecadação, o município também tem plantações de feijão e maracujá, e está investindo na criação de aves. Como depende exclusivamente da agricultura, a principal preocupação da administração municipal são as estradas que ligam as várias comunidades ao centro.

1.5 – JACINTO MACHADO

Prefeito:	João Batista Mezzari – Gaiola (MDB)
Endereço:	Rua Pool Jorge Zacca, 75 centro CEP: 88950.000
Fone:	(48) 3535-1133
e-mail:	prefeito@jacintomachado.sc.gov.br
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Cleonice Fontana Possamai
e-mail:	sed@jacintomachado.sc.gov.br
Apelido:	Capital da Banana
Gentílico:	jacinto machadense
História	
Fundação	1958 (62 anos) Aniversário – 23 de julho
Características geográficas	
Área total:	428,650 Km ²
População total (IBG estimada 2020)	10.376 hab.
IDH (PNUD/2000)	0,716

Jacinto Machado é um município brasileiro do estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 28°59'51" sul e a uma longitude 49°45'49" oeste, estando a uma altitude de 28 metros. Sua população em 2010 era de 10.609, recebeu status de município pela lei estadual nº 348 de 21 de junho de 1958, com território desmembrado de Araranguá.

História

Entre os primeiros colonizadores assinalava-se Antonio Candiotto que, fixou-se com a família, proveniente de Cocal.

Segundo o Padre Herval Fontanela, pároco de Jacinto Machado, de 1913 a 1915 a região era habitada por caboclos.

As terras do atual Município chamava-se Volta Grande, devido à volta que o rio Serra da Pedra faz entre a Cidade e o bairro Gávea, pois o caminho, na época da colonização era sempre feito junto ao rio.

A Vila Volta Grande, em 1930, elevou-se a Distrito, passando a denominar-se Jacinto Machado em 1943, numa homenagem ao General da Guerra do Paraguai, Jacinto Machado Bitencourt.

Distrito criado com a denominação de Volta Grande, por lei estadual nº 1709, de 1110-1930, com território desmembrado do distrito de Sombrio, subordinado ao município de Araranguá.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Volta Grande figura no município Araranguá. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Volta Grande, permanecendo no município de Araranguá. Pelo decreto lei estadual nº 941, de 31-12-1943, o distrito de Volta Grande passou a denominar-se Jacinto Machado. Pela lei estadual nº 247, de 30-12-1948, o distrito transfere o distrito de Jacinto Machado município de Araranguá para o de Turvo. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito Jacinto Machado figura no município de Turvo.

Elevado à categoria de município com a denominação de Jacinto Machado, pela lei estadual nº 348, de 21-06-1958, desmembrado de Araranguá. Sede no antigo distrito de Jacinto Machado. Constituído do distrito sede. Instalado em 03-07- 1958.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de I-VII-1955.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003.

Alteração Toponímica distrital.

Volta Grande para Jacinto Machado alterado, pelo decreto-lei estadual nº 941, de 31-12-1943.

Fonte:IBGE

1.6 – PASSO DE TORRES

Prefeito:	Valmir Augusto Rodrigues (PP)
Endereço:	Av: Beira Rio, 20 – centro CEP 88980-000
Telefone:	(48) 3548-0035
e-mail:	gabinete@prefeitura-passo.sc.gov.br
Secretaria de Educação e Cultura	Karine Lummertz Colares Jaime Batista (Diretor de Cultura)
e-mail:	educacao@prefeitura-passo.sc.gov.br
Gentílico:	passotorrense
Padroeiro:	São Pedro
História:	Fundação: 26 de setembro de 1991
Características geográficas	
Área total:	95,114 k ²
População total (IBGE estimada 2020)	9.048 hab.
Indicadores	IDH (PNUD/2010) – 0,72

Etmologia

O nome de Passo de Torres originou-se do trânsito de mercadorias e pessoas que vinham de Laguna ao território de São Pedro do Rio Grande. Estes locais à margem dos rios eram conhecidos por passos. Passo de Torres foi provavelmente o nome original da região que envolvia as duas margens do rio Mampituba, em sua foz.

O Passo de Torres

Jaime Luis da Silveira Batista⁵

Às margens do rio Mampituba, divisa do Estado do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, localiza-se o município de Passo de Torres ou, como era chamado antigamente, Mampituba.

A região fora ocupada inicialmente pelo Homem de Sambaqui, cultura de coletores e

⁵ Professor Licenciado em História, pesquisador, Gestor do Departamento de Cultura e organizador do Plano Municipal de Cultura de Passo de Torres.

caçadores que viviam basicamente da pesca, alimentavam-se de moluscos, frutos silvestres e caça de pequenos animais. Os indícios arqueológicos e referências documentais apontam que posteriormente ao Homem de Sambaqui a área fora habitada pelos Guaianásés, de tronco Jê, que já utilizavam a agricultura rudimentar. Com a imigração da nação guarani, vinda da Amazônia, formou-se outra cultura, os “mbyà-guaranis”, que significa “gente” guarani, também conhecidos por “Carijós”. Em toda Região Sul, pelo litoral, existiam nativos oriundos do tronco Tupi-Guarani, culturas vindas do norte do Brasil e também do Paraguai; eles habitaram e trouxeram seus costumes que fundiu com outras culturas. Habitavam a região do “Vale do Mampituba” antes do europeu entrar em terras “passo-torrenses”. O vale era conhecido como “Boipitiba” ou “M’boipituba. Existem divergências entre os historiadores da microrregião entre Araranguá e Torres sobre a tradução de Mampituba, que também aparece com outras grafias: Boipitiba, boipituba, Mboipitiba, Mboipituba e Mandituba.

A tradução de Mampituba pode ter no mínimo 4 possibilidades. Uma delas defendida pelo historiador Ruben Ruy Ruschel, é Mboipitiba ou Mboipituba (mboi = cobra + peba ou peva = chata + tiba ou tuba = muito), que na tradução seria rio ou região de muitas cobras chatas (mboipeba). Nessas mesmas grafias também aparece a possibilidade de ser: região de água com muitas cobrinhas do pé, ou seja, ao invés de cobra chata, cobrinhas do pé, que é relativo às sanguessugas. Ainda alusivo à cobra, e também com as mesmas grafias temos rio de muitas curvas. Outra possibilidade de tradução em tupi-guarani é Mandituba (mandi = bagre + tuba = muito), ou seja, rio de muitos bagres. E Mampituba com a grafia usada na língua portuguesa, e seu significado é: de coisa que é arejada, ventilada; o sopro; o hálito.

De 1550 em diante os nativos e europeus começaram a fazer contatos. Os carijós faziam a prática do escambo, ou seja, faziam trocas de objetos e alimentos com indígenas da atual cidade de Tramandaí; essas trocas, diga-se de passagem, não só a material, mas também a cultural, aumentavam cada vez mais. A partir do Porto de Biaça (atual cidade de Laguna) os bandeirantes paulistas chegavam para comprar escravos, faziam contatos com alguns líderes, como o pajé Tupãrana, que significa em tupi o deus do trovão, e conhecido pelos portugueses como Tubarão (uma das versões que originou a toponímia da cidade de Tubarão). Tupãrana mantinha um tráfico de escravos desde Biaça até a aldeia de Caiobi, (atual cidade de Porto Alegre). Milhares de nativos foram levados à São Paulo, os nativos que faziam esse tráfico eram chamados de “mus” ou “pombeiros”. Em Boipitiba, possivelmente no lado de “Santa Catarina”, se fixou um dos indígenas do grupo de líder dos mus, o irmão de Tupãrana, o cacique Caiobi, o mato verde em Tupi, que controlava a passagem em Boipitiba. Foi ele um dos responsáveis do desaparecimento dos indígenas da microrregião entre Araranguá e Tramandaí. Era um “tapijara” que em Tupi-Guarani significa “senhores de caminhos” que controlavam a passagem dos indígenas. Um documento do padre jesuíta Jerônimo Rodrigues datado de 1607, comprovava essa possível ocupação de Caiobi em “Passo de Torres” e, também, salienta que Tupãrana vinha de encontro fazendo contato com os padres.

Os jesuítas que passaram por terras “passo-torrenses” pretendiam catequizar os nativos do litoral; tentaram evitar essa “atrocidade” que era a escravidão. Para tanto executaram a “Missão dos Carijós”, cujo registro também está nos manuscritos do padre jesuíta, intitulado de “Noticiae Missionum Brasiliensium”, e foi publicada na língua portuguesa em 1940. Esse documento confirma esse encontro com Tupãrana, que era para pedir permissão para catequizar os nativos.

A partir de 1605 os padres jesuítas portugueses João de Almeida e João Fernandes Gato, numa tentativa de formar uma missão, transpuseram o Boipitiba e moraram por vários meses com os nativos da região. Houve uma ocasião em que os padres falaram com mais de mil nativos em um campo. Por causa da tentativa de terminar com a escravidão, os padres tiveram que se retirar de Boipitiba, com a ordem dos líderes de São Paulo; acabou assim com a possibilidade de instaurar uma Missão Jesuítica no “Vale do Mampituba”.

Um fenômeno que aconteceu a partir de 1640, na região, foi a diáspora que desabitou totalmente o litoral do sul de Santa Catarina e nordeste do Rio Grande do Sul. Fugidos dos

líderes de tribos como o pajé Tupãrana, os indígenas passaram a habitar outras regiões, como a serra, para fugir de verdadeiras caçadas ao ser humano. Somente a partir da passagem dos tropeiros anos depois é que começaram a surgir estâncias ou fazendas. No caso de Passo de Torres a ocupação por habitantes só viria acontecer no começo do século XIX.

Do século XVI até meados do século XVIII, essa região foi mapeada e usufruída apenas como passagem. Por terra passavam jesuítas e bandeirantes. Essa passagem obrigatoriamente tinha que ser por Passo de Torres, entre as Lagoas do Sombrio e das Torres (atual Lagoa do Violão) e o matagal da encosta da Torre Norte (atual Morro do Farol, em Torres/RS), devido ao mangue extenso e as áreas acidentadas como nos “Canyons” Aparados da Serra, que não permitiam acesso. Logo teriam que atravessar o rio Mampituba nas mediações entre a atual barra até a praia da Itapeva, era chamado de “Caminho do Carijó”.

O fator geográfico também influenciou muito a passagem dos tropeiros para o sul do rio Araranguá, pois há grandes planícies que vão até o “pé da serra” próprias para se criar gado. Entre essas passagens, houve uma muito importante em 1728 para a colonização de Rio Grande de São Pedro, que foi a expedição terrestre de João de Magalhães, genro do Capitão-Mor de Biaça (Laguna), com intuito de se instalar em terras sulistas devido ao manejo do gado. Alguns “lagunistas” devido a esta expedição puderam fundar estâncias como as dos campos entre Tramandaí e Viamão no “Rio Grande do Sul”. Nesse período foi aberta a estrada dos Conventos no Vale do Araranguá. Outro desbravador foi Cristóvão Pereira de Abreu, que em 1732 facilita com melhorias o acesso que permitiu mais movimento de tropeiros no Vale do Mampituba.

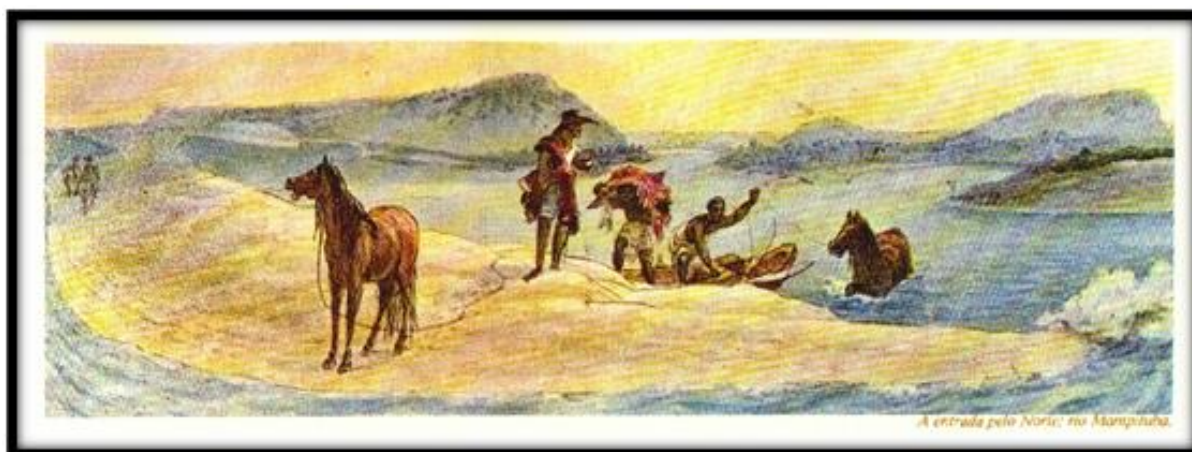
De acordo com Paulo Timm (2019)⁶:

Graças a sua experiência no eixo Colônia – Laguna, com grande relacionamento com populações indígenas, foi encarregado pelo Vice-Rei de levar, como Coronel de Ordenanças, a frota do brigadeiro José da Silva Paes para fazer o reconhecimento da barra do Rio Grande de São Pedro, onde seria construído o Forte Jesus Maria e José de Rio Grande, a partir de 1737, um dos pontos da conquista das vastidões riograndenses. Outro ponto desta conquista, do qual Cristovam também fez parte, proveio de Laguna, fundada pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, em 1676, quem recebeu das autoridades coloniais a patente de guarda-mor em 1721 para descer pelo litoral ao sul com objetivo de fundar povoações que garantissem o controle do gado criado à solta nas vacarias pampeanas que se estendiam até o Rio da Prata e que desde 1703 eram levados para o centro do Brasil Colônia, onde desenvolviam-se cidades e comércios graças ao ciclo do ouro. Com efeito, em 1725, João Magalhães penetra no Rio Grande com uma frota de 31 lagunistas e em 1732 esta investida resulta na concessão da primeira sesmaria a Manoel Gonçalves Ribeiro na parada das Conchas, junto ao Rio Tramandaí. Neste ponto iniciou-se um registro de passagem de tropas e mercadorias que, mais tarde, em 1791, seria transferido para Torres. Cristovam Pereira deve ter participado intensamente deste processo, tendo operado como elo de ligação entre os dois pontos – Rio Grande, por mar e Caminho das Praias, por terra - creditando-se, inclusive a ele um papel pioneiro em Torres: Ele teria construído um descanso das tropas, nesta cidade, junto ao Rio Mampituba, fronteira com Santa Catarina, por onde atravessavam o gado.

⁶ Aposentado, economista, formado pela UFRGS. Pós-Graduado na ESCOLATINA, da Universidade do Chile e CEPAL/BNDES. Foi professor da Universidade de Brasília (UnB) e Técnico do IPEA, órgão do Ministério do Planejamento, em Brasília, onde residiu por 35 anos e onde fez sua vida profissional e pública. Economista, historiador, atualmente reside entre Passo de Torres e Torres e se dedica a pesquisas históricas e à literatura, com livros de Poesias, “Eternidade” pelo projeto Poesia de bolso e “Canto dos Olhos”, pronto para publicar. Pela Mottironi Editore já publicou as coletâneas de textos e ensaios “As Curvas do Mampituba” (2015), “Sul 21, sete anos de colunas” (2018) e “Devires e Derivas” (2019). Colunista no <http://www.sul21.com.br>, membro efetivo da Academia de Letras de Cruz Alta - ALPAS21, fundador e diretor da Casa do Poeta do Vale do Mampituba, em Torres, e da Web Radio Vale do Mampituba. Conselheiro do Conselho Municipal de Política Cultural de Passo de Torres representando, enquanto presidente, a Casa de Cultura do Vale do Mampituba.

Na passagem do Mampituba, vindos do Rio Grande do Sul certamente os tropeiros faziam uma parada com o gado para descanso, e esse, num curral. Daí surgem os “Curralinhos”, que é nada mais nada menos que um curral em proporção menor.

Devido a essas passagens, os transeuntes apelidavam ou “batizavam” todos os locais que passavam e paravam, a exemplo de Curralinhos, os tropeiros denominavam as passagens de uma parte mais alta e mais fácil com o termo “passo”; daí surgiram: “Passo dos Magnos”, “Passo do Sertão (atual São João do Sul)”, “Passo Fundo” (no Rio Grande do Sul), “Passo de Los Libres” (na Argentina) e, finalmente, o “Passo de Torres”, pois a nossa cidade vizinha, Torres, que era referência para os tropeiros, têm três morros assemelhados com torres de castelos adentrando para o mar, ou promontórios. Ficou tão marcado que o cartógrafo jesuíta Diogo Soares, também conhecido como o “padre matemático”, registrou o topônimo Torres em um dos mapas da região em 1738, fato que foi continuado por outros cartógrafos dali em diante, e um deles registrou, no século XIX, além da Freguesia das Torres no lado gaúcho, também o topônimo Arraial do Mampituba no lado catarinense, com a influência dos nativos Carijós. O que aconteceu a partir desse fato foi um grande êxodo dos lagunenses para o Sul, que requeriam junto ao governo, as Sesmarias. Até mesmo as invernadas que duraram até 1732 foram substituídas pelas estâncias no sul.



Aquarela de Jean-Baptiste Debret “A entrada pelo Norte: Rio Mampituba”, 1825
Fonte: Acervo Casa de Cultura Municipal de Torres, 2005

Nas margens do Rio Mampituba, por volta de 1740, se iniciou um pedágio que tinha por intuito não somente a cobrança da passagem dos transeuntes, mas também os serviços de travessia do rio, além dos tributos devidos, principalmente o gado, que de muito estavam transitando por ali. A travessia era uma verdadeira aventura.

Existem documentos datados de 1771, procedentes da Câmara Municipal de Laguna, que confirmam essa prática desde então. Com a deliberação do governador José da Silva Paes, esta foi a primeira ocupação da então denominada “Registro das Torres”, como se constata em diversos mapas antigos. Se havia nas Torres um posto de tributos e passagem, logo, possivelmente, já existia algum tipo de habitação para quem trabalhava nessa labuta, que eram ligados ao governo e, após, por particulares que o arrendavam dos poderes públicos durante certa temporada. Nesses documentos está incluído até o valor cobrado nesse período, que era de \$40 (quarenta réis) por pessoa, \$480 (quatrocentos e oitenta réis) a carreta vazia e \$800 (oitocentos réis) se essa estivesse carregada. Posteriormente foi possível unificar os pedágios entre o Rio Araranguá e o Rio Tramandaí. Era cobrado o valor de \$240 (duzentos e quarenta réis) por pessoa a partir do primeiro rio, e as outras tarifas, em suas devidas proporções.

A compra da sesmaria que ia desde o rio Mampituba até o Arroio Grande com 18 km de fundo, pelo valor de 1\$080 (um mil e oitenta réis) foi feita por Manoel e Luciano Rodrigues da Silva, em 1820. A casa sede desta sesmaria era no atual Morro dos Macacos, localizado na Estiva dos Rodrigues ou Sanga dos Rodrigues, no São Francisco, distrito de Passo de Torres e

que é margeado pela Lagoa da Barrinha, ou Lagoa do Centro, que se comunica com o Rio Mampituba e a Lagoa do Sombrio, que por sua vez se comunica com a Lagoa do Caverá, em Araranguá, formando 76 km de navegação interna. No local ainda se veem as ruínas da casa, que contrasta com o ambiente natural e com cafezeiros que foram cultivados pela família Rodrigues da Silva. Na propriedade dos Rodrigues havia mais ou menos 80 escravos, portanto um produtor muito abastado e sua produção, inicialmente, era a farinha de mandioca, que era escoada pelas lagoas supracitadas. Manoel Rodrigues da Silva casou-se com Cândida, filha de Manoel Ferreira Porto, um dos fundadores de Torres. Manoel Rodrigues da Silva ajudou seu sogro a construir a capela São Domingos das Torres, onde hoje está sepultado juntamente com sua esposa.

A orla do Mampituba foi ocupada, a partir do final do século XIX, principalmente por moradores do Vale do Araranguá. O lugar, junto à barra do Mampituba, era denominado Potreiro, mais uma menção dos tropeiros por ser ali um lugar de parada de gado. Mas voltou a imperar o “Passo de Torres” como nome da localidade devido à grande influência da passagem, não somente de tropeiros, mas de vários transeuntes, desde fiscais, militares, caixeiros viajantes (comerciantes), entre outros.

Desde o começo do século XX Passo de Torres era ligado ao Rio Grande do Sul, mais precisamente com a cidade de Torres, através de uma balsa e de uma ponte pênsil. A primeira balsa, construída em madeira e movida a remo, por volta da década de 1910, pretendia facilitar a travessia do rio Mampituba, que era feita de pequenos barcos. Alguns anos mais tarde, esta balsa fora substituída por uma a pega mão, movimentada manualmente pelos balseiros de uma margem à outra. No dia 22 de janeiro de 1985 a balsa manual e de madeira foi trocada por outra mais moderna, de ferro e movida à motor, com capacidade para doze carros ou cinquenta toneladas.

A primeira ponte pênsil para pedestres, inaugurada em 24 de outubro de 1964, foi construída durante o mandato do Sr. Learcino Joaquim Maciel, na época prefeito do município de São João do Sul. Em 1985, por meio de uma ação conjunta das prefeituras de Torres e de São João do Sul, a primeira ponte foi substituída por outra de alvenaria, que apesar de mais resistente, ruiu por excesso de peso no dia da inauguração. Felizmente, nada de mais grave ocorreu naquele acidente.

Com projeto de José Lutzemberger, os molhes do Mampituba foram inaugurados em 8 de setembro de 1973, uma grande obra que atalhou em aproximadamente 2 km a saída das águas do rio que divide os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A necessidade de se fazer esta grande obra foi devido às dificuldades que os pescadores de Passo de Torres tinham ao sair para o mar. Devido ao excesso de ventos e mudanças da maré, o rio mudava de trajetória com assoreamento de bancos de areia que se formavam. Em muitas vezes os pescadores colocavam toras de eucaliptos para empurrar as canoas até o mar; também utilizavam pás para a abertura da barra. Outra justificativa para a construção da imponente obra, era escoar, em tempos de enchentes, o acúmulo de água que desce desde a nascente do Mampituba até o mar.

Outra obra importante para o município é a ponte de concreto que foi inaugurada em abril de 2007 entre Passo de Torres e Torres. Trata-se da primeira obra feita efetivamente em parceria com a iniciativa privada e o poder público dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ponte foi construída com drenagem pluvial e colocação de meio fio de concreto armado nos acessos à ponte, de 118 metros de extensão e 11 metros de largura. A travessia de veículos pela nova ponte proporcionou desenvolvimento econômico para Passo de Torres, aumentando consideravelmente a população.

História

A ocupação pelo homem branco da atual área do município ocorreu já em fins do século XIX. Quando da criação do distrito de Passo do Sertão (São João do Sul), em 1891, é mencionado o arraial de Mampituba, habitado por algumas famílias. A estrutura da comunidade foi consolidada com a fundação da capela em 22 de março de 1944, que pode ser considerado o marco original da cidade de Passo de Torres. Entre os moradores mais antigos têm-se Manoel Maciel, Manoel Neto, José Ignácio, José Gonçalves dos Santos, Osório Hespanhol, Antônio Lira e Manoel Laurentino, portanto, basicamente de origem luso-açoriana.

A região fora ocupada inicialmente pelo “homem de sambaqui” que vivia da caça e da pesca. Os indícios arqueológicos e referências documentais apontam que posteriormente ao “homem de sambaqui”, a área fora habitada pelos bugres ou guainás, de raça jê, que já utilizavam a agricultura rudimentar. Os bugres foram expulsos para a encosta da serra e para o planalto por um povo mais agressivo e de melhor tecnologia, os carijós ou caríós, da nação guarani. Eram os carijós que aqui habitavam quando da chegada dos imigrantes de origem portuguesa, espanhola, italiana e alemã.

Desde 1920 Passo de Torres é ligado ao Rio Grande do Sul, mais precisamente com a cidade de Torres, através de uma balsa e de uma ponte pênsil. A primeira balsa, construída em madeira e movida a remo, por volta de 1920, pretendia facilitar a travessia do rio Mampituba, que era realizada com pequenos barcos. Alguns anos mais tarde esta balsa fora substituída por uma pega mão, movimentada manualmente pelos balseiros de uma margem à outra. No dia 22 de janeiro de 1985 a balsa manual e de madeira foi trocada por outra mais moderna, de erro e movida a motor, com capacidade para doze carros ou cinquenta toneladas. A primeira ponte pênsil para pedestres, inaugurada em 24 de outubro de 1964, foi construída durante o mandato do sr. Luviano Maciel, na época prefeito do município de São João do Sul. Em 1985, por meio de uma ação conjunta das prefeituras de Torres e São João do Sul, foi construída uma outra ponte pênsil mais larga e com pedestais de alvenaria.

O Distrito criado com a denominação de Passos de Torres, pela Lei Estadual nº 964, de 18-05-1964, subordinado do município de São João do Sul. Em divisão territorial datada de 1-01-1979, o distrito permanece no município de São João do Sul. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988, o distrito figura no município de São João do Sul. Elevado à categoria de município com a denominação de Passos de Torres, pela lei estadual nº 8350 de 26-09-1991, desmembrados de São João do Sul. Sede no antigo distrito de Passos de Torres. Constituído os distritos sede. Instalado em 01-06-1993. Em divisão territorial datada de 01-07-1995, o município é constituído de distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1999. Pela lei municipal nº 348, de 16-10-2000, é criado o distrito de Rosa do Mar e anexado ao município de Passo de Torres. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 2 distritos; Passos de Torres e Rosa do Mar. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Dados Gerais do município

Passo de Torres é uma das mais novas unidades administrativas do Estado de Santa Catarina.

Situada na microrregião da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, a AMESC, a municipalidade igualmente integra a região turística conhecida como “Caminho dos Cântons”.

Seus limites geopolíticos assim estão estabelecidos: ao Norte, Balneário Gaivota; ao Leste, o município que o originou, São João do Sul; ao Sul, Torres, no vizinho Estado do Rio Grande do Sul; e a Leste, o Oceano Atlântico.

O clima predominante no município é o mesotérmico úmido que combinado com a altitude média de 10 metros e a moderadíssima amplitude térmica garantem ao mesmo uma notória indicação qualitativa.

A hidrografia, o relevo e o condicionamento geoespacial passo-torrense também são

indicadores de boas condições de habitabilidade da região. Ladeada pelo Oceano Atlântico e o rio Mampituba, bem como possuidora de “águas internas”, como o Braço Morto, a Lagoa da Tapera e a extremidade sul, da Lagoa do Sombrio, Passo de Torres é quase um sítio mesopotâmico.

Como parte integrante do sistema de lagoas do extremo sul catarinense, as principais espécies vegetais nativas são as figueiras, aroeiras e vegetação de restinga. Pela ação humana foram suprimidas as florestas nativas e implantados maciços florestais com essências exóticas como o eucalyptus e pinus. Pouco restou da cobertura florestal nativa e o pouco que restou está sob ameaça. Às margens da sanga do Rodrigues, da Lagoa do Sombrio e do Morro dos Macacos são registradas a presença de macacos prego, lontras, ratões, tamanduás, garças, araquãs e outros pássaros menores. A ação de devastação sobre o que resta dos ambientes naturais coloca em risco o pouco da biodiversidade ainda presente.

A rodovia federal BR-101 corta uma pequena porção a Oeste do Município de Passo de Torres, no sentido Norte-Sul. A ligação com outros municípios tem origem na rodovia estadual SC-450. De Passo de Torres a Florianópolis são 278 km e de Passo de Torres a Porto Alegre são 205 km. Em Passo de Torres duas existem duas estradas municipais com maior volume de tráfego, a Estrada Geral Bela Torres e a estrada que ligou centro da cidade até a Rosa do Mar.

Dados Geográficos

O município pertence a microrregião da AMESC composta por 15 municípios no extremo sul catarinense, a uma distância de 273 km da Capital Florianópolis.

Passo de Torres possui uma área de 90,50 km². Localizado às margens do Rio Mampituba, faz divisa com o estado vizinho do Rio Grande do Sul. Os limites do município são: a leste o Oceano Atlântico, ao sul o município gaúcho de Torres, ao norte Balneário Gaivota e a oeste os municípios de Santa Rosa do Sul e São João do Sul. Na Figura 1 é apresentada a localização do município em relação ao estado e ao país.

Suas coordenadas geográficas são 29°20'06" de Latitude Sul e 40°43'22" de Longitude Oeste, sendo que sua área territorial atinge 950, 54 Km² (fonte: site da AMESC), onde a porcentagem da zona rural é de 75% e da zona urbana 25% do território em questão.

Dados Econômicos

A economia do município com mais de 60% de atividade pesqueira, seguido de pequena agricultura, onde predominam as culturas, do arroz, do fumo, mandioca, feijão, macacujá, amora. Merecem destaque também neste cenário a pecuária (bovinos e aves, o extrativismo (areia) Como em toda a região, é característico no município a existência de poucas oportunidades permanentes de trabalho e renda no setor urbano. Porém, tanto no centro como em diversas praias balneárias, existe uma demanda de serviços diversos na alta temporada, enquanto que na baixa temporada ainda resta o trabalho de manutenção de residências. Existe desde 2007 um aumento na demanda da construção civil devido à inauguração, no mesmo ano, da ponte para veículos.

O turismo no município é um segmento que vem se desenvolvendo atualmente, apresenta um grande potencial por causa da infraestrutura das praias, melhor urbanização e também da alta demanda da cidade vizinha gaúcha, Torres.

Dados Populacionais

A população de Passo de Torres apresentou, no ano de 2010, crescimento de 50,61% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da cidade alcançou 6.627 habitantes, o equivalente a 0,11% da população do Estado. O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.

Diagnóstico situacional da cultura no município

Desenvolver-se, de acordo com a “cartilha” das possibilidades culturais, é acercar-se de mecanismos adequadamente pensados à execução de todas as etapas do processo.

Pensar o processo, necessariamente, significa considerar os agentes do mesmo. Esta consideração, por sua vez, deve entender os referidos agentes a partir de uma perspectiva coletiva. Desta forma, pode-se melhor entender a contribuição cultural e o legado imortal das coletividades que com sua fenotipia e genotipia deram forma aos passos torrenses.

Entendidas estas premissas, necessário se torna elencar os tipos humanos “genitores” de nossa gente. Como mencionado, no item 1.2 deste plano, tropeiros, luso e ítalo-brasileiros agregaram suas cargas ancestrais à população original, basicamente formada pela grande família Xokleng, e o resultado desta simbiose cultural formou o característico e ímpar cidadão local.

Os legados destes contingentes humanos, na lógica que aqui se pensa estabelecer, necessitam que lhes sejam inculcadas cargas valorativas. Estas dimensões pretendidas, no que lhes for pertinente, devem considerar qualidade e poder de apoderamento e síntese daquilo que realmente configura contribuição cultural pretérita.

O Município de Passo de Torres conta com uma estrutura administrativa que possui um órgão gestor de cultura veiculado com a Secretaria Municipal de Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente, onde o Departamento da Cultura centraliza a gestão e produção das atividades culturais. Dentre as atividades culturais registra-se a Biblioteca Pública. São promovidos shows, feiras, festivais, oficinas nas escolas entre outros. A sociedade civil organizada está presente também através dos clubes de mães. O município carece de política mais efetiva voltada a cultura, com planejamento e muita participação da sociedade civil.

O PATRIMÔNIO CULTURAL

Para estabelecer as discussões e referências necessárias para a elaboração do Plano Municipal de Cultura é fundamental debater as definições referentes à categoria “Patrimônio Cultural”, que assim como os conceitos da categoria Cultura foi concebido de diferentes formas ao longo do tempo e em diferentes lugares e autores a categoria “Patrimônio Cultural” também apresenta variadas interpretações.

Os estudos sobre as noções de Patrimônio Cultural são apresentados pela historiadora francesa Choay (2001), em retrospecto temporal e espacial a autora demonstra que o surgimento da noção de patrimônio, ainda que restrita aos bens edificados é datada do período pós-revolucionário francês.

Neste contexto, Nogueira descreve que na França nos anos finais do século XVIII e sucessivamente nas demais nações europeias “a noção de patrimônio está estritamente vinculada a ideia de nação e formação do Estado Nacional” (2000, p. 290).

Citando Fonseca (1997), Nogueira (2000) acrescenta que:

Diante da perda e da necessidade de coibir e proteger do vandalismo dos revolucionários as propriedades do Estado, da nobreza ou do clero, a consolidação e a institucionalização da prática preservacionista consubstanciou-se quando o interesse político, calcado na ideia de um “patrimônio de todos”, garantiu um estatuto legitimador do poder estatal. (NOGUEIRA, 2000, p. 290).

Fica evidente, portanto, que a preservação, inicialmente de bens materiais como as edificações reconhecidas oficialmente como patrimônios culturais, dá-se inicialmente no processo de Revolução Industrial na Europa. Conforme Camargo, são as sociedades industriais a partir do século XVIII e XIX, que se remetem ao patrimônio cultural “como herança e identidade cultural que não se quer perder” ou ainda como “identidade nacional que se quer afirmar ou reafirmar” (2002, p. 15).

O autor salienta que este modelo de preservação era “conduzido como política de Estado”, ou seja, diante das transformações que a industrialização foi provocando no cenário

urbano, foi “inventado e forjado o conceito de patrimônio nacional”, e estes monumentos “seriam a materialização da identidade nacional e, por meio deles, os cidadãos se reconheceriam” (CAMARGO, 2002, p. 21).

Contudo Choay realiza uma discussão sobre as imbricações que a industrialização causou na concepção de patrimônio cultural, a autora enfatiza a realidade francesa, no entanto seu pensamento é atual para as diferentes nações. Para Choay, com a industrialização e modernização os bens patrimoniais passaram de “objeto de culto a indústria”, ou seja, “os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função, obrasque proporcionam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (2001, p. 211).

Neste contexto de políticas públicas, foram estabelecidas para desenvolver a indústria patrimonial e sucessivamente a economia urbana, associando assim turismo e patrimônio cultural, e atualmente esta especulação da indústria patrimonial representa “uma parte crescente do orçamento e da renda das nações”. (CHOAY, 2001, p.225).

No mesmo sentido, Camargo salienta que no século XIX na Europa se intensificou as relações entre Turismo e Patrimônio Cultural, alguns fatores favoreceram esse fenômeno foram a expansão do transporte ferroviário e náutico, e, assim, as literaturas de viagens realizadas por burgueses que se embreavam aos lugares desconhecidos, os romances escritos a partir das descrições destes lugares e as próprias expedições científicas se consolidaram como “instrumento de difusão e fixação do repertório dos bens patrimoniais: o guia de turismo” (2002, p. 63).

Em relação ao Brasil, Camargo (2002) destaca que antes do século XX não se tem discussões concisas nem sobre a noção de patrimônio nem tão pouco sobre políticas de preservação ou possibilidade de consolidação de atrativos turísticos.

Nogueira destaca que somente a partir década de 1930 a ideia de patrimônio se dissipa no Brasil como “emergência do Nacional”. Neste período, as “classes políticas e intelectuais” hegemônicas institucionalizaram serviços para tratar do Patrimônio Histórico Nacional, estes órgãos seguiram inicialmente as premissas herdadas do discurso preservacionista francês, voltadas para o “resgate do passado no sentido de cristalizar os elementos do nacionalismo na construção da identidade nacional”. (2000, p. 291).

Considerando que essa missão de “resgate”, fosse de algum modo possível diante das transformações que as relações identitárias sofrem no decorrer do tempo e nos diferentes espaços e instituições culturais.

Segundo Lemos, “somente em 1936 é que realmente ganhamos um projeto digno de elogios”. O escritor Mário Andrade apresenta um anteprojeto de lei encomendado pelas autoridades da época, que entendia “por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organizações sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros residentes no Brasil”. Expressando assim sua concepção “totalidade” e pluralidade do Patrimônio Cultural Brasileiro (2000, p.37-39).

Em seu projeto inovador para o período, Andrade pretendia incluir outros aspectos ao considerado patrimônio da nação, como “catalogar todas as manifestações culturais do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também registrar a sua música, seus usos, seus costumes, assim como o seu saber e o seu saber-fazer”. (LEMOS, 2000, p. 41).

Embora seu projeto tenha registrado importantes aspectos e manifestações do patrimônio imaterial brasileiro não foi implantado na íntegra, pois teria assustado as autoridades que trataram de criar um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que conforme Lemos (2000) este serviço considerava o Patrimônio Histórico e Artístico nacional como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Com o estabelecimento do Estado Novo no Brasil, Vargas articula medidas para tornar o

patrimônio, atrativo político, no entanto durante a ditadura varguista “o turista deveria ver o que o governo ditatorial determinava” e o que o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, produzia e veiculava, como bens do patrimônio nacional (CAMARGO, 2002, p, 87-88).

Camargo enfatiza que por muito tempo na história do Brasil, o Patrimônio Cultural “foi eleito e construído pela elite e era um atrativo para a própria elite. Ela pode decodificá-lo e usufruir dele em viagens.” Para outras classes “seria um instrumento de pregação cívica nas escolas, um eco dos grandes feitos, da ordem, do sentimento religioso dos brasileiros, da concórdia etc.” (2002, p. 90).

É somente na década de 1980 é que a noção de patrimônio cultural começa a ser ampliada no Brasil englobando além dos bens arquitetônicos produzidos pela elite e pela história oficial, “os bens de origem popular, os seus fazeres, e bem mais recentemente, o patrimônio imaterial, como as festas, as danças, as procissões, a gastronomia, etc.”(CAMARGO, 2002, p. 91-92).

De acordo com Camargo, “a preservação, a classificação ou o tombamento de objetos móveis e imóveis decorre do significado simbólico que atribuímos a eles” (2002, p. 29). E, por isso, o autor sugere que a seleção destes bens precisa ser negociada com uma participação maior e mais significativa das diferentes e diversas comunidades que produzem bens culturais, porque assim seria dada possibilidades para a expressão destes segmentos sociais (2002, p. 93).

Varine-Bohan (1974, p.4), define que patrimônio cultural se constitui pelo que o homem fabricou, geralmente com a natureza e seus conhecimentos, para responder às necessidades de sua vida e de seu desenvolvimento.

No mesmo sentido, Lemos citando as contribuições de Varine-Boham para o entendimento da abrangência do Patrimônio Cultural, dividindo-o em três categorias de elementos: A primeira envolve os “elementos pertencentes à natureza”, sobre e com os quais a produção cultural se realiza, como por exemplo, as águas que movem as rodas de moendas dos engenhos ou o solo que fertiliza e produz a mandioca. O segundo grupo de elementos elencados pelo autor, “refere-se ao conhecimento, às técnicas e ao saber fazer”, compreendendo assim “os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural”, aqueles que também definidos como Patrimônio Imaterial, que relaciona “toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente”, saber cultivar e beneficiar a mandioca ou saber tocar e cantar uma moda de viola, por exemplo. (2000, p. 8-10).

E, ainda como terceiro grupo de elementos que constitui o Patrimônio Cultural. Lemos, destaca “os bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos e artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer”, ou seja o Patrimônio Cultural Material, neste caso poderia se exemplificar citando a estrutura física e os maquinários do engenho de farinha ou cana de açúcar. (2000, p. 8-10).

Um dos documentos oficiais que expressa a conceituação do Patrimônio Cultural no Brasil é a Constituição Federal de 1988, pois no seu Art. 216, estabelece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação à memória dos diferentes grupos formadores de sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- A forma de expressão;
- Os modos de criar, fazer e viver;
- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2010).

No entanto, os estudos que enfocam a imaterialidade do patrimônio cultural são recentes, principalmente no Brasil, onde a própria legislação que registra os patrimônios culturais

imateriais é datada do ano 2000. O Decreto N. 3551 de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este decreto, no seu primeiro artigo estabelece as categorias dos livros de registro da cultura imaterial em suas especificidades:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

- Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (BRASIL, 2000).

Observa-se, aqui, que as definições de Patrimônio Cultural nas legislações atuais compreendem a dimensão material e imaterial. Como imaterial tem-se claro a relação com as formas de expressão os modos de criar, fazer e viver, voltados ao cotidiano, ao trabalho, a religiosidade, ao lazer e a outras práticas da vida social. Porém, como já discutido, as preocupações e promoções em relação ao Patrimônio Cultural por muito tempo evidenciaram apenas os bens tangíveis, principalmente os arquitetônicos.

Como atualmente estas noções sofreram alterações e introduziram no contexto os bens imateriais, a questão que se apresenta é a importância de desvencilhar a concepção ainda enraizada da “sacralização da memória em pedra e cal” (NOGUEIRA, 2007) para poder dar visibilidade e problematizar as inter-relações entre os bens materiais e imateriais. Percebendo o patrimônio cultural como propulsor para a produção de conhecimento a partir de problematizações e conexões entre o passado e o presente e entre as diferentes culturas.

Camargo reforça que “o valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuímos a memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento” (2002, p. 31).

Patrimônio Cultural Material

Resumidamente pode-se dizer que o conjunto que compõe o patrimônio material de uma cidade são os aspectos mais concretos da vida humana, e que fornecem informações sobre as pessoas por meio de sua cultura material. De acordo com o IPHAN, o Patrimônio Material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

No município de Passo de Torres podemos citar como exemplo de Patrimônios Culturais Materiais:

Patrimônio Histórico: Arquitetura

Ruínas da primeira casa de Passo de Torres



Arquitetura Religiosa



Igreja Curralinhos (Fonte: Disponível em <<http://panoramio.com/photo/12300484>>)



Desenho Igreja da Comunidade de Curralinhos de autoria de Jorge Herrmann (Fonte: Disponível em http://jorgeherrmann.com/?page_id=1626)

A Igreja do Curralinhos

Capela de Nossa Senhora da Piedade
Débora Fernandes Pedagoga e pesquisadora
Centro de Estudos Históricos de Torres e Região

Localizada na comunidade de Curralinhos – Passo de Torres/SC, foi inaugurada em 08 de julho de 1938, data que foi celebrada a primeira missa por ocasião do casamento de Henrique Gomes, tratava-se de uma capela provisória, tipo salão onde abrigava também a escola local. Em novembro do mesmo ano foi aberto um livro caixa para arrecadação de contribuições para a construção da igreja definitiva, as famílias contribuíram com cerca de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), os demais valores foram arrecadados através das festividades comunitários comuns até os dias de hoje.

A padroeira – a escolha da padroeira foi uma indicação de Anselmo Policarpo e Santa Rosa, sugerindo Nossa Senhora da Piedade, para que “Nossa Senhora tenha piedade deste lugar, já tão antigo, e ainda sem igreja”. Aprovada a escolha, foi encomenda a imagem, sendo padrinhos no benzimento Pedro Militão e Jovino Cunha.

A representação mais conhecida de Nossa Senhora da Piedade é a Pietá de Michelangelo, mas a representação mais antiga de que se tem notícia encontra-se em Portugal. Trata-se de uma obra pintada em madeira, fixada numa das várias capelas presentes no claustro da Sé, na cidade de Lisboa. Pertencia a urna Irmandade muito antiga, que tinha como missão enterrar os mortos, visitar e consolar os presidiários e acompanhar os condenados à pena de morte. Com efeito, tal imagem aparece em 1230 acompanhando ninguém menos que o pai do famoso Santo Antônio, a caminho da pena de morte. O pai foi salvo pelo filho santo, que demonstrou milagrosamente sua inocência. Sua festa é 15 de setembro.

O arquiteto – a igreja foi projetada pelo engenheiro-arquiteto alemão, Simon Gramlich, nascido na cidade de Herbolzheim - estado de Baden Württemberg - Alemanha, no dia 7 de agosto de 1887. Após servir a I Guerra, migrou para o sul do Brasil, onde atuou profissionalmente com arquitetura por 46 anos. Projetou com a linguagem de períodos distintos da História da Arte, deixando uma vasta lista de obras composta de projetos com características ecléticas da virada do século XIX para o século XX, Art Decó, neogótico, neoclássico e moderno - que variam de residências de todos os tamanhos, fábricas, escolas, espaços comerciais e muitas igrejas.

A igreja possui as seguintes dimensões: 16,72 metros de comprimento, 12,40 metros de largura, e 9,30 metros de altura. A nave mede 7,5 x 10,8 metros. O projeto não possuía torre, e as linhas elegantes da fachada destacavam-se da paisagem campestre.

Não localizamos a data do término da obra, mas o lançamento da pedra fundamental foi no dia 14 de fevereiro de 1944 ao meio de uma missa seguida de festa que contou com o Coro Santa Cecília de Sombrio.

A comunidade – está a cerca de 3 Km do centro do município, hoje um bairro em expansão, mas lá pelos idos de 1820 foi considerado o berço da civilização na paróquia de Sombrio, segundo o Padre Raulino Reitz. Foi nessa região que estava localizada a Sesmaria dos Rodrigues, dando o nome a Sanga dos Rodrigues e Estiva dos Rodrigues. O nome tem origem devido à paisagem rodeada de lindas pastagens perfeitas para a internada de gado e com água próxima. Deduz-se que os antigos tropeiros usufruíram bem para descanso e alimentação do gado que seguia até São Paulo, daí ser chamado de curralinho.

Nossa senhora da Piedade, Mãe da Igreja e nossa Mãe, pela Dor que sofrestes quando aos pés da cruz recebestes em vossos braços o corpo de Jesus, que morreu pelos nossos pecados, nós vos pedimos que acolhais em vossas mãos o meu pedido, socorrei-me e intercedei na minha Dor

Fontes consultadas

Paróquia de Sombrio. P. Raulino Reitz <https://angelinawittmann.blogspot.com/2019/04/simon->

gramlich-simao-gramlich-no-brasil.html
<https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-nossa-senhora-da-piedade/384/102/>

Arquitetura viária

Ponte Pênsil atual



(Fonte: Acervo de Wagner Machado)

Molhes do Mampituba

Com projeto de José Lutzemberger, os molhes do Mampituba foram inaugurados em 8 de setembro de 1973, uma grande obra que atalhou em aproximadamente 2 km a saída das águas do rio que divide os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A necessidade de se fazer esta grande obra foi devido às dificuldades que os pescadores de Passo de Torres e Torres tinham ao sair para o mar. Devido ao excesso de ventos e mudanças da maré, o rio mudava de trajetória com assoreamento de bancos de areia que se formavam. Em muitas vezes os pescadores colocavam toras de eucaliptos para empurrar as canoas até o mar; também utilizavam pás para a abertura da barra. Outra justificativa para a construção da imponente obra, era escoar, em tempos de enchentes, o acúmulo de água que desce desde a nascente do Mampituba até o mar.



Obra dos Molhes do Mampituba

Fonte: Acervo do Museu Três Torres -SAPT, 2015



Ato de inauguração dos Molhes do Rio Mampituba
Fonte: Acervo Museu Três Torres - SAPT, 2015

Estavam presentes o Governador catarinense, Colombo Sales; o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza; o Governador gaúcho, Euclides Triches; o presidente do Banco da Amazônia, Jorge Babot Miranda; o presidente da empresa Sultepa, José Portela Nunes e o presidente da SAPT, José Amaro Cavalheiro Filho, que recepcionou, além destas autoridades, vários outros convidados.



Molhes do Mampituba com baleeiras movidas a motor, 1978
Fonte: Acervo de Wilmar Marques

Os Molhes do Mampituba impactaram muito no desenvolvimento socioeconômico do Município de Passo de Torres, principalmente para a atividade pesqueira, pois possibilitou, a partir de 1973, o aumento de embarcações de porte maior e com motor. Ao mesmo tempo que desenvolveu a economia local, também foi, gradativamente, impactando na pesca artesanal.

Monumentos

Espelho d'água com formato de barco



Fonte: Acervo de Wagner Machado, 2015

O Açorita

Monumento ao Pescador



Inaugurado no dia 29 de junho de 2020 “O Açorita” é uma homenagem ao Pescador e à base étnica da formação do Passo de Torres.

A obra é assinada pela artista plástica Elsa Menezes, compões o monumento os mosaicos da artista plástica Flávia Chaves, e o poema de Joaquim Moncks.



Elsa Menezes da Silva durante a produção, em 2020 e o monumento "O Açorita".
Fonte: Acervo do Município de Passo de Torres, 2020



Mosaicos de Flávia Chaves

Fonte: Acervo de Jaime Batista, 2022.

O Monumento é uma homenagem aos nossos pioneiros, "O Açorita", o

tarrafeador, nos remete aos pescadores, desde os originários (sambaqueiros) até os da atualidade.

A obra é alusiva à cultura de base açoriana, que remete a grande parte das raízes da matriz étnica de Passo de Torres. Junto a emblemática estátua, o Passo de Torres recebe mais uma homenagem, a crôniqueta do poeta e escritor, Joaquim Moncks:

"Por este Passo, em águas rasas, transitaram bichos e homens, todos andeijos, sem marca e sinal. Eram índios, negros, brancos, todos fazedores de pátria. O que permaneceu como raiz foi o pescador, que fez família e matou a fome com o que vem das águas."

Os monumentos nos fazem refletir sobre a representação da nossa identidade, do nosso patrimônio cultural, que lembra à população quem realmente somos, o que fazemos, de onde viemos e, por consequência, como seremos.

Mural da História da Pesca

Em 05 de outubro de 2021, na Praça dos Pescadores, houve a inauguração do monumento "Mural da História da Pesca" de Passo de Torres. O mural tem como tema o pescador desde os sambaquianos até a atualidade, mostrando um indígena com uma miraguaia, um pescador lançando uma tarrafa, outro pescando em uma canoa, e também a atualidade, com os molhes e a saída de um barco de pesca. A técnica utilizada foi pintura em alto relevo e mosaico. A artista da obra é a Sra. Elsa Meneses da Silva, de 80 anos, proponente contemplada no Edital de Chamamento Público nº 003/2020, da Lei Aldir Blanc, a Lei Emergencial da Cultura. E a mosaicista Flávia Chaves, como parceira nessa linda obra, que passa a ser mais um monumento do Município, valorizando a identidade cultural com maior predominância. A pesca artesanal é uma herança cultural que tem aproximadamente quatro mil anos no Vale do Mampituba, e que foi passado de geração em geração.



Mural da História da Pesca de Passo de Torres
Fonte: Acervo do Município de Passo de Torres, 2021

Entregue oficialmente pela Sra. Elsa Meneses da Silva juntamente com o Prefeito Valmir Augusto Rodrigues, a obra será mais um ponto para ser apreciado pelos moradores e turistas na Praça dos Pescadores.

Espaços Culturais

Biblioteca

A Biblioteca Pública Municipal Livro Aberto de Passo de Torres - SC, foi instituída através da Lei 386/2001, e inaugurada no dia 29 de março de 2007, situada na Rua José Pereira Maciel, nº 259.

Possui atualmente um acervo médio de 3000 (três mil) exemplares de livros, enciclopédias e periódicos.

Não possui nenhum profissional com graduação em Biblioteconomia, sendo seu único funcionário admitido perante Concurso Público Municipal para o cargo de Auxiliar de Biblioteca, desempenhando suas funções desde o dia 01 de março de 2012.

O funcionamento da biblioteca é de segunda à sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h, sendo disponibilizado à população seu espaço físico para leitura e pesquisas, bem como desenvolvimento de trabalhos escolares realizados pelos alunos das escolas em seus arredores, com a disponibilização dos itens do acervo da biblioteca e auxílio do profissional responsável para tal.

Atualmente a biblioteca possui um número de 515 (quinhentos e quinze) usuários cadastrados, dentre as mais variadas faixas etárias.



Biblioteca Pública Livro Aberto (Fonte: SMEC Passo de Torres, 2014)

A Patrona Ney Azambuja

A homenageada, Ney Rodrigues Danckwardt Azambuja nasceu em 16 de setembro de 1917, em Jaquirana/RS, antiga localidade de Vista Alegre, 5º Distrito de São Francisco de Paula, na região serrana, onde seu pai foi, durante anos, subdelegado de polícia, sendo filha de Olavo Danckwardt e Honorina Rodrigues Danckwardt. Neta paterna de Frederico Danckwardt e de Rosa Dalolli, pioneira comerciante na orla do rio Mampituba, foi proprietária da primeira balsa comercial de Passo de Torres. Ney foi casada em primeiras núpcias com Homero Azambuja, promotor da Justiça Estadual do RS e, em segundas núpcias, de Zeferino Paulo Freitas Fagundes, professor de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), acadêmico de letras, crítico literário e poeta, com quem teve a oportunidade de ampliar seus dotes literários.

Foi professora estadual, poeta e artista plástica. Cursou pedagogia, tendo feito curso de extensão em poesia e crítica literária. Sócia benemérita da Casa do Poeta Rio-Grandense, sediada em Porto Alegre/RS e pertencente à mais de uma dezena de entidades associativo-culturais, no país e exterior. Foi premiada em inúmeros concursos literários, em âmbito nacional. Recebeu a medalha da Academia Porto-alegrense de Letras (APAL) em 1988 e a Comenda Raul Bopp, concedida pela Casa do Poeta (CAPORI) em 1997. Publicou o livro de Manifestação, poemas, em 1980; Do Eterno Agora, trovas literárias, em 1989; O Amargo Âmago da Ausência, poemas, em 1990 e No Voo do Tempo, poemas, em 1995.



Ney Azambuja em sua casa em Passo de Torres
Fonte: Acervo da família de Ney Azambuja

No ano de 1948, em Júlio de Castilhos, a professora começou a escrever e a publicar no jornal local os seus poemas e prosas, por incentivo de seu esposo, Homero Azambuja, que era promotor público na localidade. É autora de uma peça teatral publicitária para o Censo Demográfico, no município de Júlio de Castilhos/RS, em 1950, tendo sido laureada vencedora em concurso aberto à comunidade.

Além das publicações individuais teve participação em diversas obras literárias coletivas e, inclusive, tem gravado em disco compacto (CD) o poema Infância, interpretado por Rejane Voz de Rubi e com arranjos do Maestro Nemias Noronha. Foi colaboradora dos periódicos: Jornais RGS Letras, Tal e Qual Rio-grandense e RS Letras, todos editados em Porto Alegre. Participou de trinta e três obras, entre antologias e coletâneas. Assinou suas obras com o nome literário de Ney Azambuja e nos concursos de poesia e arte plástica utilizava o pseudônimo Ceres, mormente na EXPOESIA - Concurso de poemas ilustrados e autografados da CAPORI, iniciados em 1978 e que se estenderam até o final da década de 1980. Na Casa do Poeta Rio-grandense, em Porto Alegre, empresta o seu nome ao museu da entidade.

Em 22 de novembro de 1997, aos 80 anos, recebeu homenagem em sua terra natal, quando foi inaugurada, no alto do morro do Cristo Libertador, uma placa em bronze contendo o seu poema “Semeadura”.

Em 1998 instituiu o Espaço Cultural Ney Azambuja, às suas expensas, para onde destinou mais de dois mil volumes de sua biblioteca particular e um vasto conjunto de peças recolhidas em suas viagens pelo mundo. Constavam desse acervo pessoal objetos, livros, diplomas, quadros comemorativos, obras de arte, vasto conjunto de fotos e outras peças. A inauguração ocorreu em 08/12/99, em ato solene aberto à comunidade, conforme ata nº 01/1999, na gestão municipal de Isaías Castilhos e do Dr. Valério Santini. Em 08/03/2005, também em ato solene, conforme ata nº 01/2005, a benemérita fez doação do Espaço Cultural Ney Azambuja ao município.

Por mais de trinta anos teve domicílio na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 800, na Cidade Baixa, em Porto Alegre/RS. Nos últimos dez anos de sua benemérita vida, dividiu-se entre Porto Alegre e a praia do Passo de Torres, onde tinha residência, sempre mantendo contato com sua terra natal, visitando-a e procurando o aprimoramento literário da cidade e de seus concidadãos.

Foi sócia fundadora, em 2003, da Casa do Poeta de Torres, e em 2008, da Casa do Poeta do Passo de Torres. No inverno de 2018, com a reativação da Casa do Poeta do Passo de Torres, sob o nome de Casa do Poeta do Vale do Mampituba, integrativa da POEBRAS Nacional, Ney Azambuja foi declarada Patrona Perpétua da POEBRAS Vale do Mampituba, em honorável sessão dedicada à sua memória.

Até 2002, aos 85 anos, “expressava-se muito bem e recitava poemas e longas e interessantes prosas curtas, dotada de extraordinária lucidez”, diz um de seus biógrafos.

Falecida em 09 de outubro de 2008, aos 91 anos, em Porto Alegre, onde seu corpo obteve sepultamento no Cemitério Jardim da Paz, na Lomba do Pinheiro. No dia seguinte, Joaquim Moncks, advogado, ensaísta e poeta, foi o orador escolhido para homenagear a sua passagem terrena, no decorrer das exéquias. Apesar de Ney ter adquirido em vida uma capela mortuária no cemitério de sua terra natal, Maria Regina, sua única filha, genro e netas ainda não se manifestaram sobre a possível transladação de seus despojos para Jaquirana. Seus ancestrais tinham várias propriedades que se estendiam até a orla marítima, no hoje Passo de Torres.

O nome de Ney Azambuja, que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Passo de Torres (CMPC), de acordo com a Ata nº 003/2021 da reunião do dia 15 de dezembro de 2021, que foi encaminhada ao Executivo de Passo de Torres, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada em 17 de março de 2022 como Lei Ordinária nº 1.188 /2022.

A justificativa para denominar a Biblioteca Pública de Passo de Torres deve-se por ela ser notória em seus feitos na literatura, autora de poesias e crônicas com temáticas de Passo de Torres, escolhendo o município para morar nos últimos anos de sua vida em uma casa denominada “Rancho Daloli”, no centro da cidade. Por ser filha e neta de pioneiros de Passo de Torres e por ela ter sido sócia fundadora da Casa do Poeta de Passo de Torres e homenageada como Patrona Perpétua da Casa do Poeta do Vale do Mampituba.

Praça pública com representatividade



Praça dos Pescadores (Fonte: Acervo de Wagner Machado, 2015)

O PATRIMÔNIO IMATERIAL

O Decreto 3551 de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este decreto, no seu primeiro artigo estabelece as categorias dos livros de registro da cultura imaterial em suas especificidades.

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

- Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

II – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira

Entende-se que o patrimônio imaterial é aquele que revela práticas cotidianas, rituais, manifestações, saberes e fazeres transmitidos espontaneamente de geração em geração com sua essência e não algo produzido para representar uma identidade criada para atrair ou consolidar um produto turístico-cultural.

Do mesmo modo, a definição proposta na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial promovida pela UNESCO em 2003, explica as características e representações do patrimônio imaterial.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 3).

O documento da UNESCO reporta ao direito à memória, o direito que foi consagrado em lei no Brasil a partir da Constituição Cidadã de 1988.

Manifestações Folclóricas

A predominância da matriz étnica de Passo de Torres é açoriana. No alvorecer do século XIX era essencialmente rural, mas no final do mesmo século passa ter atividades pesqueiras de rio e mar mais intensas por parte dos açorianos que ali habitavam. Os primeiros moradores luso-açorianos trouxeram em sua bagagem algumas manifestações folclóricas que passou a ser herança cultural. Dentre essas manifestações foram identificadas:

Terno de Reis

O Terno de Reis é inspirado na história bíblica dos Três Reis Magos. Seguindo uma estrela que surge no céu no dia de seu nascimento, 25 de dezembro, Gaspar, Melchior e Baltazar, saem à procura do Menino Jesus, levando presentes (ouro, mirra e incenso) e chegam a Belém no dia 6 de janeiro, Dia de Reis.

Adaptado aos folguedos lusitanos, o Terno de Reis canta a história durante o mês de dezembro até o dia 6 de janeiro. Os grupos formados por cantores e instrumentistas percorrem as casas do início da noite ao amanhecer.

A apresentação se divide em três partes. Na chegada, saúdam os donos da casa e pedem licença para entrar. No segundo ato, louvam o menino Jesus em frente ao presépio. A cantoria é interrompida quando o dono da casa, seguindo o exemplo dos Reis Magos, presenteia o grupo com bebidas e comidas. A apresentação se encerra com o agradecimento e despedida. Segundo a cultura popular quem recebe o Terno de Reis em sua casa é abençoado.

Em Passo de Torres, atualmente, alguns grupos cultivam esta tradição. São os grupos do Centro, da Bela Torres e de Curalinhos. O mais ativo está o do centro que se apresenta em eventos como o natal e também na Feira Agro cultural.

Terno de Reis do Centro de Passo de Torres



(Fonte: Departamento de Cultura de Passo de Torres)

Boi de Mamão da família Ribeiro

A família Ribeiro, oriunda da comunidade de Curralinhos, traz de suas raízes o tradicional folguedo do boi de mamão. Todos os anos na semana que se comemora o dia de reis, que é 6 de janeiro, no sítio da matriarca da família é realizada uma festa que se inicia com orações, com a participação do terno de reis, e para fechar com chave de ouro fazem a brincadeira há mais de 50 anos.

É tudo organizado pela família e outras comunidades são convidadas garantindo a festa tradicional. Tratando-se de preservação das tradições, o boi de mamão da família Ribeiro traz elementos mais puros e originais e fidedignos dos seus antepassados luso- açorianos.

Pau-de-fitas

Grupo Folclórico Municipal Dona Finoca de Passo de Torres

No ano de 2014 a Escola Municipal de Ensino Básico Vila Nova, do bairro Rosa do Mar e o Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Passo de Torres elaboraram um projeto de criação de um grupo de danças açorianas. A ideia surgiu devido à participação assídua do gestor de cultura do Município, Jaime Luis da Silveira Batista, como conselheiro do Conselho Deliberativo do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA). A escola já possuía um pau-de-fitas doado pela comunidade local e o mesmo era utilizado por alunos que se apresentavam nas festas juninas. A partir de junho de 2014, o professor Cristiano Carvalho Nunes, que tem envolvimento com danças folclóricas, preparou um grupo de 16 alunos que se apresentaram em eventos no município de Passo de Torres. No dia 14 de agosto de 2014 teve sua estreia com a presença do Grupo Açor Sul, de Sombrio/SC, que incentivou os alunos e os apadrinhou.

No dia 14 de agosto de 2014 teve sua estreia com a presença do Grupo Açor Sul de Sombrio, que incentivou os alunos. O Grupo de Danças folclóricas da Escola Vila Nova participou no 22º Açor – Festa da Cultura Açoriana, no município de Bombinhas - SC. Os alunos apresentaram a Dança dos Cadarços, como é denominada nos Açores, mas também é conhecida no Brasil como dança do pau-de-fitas, dança das fitas, ou engenho de fitas, Essa foi a primeira apresentação do grupo passo-torrense fora do município.

Desfile do Grupo Escola Vila Nova no 22º Açor (Fonte: Acervo Escola Vila Nova, 2015)

O grupo de danças folclóricas da Escola Vila Nova também se apresentou em 2015 no município de Bombinhas/SC no 22º Açor. Os alunos apresentaram a Dança dos Cadarços, como é denominada nos Açores, mas também é conhecida no Brasil como dança do pau-de-fitas, dança das fitas, ou engenho de fitas. Essa foi a primeira apresentação do grupo passo-torrense fora do município.



O Grupo participou também do 24º Açor, em 2017, na Enseada de Brito, em Palhoça/SC, no 25º Açor, em 2018, em Palhoça/SC, e no 26º Açor, em 2019, em Penha/SC.

O grupo ainda se apresentou em vários eventos do município, como Festa de Navegantes e Festas de Emancipação do Município. Também se apresentou em outros municípios como, por exemplo, em Torres no 30º Festival Internacional do Balonismo.



Grupo Raízes Açorianas na Festa de Navegantes em Passo de Torres, 2019
Fonte: Acervo Município de Passo de Torres, 2019

De acordo com a deliberação do Conselho Municipal de Política Cultural, foi indicado ao Executivo Municipal a instituição do grupo folclórico, que desenvolverá danças e folguedos da tradição açoriana. Esta proposta está elencada nesse Plano de Cultura.

A partir da sanção da lei, o grupo passará a ser municipal, como Centro de Arte e Cultura, com a gestão do Departamento de Cultura, garantindo a continuidade das atividades com crianças e adultos moradores do município.

Até a pandemia da Covid-19 o grupo contava com 24 componentes e tinha como responsável a professora Ana Paula Barbosa, que era contratada exclusivamente pelo município para coordenar o grupo.

Dentro das instituições representativas da cultura de base açoriana constatou-se que existe um outro grupo mais antigo, e com dimensão estadual, com o mesmo nome, RAÍZES AÇORIANAS, que é da Casa dos Açores de Santa Catarina. Com a necessidade da troca do nome, buscou-se homenagear (in memoriam) um cidadão, ou uma cidadã, passo-torrense, que representasse o grupo. E com a iniciativa do Departamento de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura de Passo de Torres, o Grupo de Dança Folclórica, escolheu a Sra. Serafina Delfino Joaquim, carinhosamente chamada de Dona Finoca, que faleceu no dia 28 de fevereiro

de 2022, aos 83 anos de idade.

Aos 15 anos de idade casou-se com o senhor Alcebíades Joaquim, popularmente conhecido como Bio. Essa união durou 64 anos e resultou em 16 filhos (sendo 7 mulheres e 9 homens), 43 netos, 63 bisnetos e 15 trinets, juntamente com os cônjuges chega ao total de 184 membros da família.

DONA FINOCA, representa a mulher do pescador, que era o esteio da família. Administrava tudo em casa, desde a saúde e educação de seus filhos até as lidas e afazeres domésticos, que começava com o marido acordando cedo, para ir ao mar, ou no rio, garantir o sustento. Passava os seus saberes e fazeres aos seus familiares, muitos do conhecimento ancestral da nossa região.

DONA FINOCA representa a mulher pioneira que com certeza tinha os costumes da cultura de base açoriana em Passo de Torres.

Por esse motivo o grupo passou a se chamar GRUPO FOLCLÓRICO MUNICIPAL DONA FINOCA. A família foi homenageada com uma placa A proposta será um projeto de Lei.

Atualmente o grupo está sendo coordenado pela Professora Paula Furasté. Além de valorizar a dança açoriana o grupo tem como objetivo proporcionar conhecimentos sobre o folclore e tradições da mesma cultura que representa 70% da matriz étnica de Passo de Torres, identificando suas características e valores. Também será desenvolvida as danças folclóricas e tradicionais gauchescas.



Grupo Folclórico Municipal Dona Finoca em sua primeira apresentação oficial, 2022

Fonte: Município de Passo de Torres, 2022

Festival do Folclore - APAE - Passo de Torres

Evento promovido pela APAE de Passo de Torres e apoiado pela Prefeitura Municipal de Passo de Torres através da Secretaria de Educação e Cultura. O Festival do Folclore da APAE de Passo de Torres foi idealizado para mostrar um pouco mais da nossa cultura e tradições, salvaguardando o patrimônio cultural e histórico da região e com isso sensibilizar o povo para a importância da herança folclórica e a necessidade da preservação popular.

(Fonte: disponível em <http://gpm.fecam.org.br/uploads/610/imagens/1206112.JpG>)



Manifestações Culturais

Artesanato

Passo de Torres tem como herança cultural o artesanato de fibras de taboa e butiazeiro. Artesanato de fibras de Taboa e butiazeiro (Fonte: P. M. de Passo de Torres, 2015)



Desfile com o artesanato de taboa (Fonte: P. M. Passo de Torres, 2015)

Feira Agro Cultural



Música

A Banda Fanfarra do município de Passo de Torres, foi criada no ano de 2000, com integrantes das escolas municipais e estadual.

Hoje, a Banda Fanfarra, conta com 40 integrantes, todos alunos do Ensino Fundamental e Médio. Tem como instrutor o professor Saulo Vitório, que vem desempenhando um ótimo trabalho na condução dos alunos, tendo como apoio a Secretaria de Educação Cultura de Passo de Torres.

Durante esse tempo, a Banda Fanfarra de Passo de Torres, vem apresentando uma evolução extraordinária, resgatando a autoestima dos alunos, fazendo com que se interessem pelos estudos, melhorando a qualidade no ensino.

Em 2013 a Banda Fanfarra foi remodelada, com uniformes e instrumentos novos que vieram somar para qualidade nas apresentações. E em 2015 a Banda adquiriu escaletas, trompetes e trombones, instrumentos que vão compor na formação da banda assim que alunos estiverem preparados, passando de banda fanfarra para a categoria de banda marcial.

Coral Municipal de Passo de Torres

O Coral de Passo de Torres é um coletivo cultural que se formou a partir de coralistas oriundos da Igreja Católica de Passo de Torres. Surgiu como Associação Coral do Município de Passo de Torres no dia 02 de abril de 1997.

No comando do professor Avelino Zuanazi por 10 anos, esse coral, ainda como um grupo de iniciativa privada, apresentou-se em encontros e festivais de várias cidades como Araranguá, Criciúma, Florianópolis, além de vários eventos do município.



Coral de Passo de Torres no ano de 1997
Fonte: Acervo do Município de Passo de Torres

A partir de junho de 2017 o Coral passou a ser administrado pelo Departamento de Cultura da SMEC e teve como regente o professor Paulo Rossano Pinto Henriques.

Os ensaios iniciaram em julho do mesmo ano reunindo coralistas, tanto homens como mulheres, interessados pelo canto.

O Coral Municipal, que é de caráter cultural, reconhecido como de utilidade pública e sem finalidade lucrativa, tem como objetivo fazer apresentações em eventos oficiais do município. Surgiu como uma forma de integração da comunidade, sem qualquer distinção social, de origem, cor, raça, sexo, religião ou partidária, além de divulgar o município de Passo de Torres, no estado e no país, oportunizando o desenvolvimento de habilidade artística, despertando o interesse para a cultura musical. E, ainda, oportunizar aos integrantes o desenvolvimento da autoexpressão, autoconfiança, concentração, disciplina, memorização, percepção auditiva,

postura física, respiração, dicção, etc.

É de interesse do Executivo formalizar o Coral como “Municipal”, através de um projeto de lei que já foi deliberado e aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Passo de Torres.

Interessados acima de 9 (nove) anos em integrar o Coral poderão realizar inscrições no Departamento de Cultura e a seleção dos coristas será feita através de testes, com critérios estabelecidos pela administração do Coral, com a direção de profissional capacitado.



Ensaio na Biblioteca Pública Ney Azambuja, 2022
Fonte: Jaime Batista

Com a pandemia de Covid-19, o coral parou suas atividades, retornado em 2022 com a regência de Geziel Souza Mota.

Brique + Cultura no Passo



Logomarca do Brique + Cultura no Passo
Fonte: Ponto de Cultura Brique + Cultura no Passo, 2021

O “Brique + Cultura no Passo” é um evento que une atrações culturais com o já tradicional comércio de rua de produtos como: artesanato, brechós, vestuário, obras de arte, culinária, sebos de livros e antiguidades, entre outros.

Esse evento foi idealizado pelo Conselho Municipal de Política Cultural do município de Passo de Torres e é produzido pelo Departamento de Cultura. Como Passo de Torres não tem um espaço amplo e fechado para práticas culturais, surge a ideia de reunir vários agentes culturais, de vários segmentos, em um sábado, e proporcionar apresentações artísticas de rua e, ao mesmo tempo, fazer um brique como o tradicional comércio de pulgas. Formou-se um

colegiado organizando o evento que acontece desde outubro de 2015. Várias atrações como música, teatro, capoeira, roda de tambores, bandas fanfarras e marciais, danças, etc, são desenvolvidas na Praça dos Pescadores. Outro objetivo do evento é humanizar a praça que estava sendo pouco usada pelos munícipes e visitantes.



Brique + Cultura no Passo, 2016
Fonte: Acervo Município de Passo de Torres, 2016



Músico e expositores do Brique + Cultura no Passo, 2022
Fonte: Acervo Jaime Batista, 2022

O município empresta gazebo para os expositores utilizarem durante o Brique, além de garantir todos os alvarás de funcionamento do evento. Os expositores, na sua maioria, fazem parte do Ponto de Cultura autodeclarado com o mesmo nome: Brique + Cultura no Passo.



Roda de Tambores no Brique, 2022
Fonte: Acervo Jaime Batista, 2022

Os artistas recebem cachês e também é contratada a empresa de sonorização com os equipamentos necessários, com recurso do município, através de dotação da Cultura.

Datas festivas

Festa	Data
Réveillon	31 de dezembro
Homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes	02 de fevereiro
Carnaval – Desfile de Blocos	Fevereiro/março
Homenagem ao Padroeiro São Pedro e Santa Terezinha	29 de junho
Aniversário de Emancipação – Desfile Cívico/cultural	26 de setembro
Festival do Folclore - APAE - Passo de Torres	Setembro
Festa Campeira	Setembro
Feira Agro Cultural	A cada 2 anos
Brique + Cultura no Passo	Mensal
Festa do Dia da Criança	Outubro

LEITURAS COMPLEMENTARES

FORMA-SE O PASSO DE TORRES

Ruy Ruben Ruschel Torres tem história. Pg. 338 18 de janeiro de 1991

Nascerá em breve mais um município vizinho: Passo de Torres, localidade também chamada Mampituba, logo do outro lado do rio. Sua história pode ser assim resumida. O Rio Mampituba, pelos portugueses apelidado Martim Afonso em 1532, voltou a ser conhecido depois de 1.600 por seu primitivo nome guarani Boipetuba. (muitas cobras chatas), que aos poucos tomou a grafia atual. Era um dos raros obstáculos que se interpunham na longa estrada natural Laguna - Rio Grande, já trilhada pelos índios antes de 1500; vencia-se de preferência perto da barra, a vau ou a nado, onde às vezes as areias quase obstruíram o rio. Esse "passo" vinha sendo habitado e controlado pelos índios carijós. Em 1617, os jesuítas Pe. João Fernandes Gato e Pe. João de Almeida permaneceram alguns meses entre eles, numa aldeia que não se sabe em que margem era. Pouco antes dessa época, o dominador da região fora o pajé Caiobi, um dos famigerados irmãos "tubarões", agentes de escravos; tempos depois, parece que quem controlava o Passo era o cacique Maracanã-guaçu, o Grande Papagaio, também traficante.

Extintos os índios pelos traficantes de escravos de São Paulo, o Passo começou a ser utilizado com crescente frequência pelos portugueses, principalmente depois de 1680, quando fundadas Laguna (na extremidade norte da Grande via litorânea) e Colônia do Sacramento (no extremo sul).

Nos anos de 1700, sobretudo tropas de gado, vindas do sul, e tropas militares, chegadas do norte, aí passaram e até acamparam.

A 1º grande propriedade foi a Sesmaria Rodrigues, de Manuel e Luciano Rodrigues da Silva, a qual por volta de 1820 se estendia da foz do Mampituba até o Arroio Grande (perto do sombrio), com mais de 300 quilômetros quadrados de área. Um dos donos, Manoel Rodrigues da Silva, era casado com Cândida, filha do Alferes Manoel Ferreira Porto, fundador de Torres; consta que ele foi enterrado, com sua mulher, na Igreja São Domingos que seu sogro construiu.

A sede da fazenda era provavelmente em Curralinhos cuja sanga ainda se chama "dos Rodrigues".

Em 1824, à margem meridional do Mampituba surgiu o bairro torrense do Potreiro, formado de pescadores catarinenses. Alguns passaram a morar do outro lado, começando a localidade do Passo.

Durante a Revolução Farroupilha, várias vezes o Passo foi guarnecido de tropas, como as do Capitão legalista Rodrigo Antônio da Silva em outubro de 1837 e do Major Vickenhausen em junho-julho de 1839. Ao tempo da Guerra dos Maragatos (1893-95) acampou aí o Corpo Cívico Republicano do Cel. Apolinário João Pereira, com 200 homens. Cessado o período revolucionário, a localidade pode crescer aos poucos. Apartir de 1911 já teve capela, com invocação de São Pedro, padroeiro dos pescadores.

Em 1922 a colônia de pesca viu-se oficializada pelo Ministério da Marinha, com o nome Z-11 (depois tocado para Z-7).

Hoje é uma comunidade florescente, em vias de emancipar se. Contudo, ao tornar-se município seria conveniente que adotasse o nome Mampituba, por que se for chamado Passo de Torres, parecerá sempre mero prolongamento da cidade vizinha, além das confusões postais de sempre.

ORIGENS DO PASSO (I)

Ruy Ruben Ruschel Torres tem História pg.590

O Jornal do Passo de Torres começa hoje a publicar uma pequena série de crônicas históricas (apenas meia-dúzia) em que estará resumindo o principal das origens do no novo município. Esta é uma das maneiras de colaborar para o desenvolvimento do setor cultural da novel comuna, fornecendo a seus moradores uma ideia básica acerca do passado de seu território.

Recomenda-se aos órgãos públicos e privados ligados à cultura, bem como às escolas do município, que colecionem as crônicas dessa sequência, para eventuais aplicações futuras. Poderão ser utilizadas como pontos de partida para o aprofundamento da História do Extremo Sul Catarinense.

PRÉ-HISTÓRIA

A região que constitui o novo Município de Passo de Torres foi ocupada, desde tempos anteriores a Cristo, pelo Homem do Sambaqui, que vivia da coleta, da pesca e da caça. Os principais sítios arqueológicos correspondentes – os Sambaquis ou Casqueiros – são montes de conchas de vários moluscos (mariscos e caramujos), misturados a ossos, espinhas de peixe e cinzas de fogueiras muito antigas, restos dos acampamentos sucessivos desses grupos primitivos, onde também se encontravam sobras de seus instrumentos de trabalho e de cultura, quase sempre confeccionados em pedra basáltica. Os sambaquis, protegidos pela Constituição (art. 216, V) e pela lei federal (Lei nº 3.924/1961), devem ser preservados pelas autoridades municipais e pelo povo porque representam o único meio pelo qual os cientistas poderão um dia resgatar esse passado tão distante. Infelizmente, muitos sambaquis do Passo de Torres já foram arrasados ou subvertidos.

Existem indícios e referências documentais de que o Passo foi depois povoado pelos Bugres ou Guaianás, de raça Jê, inclusive com incipiente agricultura. Esses bugres foram expulsos para a encosta da serra e o planalto por um povo de melhor tecnologia, também caçadores, pescadores e agricultores, de nação Guarani, chamados Carijós ou Cariós, que eram os habitantes do Passo quando os brancos aqui começaram a aparecer.

Os Carijós viviam em aldeias ("tabas"), formadas por poucas casas de palha ("ocas") rodeando uma praça ("ocara") em que faziam suas reuniões, danças e festas. Os homens vestiam-se de peles de animais, e as mulheres, de uma camisola chamada "tipóia", confeccionada com um tecido feito com as fibras do gravatá. No verão e nos dias quentes

,andavam nus, como os demais índios brasileiros. Viviam em guerras umas tribos com as outras e costumavam comer os inimigos capturados, em rituais festivos.

ORIGENS DO PASSO DE TORRES (II)

Ruy Ruben Ruschel
Torres tem história , pg.593

SÉCULO XVI

Poucos anos depois do descobrimento do Brasil (1500), já começaram a viajar navegadores ao longo desta costa: a expedição em que figurava o famoso Américo Vesúcio, em 1501; o francês Paulmier De Conneville em 1504; o piloto português João de Lisboa em 1514; o espanhol (italiano nato) Sebastião Caboto em 1527 e 1530; o português Martim Afonso de Sousa em 1531 e 1532. Desse trânsito resultaram os primeiros nomes dados ao Rio Mampituba, que só apareceram em poucos mapas europeus e em seguida sumiram: Rio da Baya, em 1515; Rio Fanallon ou Rio Cerrado ou Rio Baixo, em 1530. A partir de 1532 o Mampituba passou a chamar-se Rio Martim Afonso de Sousa, homenagem prestada pela guarnição da caravela "Santa Maria do Cabo" ao chefe da frota de 1530-1532, homem que ficou tão famoso que está citado nos "Lusíadas", de Luís de Camões, obra máxima da literatura lusitana. Esta denominação do rio permaneceu conhecida até o fim do século.

Em 1587 foi publicada a primeira descrição das margens do Mampituba, no livro "Notícias do Brasil", de Gabriel Soares de Sousa, nestes termos: "Este rio tem muito bom porto de fora para navios grandes e dentro para os da costa, cuja terra é baixa e de qualidade da de trás. Tem este rio duas léguas ao mar uma ilha (obs: é a Ilha dos Lobos) aonde há bom porto e abrigada para surgirem navios de todo o porte; entra a maré por este rio muito, aonde há muito marisco, cuja terra é de campinas que estão semprecheias de erva verde com algumas reboleiras de mato, onde se dará tudo que lhe plantarem, e se criará todo o gado que lançarem; por ser terra fria e ter muitas águas de alagoas e ribeiras para o gado poder beber, pelo que este rio se pode povoar, onde os moradores que nele viverem estarão mui descansados, o qual é povoado de tapuias como a mais terra atrás."

Esta descrição feita em português antiquado, demonstra que os brancos já haviam desembarcado no local, constatado de perto suas condições excelentes para um futuro povoamento.

ORIGENS DO PASSO (III)

Ruy Ruben Ruschel Torres tem história , pg.59

SÉCULO XVII

Depois de 1.600 o atual território do Passo de Torres começou a ser percorrido apé pelos brancos. Primeiro foram traficantes de escravos vindos de São Vicente, SP, que desembarcavam no porto natural de Laguna (conhecidos pelos índios como Biaçá) e marchavam para o sul pela praia, por vezes ultrapassando o Rio Mampituba. Eles mantinham negócios com alguns poderosos índios Carijós da região, que eles forneciam escravos e outras mercadorias em troca de roupas e utensílios europeus. Aí por 1605, um desses nativos negociastas (em Guarani eram chamadas de "mus" =l contratantes) era radicado no Passo ou proximidades e tinha por nome Caiobig. Era tão prestigiado pelos traficantes portugueses que chegou a deles receber uma nomeação de "meirinho" (espécie de oficial de justiça); pertencia à irmandade dos "Tubarões", chefiada pelo feiticeiro Tubarão ("Tupãrana" = Parecido com o Trovão, em guarani), morador perto do rio que até hoje guardou seu nome, - irmandade esta que conservava o monopólio do comércio de escravos no sul de Santa Catarina.

Outro tipo de gente que passou a frequentar a região depois de 1600 foram os padres jesuítas portugueses. Vinham em duplas, do Rio de Janeiro ou de Santos, visitavam os índios e procuravam evangelizá-los e salvá-los da escravização.

Em 1605 dois deles chegaram perto: vieram conversar com o pajé Tubarão (que voltava ao

norte de uma visita a seu irmão Caiobig) nas margens da Lagoa do Cabirá. Chamavam-se Pes. João Lobato e Jerônimo Rodrigues. A crônica de viagem deixada pelo segundo deles menciona o rio com o nome de Boipetiba.

Em 1617 outros dois vieram até a margem do rio aqui e aqui moraram pelo espaço de alguns meses, numa "taba" indígenas Pes. João Fernandes Gato e João de Almeida. Um deles esteve até doente, acamado numa das ocas das tabas. Mantiveram encontros com milhares de índios da redondeza, que os visitaram.

Entre 1622 e 1626 mais dois – Pes. Antônio Araújo e Pedro da Mota - aí passaram, numa caminhada que os levou até as proximidades do Rio Guaíba (Caibí), para lá visitar o feiticeiro Grande Anjo ou Carabebe. Até 1640 talvez outros aqui tenham andado. Porém, nesse meio tempo, os índios foram exterminados.

A partir de então, no resto do século XVII só uns poucos aventureiros aí estiveram no caminho do sul, onde esperavam encontrar prata e ouro. A mais notável dessas expedições foi a dos capitalistas Manoel Jordão da Silva e Domingos de Brito Peixoto, por volta de 1680, poucos anos antes da fundação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna pelo segundo deles. Aliás, foi este último, acompanhado de José Dias Velho (irmão do fundador de Florianópolis) que, nesta ocasião, descobriu a navegação da Sanga da Madeira e da Lagoa do Sombrio, na volta para o norte.

ORIGENS DO PASSO (IV)

Ruy Ruben Ruschel Torres tem história , pg.597

SÉCULO XVIII

Foi no decurso dos anos 1600 que se começou a divulgar o nome do rio em guarani. Era chamado Boipetuba que se traduz por: "abundância" (= "tuba" ou "tiba") de "cobras" (= "mboi") "chatas" (= "peba" ou "pé"), em razão de haver em suas campinas muitas "Boipebas" – *Xenodon severus*, Lin. - ou Cobras Chatas. Essa palavra evoluiu na boca dos brancos e formou atual Mampituba.

Na centúria dos setecentos, a História do Passo se caracteriza, principalmente, como a de trânsito, na primeira metade do século de tropas de gado (selvagem) buscadas no Rio Grande do Sul, e na segunda metade, de tropas militares em marcha para combater os castelhanos no extremo meridional do país. No primeiro conjunto de fatos se destacava a movimentação de lagunistas, sob a chefia geral do Cap. Francisco de Brito Peixoto, no intenso contato que mantiveram com as campanhas fronteiriças do Rio Grande, onde se iam abastecer de gado vacum, seja para trazer rebanhos às fazendas de Laguna, seja para criar estâncias nos campos de Tramandaí e de Viamão. Dentre os vários deslocamentos através do Passo do Mampituba, há que lembrar, por exemplo, as passagens da Frota (terrestre) de João Magalhães (genro de Brito Peixoto), em 1725, e logo a seguir da comitiva do Gen. Daví Marques Pereira, ambas destinadas a dar início à colonização de Rio Grande. Outro tipo de transporte que se tornou usual através do Passo começou a partir de 1728, quando o Sgto.-Mor Francisco de Sousa e Faria abriu a "estrada dos Conventos", direto da foz do Rio Araranguá até em cima do planalto: inúmeros tropeiros paulistas, destacando-se o famoso Cristovão Pereira de Abreu, aí passaram milhares de cavalos e mulas, conduzidas a São Paulo e depois a Minas Gerais. Depois de 1750 foi a vez do trânsito intenso de exércitos para participar na Guerra Guaranítica e na defesa e posterior reconquista de Rio Grande contra espanhóis. O território do Passo serviu, então, de cenário frequente de acampamentos militares e da faina incansável do transporte sobre o rio de carruagens de guerra, canhões, cavalaria e centenas de soldados. Aqui passou, até mesmo, a comitiva do generalíssimo do maior exército lusitano até então concentrado no sul: João Henrique de Boehm. Em seu diário de viagem, o Gen. Boehm deixou narrado como se atravessava o Rio Mampituba naquele tempo: as pessoas em barquinhos, os animais, a nado.

ORIGENS DO PASSO (v)

Ruy Ruben Ruschel
Torres tem História p. 598

SÉCULO XIX

Já nos começos do século XIX se estudavam obras hidráulicas para integrar esta região ao resto do país. Em 1816 o engenheiro português José Pedro César propôs ao governo de D. João VI a abertura de uma nova barra ao Rio Mampituba, indicando até o local próprio para isto. Pouco depois, em 1821, ofereceu um projeto inteiro de ligações entre as Lagoas do Cabirá e do Sombrio, o Mampituba e as lagoas do nordeste do Rio Grande do Sul; seria a restauração do caminho lacustre descoberto em 1681 por Domingos de Brito Peixoto. Infelizmente, tais planos, que teriam antecipado o progresso por mais de cem anos, foram arquivados.

A primeira grande propriedade que surgiu foi a Sesmaria dos Rodrigues comprada em 1820 pelos irmãos Manoel e Luciano Rodrigues da Silva, que se estendia desde o Mampituba até o Arroio Grande, com 3 léguas de largura, mais do que do mar à Sanga da Madeira e à Lagoa do Sombrio. Manoel Rodrigues da Silva era casado com a torrense Cândida Maria Pereira, filha do Alferes Manoel Ferreira Porto, fundador de Torres; consta que Manoel e sua mulher estão sepultados na velha Igreja de São Domingos, de Torres que ele próprio ajudou o sogro a construir.

Em 1824 surgiu à beira sul do Mampituba a comunidade do Potreiro Jormada de pescadores oriundos de Araranguá. Alguns deles passaram para o lado do rio, iniciando o povoando que atualmente se transformou na sede municipal.

Foi mais ou menos nessa época que o célebre pintor francês Jean-Baptiste Debret representou o Passo numa aquarela, que hoje está arquivada no Rio de Janeiro.

Durante a Revolução Farroupilha, várias vezes o Passo foi guarnecido por tropas legalistas de Santa Catarina, para evitar que a rebelião invadisse o Estado: em outubro de 1837 foram os homens do Cap. Rodrigo Antônio da Silva e em junho- julho de 1839, do Maj. Vickenhausen. Isso não impediu, contudo, que em julho de 1839 a tropas revolucionárias do Gen. Daví Canabarro atravessassem o Passo, na direção de Laguna, vila que foi conquistada com a ajuda de José Garibaldi por mar.

Na época da Guerra dos Maragatos (1893-1895), acampou no Passo o Corpo Cívico Republicano do Cel. Apolinário João Pereira, com 200 homens.

ORIGENS DO PASSO (VI)

Ruy Ruben Ruschel Torres tem História, p. 600.

SÉCULO XX

A partir de 1911 o Passo já teve sua capela, com invocação de São Pedro, padroeiro dos pescadores. A localidade tinha o nome de Mampituba. É uma pena que esse lindo nome, que invoca um passado tão distante e um rio tão ligado à comunidade, não houvesse prevalecido para a nova sede urbana. Seria bem mais expressivo, caso o novo município não quisesse dar a impressão de subordinar-se na denominação – ao vizinho mais antigo...

Em outubro de 1921, avanço decisivo marcou a novel localidade: o Comte. Frederico Villar, da Marinha do Brasil, veio oficializar a Colônia de Pescadores. Instalou-se, assim, a Colônia D. Feliciano Prates, ou Z-11; o nome era uma homenagem ao 1º bispo do Rio Grande do Sul; mais tarde a Colônia mudou o seu número para Z-7. Foi madrinha da inauguração a Sra. Geralda Cardia Alves, esposa do Vice-Presidente e Secretário do Interior gaúcho Dr. Protásio Alves. No ano seguinte, 1922, a Colônia obteve seu registro.

Em 1926 conseguiu comunicar-se via marítima com uma de Tramandaí numa então considerada importante proeza. O palhaborde ou chalupa "Santo Antônio", espécie de veleiro de 11 m de comprimento e 3,25 m de largura, saiu pela Barra do Mampituba pelas 11 horas de 4 de maio e entrou na de Tramandaí no mesmo horário do dia seguinte. Era tripulado por três

pescadores locais comandados por Olímpio Hespanhol e levava dois passageiros destinados a Conceição do Arroio e um carregamento de madeiras. Consta que teria sido esta primeira vez que um barco entrou pela Barra do Rio Tramandaí.

A vida cotidiana dos pescadores de Torres e do Passo, suas casas e seu trabalho foram objeto, em 1927, de um filme realizado por José Inácio Picoral (Zequinha), considerado pioneiro em seu gênero na Sétima Arte. Outro pesquisador que procurou estudar a Colônia, agora sob o ponto de vista linguístico, foi Dante de Laytano que em 1937 publicou uma tese sobre o assunto: "Vocabulário dos pescadores do Rio Grande do Sul".

Agora que o município de Passo de Torres está criado, iniciando-se com tanto entusiasmo, é de acreditar que desde logo seu povo se empenhe em resgatar aspectos de seu passado, preservar os sinais de sua pré-história e história, estudar suas instituições e famílias, resguardar sua natureza e, desse modo a promover um futuro próspero sobre os alicerces firmes da tradição e da cultura peculiares.

HISTÓRICO DE PASSO DE TORRES

Jaime Luis da Silveira Batista
Publicado Jornal Norte Sul, maio 201

Às margens do Rio Mampituba, divisa do Estado do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, localiza-se o município de Passo de Torres ou, como era chamado antigamente, Mampituba.

A região fora ocupada inicialmente pelo Homem do Sambaqui, cultura de coletores e caçadores que viviam basicamente da pesca, alimentavam-se de moluscos, frutos silvestres e caça de pequenos animais. Os indícios arqueológicos e referências documentais apontam que posteriormente ao Homem do Sambaqui a área fora habitada pelos Guaianáses, de tronco Jê, que já utilizavam a agricultura rudimentar. Com a imigração da nação guarani, vinda da Amazônia, formou-se outra cultura, os "mbyà-guaranis", que significa "gente" guarani, também conhecidos por "Carijós". Em toda Região Sul, pelo litoral, existiam nativos oriundos do tronco Tupi-Guarani, culturas vindas do Norte do Brasil e também do Paraguai; eles habitaram e trouxeram seus costumes que fundiu com outras culturas. Habitavam a região do "Vale do Mampituba" antes do europeu entrar em terras "passo-torrenses". O vale era conhecido como "Boipitiba" ou "M'boipituba. Existem divergências entre os historiadores da microrregião entre Araranguá e Torres sobre a tradução de Mampituba, que também aparece com outras grafias: Boipitiba,boipituba, Mboipitiba, Mboipituba e Mandituba.

A tradução de Mampituba pode ter no mínimo 4 possibilidades. Uma delas defendida pelo historiador Ruben Ruy Ruschel, é Mboipitiba ou Mboipituba (mboi = cobra + peba ou peva = chata + tiba ou tuba = muito), que na tradução seria rio ou região de muitas cobras chatas (mboipeba). Nessas mesmas grafias também aparece a possibilidade de ser: região de água com muitas cobrinhas do pé, ou seja, ao invés de cobra chata, cobrinhas do pé, que é relativo às sanguessugas. Ainda alusivo à cobra, e também com as mesmas grafias temos rio de muitas curvas. Outra possibilidade de tradução em tupi-guarani é Mandituba (mandi = bagre + tuba = muito), ou seja rio de muitos bagres. E Mampituba com a grafia usada na língua portuguesa, e seu significado: de coisa que é arejada, ventilada; o sopro; o hálito. De 1550 em diante os nativos e europeus começaram a fazer contatos. Os carijós faziam a prática do escambo, ou seja, faziam trocas de objetos e alimentos com indígenas da atual cidade de Tramandaí (RS); essas trocas, diga-se de passagem, não só a material, mas também a cultural aumentavam cada vez mais. A partir do Porto de Biaça (atual cidade de Laguna) os bandeirantes paulistas chegavam para comprar escravos, faziam contatos com alguns líderes, como o pajé Tupãrana, que significa em tupi o deus do trovão, e conhecido pelos portugueses como Tubarão (uma das

versões que originou a toponímia da cidade de Tubarão – SC). Tupãrana mantinha um tráfico de escravos desde Biaça até a aldeia de Caibí, (atual cidade de Porto Alegre - RS). Milhares de nativos foram levados à São Paulo, os nativos que faziam esse tráfico eram chamados de “mus” ou “pombeiros”. Em Boipitiba, possivelmente no lado de “Santa Catarina”, se fixou um dos indígenas do grupo de líder dos mus, o irmão de Tupãrana, o cacique Caiobi, o mato verde em Tupi, que controlava a passagem em Boipitiba. Foi ele um dos responsáveis do desaparecimento dos indígenas da micro-região entre Araranguá e Tramandaí. Era um “tapijara” que em Tupi-Guarani significa “senhores de caminhos” que controlavam a passagem dos indígenas. Um documento do Padre jesuíta Jerônimo Rodrigues datado de 1607, comprava essa possível ocupação de Caiobí em “Passo de Torres” e também salienta que Tupãrana vinha de encontro fazendo contato com os padres.

Os jesuítas que passaram por terras “passo-torrenses” pretendiam catequizar os nativos do litoral; tentaram evitar essa “atrocidade” que era a escravidão. Para tanto executaram a “Missão dos Carijós”, cujo registro está também está nos manuscritos do padre jesuíta, intitulado de “Noticiae Missionum Brasiliensium”, e foi publicada na língua portuguesa em 1940. Esse documento confirma esse encontro com Tupãrana, que era para pedir permissão para catequizar os nativos.

A partir de 1605 os padres jesuítas portugueses, João de Almeida e João Fernandes Gato numa tentativa de formar uma missão, transpuseram o Boipitiba e moraram por vários meses com os nativos da região. Houve uma ocasião em que os padres falaram com mais de mil nativos em um campo. Por causa da tentativa de terminar com a escravidão, os padres tiveram que se retirar de Boipitiba, com a ordem dos líderes de São Paulo; acabou assim com a possibilidade de instaurar uma Missão Jesuítica no “Vale do Mampituba”.

Um fenômeno que aconteceu a partir de 1640 na região, foi a diáspora que desabitou totalmente o litoral do Sul de Santa Catarina e Nordeste do Rio Grande do Sul. Fugidos dos líderes de tribos como o pajé Tupãrana, os indígenas passaram a habitar outras regiões, como a serra, para fugir de verdadeiras caçadas ao ser humano. Somente a partir da passagem dos tropeiros anos depois é que começaram a surgir estâncias ou fazendas. No caso de Passo de Torres a ocupação por habitantes só viria acontecer no começo do século XIX.

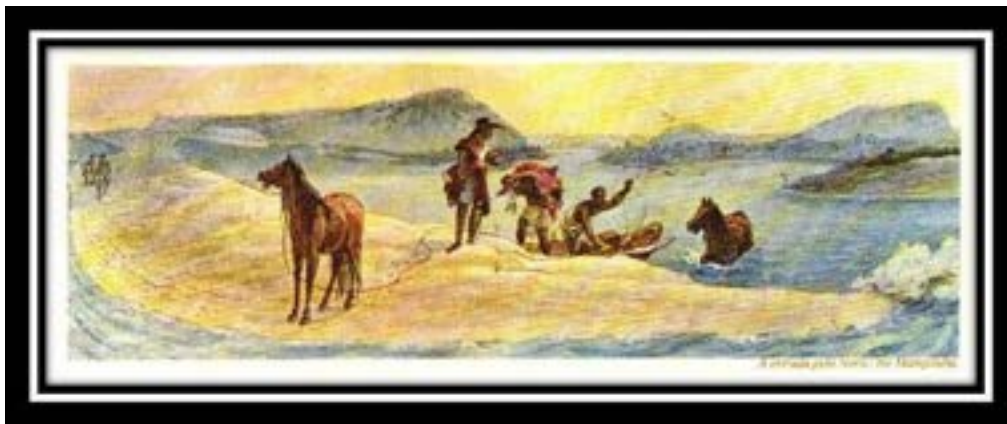
Do século XVI até meados do século XVIII, essa região foi mapeada e usufruída apenas como passagem. Por terra, passavam jesuítas e bandeirantes. Essa passagem obrigatoriamente tinha que ser por Passo de Torres, entre as Lagoas do Sombrio e das Torres (atual Lagoa do Violão) e, o matagal da encosta da Torre Norte (atual Morro do Farol em Torres - RS), devido ao mangue extenso e as áreas acidentadas como nos “Canyons” Aparados da Serra, que não permitiam acesso. Logo teriam que atravessar o rio Mampituba nas mediações entre a atual barra até a praia da Itapeva, era chamado de “Caminho do Carijó”.

O fator geográfico também influenciou muito a passagem dos tropeiros para o sul do rio Araranguá, pois há grandes planícies que vão até o “pé da serra” próprias para se criar gado. Entre essas passagens, houve uma muito importante em 1728 para a colonização de Rio Grande de São Pedro, que foi expedição terrestre de João de Magalhães, genro do Capitão-Mor de Biaça (Laguna), com intuito de se instalar em terras sulistas devido ao manejo do gado. Alguns “lagunistas” devido a esta expedição puderam fundar estâncias como as dos campos entre Tramandaí e Viamão no “Rio Grande do Sul”. Nesse período foi aberta a estrada dos Conventos no Vale do Araranguá. Outro desbravador foi Cristóvão Pereira de Abreu, que em 1732 facilita com melhorias o acesso que permitiu mais movimento de tropeiros no Vale do Mampituba. Na passagem do Mampituba, vindos do Rio Grande do Sul certamente os tropeiros faziam uma parada com o gado para descanso, e esse num curral, daí surgem os “Crralinhos”, que é nada mais nada menos que um curral em proporção menor.

Devido a essas passagens, os transeuntes apelidavam ou “batizavam” todos os locais que passavam e paravam, a exemplo de Crralinhos, os tropeiros denominavam as passagens de uma parte mais alta e mais fácil com o termo “passo”; daí surgiram: “Passo dos Magnos”, “Passo do Sertão (atual São João do Sul), “Passo Fundo” (no Rio Grandedo Sul), “Passo de Los

Libres” (na Argentina), e finalmente o “Passo das Torres”, pois a nossa cidade vizinha, Torres, que era referência para os tropeiros, têm três morros assemelhados com torres de castelos adentrando para o mar, ou promontórios. Ficou tão marcado que o cartógrafo jesuíta Diogo Soares, também conhecido como o “padre matemático”, registrou o topônimo Torres em um dos mapas da região em 1738, fato que foi continuado por outros cartógrafos dali em diante, e um deles registrou, no século XIX, além da Freguesia das Torres no lado gaúcho, também o topônimo Arraial do Mampituba no lado catarinense, com a influência dos nativos Carijós. O que aconteceu a partir desse fato foi um grande êxodo dos lagunenses para o Sul, que requeriam junto ao governo, as Sesmarias. Até mesmo as invernadas que duraram até 1732, foram substituídas pelas estâncias no sul.

Nas margens do Rio Mampituba, por volta de 1740 se iniciou um pedágio que tinha por intuito não somente a cobrança da passagem dos transeuntes, mas também os serviços de travessia do rio além dos tributos devidos, principalmente o gado, que de muito estavam transitando por ali. A travessia era uma verdadeira aventura. Existem documentos datados de 1771, procedente da Câmara Municipal de Laguna, que confirmam essa prática desde então. Com a deliberação do governador José da Silva Paes, esta foi a primeira ocupação da então denominada “Registro das Torres”, como se constata em diversos mapas antigos. Se havia nas Torres um posto de tributos e passagem, logo possivelmente já existia algum tipo de habitação para quem trabalhava nessa labuta, que eram ligados ao governo, e após por particulares que o arrendavam dos poderes públicos durante certa temporada. Nesses documentos está incluído até o valor cobrado nesse período, que era de \$40 (quarenta réis) por pessoa, \$480 (quatrocentos e oitenta réis) a carreta vazia e \$800 (oitocentos réis) se essa estivesse carregada. Posteriormente foi possível unificar os pedágios entre o Rio Araranguá e o Rio Tramandaí. Era cobrado o valor de \$240 (duzentos e quarenta réis) por pessoa a partir do primeiro rio, e as outras tarifas, em suas devidas proporções.



Aquarela de Jean-Baptiste Debret "A entrada pelo Norte: Rio Mampituba", 1825. Fonte: Acervo Casa de Cultura Municipal de Torres, 2005

A compra da sesmaria que ia desde o rio Mampituba até o Arroio Grande com 18 Km de fundo, pelo valor de 1\$080 (um mil e oitenta réis) foi feita por Manoel e Luciano Rodrigues da Silva em 1820. A casa sede desta sesmaria era no atual Morro dos Macacos, localizado na Estiva dos Rodrigues ou Sanga dos Rodrigues no São Francisco, distrito de Passo de Torres e que é margeado pela Lagoa da Barrinha, ou Lagoa do Centro, que se comunica com o Rio Mampituba e a Lagoa do Sombrio, que por sua vez se comunica com a Lagoa do Caverá, em Araranguá, formando 76 Km de navegação interna. No local, ainda se vê as ruínas da casa, que contrasta com o ambiente natural e com cafezeiros que foram cultivados pela família Rodrigues da Silva. Na propriedade dos Rodrigues haviam mais ou menos 80 escravos, portanto um produtor muito abastado, e sua produção, inicialmente era a farinha de mandioca, que era escoada pelas lagoas supracitadas. Manoel Rodrigues da Silva casou-se com Cândida, filha de

Manoel Ferreira Porto, um dos fundadores de Torres. Manoel Rodrigues da Silva ajudou seu sogro a construir a capela São Domingos das Torres, onde hoje está sepultado juntamente com sua esposa.

A orla do Mampituba foi ocupada a partir final do século XIX, principalmente por moradores do Vale do Araranguá. O lugar, junto à barra do Mampituba, era denominado Potreiro, mais uma menção dos tropeiros por ser ali um lugar de parada de gado. Mas voltou a imperar o “Passo de Torres” como nome da localidade devido à grande influência da passagem, não somente de tropeiros, mas de vários transeuntes, desde fiscais, militares, caixeiros viajantes (comerciantes), entre outros.

Desde o começo do século XX Passo de Torres é ligado ao Rio Grande do Sul, mais precisamente com a cidade de Torres, através de uma balsa e de uma ponte pênsil. A primeira balsa, construída em madeira e movida à remo, por volta de 1914, pretendia facilitar a travessia do rio Mampituba, que era feita de pequenos barcos. Alguns anos mais tarde, esta balsa fora substituída por uma a pega mão, movimentada manualmente pelos balseiros de uma margem à outra. No dia 22 de janeiro de 1985 a balsa manual e de madeira foi trocada por outra mais moderna, de ferro e movida à motor, com capacidade para doze carros ou cinquenta toneladas. A primeira ponte pênsil para pedestres, inaugurada em 24 de outubro de 1964, foi construída durante o mandato do Sr. Learcino Joaquim Maciel, na época prefeito do município de São João do Sul. Em 1985, por meio de uma ação conjunta das prefeituras de Torres e de São João do Sul, a primeira ponte foi substituída por outra de alvenaria, que apesar de mais resistente, ruiu por excesso de peso no dia da inauguração. Felizmente, nada de mais grave ocorreu naquele acidente.

Em 8 de setembro de 1973, através do projeto de José Lutzemberger, foi inaugurado os molhes do Mampituba, uma grande obra que atalhou, em aproximadamente 2 km, a saída das águas do rio que divide os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A necessidade de se fazer esta grande obra foi devido às dificuldades que os pescadores de Passo de Torres tinham ao sair para o mar. Devido ao excesso de ventos e mudanças da maré, o rio mudava de trajetória com assoreamento de bancos de areia que se formavam. Em muitas vezes os pescadores colocavam toras de eucaliptos para empurrar as canoas até o mar; também utilizavam pás para a abertura da barra. Outra justificativa para a construção da imponente obra, é escoar em tempos de enchentes o acúmulo de água que desce desde a nascente do Mampituba até o mar.

Outra obra importante para o município de Passo de Torres é a ponte de concreto que foi inaugurada em abril de 2007 entre Passo de Torres e Torres (litoral norte do RS). Trata-se da primeira obra feita efetivamente em parceria com a iniciativa privada e o poder público dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ponte foi construída com drenagem pluvial e colocação de meio fio de concreto armado nos acessos a ponte, de 118 metros de extensão e 11 metros de largura. A travessia de automóveis pela nova ponte proporcionou desenvolvimento econômico para Passo de Torres, aumentando consideravelmente a população de mais ou menos 4.600 habitantes para mais de 8.000 habitantes até 2014.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Passos de Torres, pela lei estadual nº 964, de 18-05-1964, subordinado do município de São João do Sul. Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o distrito permanece no município de São João do Sul. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-VIII-1988, o distrito figura no município de São João do Sul.

No dia 01 de agosto de 1990, era criada em Passo de Torres, a comissão pró-emancipação que requereu um plebiscito a emancipação política de Passo de Torres, tendo como presidente o Sr. Paulo Dalloli. Tinha também como representante político, um vereador Antonio José Scheffer. Na ocasião foi redigido um abaixo-assinado com a assinatura da maioria dos moradores da localidade e mais algumas documentações solicitadas e foi enviada para o Dep. Heitor Luiz Scheffer DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Este plebiscito foi marcado para o dia 31 de março do mesmo ano. Segundo processo nº 1.546 de 12 de dezembro de 1990, do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina . Com a aprovação do projeto de Lei, que regulava a criação do município de Passode Torres, ficou estipulada a seguinte delimitação geográfica:

Art 3º- Os limites do município de Passo de Torres passam a ser os seguintes:
Ao norte: com o município de Sombrio: parte da coordenada geográfica Lat. 29°12'21,89°S Long. 49°42'46,15°W; na Lagoa do Sombrio, segue em linha seca em direção ao oceano Atlântico no ponto de coordenada geográfica Lat.29°14'55,94°S Long.49°39'00°w.
A leste: com os Oceanos Atlânticos, partindo do ponto de coordenada geográfica, Lat.29°14'55,94°S Long. 49°39'00°W, segue em direção sul até a foz do Rio Mampituba, divisa interestadual com o Rio Grande do Sul.
A sul: com o Estado do Rio Grande do Sul, pelos limites interestaduais até a foz do rio Sertão no Rio Mampituba Lat.29°17'05,03°S Long. 49°47'30,19°W
A oeste: com o município de São João do Sul: parte da foz do rio Sertão, no rio Mampituba Lat.29°17'05,03°S Long. 49°47'30,19°W, segue em linha seca até a SC 450, na ponte onde está a rodovia corta o canal que passa pelo banhado da Lagoa do Piritu, Lat. 29°47'30,19°W, Long. 49°46'38,76°w, desce por este canal até encontrar outro canal Lat. 29°15'10,56°S Long.49°45'10,56°W, segue por este último até a Lagoa do Sombrio, pela Lagoa até a divisa com o município de Sombrio Lat.29°12'21,89°S Long.49°42'46,15°W, ponto inicial desta descrição.

Elevado à categoria de município com a denominação de Passos de Torres, pela Lei Estadual nº 8350 de 26-09-1991, desmembrados de São João do Sul. Sede no antigo distrito de Passos de Torres. Constituído os distritos sede. Instalado em 01-06-1993.

Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído de distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-VII-1999. Pela lei municipal nº 348, de 16-10-2000, é criado o distrito de Rosa do Mar e anexado ao município de Passo de Torres. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 2 distritos; Passos de Torres e Rosa do Mar.

A HISTÓRIA DA PONTE QUE DESABOU COM POLÍTICOS, CURIOSOS E ATÉ O PADRE DURANTE A INAUGURAÇÃO

Travessia que liga Torres (RS) a Passo de Torres (SC) foi palco de incidente improvável em 1984

Jéssica Rebeca Weber Clic RBS 25/01/2019

O prefeito de Torres marchava com secretários e vereadores de um lado. Do outro, liderando a comitiva catarinense, vinha o chefe do Executivo de São João do Sul — hoje emancipado, Passo de Torres era distrito desse município na época. O protocolo previa pompa: os dois se encontrariam exatamente no centro da nova ponte para pedestres, dariam um sorriso cheio de dentes para as câmeras dos fotógrafos e descerrariam a fita inaugural da estrutura sobre o Rio Mampituba.

Nunca chegaram nessa parte.

"O padre dá a bênção... E a nova ponte pênsil despenca." Foi esse o título da reportagem na ZH de 24 de dezembro de 1984. Incluindo políticos, curiosos e o próprio vigário, pelo menos 40 pessoas foram lançadas na água quando a peça responsável por esticar um cabo de aço se quebrou e a ponte inclinou-se para um lado. Algumas pessoas tentaram se segurar, ficando penduradas por um momento, mas acabaram submergindo também.

Como não houve mortes e ninguém ficou gravemente ferido, logo foi possível rir do incidente. E

foi exatamente o que a imprensa nacional fez. Historiador e gestor de Cultura de Passo de Torres, Jaime Luis Batista ainda lembra das palavras de Cid Moreira no Fantástico. O apresentador fez referência ao emblemático personagem Odorico Paraguaçu, político de O Bem Amado que, na novela de Dias Gomes, era interpretado por Paulo Gracindo:

-- Um fato "sucupirano" (Paraguaçu era o prefeito da fictícia Sucupira) aconteceu na divisa de Rio Grande do Sul e Santa Catarina: quando os prefeitos iam apertar a mão, a ponte caiu. Então chefe do Executivo municipal de São João do Sul, Renato Porto Santos, hoje com 74 anos, também tem essa repercussão na memória. Ele garante não ficar ofendido — diz que "foi uma piada mesmo". Questionado sobre o que lembra daquela manhã, não perde graça:

-- Lembro do banho que levei.

De acordo com a reportagem de ZH daquele dia, a ação rápida de moradores e outros presentes, em grande parte pescadores, e o fato de a antiga ponte ficar muito próxima à nova ajudaram para que todos fossem salvos. O jornal ressaltou o pânico na hora do acidente e o alívio pós-resgate. O então secretário de Turismo de Torres deu entrevista garantindo que a prefeitura determinaria uma perícia rigorosa para descobrir se havia ocorrido sabotagem. Entre a população, até hoje, circulam dois comentários: teria "alguma energia negativa" naquele aperto de mão dos dois prefeitos ou a ponte caíra "porque havia muito pecado" sobre ela.



Foto tirada depois do acidente, ocorrido em 22 de dezembro de 1984 Luiz Avila / Agencia RBS

O ex-prefeito Santos é menos fantasioso. Não tem dúvida de que a culpa foi o peso, muito acima do permitido (hoje, a capacidade é de 15 pessoas). Se as reportagens mencionam que havia pelo menos quatro dezenas sobre a ponte, testemunhas falam em mais gente: 60, talvez até 70 pessoas.

O ex-prefeito relata que não foi apurada a responsabilidade "porque não houve vítimas". A peça estragada foi substituída e levou poucos meses para a ponte pênsil ser reaberta. Sem cerimônia.

-- Foi botado bem quietinho — confessa Santos.

A inauguração da obra era um evento aguardado nos dois municípios porque a ponte antiga, de 1964, era muito mais estreita e baixa (tinha capacidade para três pessoas por vez). Com maré alta, era comum os moradores atravessarem de um Estado a outro com água pelas canelas. Santos foi um dos que creditam à ponte velha, que ficava a metros da nova, a sua salvação.

Conta que deu umas braçadas aprendera a nadar no Rio Sertão — e a alcançou sem maiores dificuldades.

Mais de duas décadas antes da construção da ponte de concreto sobre o Mampituba, não havia muitas alternativas para ir de Passo de Torres a Torres, ou vice versa. Podia-se, também, atravessar de canoa ou balsa. Ou era necessário dar uma volta de carro "de uns 15 quilômetros", lembra o ex-prefeito, passando pela BR- 101.

Aquele mandato foi o primeiro e último de Santos — ele diz que nunca gostou de política. Professor de português, aposentado desde 2006, hoje curte o tempo com os filhos e os netos, dividindo-se entre a moradia em São João do Sul e a casa na praia Rosa do Mar. Calcula que já faz cinco ou seis anos que não passa pela ponte pênsil.

Convidamos o ex-prefeito a retornar para tirar a foto que não foi feita em 1984, mas ele recusou: -- São lembranças do passado.

O episódio faz parte do imaginário dos moradores, e o historiador Jaime Luis Batista defende que chega a ser um patrimônio histórico imaterial dos municípios envolvidos.

O acontecimento foi até eternizado em versos, alguns ricos em liberdade poética. Batista reuniu duas trovas (confira abaixo), de um catarinense e de um gaúcho, e convocou integrantes de um grupo de teatro e pesquisa histórica da região para interpretá-las na programação de Natal de Passo de Torres, em 2017, e na Festa de Navegantes, em 2018.



Ponte virou ponto turístico da região Carlos Macedo / Agencia RBS

A trova que relata o incidente do ponto de vista torrense é do garçom Janir Silveira da Silva, 67 anos. O homem estava trabalhando no momento da "tragédia" — como ele e outros moradores se referem ao acidente —, mas costurou uma divertida narrativa a partir de relatos de testemunhas.

Janir, o trovador da ponte por Carlos Macedo / Agencia RBS

-- Cheguei em casa, peguei um caderno e falei para a mulher: vou entrar para dentro do quarto com essa caneta e tu não me chama para nada.

E parece que veio tudo na cabeça, todas aquelas pessoas torrenses que estavam na inauguração — conta Janir, que se considera um "trovador de pescaria". — Dei umas 200 cópias, foi batido xerox "a reveria".

Um dos personagens citados nos versos é Sérgio Batista da Silva, o Sedinha, 66 anos, hoje conselheiro tutelar de Passo de Torres. Na imaginação do trovador, Sedinha "subiu na ponte com pinta de doutor/ quando foi jogado na água, chegou a perder a cor".

Sedinha foi à inauguração com o irmão e o sobrinho. Aproveitou a folga no hotel em que trabalhava para prestigiar o evento importante, e também estava curioso para ver como era a tal ponte pênsil. Ele garante que foi "o primeiro que caiu na água e o primeiro que saiu também".



Luiz Avila / Agencia RBS

-- A gente recém tinha subido na ponte, caminhou uns 10 passos e ouviu o estouro. Edaí "voemos" por cima — relata o morador, que depois de sair da água não quis mais voltar:

-- O pessoal gritava: "Salva Ciclano! Salva Fulano!". E eu: "Não vou salvar ninguém". Nós "tava" de calça comprida, já "tava" apavorado.

O irmão dele, "muito nadador", salvou três pessoas, segundo Sedinha. Foi uma história que vai ficar para a História — comenta.

- A ponte pênsil recebe gente todos os dias até hoje. Gente que passa apressada porque está atrasada, gente que anda sem pressa fitando a paisagem, gente que pula só pela diversão de vê-la balançar, gente que xinga quem está pulando só pela diversão de vê-la balançar, gente que exhibe sua coragem caminhando com as mãos para cima, gente que foiespecialmente ali para conhecê-la

— a travessia é tratada como "o mais tradicional ponto turístico de Passo de Torres". Tem até quem pare no meio da estrutura e fique um tempão por ali, conversando e tirando selfie.

Era o caso de Daniel Gomes Iglessias, 29 anos, de Igrejinha, que aproveitou a visita junto com a esposa, o enteado e os cunhados a Torres para tirar foto para postar no Facebook.

Assim como a regra de "proibido pular e balançar a ponte", descrita em placa na entrada, a capacidade de 15 pessoas por vez segue não sendo respeitada. Na verdade, quem chega lá nem fica sabendo qual é o limite: no lado de Torres, a placa que indica o número máximo de pessoas teve o número rasurado. Também não se vê fiscalização.

Desde o incidente de 1984, a ponte pênsil foi interdita mais de uma vez e passou por várias obras. A mais recente foi no mês passado, quando a administração de Passo de Torres trocou cabos de sustentação, fez remendos nas tábuas e trocou as telas laterais, segundo informações da Secretaria de Obras.

Há uma instabilidade inerente à estrutura, característica das pontes suspensas como essa. Vanessa Torres, 36 anos, aumentou o ritmo na passada na reta final. Até cogitou fazer o marido buscar o carro do outro lado para apanhá-la na volta, poupando-a de repetir a aventura.

-- Fiquei com medo, guria. Balança demais. E não dá para olhar para baixo que desequilibra — diz a moradora de Canoas.

A tática da engenheira civil Mariana Lopes, 24 anos, de Novo Hamburgo, foi exatamente oposta: caminhou devagarzinho, segurando na lateral. Não parecia menos apavorada. Ainda mais quando contei a ela que, na inauguração, a ponte arrebentou.

-- Ai, meu Deus — balbuciou.

Vendendo saídas de banho ao lado da ponte há 20 anos, a ambulante Maria Zenaide de Castilhos, a Dona Maria, afirma que já testemunhou de tudo por ali. Já viu gente derrubar

achave do carro no Mampituba; acompanhou muitos chapéus saírem voando da cabeça dos donos e afundarem lentamente no rio; já presenciou o episódio em que um barco mais alto passou, encostou na estrutura da ponte e dela arrancou três pedaços de madeira.

-- Uma mulher que estava na ponte teve que ir para o hospital, deu queda de pressão quando atravessava — recorda Dona Maria.

Com prática em cruzar a ponte, ela caminha rapidinho e sem se segurar. Atravessa até com café quente na mão. E, quando tem gente que pula para ver a ponte tremer, repreende:

-- Se não parar eu vou pegar pelas perninhas e atirar dentro do rio!

Ela fica indignada. Já cansou, também, de perguntar se o turista ia gostar que ela fosse para a cidade dele "estragar as coisas históricas e bonitas".

Noto que do lado da ponte pênsil há imagens de Nossa Senhora Aparecida, Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes. Pergunto a Dona Maria se ela acredita que a ponte está mais segura agora.

-- Com santa, sem santa, o povo é muito capetinha. Acho que tinha mais é que cair mais umas cem pessoas — pragueja, sem deixar de achar graça.



Imagens sagradas "vigiam" a ponte

TROVAS DA “TRAGÉDIA”

A seguir, os versos de Genésio Gomes, que relatou o ocorrido do “ponto de vista catarinense”, e, na sequência, a visão do gaúcho Janir Silveira da Silva
Sábado, 22 de dezembro de 84,

Foi o dia que Clóvis prefeito bom e sensato tentou mas não conseguiu
apertar a mão do Renato
Estava sendo inaugurada a ponte pênsil do Passo as colunas de concreto sustentavam os
cabos de aço
seguia a multidão marcha lenta passo a passo.
Um 50 pessoas estavam lá reunidas
pois confiamos que a ponte foi muito bem construída.
Ali, não foi percebida essa falha material oculta aos olhos da gente a principal responsável pelo
horroroso acidente com sustos e arranhões
O padre veio benzer o fotógrafo preparado Renato daqui pra lá Clóvis do outro lado
até eu que assistia fiquei emocionado.
Quando no meio da ponte separados pela fita estavam todos chegando numa alegria infinita
de a ponte está pronta a hora estava predita

(...) Aquele estouro esquisito aquele barulho estranho

a ponte que se despenca com todo aquele tamanho
antes que as mãos se tocassem foi todo mundo pro banho.
O acidente sinistro
não passou de um grande susto pois o destino é irônico
e muitas vezes injusto
material de terceira sempre é maior o custo.
O Sedinha subiu na ponte com pinta de doutor quando foi jogado na água chegou a perder a cor
eu não caí na água
estou molhado é de suor. A inauguração da ponte Ficará em nossa história Terminou num
banho frio Pra refrescar a memória E a próxima inauguração Será um dia de glória.

.....

A 22 de dezembro um fato foi registrado inaugurava-se uma ponte que separava os dois
Estados
ao invés de cortar a fita o cabo é que foi cortado.
O senhor Jaime do Farol homem muito delicado quando caiu naquela água nadava
desesperado
ao invés de nadar para o sul nadava para o outro lado querendo bater o recorde que era do
Ricardo Prado. O senhor prefeito da cidade homem bom e inteligente
fez de tudo o que podia para salvara quela gente que gritava
desesperada naquelas águas correntes.
O vigário da paróquia ficou muito assustado vendo o que acontecia rezava desesperado
os daquela ponte estavam cheios de pecado.
O povo que ali estava assistia o inaugurado quando o cabo escapou viram o que estava errado
procuraram socorrer quase todos os afogados. Quando o cabo estourou ninguém conseguiu
sorrir só um segurou o cabo porque não pode cair
é um professor falado o nosso amigo Sadi.
O senhor padre Sérgio, o Vigário homem do Nosso Senhor quando caiu na água
rodava como motor Perdeu óculos, relógio e cachimbo
coisas de muito valor.
Me desculpem, meus amigos
por eu ser indelicado procurei fazer o certo mas sei que saiu errado espero que os senhores
não fiquem incomodados.

CRÔNICAS DA CIDADE – PASSO DE TORRES SURPREENDE

Fabio Marenco Jornal A Folha
27 de março de 2019

Passo de Torres tem surpreendido da a região onde está inserida nesta estremadura do
sul catarinense. De uma desdenhada vila de pescadores até a construçãoda ponte de concreto
que a transformou num verdadeiro bairro de Torres, a cidade cresceu, se multiplicou, passando
de 4.000 para cerca de 12 mil atuais e promete ir muito longe. Não lhe faltam espaço para a
ampliação urbana, nem oportunidades de investimento produtivo, nem disposição de sua gente.
As autoridades municipais, aqui, não correm o risco que corre Torres, cada vez menor e em vias
de perder o acesso à BR101 no dia em que a Vila São João alcançar sua autonomia. Tudo
indica que o Passo em breve se fará ainda mais presente neste ponto. Além disso detem uma
faixa de perto de 15 km de balneários bastante procurados e, mais recentemente vem
despertando uma especial vocação como área boêmia. O Sarau do último dia 15 no Quintal da
Dindinha surpreendeu muita gente pela alegria contagiante, típica de grupos ligados à cultura,
tendo contado, inclusive com um momento poético surpreendente. Dois outros pontos divertidos
da cidade são os bailes vespertinos dos sábados no Mirante das Águas, na Beira Rio,
inaugurado pela Professora Aledir Bristot há alguns anos e os encontros da terceira idade no

Centro de Convivência, reconstruído depois de um temporal que quase o leva abaixo.

Falando em Aledir Bristot, prestamos-lhe, homenagem nesta fase de sua vida em que os contratemplos de saúde a retiram de um convívio mais efetivo. Enquanto esteve ativa desenvolveu muitas atividades entre nós, dentre as quais a iniciativa de criar a Casa do Poeta de Passo de Torres, com a edição da I Antologia de Poetas, sob o título “Vozes do Mar”, editado em 2010.

Aledir Bristot nasceu no anteprimaveril dia 20 de setembro de 1942, em São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul. Formou-se em Letras Indoeuropeias pela UNISINOS, em São Leopoldo, vindo, depois a graduar-se em História pela Faculdade Portoalegrense. Fez Mestrado em Linguística e Letras na PUCRS complementando a formação acadêmica com o Doutorado na Universidade de São Paulo. Em 1989 veio para o Passo de Torres, lecionando na Escola Estadual Ildo Meneghetti. Deu o primeiro passo, em companhia do Poeta Joaquim Moncks para a montagem da Casa do Poeta de Torres, daí resultando a citada Antologia. Dela, o oportuno poema “Outono”, que se abre justamente neste equinócio de 20 de março do Passo de Torres, em 2007:

OUTONO

Aledir Bristot

Nem frio, nem calor Apenas vontade
de encontrar um grande amor.

O verão agoniza e insiste em ficar,
mas o tempo não pára,
é preciso andar, andar muito, pois a vida continua.

Estação das frutas, néctar da vida, estação do vento morno, carinho, aconchego e paz,
marcas definitivas do tempo que se refaz.

Lindos tapetes no chão formados por folhas caídas, colorindo a natureza
lugar definido
por onde hei de passar.

PASSO DE TORRES, CIDADE PROGRESSISTA

Paulo Timm Jornal A Folha Março de 2019

Localizada na divisa com o estado do Rio Grande do Sul, Passo de Torres, hoje com cerca de 14 mil habitantes foi tradicionalmente uma vila de pescadores. Hoje é um balneário bastante procurado por veranistas do sul do Estado e surfistas. Através da lei estadual 8.350 de 26 de setembro de 1991 foi elevado à categoria de município com o mesmo nome, Passo de Torres, sendo efetivamente instalado em 1 de janeiro de 1993. Aspraías dos Molhes, Rosa do Mar e Bella Torres são as mais famosas. Tem atrações turísticas como o Morro do Macacos, parque de proteção do macaco-prego, a 8 km do Centro, além da vasta orla marítima. Destaque também para a Festa Nossa Senhora dos Navegantes (fevereiro) e a Festa do Peixe e do Pescador (maio, nos anos ímpares).

O nome de Passo de Torres originou-se do trânsito de mercadorias e pessoas que provinham de Laguna ao território de São Pedro do Rio Grande, desde o começo do século XVIII. Um nome que evoca daqueles tempos heroicos é Cristovam Pereira, meu ancestral, considerado o descobridor do Rio Grande Sul, um rico contratador de couros que abriu o Caminho dos Conventos serra acima, em torno de 1732, ali transportando 2000 cabeças de gado em direção à Sorocaba. Era o começo da articulação do extremo sul do país à economia nacional e que, na verdade, só se consolidará depois de 1780 com o aparecimento das

charqueadas. Os locais à margem dos rios eram conhecidos por passos. Passo de Torres foi, provavelmente, o nome original da região que envolvia as duas margens do rio Mampituba, em sua foz. A ocupação pelo homem branco viria, entretanto, a ocorrer só ao final do século XIX, quando, em 1881 no ato da criação do Passo do Sertão, atual São João do Sul, é mencionado o arraial de Mampituba, habitado por algumas famílias. 1891 A comunidade tem seu marco na fundação da capela em 22 de março de 1944. Entre os moradores mais antigos têm-se Manoel Maciel, Manoel Neto, José Ignácio, José Gonçalves dos Santos, Osório Hespanhol, Antônio Lira e Manoel Laurentino, sendo de se registrar que dois irmãos, Luciano e Manoel Rodrigues da Silva aqui se instalaram em 1720, o primeiro vindo a casar com uma das filhas do fundador de Torres-RS, segundo pesquisas desenvolvidas por Jaime Batista e Bento Barcelos.

MINHA CIDADE

Mariana Rodrigues Jornal A Folha
28 de fevereiro de 2019

Nasci e vivo no Passo. Pouco conheço do resto do mundo, embora já tenha terminado o II Ciclo e me esteja preparando para o vestibular. Quero ser enfermeira. Soube que o Brasil tem grande reconhecimento internacional nesta área e que os profissionais são requisitados em vários países estrangeiros. Por enquanto, porém, aproveito o que resta deste verão chuvoso e fico de olho nas oportunidades que podem aparecer. Já me falaram que devia sair do Brasil, procurar sair pra Portugal, que está na moda e onde os cursos superiores são, segundo dizem, gratuitos. Mas como fazer isso? Por aqui há pouca informação a respeito. Sabe-se muito pouco. Além disso, apesar dos problemas vividos pelo Brasil ainda acho difícil abandonar família, costumes, a pátria. Não seria melhor lutar para resolver um pouco dos problemas que vivemos? Não sei. Estou pensando. E pensando percorro nas tardes quentes ruas e ruelas do Passo procurando entendê-la na sua natureza, no seu cotidiano, no seu destino. No meu destino.

Essa é uma cidade nova, muito nova, embora há muito tempo tenha sido uma passagem entre os campos do Rio Grande do Sul e o centro do Brasil, para onde ia o gado criado à solta nas vacarias pampeanas. Vivamos durante muito tempo à sombra de Torres, interligados por uma balsa comandada por uma Senhora, que soube há pouco, vinha a ser a bisavó do Jaime Batista, conhecido historiador filho daqui. Depois da só balsa, começou a ida e vinda Torres-Passo pela ponte Pênsil, lá pela década de 1980, garantindo a muitos bom emprego nos veraneios. Agora, porém, a ponte encurtou o caminho e são os torrensenses que aqui chegam fazendo do Passo um bairro popular da aristocrática vizinha. Acho que isso foi bom. Trouxe mais gente, mais movimento na cidade e, principalmente, maior diversificação das atividades na cidade. Antigamente, era só peixe e peixarias. Barcos embarcados e barcos apitando na chegada. Cidade pobre, de pescadores vocacionados ao mar alto. Agora a cidade tem Prefeito, Escolas Municipais e uma Estadual, com II Ciclo, onde estudei. Aparecem atividades esportivas que desconhecíamos, como stand up paddle, que fez um torneio semana passada, além dos circuitos de bike e corridas rústicas. Sei que há jornais e uma rádio local embora ainda não saiba bem onde e como funcionam. Mas isso tudo são novidades às quais vamos nos acostumando. Soube, outro dia, por uma amiga, lá da Rosinha (Rosa do Mar), de sua premiação no último 12º. Poesia na Escola de Torres, aberto aos alunos daqui da rede. Ela me mostrou, muito contente, seu poema, triste por não ter sido publicado em nenhum lugar. Ocorre-me, então trazê-lo aos leitores de A FOLHA, na esperança de que circule mais e melhor. Ei-lo:

AMOR E PAIXÃO

Rayla Pinheiro Valim Escola Municipal
Vila Nova

Amor é um sentimento abstrato Uma
ilusão que engana
Algo errado, certo, ou decisão própria.
O amor carrega a paixão. Ilusão-
A paixão é algo errado?
Alguma ilusão ou sentimento impróprio?
Acho que é uma decisão algo que você escolhe.
Mas tem pessoas que se deixam levar por outras escolhas.

Amor é diferente de paixão,
Paixão você nos outros o que você espera, Amor é algo duradouro. Algo eterno.

NO DIA DOS NAMORADOS TODOS SE COMOVM

Paulo Timm Jornal A Folha
15 de junho de 2019

Cidade pequena é assim: As pequenas coisas é que importam. Viram até Poesia. O Rio Mampibuba é o mais belo rio do mundo/ Porque é o rio que passa pela minha aldeia. Quando cantamos a nossa aldeia, louvamos o mundo...Ele berra e até se mata na Síria e no Iemen, dizem até que morreram 100 milhões nas grandes guerras do século passado; planejam para breve uma viagem tripulada à Marte, Estados Unidos e China se bicam; Bolsonaro desafia o Congresso Nacional, Movimentos massivos de rua e até uma Greve Geral, ocorrida no dia 14 com relativa paralização de serviços essenciais, mas aqui, o que nos interessa mesmo, são as fichas no Posto de Saúde, o alagamento das ruas, as vagas prometidas no CEI Mundo Feliz. Sobretudo aquela pergunta engasgada na garganta nos dias de temporal: O pessoal já voltou do mar...? Époça de eleições é diferente Todo mundo diz que odeia Política mas não perde a oportunidade de votar por um vereador amigo ou um Prefeito novo. No dia-a-dia, porém, o que importa são os aniversários em casa, a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, o Dia de Finados e, por que não dizer, dias especiais, como o 12 de junho, Dia dos Namorados. Aí todo mundo ase derrete. Renovação de promessas de altar, jantarzinho romântico com um gole de vinho tinto, bilhetinhos de amor, uma rosa, um poema, sussurros. Amor não se define, sente-se...

Hoje de manhã cedo presenciei uma destas cenas de amor romântico explícito.

Justo na hora em que Tanise Wandrey, minha colega de bancada na Rádio Passo de Torres, colocava no ar, em homenagem aos namorados, "Eu sei que vou te amar", do Poetinha Vinicius, seu marido, Jaime adentra o estudio acompanhando a canção na flauta. Ao final, beijos, rosas vermelhas e os dois amantes levemente corados. O amor é lindo!

Nem o Prefeito Jonas se furtou à data e cedo se fez de Poeta postando nas Redes, com uma bela foto beijando sua linda esposa, com votos de feliz dia dos namorados para ambos e o indefectível:

TE AMO DEMAIS...

Namorar é escolher morar no outro Namorar é ter parceria nas loucuras. É somar sorrisos nos dias difíceis.

É não desistir de dar o melhor para o outro.

Porque se namorar é o resultado de que é impossível ser feliz sozinho.

Que sejam feitos os devidos arranjos no coração! Namorar é amor sem peso.

Namorar é escolher morar no outro. É amor e lar.

É um dia de cada vez até o próximo dia.

Outros são mais cautelosos e avisam aos navegantes de primeira viagem sobre as agruras da vida a dois. Recolho, por exemplo, um desses depoimentos:

“A realidade, na comunhão de duas vidas, pode se apresentar, no entanto distante do ideal desejado. Eterna, mesmo, deverá ser a paciência. Mas só paciência seria insuficiente, não estivesse presente um cadinho de tolerância, uma pitada de dedicação, e um montão de valorização da criatura, todos os dias. Quem pensar o amor como um mundo de rosas sem espinhos, um rosto sem rugas e sem cabelos brancos, um corpo sadio e sem a inexorável e marcante barriguinha que a idade revela, restar-se-á frustrado, inevitavelmente. Frustrado, a procura do mito.” – (JAS-FB)

Anoitece. Amanhã será outro dia. Vida que segue.

POESIA DO PASSO

No ano de 2010, com o apoio de Joaquim Moncks, consagrada poeta gaúcho e Coordenador Nacional da Casa do Poeta Brasileiro foi criada, no Passo, a Casa do Poeta de Passo de Torres, sob a Presidência de Aledir Bristot, a primeira do gênero no Estado de Santa Catarina. A iniciativa não prosperou mas deixou como legado a publicação da Antologia dos Poetas de Passo de Torres “Vozes do Mar”, com um conjunto de “formosos poemas inspirados neste cenário privilegiado por Deus e admirado por todos”, como frisa Aledir na Apresentação. Desde então novos poetas e cronistas tem se revelado em nossa cidade.

O ESTADO DE POESIA

Quando estou alheio do outro e de mim,
a egrégora poética sacraliza-se no silêncio:
apenas centelha ou virgem raio.

A solerte palavra, astuciosa de zelos, aloja-se por debaixo da carapaça,
o rabo redondo do caramujo
e suas antenas acusam a novidade

de me saber pronto para a comunicação entre a criatura em sua própria natureza e o transcendental.

Então, em êxtase, arrasta minha carcaça
a música que promana do violino do mistério. Despeja-se voraz a vertente insensata.

É ela a ambulância entre o inútil que sou e o derradeiro desejo de nada.

Somente a lerdeza da metáfora e o sentimento do mundo, ambos
ao alcance do olfato, me absorvem.

Súbito, a palavra extravasa

as guturais cordas e rompe os tímpanos do encaramujado ego.

Desde então carrego sem dor minha humilde morada de silêncios.

No pátio dela, entre os trastes

o caos morde a palavra até o osso.

MONCKS, Joaquim. POESIA A CÉU ABERTO. Obra inédita, 2020.
<https://www.recantodasletras.com.br/poesias/7070279>

O FARTO OFÍCIO DE VIVER

"Ser ou não ser, eis a questão."

SHAKESPEARE, William. In A Tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca.

Cochichar ao futuro venéreas verdades
um destilar de inventadas falsidades nalgum sonho ficto: o de sentir
o olor dos dias in natura
sempre ao sol e céu dúbios fantasias do que poderia ter sido.
O desossar das primícias, o avaro nortear
o embrião que proporá o justo: dizer-se algo. E sozinho gritar pelo gozo de haver sentido
o destroçar de se saber no vício das horas. Nada mais do que assistir aos estilhaços do ativo
fracasso da autodenúncia
na insípida finitude sem renúncia
dos singulares haveres do farto ofício. Um nada, um sopro de vento ao solstício e dois
hemisférios saúdam o equinócio.

MONCKS, Joaquim. POESIA A CÉU ABERTO. Obra inédita, 2020.
<https://www.recantodasletras.com.br/poesias/6999216>

1.7 – PRAIA GRANDE

Prefeito:	Elisandro Pereira Machado (Fanica) – PP
Endereço:	Rua Irineu Borhausen, 320 Centro CEP: 88890.000
Telefone:	(48) 35520132
Secretaria da Cultura:	Kauê Mateus Bellettim cultura@praiagrande.sc.gov.br
Secretaria de Turismo:	Jorge Duarte Escandolara – turismo@praiagrande.sc.gov.br
Gentílico:	praiagrandense
História	
Fundação:	19 de julho de 1958
Características geográficas	
População total (IBGE estimada7 312 hab 2020) -	
Indicadores	
IDH (PNUD/2000) -	0,718

Praia Grande é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 29°11'48" sul e a uma longitude 49°57'01" oeste, estando a uma altitude de 45 metros. Sua população estimada em 2005 era de 7.102 habitantes.

Possui uma área de 286,11 km². Dentre as suas principais atrações, parcialmente localizados na área do município, estão o Parque Nacional de Aparados da Serra e o Parque.

Turismo

A cidade é considerada a Capital dos Cânions (<https://capitaldoscanyons.com/>)

Video <https://www.youtube.com/watch?v=C-n17kEWIZc>

O município de Praia Grande tem no turismo seu grande potencial. Destacam-se os belíssimos cânions que rodeiam o interior do município, dentre eles Itaimbenzinho, Malacara, Fortaleza e Churriado.

A cidade apresenta ainda uma grande expansão do turismo rural, com destaque para os inúmeros balneários, rios e cachoeiras espalhados pelas comunidades do município.

PRAIA GRANDE: A CAPITAL CATARINENSE DOS CANYONS

Publicado Jornal INFORMATIVO REGIONAL S.
João do Sul 30 de janeiro de 2020

Aos pés dos gigantescos Canyons do Aparados da Serra e Serra Geral, a cidade de Praia Grande, reconhecida como a “Capital Catarinense dos Canyons” oferece ângulos inéditos para quem busca desafios, contemplação e lazer na natureza. Município com 295 Km² de área e 7.300 habitantes, localiza-se na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, à 280 km de Florianópolis. O nome Praia Grande é derivado dos grandes despraiados do Rio Mampituba, formado por seixos rolados. Envolvida por cenários de sonho, com cachoeiras, piscinas naturais e trilhas no interior dos canyons, Praia Grande estimula a prática de esportes radicais e o ecoturismo. No local encontram-se os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, um dos roteiros mais visitados do País. Praia Grande tem o privilégio de estar no trecho mais abrupto da serra, onde estão os canyons mais importantes, como o Itaimbenzinho e o Malacara, sendo por isso também chamada de “Capital dos Canyons”.

Balneário Mampituba: Balneário Mampituba consiste em uma área de lazer às margens do Rio Mampituba e está localizado bem na divisa entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. O local ainda possui uma área própria para camping e infraestrutura completa para o melhor aproveitamento por parte de seus visitantes.

Trilha do Rio do Boi - A trilha do Rio do Boi é uma das mais procuradas pelos turistas. Além dela, também recebem muitos visitantes as trilhas do Vértice e a do Cotovelo. É indiscutivelmente uma das mais belas em razão de sua inconfundível e peculiar paisagem. É uma trilha impressionante onde são destaques a riqueza da fauna e da flora e sua fascinante geologia. Pode-se ainda apreciar o despenca das cachoeiras e suas piscinas de águas límpidas e naturais.

HISTÓRIA DE PRAIA GRANDE

Reni P. Souza 09 de setembro de 2014

Praia Grande, como parece a primeira vista não fica no litoral, mas, no sopé da Serra Geral, extremo sul catarinense. Não é uma praia comum, mas um imenso espraiado de seixos rolados.

O início da colonização deu-se por volta de 1890, pelos portugueses. Nesta época habitavam em Praia Grande, Idalino Cardoso, os irmãos Camilo João Inácio, e Ricardo João Inácio, Abel Esteves de Aguiar, Amândio Cardoso de Lima e Ildefonso Ramos da Silva. Em 31 de dezembro de 1943 foi criado o Distrito de Praia Grande que passou a categoria de Vila. Possuía no ano de 1946 aproximadamente 90 prédios. A emancipação política veio através da Lei nº 348 de 21 de junho de 1958. A instalação do município deu-se em 19 de julho do mesmo ano.

Gualberto Elias foi indicado como prefeito provisório, em seguida foram escolhidos os candidatos a Prefeito do novo município, José Inácio Junior e Abel Esteves de Aguiar, saindo-se

vencedor, o primeiro por pequena vantagem de votos.

Os principais fundadores de Praia Grande foram:

O Sr. João Inácio e seus filhos Ricardo João Inácio e Camilo João Inácio.

O Sr. Antonio Cristiano Scheffer.

O Sr. Idalino Cardoso.

O Sr. Ildefonso Ramos da Silva.

O Sr. Luis Bento dos Santos.

O Sr. Manoel Esteves e seu filho Abel Esteves de Aguiar.

O Sr. Marcílio Cristovão.

O Sr. Luiz Tramont.

Por volta de 1916 a 1917, chegaram os primeiros fundadores de Praia Grande. Estas famílias que aqui chegaram, procuravam de uma forma ou de outra servir os moradores e as comunidades vizinhas. A família João Inácio veio da comunidade de Timbopeba - São João do Sul, e instalou as primeiras lojas e armazéns e mais tarde ficou para os irmãos: Ricardo João Inácio e Camilo João Inácio.

Na época, eram grandes as epidemias que sofriam o povo. Como não haviam hospitais e farmácias adequadas, as pessoas procuravam os curandeiros e benzedeiros. Mas o Sr. Antonio Cristiano Cardoso era o mais procurado por todos, os seus remédios, águas bentas e as homeopatas faziam com que seus pacientes se recuperassem logo. Por isso, seu Antonio Cristiano Cardoso, muito ajudou na saúde do povo naquela época.

Com a morte de seu Antonio C. Cardoso, a farmácia caseira passou aos cuidados do Sr. Idalino Cardoso. Este Senhor fez milagres, curou muita gente, pois todos que o procuravam tinham sucesso com a homeopatia do seu Idalino. O Sr. Ildefonso Ramos da Silva sempre foi um líder voluntário da comunidade, prestando benefícios aos mais carentes, pois era de uma devoção incrível, por isso, seu Ildo sempre foi considerado uma das melhores figuras que Praia Grande teve. Luiz Bento dos Santos um homem muito esperto para negócios, fazia suas trocas de produtos com os serranos que vinham e traziam suas mercadorias de cima da serra. Sinhô Abel foi dono de alguns escravos que cultivavam suas terras e cuidavam de seu gado. O seu filho Abel Esteves de Aguiar, procurou fazer de Praia Grande a mais feliz e progressista cidade. Foi ele que implantou as primeiras fábricas, sendo elas: Torrefação e Moagem do Café Rosenda, hoje na cidade de Torres- RS; fábrica de açúcar cristalizado; a primeira Usina Hidroelétrica; foi também granjeiro e tinha descascador de arroz. Teve um mini frigorífico e implantou a primeira farmácia, considerado um eficiente farmacêutico. Muito lutou pela abertura da Serra do Faxinal e tinha grande atração pela política, sendo sua casa visitada por políticos ilustres. Foi Prefeito na cidade de Araranguá-SC, e na sua terra natal, concorreu como candidato a Prefeito, mas não teve sucesso, foi derrotado por poucos votos.

Na educação destacou-se o Sr. Marcílio Cristóvão como primeiro educador. O seu Marcílio foi quem ministrou os primeiros conhecimentos na educação, pois este mestre lecionava aulas particulares para as famílias. E assim, esse educador da época, fez com que muitos jovens alcançassem um pouco de cultura e conhecimentos.

O Sr. Luiz Tramont, era um mulato muito prezado por todos na época; pois veio com sua família da cidade de Taquara -RS e aqui chegando dedicou-se ao comércio. Mas, nem tudo brilhou tão fácil na vida do seu Luiz Tramont, pois seu comércio foi invadido pelos Pica-paus e Maragatos que estavam em lutas.

Também não poderíamos deixar de mencionar o Sr. Amândio de Lima, vindo de um lugarejo antigo, Passo do Sertão, hoje o município de São João do Sul. Aqui chegando, seu Amândio dedicou-se à agricultura, principalmente a cana-de-açúcar. Esse produto era transformado em diversos derivados como: açúcar damasco, rapaduras e cachaça, fabricado em seus alambiques e engenhos rudimentares. Seus produtos eram comercializados em vários lugares, mas, os maiores compradores eram os municípios de Bom Jesus e Vacaria, na região serrana. Seu Amândio teve uma numerosa família e todos Praiagrândenses.

E foi assim que Praia Grande surgiu com a luta destes primeiros fundadores.



1.8 – SANTA ROSA DO SUL

Prefeito: Almides Roberg Silva da Rosa (PSDB)
Endereço: Rua Fermino Pedro Raupp, 400 centro CEP: 88965.000
Telefone: (48) 3534-1113 - (48)98865-2006
e-mail: gabinete@santarosadosul.sc.gov.br

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
Gilberto da Silva Inácio – e-mail: gilbertinhogsi@gmail.com
Apelido: Gentílico: santa-rosense
Fundação: 04 de janeiro de 1988

Santa Rosa do Sul é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina, estando a uma altitude de 30 metros e com uma população (em 2010) de 8.054 habitantes. Possui uma área de 164,48 km².

História

No sul do Brasil não haviam grandes tribos indígenas que defendessem seu território, eram somente pequenas aldeias que migravam constantemente, por esta razão não constam na história grandes batalhas.

Entres as aldeias que passaram por aqui estavam os Umbus, Humaitá, Taquaras, Itararés, Sambaquis e Tupis-guaranis mais conhecidos como carijós. A área de Sombrio e Santa Rosa do Sul era uma das mais habitadas pelos carijós, provavelmente os primeiros moradores do local. Os primeiros europeus a fazer contato com os índios nesta região, foram os espanhóis.

A partir do século XVIII, com o surgimento de empreendimentos agrícolas no país, houve uma distribuição de terras. Nesta época foram adquiridas por Manoel Rodrigues da Silva e Luciano Rodrigues da Silva a sesmaria, que abrangiam uma área desde Araranguá até as margens do Rio Mampituba, junto ao Governo da Província de Santa Catarina.

Os Imigrantes foram chegando em meados de 1860, eles eram italianos, alemães, africanos, espanhóis e portugueses vindos do Rio Grande do Sul, geralmente das cidades de Torres e Dom Pedro ou Alcântara e de Santa Catarina das cidades de Içara e Criciúma em sua maioria.

Um fato ocorrido chamou a atenção dos moradores, aconteceu mais ou menos assim: Dois senhores perseguidos pelo polícia refugiaram-se em um morro, mas foram encontrados pelos soldados, um estava às margens da Lagoa de Sombrio, que sob pena de morte foi obrigado a contar o paradeiro do outro, então os dois foram executados no morro.

Esta história ficou tão popular, que acabou originando o nome do local “Morro das Mortes”. Assassinatos assim, de cunho político, ocorriam nesta época, ou seja, durante a Revolução Federalista em 1894.

Mais tarde a coincidência da chegada de três famílias, cujos patriarcas chamavam-se Alfredo, fez com que o lugar passasse a ser conhecido como “Três Alfredos”. Os Alfredos eram Alfredo José dos Santos, que era dono do porto da Lagoa de Sombrio, Alfredo Calazans Emerim, farmacêutico e Alfredo Teixeira da Rosa, comerciante.

Através do porto transportavam-se entre Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, açúcar, farinha de mandioca e banana, por de embarcações movidas a remos e velas. Havia também os galpões, suspensos sobre as águas da lagoa, onde eram armazenados os produtos para comercialização, ou para futuro transporte. O comércio não acontecia somente ali, havia trânsito de carroça, carro de boi, cavalos e mulas, nas estradas. Uma delas chamava-se Farroupilha, por onde os tropeiros geralmente passavam.

Os tropeiros que desciam a Serra geralmente traziam charque, pinhão e queijo, para serem vendidos e compravam ocasionalmente açúcar, laranja, farinha de mandioca, polvilho e cachaça, eles vinham de Cambará do Sul e de Lages.

Um fato curioso, é que algumas das propriedades possuíam uma roda d'água, que além de ser bonita, era também um meio de energia que movia moinhos, ou ainda para outros fins energéticos. Também havia propriedades que possuíam uma gruta com uma imagem sacra, decorada com flores.

A construção da Igreja começou em 10 de outubro de 1928, as contribuições ficaram a cargo de Alfredo Teixeira da Rosa, Alfredo Calazans Emerim e Natalino Teixeira da Rosa, responsáveis pela edificação.

O Vigário da Paróquia Padre Antônio Luiz Dias, de Araranguá, percebeu que haviam muitos sobrenomes Rosa, então verificou-se junto a Comunidade a escolha da Padroeira, decidindo-se por Santa Rosa de Lima. Veio de Porto Alegre/RS a imagem da Santa, doada por Alfredo Calazans Emerim. O sino veio de Torres/RS, doado por Alfredo Teixeira da Rosa e Jacó Magnus. O primeiro Vigário de Santa Rosa do Sul foi o Frei Raimundo Simoneto.

Em 1932 Três Alfredos passou a ser chamada “Santa Rosa”, em homenagem a santa padroeira, tempo depois o local passou a categoria de Distrito da cidade de Sombrio, através da Resolução 01/55 de 24 de novembro de 1955.

Por resolução da Câmara de Sombrio e homologado pela Lei nº 1.109 de 4 de janeiro de 1988, Santa Rosa é emancipada, desligando-se de Sombrio e recebendo a palavra “do Sul” devido a outro município no Brasil com o nome de Santa Rosa. Passou então a chamar-se “Santa Rosa do Sul”.

Fontes:

Silvia Canto - "Redescobrimo Meu Chão";

José Cláudio Ramos Rodriguês & Maria da Conceição Mariano Bitencourt - "O Desenvolvimento Histórico, Político e Cultural do Município de Santa Rosa do Sul".

1.9 - SÃO JOÃO DO SUL

Prefeito:	Moacir Francisco Teixeira (MDB)
Endereço:	Av. Nereu Ramos, 50 - Centro CEP: 88970-000 (48) 3539-0113 executivo@saojoaodosul.sc.gov.br
Telefone:	
e-mail:	
Secretaria de Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente Dep. Mun. De Cultura, Turismo E Meio Ambiente	Diego de Melo Herr E-mail: deptur@saojoaodosul.sc.gov.br Fone: (48) 3539-0113
Getílico:	joão-sulense
História	
Fundação	20 de dezembro de 1961
Características geográficas	
População total (IBGE estimada 2020)	7.315 hab.
Indicadores	
IDH (PNUD/2000[]):	0,695 — alto
PIB per capita (IBGE/2008) :	R\$ 9.981,59

São João do Sul é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 29°13'24" sul e a uma longitude 49°56'18" oeste, estando a uma altitude de 15 metros.

Possui uma área de 182,70 quilômetros quadrados e sua população estimada em 2010 era de 7 002 habitantes.

O município que já foi distrito de Araranguá. Tem na agricultura a principal atividade econômica, sendo um grande produtor de arroz, fumo, morango, milho, maracujá, abacaxi e mandioca.

As principais festividades são a Festa do Santo Padroeiro São João Batista, em junho; a Festa do Colono; e o Rodeio Crioulo Nacional, que acontece sempre no final do mês de março.

TURISMO: ATIVIDADES E LAZER NOS ARREDORES DE SÃO JOÃO DO SUL

PARQUES NACIONAIS

Parque Nacional da Serra Geral

Parque Nacional Aparados da Serra



Turismo

publicado Jornal INFORMATIVO REGIONAL
S. João do Sul 30 de janeiro de 2020

Com uma localização privilegiada e estratégica na região Caminho dos Canyons, São João do Sul, está entre as belezas da Serra do Faxinal e do Oceano Atlântico. O município com pouco mais de 7.200 habitantes é conhecido também por sua diversidade agrícola, onde pequenos agricultores plantam arroz, fumo, moranguinho, milho, maracujá, abacaxi, mandioca, criam frangos, entre outros. Mesmo que ainda precise de mais investimentos e projetos na parte turística, o município oferece aos visitantes pontos importantes para visitação, tais como a Barrinha, onde turistas e pescadores dividem o espaço para apreciar as belezas da Lagoa do Sombrio, maior lagoa de água doce em extensão no estado de Santa Catarina. Também pode-se destacar a religiosidade aflorada do povo são-joão- sulense, que homenageia sempre no dia 19 de fevereiro, o Frei Adercide dos Santos Silva, falecido em 1992, e a quem o povo atribui milagres, homenageando com uma romaria até o Oratório Frei Adercide, localizado na comunidade de Querência, onde o mesmo está sepultado.

1.10 – SOMBRIO

Administra�o – Prefeito:	Gislaine Dias da Cunha (MDB)
Endereço:	Av.: Nereu Ramos, 31 centro CEP: 88960-000
Telefones:	(48) 3533-5200 – 35336657
Web site: ww.sombrio.sc.gov.br	
Secretária de Educa�o, Cultura e Esportes:	Graziela Catano da Rosa Scewartzhaupt
Gerente de Cultura:	Rosângela Garcia Margute (48) 3533-5200
Gentílico:	sombriense
História Fundac�o:	30 de dezembro de 1953
Características geográficas	
�rea total:	142,745 km ²
Popula�o total (IBGE estimada 2020):	30 333 hab.
Indicadores	
IDH (PNUD/2010)	0,728 — alto
PIB per capita (IBGE/2008)	R\$ 9 994,51

Sombrio é um município brasileiro localizado no extremo sul de Santa Catarina, no litoral, a 7 km do mar. Distante 240 km de Florianópolis e 230 km de Porto Alegre.

História

O município de Sombrio emancipou-se politicamente pela lei estadual nº 133 de 30 de Dezembro de 1953, com território desmembrado de Araranguá. Sua colonização foi feita principalmente por açorianos, portugueses, italianos e alemães. Turismo.

A cidade de Sombrio tem como principais pontos turísticos as Furnas, Lagoa de Sombrio, Morro da Moça, Morro da Santa e o Circuito Cultural Religioso (Calçadão Cultural).

Suas principais datas festivas são o aniversário da cidade, em 30 de Dezembro, Festa do Padroeiro, no dia 13 de Junho, e o Arraiáfest, uma grande festa realizada a cada dois anos, geralmente no último final de semana de Julho.

Desde muitos anos busca-se uma explicação para este nome, que a muitos não agrada, devido a tristeza e ao desânimo que o mesmo erroneamente parece encerrar. No caso presente o nome liga-se à palavra sombra, lembrando repouso. Certas figueiras que serviam de lugar onde o caminheiro descansava, fugindo da canícula, das horas de calor, sombreavam pessoas, advindo desta o nome da cidade. Na época esse era o único caminho até a cidade de Viamão e muitos viajantes paravam à sombra das árvores para descansar - daí o nome da cidade -, somente em 1820 surgiu o vilarejo que deu origem a Sombrio.

O nome

A origem do nome Sombrio está relacionada ao jeito de descrever essas terras pelos viajantes que aqui passavam, em sua maioria tropeiros, que levavam tropas de gado do Rio Grande do Sul para São Paulo, pelo litoral catarinense. As belas figueiras que existiam em abundância convidavam os viajantes para um descanso em suas sombras, à beira da lagoa que também leva o mesmo nome da cidade.

“Esta denominação remete aos barcos que, ao trafegar pela lagoa que corta vários municípios e ver as grandes figueiras às margens de Sombrio, paravam para descansar às sombras das figueiras” (TEIXEIRA, 2018, p. 22).

“... os tropeiros ao tangerem o gado pela região, alimentavam suas boiadas junto ao rio antes de se aventurarem na subida da serra, utilizada a sombra das figueiras para repousarem” (HERBER, 2008, p. 5).

O nome pode parecer um pouco assustador, segundo Teixeira (2018, p. 22) “Seu nome desperta curiosidades em algumas pessoas, algumas procurando significados “sombrios”, mas fique tranquilo, aqui não era um lugar mal-assombrado e sim bem sombreado, por isso Sombrio, por causa das sombras.

Duas pessoas foram de muita importância para nossa cidade ser o que é hoje, por meio de suas contribuições:

Pode-se dizer que o primeiro foi João José de Guimarães, no século XIX, ao fixar moradia em nossas terras e assim com sua família povoar as terras do Morro Sombrio, juntamente com outros imigrantes que escolheram essa região para viver com suas famílias e cultivar em seu pedacinho de chão. “A colonização se dava a passos lentos e sacrificantes, com os dias da família de João José dedicados completamente a agricultura, pecuária e a fabricação de farinha e cachaça...” (COELHO, 2003, p. 271).

Outra figura importante foi o primeiro vigário paroquial o Padre João Adão Reitz que veio para Sombrio em 1938, ele que projetou e organizou a construção da Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua e do Hospital Dom Joaquim. Cunha (2001, p. 129) destaca que “... além de se preocupar com a área da educação, cultura e saúde, envolveu-se com o processo de emancipação do município e com a política de desenvolvimento econômico. Padre João atuou na promoção da criação de indústrias, estabelecimentos bancários, clubes de serviços e construção de estradas para o município”.

LEITURAS COMPLEMENTARES

Assim nasceu Sombrio. Rolando Christian S. Coelho - CVT gráfica e editora, 2003.

O encontro e a história de uma família. Arlindo Cunha – ELF Comunicação, 2001.

85 anos natureza, história e cultura: para ensino fundamental. Vilson Francisco de Farias: - Ed. do Autor, 2000.

Não há porque temer o palco, pois fomos preparados para estar lá: grupo açor sul catarinense, um marco da cultura açoriana no município de Sombrio/SC. Ilaine Dahlem Herber. - TCC (Graduação em História) – Universidade do Sul de Santa Catarina, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/PC/Desktop/Artigo%20Açor%20Sul.pdf

A valorização da cultura local e seus patrimônios nas aulas de artes na cidade de Sombrio-SC. Tais Oliveira Teixeira. - TCC (Graduação em artes visuais – licenciatura) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

Disponível em:

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6617/1/TAIS%20OLIVEIRA%20TEIXEIRA.pdf>

Sombrio: fragmentos da história. Antônio Natálio Vignali - Tubarão, SC: Ed. Humaitá, 2011.

José Tiscoski: Uma história familiar Ascendentes e Descendentes.

Sônia Tiscoski da Silva, publicado em 2012.

1.11 – TURVO

Administração - Prefeito:

Sandro Cirinbelli (PP)

prefeito@turvo.pr.gov.br

Endereço:

Rua Nereu Ramos 609 CEP:
88930.000

Telefone:

(48) 3533-5200

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte

Evelise Menegaro

Diretora municipal de Turismo
Turismo.turvo@gmail.com

Apelido:

"Capital da Mecanização Agrícola"

Gentílico:

turvense

História Fundação:

20 de março de 1949

Características geográficas

População total (IBGE estimada 2020) -

12 990 hab.

Indicadores

IDH (PNUD/2010) -

0,74 — alto

PIB per capita (IBGE/2008) -

R\$ 25 966,37

Turvo é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina.

Localiza-se a uma latitude 28°55'34" sul e a uma longitude 49°40'45" oeste, estando a uma altitude de 38 metros. Sua população estimada em 2010 era de 11 854 habitantes. Possui uma área de 244,31 quilômetros quadrados.

Sua principal atividade econômica é a agricultura. Conhecida como "capital da mecanização agrícola e do arroz", Turvo exhibe seu potencial econômico a cada dois anos, na Festa do Colono, em agosto.

Foi colonizado principalmente por italianos, mostrando a herança cultural dos colonizadores a cada dois anos, na Festália.

Comemora o aniversário de instalação do município no dia 20 de março.

Em Turvo predomina o clima mesotérmico úmido, com verão quente e temperatura média de 19,2°C.

HISTÓRIA

Por Renato Steckert de Oliveira

O atual município de Turvo originou-se de três grandes sesmarias, duas delas obtidas por seus proprietários em pagamento, pelo governo estadual, por serviços prestados na abertura de uma estrada no atual município de Criciúma. Eram imigrantes italianos que, na chegada ao Brasil, haviam se instalado no atual município de Urussanga.

Urussanga e Criciúma, que, com a colônia Azambuja, receberam os primeiros imigrantes italianos chegados ao sul de Santa Catarina no final do século XIX, já apresentavam problemas: o Vale do Rio Urussanga, mais promissor, possuía mais de 5.000 habitantes no ano de 1900, enquanto Criciúma não possuía boas terras para a agricultura, o que motivava alguns imigrantes e seus descendentes de primeira geração a buscarem novas terras.

Atento a esta oportunidade, um daqueles três sesmeiros dividiu sua sesmaria em lotes e passou a oferecê-los aos habitantes de Criciúma e Urussanga. Em 13 de julho de 1913 chegou o primeiro comprador, um italiano de Bergamo chamado Ângelo Rovaris, que fez um desmate próximo à atual sede do município e instalou uma atafona movida a água – infraestrutura que, somada à extraordinária fertilidade das terras, revelou-se fundamental para atrair novos colonizadores: afinal, tão logo produzissem, teriam onde moer o milho para a polenta.

No ano seguinte um segundo comprador, também italiano, Antônio Bez Batti, de Beluno, que fundaria a primeira casa comercial da nova colônia, instalou-se à margem de um pequeno rio de águas pouco transparentes. No seu dialeto vêneto, passou a designá-lo como “turbo”. Este foi o começo.

Tendo sido o resultado de uma operação comercial de venda de terras para imigrantes que pudessem pagá-las (alguns foram buscar recursos trabalhando fora da região, inclusive no RS), não houve nenhuma pompa e circunstância, tampouco nenhum ato de fundação do novo assentamento. De qualquer maneira, já havia um nome e fundadores, e os compradores foram chegando com suas famílias: os Carlessi, os Arigoni, os Lucioni, os Piazzoli, os Casteller, os Patel, os Tonetto, os Bendo, os Vitto, os Marcon, os Scarabelot, os Bozza, os Niott, os Crispini... Se a vida de imigrantes assentados em áreas doadas pelo poder público como política de ocupação do território esteve longe de ser um idílio, dada a precariedade dos meios de trabalho colocados à disposição pelos governos e à absoluta ausência de qualquer infraestrutura de apoio logístico ou assistencial, a vida numa colônia organizada autonomamente pela iniciativa privada dos próprios imigrantes esteve próxima do inferno. Assim, meio à mata fechada, sujeitos a doenças e peçonhas as mais diversas, bem como à hostilidade mútua com os silvícolas, as primeiras gerações de turvenses desenvolveram uma forte e austera personalidade social, fundada em três pilares: a blasfêmia, a oração e o trabalho.

Quando uma nuvem de gafanhotos reduzia a pó um roçado recém conquistado à mata; quando um boi era perdido com carro, carga e tudo num atoleiro medonho; quando uma enchente levava rio abaixo plantações, provisões e animais, não havia como não cerrar os punhos de raiva e amaldiçoar os céus num “porco dio!” Para depois esfriar a cabeça e conter as emoções numa oração profunda, convicta, plena de sofrida penitência, que preparava as energias para o único caminho possível da Salvação neste e no outro mundo: o trabalho.

À falta de qualquer referencial civil ou político para organizar e dar sentido à vida em comum, os primeiros moradores de Turvo foram buscar esse referencial naquilo que já tinham em comum: da fé católica. E o encontraram, generoso! Foi em seu nome que organizaram uma primeira associação que transcendia os objetivos privados e imediatos de cada um, motivada pela construção de uma capela, isto em 1916. Inicialmente de madeira, e em 1923 de alvenaria, já autorizada pelo Arcebispo Metropolitano de Florianópolis.

Um templo requer um padre, e, antes de qualquer formalização institucional do novo povoado, os turvenses foram atrás de um. Inicialmente na Paróquia de Araranguá, de cujo território faziam parte. Depois junto ao Arcebispo Metropolitano. Uma comissão chegou a ser enviada a Caxias do Sul, sem sucesso. Finalmente, em 17 de janeiro de 1930 seus esforços foram coroados de êxito, e o Livro Tombo da Igreja Matriz registra algo significativo quanto à disposição e seriedade com que aqueles austeros colonos encaravam a questão: o Arcebispo Metropolitano havia autorizado o Pe. Paulo Rossi, coadjutor da Paróquia de Araranguá, a residir em Turvo, “pois em Turvo havia uma casa decente”.

E foi através da Igreja que os turvenses conseguiram o status de Distrito de Araranguá junto ao governo do estado. Uma comissão de “fábriqueiros”, isto é, de encarregados da construção e melhorias da capela de alvenaria, exercia o papel de representantes políticos da nova colônia, uma vez que havia sido escolhida pelo voto direto. Em suma, constituíram a primeira autoridade local. Com apoio do vigário de Araranguá, conseguem junto ao governo estadual a elevação do povoado à categoria de Distrito de Araranguá, desmembrando-o do Distrito de Meleiro (Lei Estadual 1.709 de 1930).

Com o novo Distrito progredindo a olhos vistos, os turvenses não perdiam oportunidades para ampliar as possibilidades de integração competitiva (valha o termo moderno...) na economia regional que se estruturava. Assim, através de uma artimanha digna de Ulisses (permita-se a hipérbole...), venceram a concorrência com seus vizinhos do Distrito de Meleiro na definição do traçado da estrada que ligaria Araranguá a Bom Jesus, no RS. Durante a visita da comissão técnica que deveria decidir pelo traçado da nova estrada, amarraram bois, porcos, cavalos, e organizaram intenso trânsito de carretas carregadas de sacos de milho e arroz ao longo do caminho que poderia receber a estrada. Impressionados com a riqueza dos moradores, a comissão técnica não teve dúvidas, e hoje a estrada Araranguá – Bom Jesus passa por Turvo, tomando, na sede, o nome de Rua Rui Barbosa, por décadas a principal rua da cidade.

O progresso logo alimentou expectativas de emancipação de Araranguá – tema que não só passou a ser constante nos encontros entre moradores durante as missas dominicais, como, não raro, era o principal assunto das prédicas sacerdotais durante a missa. Dadas as circunstâncias locais, a emancipação era ambicionada em duplo sentido: emancipação religiosa, desmembrando a igreja de Turvo da Paróquia de Araranguá; emancipação política, desmembrando o Distrito de Turvo do Município de Araranguá. A primeira deu-se em 31 de maio de 1938, através de Decreto do Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, que, meses antes, havia dado sua benção à pedra fundamental da atual Igreja Matriz, belíssimo templo inspirado na arquitetura românica e consagrado à Nossa Senhora da Oração, a Madonna dei Campi dos primeiros imigrantes. A segunda, em que pese a disposição dos moradores, recebeu um empurrão de um incidente típico da política partidária da época, alheio à intervenção dos turvenses.

Com o fim do Estado Novo em 1945, PSD e UDN passaram a ser os principais partidos rivais em Santa Catarina, opondo as oligarquias Bornhausen e Ramos, a primeira ligada ao Vale do Itajaí e a segunda ao Planalto Catarinense. Em 1945 o PSD ganhou a eleição presidencial com Eurico Gaspar Dutra e o PSD catarinense conseguiu colocar seu condestável, o Senador Nereu Ramos, na vice-presidência. Dois anos depois Aderbal Ramos da Silva elege-se governador do estado pelo PSD. No entanto, o almejado alinhamento de alto a baixo foi quebrado justamente em Araranguá, onde Afonso Guizzo venceu as eleições à prefeitura pela UDN, em acirrada disputa com Altíssimo Tournier pelo PSD. Nem o vice-presidente nem o governador engoliram tamanha desfaçatez! Através do Decreto Estadual n. 247, de 30 de dezembro de 1948, o governador tira de Araranguá sua porção mais rica, criando o Município de Turvo e incorporando a este os distritos de Meleiro, Jacinto Machado, Praia Grande e Timbé do Sul. O novo município é instalado no dia 20 de março de 1949.

Como coroamento da arquitetura institucional que caracteriza o município de Turvo, de intenso intercâmbio entre política e religião – intercâmbio, por óbvio, nem sempre isento de tensões, e que a passagem do tempo e a crescente complexidade dos interesses presentes foi

acentuando – em 1944 é instalado no município o Seminário Menor da Ordem dos Servos de Maria, consagrado à Nossa Senhora das Dores. Além da sua missão principal de desenvolver vocações para a vida sacerdotal, o Seminário, como passou a ser carinhosamente referido pelos turvenses, revelou-se um importante ativo cultural, educacional, político e econômico para a cidade. Muitos pré-adolescentes da região nele ingressaram e, sem seguir os estudos preparatórios para a vida religiosa depois de concluírem a etapa inicial ali desenvolvida – equivalente, grosso modo, ao antigo “ginásio” – dele saíram com uma formação educacional que, de outra forma, jamais conseguiriam. Até hoje realizam-se na cidade encontros periódicos dos “Meninos do Turvo”, ex-alunos do Seminário que construíram suas vidas em vários pontos do Brasil. Também foi por iniciativa dos “padres do Seminário” que se construíram, nos terrenos que lhe pertencem, o primeiro complexo poliesportivo da região, apoio fundamental para os inícios dos Jogos Estudantis da Região do Vale do Araranguá, os “JERVA”, e o primeiro Parque de Exposições do Município.

Finalmente, o Seminário passou a ser a sede do primeiro curso de segundo grau da região fora de Araranguá, que, com apoio das prefeituras da região, começou a funcionar em 1973.

E, testemunhando o inconformismo eclesial para com este aspecto aos seus ouvidos incômodo da fé católica dos turvenses – que certamente remonta ao inconsciente coletivo dos camponeses pobres do norte da Itália, que se dividiam entre a revolta e a submissão e enfrentaram, com raiva e fé, os desafios da emigração – até pelo menos o início dos anos 1970 era possível encontrar, em muitas residências e casas de comércio da cidade, afixados em local visível por exigência do vigário, um panfleto com os dizeres: “Nesta casa nunca blasfêmia, sempre Missa!”

Uma primeira “reação laica” a esse predomínio da religiosidade entre os turvenses tomou forma ainda na primeira metade dos anos 1960, e teve na figura de um dos seus mais importantes prefeitos, Antônio Dandolini, que esteve à frente da Prefeitura de 1959 a 1964, um dos seus principais personagens. E ela começou quebrando o monopólio que até então os padres do seminário detinham na formação da juventude adolescente local. Sem que houvesse qualquer reivindicação explícita dos seus munícipes neste sentido, Antônio Dandolini resolveu construir um ginásio, dando assim oportunidade a que os concluintes do curso primário do Grupo Escolar Prof. Jorge Schutz, único da cidade, pertencente à rede estadual de ensino, prosseguissem seus estudos. O Ginásio Municipal de Turvo, como foi chamado, oferecia as quatro séries que, na estruturação atual, completavam a primeira e segunda fase do Ensino Fundamental. E, mais importante, do forma totalmente gratuita.

Construir o ginásio foi uma saga! O edifício projetado confrontava-se com os módicos recursos orçamentários da Prefeitura. Assim, as primeiras turmas tinham suas aulas em salas razoavelmente improvisadas num prédio em construção – do que, aliás, não só nenhum aluno se queixava como se sentiam partícipes da grande conquista do município, sem par nos demais municípios da região.

Em segundo lugar, havia que resolver o problema dos professores, inexistentes para este nível de ensino! Então o professor, brechtianamente malgré lui, adotou a máxima de que uma revolução é feita com os revolucionários que se tem à mão. Assim, para as aulas de biologia foi contratado o médico da cidade, Dr. Aroldo Duarte Schmidt; para as aulas de História, um dos dois advogados da cidade, Dr. Silveira, cujo prenome lamentavelmente não mais retenho na memória; para Português, o outro advogado, Dr. Dilton da Rosa Prates, entusiasta de teatro e outras práticas extraclasse; para Ciências e Práticas Agrícolas, o cirurgião-dentista Dauro Hugo Neiss, também único da cidade, cuja irmã responsabilizou-se pelas aulas de inglês, que, depois de sofrer uma greve contra seus métodos em classe – primeira greve estudantil de toda a história da região, inserindo a cidade de Turvo no mundo contestatário de 1968! – nos ensinou a ouvir Beatles; para Geografia e Francês, o Prof. João Colodel, único que, com a professora de Matemática, Terezinha Vitto, tinha formação pedagógica.

O Ginásio Municipal de Turvo, hoje Colégio Estadual de Turvo, permitiu a muitos

daqueles jovens seguirem estudos em centros mais adiantados, desenvolvendo posteriormente as mais diversas profissões, o que seria impossível para muitos deles não houvesse aquele prefeito bancado esta iniciativa.

Desenhado este seu panorama histórico, podemos resumir sua evolução administrativa, conforme resumida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Distrito criado com a denominação de Turvo, pela lei estadual nº 1709, de 11-10-1930, desmembrado do distrito de Meleiro, subordinado ao município de Araranguá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Turvo figura no município de Araranguá. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Turvo permanece no município de Araranguá.

Elevado à categoria de município com denominação de Turvo, pela lei estadual nº 247, de 30-12-1948, desmembrado de Araranguá. Sede no antigo distrito de Turvo. Constituído de 5 distritos: Turvo, Jacinto Machado (ex-Volta Grande), Meleiro, Praia Grande e Timbé. Todos desmembrados do município de Araranguá. Instalado em 29-03-1949.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 6 distritos: Turvo, Jacinto Machado, Meleiro, Praia Grande e Timbé.

- Pela lei estadual nº 2 de 11-05-1956 é criado o distrito de Ermo, ex-povoado e anexado ao município de Turvo.

A lei estadual nº 348, de 21-06-1958, desmembra do município de Turvo os distritos de Jacinto Machado e Praia Grande, elevados à categoria de municípios. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 4 distritos: Turvo, Ermo, Meleiro e Timbé.

- Pela lei estadual nº 773, de 27-11-1961, é desmembrado do município de Turvo o distrito de Meleiro, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: Turvo, Ermo e Timbé.
- Pela lei estadual nº 1059, de 11-05-1967, é desmembrado do município de Turvo o distrito de Timbé, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 18-VIII-1988, o município é constituído de 2 distritos: Turvo e Ermo.
- Pela lei estadual nº 9402, de 29-12-1993, é desmembrado do município Turvo o distrito de Ermo, elevado à categoria de município.
- Pela lei municipal nº 817, de 24-06-1991, é criado o distrito de Morro Chato e anexado ao município de Turvo. Em divisão territorial datada de 15-VII-1999, o município é constituído de 2 distritos: Turvo e Morro Chato, assim permanecendo em divisão territorial datada de 14-V-2001.

GALERIA DE PREFEITOS:

Osni Paulino da Silva (Prefeito Provisório nomeado em 1949) Abel Bez Batti (1949-1952)

Luiz Maragno (1952 – 1954)

José Marcon (1954 – 1959)

Antônio Dandolini (1959 – 1964)

Sebastião Moraes Mattos (1964 – 1966)

Aldir Schmidt (1966 – 1970)

Ires Olivo (1970 – 1973)

Romeu Carlessi (1973 – 1976)

Ari Pessi (1976 – 1983)

Adoaldo Otávio Teixeira (1983 – 1988)

Heriberto Afonso Schmidt (1989 – 1992)

Ari Pessi (1992 – 1996)

Heriberto Afonso Schmidt (1997 – 2004)

José Brina Tramontim (2005 – 2008)

Ronaldo Carlessi (2009 – 2016)

Tiago Zilli (2017 – 2020) Sandro Cirimbelli (2021 – atual)

Nota - A parte introdutória desta apresentação baseia-se, em grande parte, em informações do livro “Turvo, terra e gente”, de João Colodel (COLODEL, João – Turvo, terra e gente. Florianópolis: FCC / Turvo: Prefeitura Municipal de Turvo, 1987, 120 p.). A elas acrescentam-se memórias pessoais.

PRINCIPAIS EVENTOS

Festa do Colono

“A primeira festa ocorreu no dia 1º de agosto de 1971. A santa missa foi celebrada pelo bispo diocesano Dom Anselmo Pietrulla, num palco montado no campo de futebol, em frente ao seminário.

Na oportunidade foi homenageado o casal agricultor mais idoso, da família Giusti, que ofereceu ao governador Colombo Machado Salles um garrafão de vinho e um queijo fabricado por sua esposa.

Desde então a festa se consolidou como um marco para a comunidade turvense que vê na festa uma justa homenagem ao agricultor, que faz tanto por esta terra.

A festa foi tomando proporções maiores, tanto de público como de infraestrutura, à medida que os anos foram passando e se tornou um evento verdadeiramente conhecido no sul catarinense, hoje fazendo parte do calendário oficial de eventos do Estado.

Desde a primeira edição da festa, uma das maiores atrações é o desfile das máquinas agrícolas, que orgulhosamente são conduzidas pelos agricultores no trajeto da avenida municipal. É uma tradição passada de pai para filho. Em 1979 foi criada uma modalidade para tornar a festa ainda mais atrativa, a Arrancada Catarinense de Tratores, onde os participantes competem quase que da mesma forma que uma corrida de automóveis.

Além de inúmeras outras atrações que a festa do colono proporciona aos visitantes, um ponto que merece destaque é a gastronomia, para quem gosta de saborear um prato típico, a festa oferece as mais conhecidas variedades da gastronomia italiana, como macarronada, polenta, galinha, fortaia, risotos e muitos outros pratos.

Mas também como em toda boa festa, os shows não poderiam faltar, por isso a Festa do Colono traz sempre para o público que visita nos quatro dias de festa muitos shows regionais e nacionais, além da feira de agronegócios que é um propulsor da economia do município.

A Festa é realizada sempre no mês de agosto, em ano ímpar.

Festa de Nossa Senhora da Oração

“A Estampa de Nossa Senhora da Oração veio da Itália juntamente com nossos imigrantes italianos que sempre tiveram grande devoção a Santa e rezavam o terço todos os dias. Angelo Manenti veio da Itália para o Brasil em 1887 e em 1914, quando veio com a família morar em Turvo, trouxe a estampa a qual chamavam de “Madonna Dei Campi”. Desde então a comunidade Turvense dedicou-se à devoção à santa e construiu a atual igreja matriz, uma das mais belas igrejas da região, onde acontecem muitas celebrações e anualmente no dia 12 de julho é comemorado o dia da padroeira, com missa, procissão pela cidade, almoço e confraternização no salão paroquial.”

Festa em honra a São Peregrino

“Turvo se fortifica no turismo religioso. A cada ano aumentam o número de fiéis que passam pela cidade em busca da proteção de São Peregrino, que possui uma gruta em sua homenagem na Linha Seminário, junto ao Seminário Menor Servos de Maria e a Capela Nossa Senhora das Dores. Todos os anos no dia 04 de maio é realizada a Festa em Honra a São Peregrino, com procissão da imagem da capela até o Centro de Eventos Professora Iria Angeloni Carlessi, onde é realizada a missa e posteriormente a confraternização no Parque de Exposições Ires Olivo, o

público é crescente e conta com aproximadamente dois mil fiéis.

“A devoção em São Peregrino vem aumentando cada vez mais. A princípio era realizada uma missa todo dia quatro de cada mês, passados os anos a capela ficou pequena para tanta gente que procurava as missas, então começou a serem feitas duas por dia e nos dias de hoje são realizadas três missas por dia para atender confortavelmente a todos os devotos que vem das cidades da região em busca da intercessão de São Peregrino que é o protetor do mal do câncer. “Na frente do Seminário existe uma gruta onde fica a imagem de São Peregrino, no local é deixado cadernos para que as pessoas deixem seus pedidos, façam suas orações e também possam beber a água que desce pela gruta.

Sobre São Peregrino:

“São Peregrino é o protetor do mal do câncer (sic). Um santo italiano que encontrou na devoção a Deus a cura para uma ferida na perna. Na época não se conhecia o câncer, mas médicos examinaram a perna de São Peregrino e diagnosticaram que a ferida era incurável e que seria necessária a amputação da perna. Naquela noite ele se dirigiu a uma sala onde tinha uma imagem de Jesus crucificado e rezou. Na mesma noite São Peregrino sonhou que Jesus saia da cruz e curava sua perna, quando os médicos voltaram na manhã seguinte para realizar a cirurgia constataram que a ferida havia sumido. Em quatro de maio de 1726 a igreja católica através do Papa Bento XIII, o consagrou santo. Quando os Servos de Maria vieram para o Brasil, foram morar no Acre e o local onde eles ficaram acabou se chamando São Peregrino.”

O CINEMA NO TURVO/SC: DO PEQUENO PROJETOR AO CINEPAX13

17 DE JULHO DE 2017 / JACINTA MILANEZ GISLON

Por Maria Cecília Angeloni Piazza*

São muitos os elementos da cidade que acumulam histórias, que carregam consigo o tempo, a preservação de signos, e que permitem que se faça a leitura do processo de produção pela qual a cidade passou. Qualquer edificação está propensa a ser considerada Patrimônio Cultural, pois representam a memória urbana do lugar, seja pela questão arquitetônica, simbólica ou sentimental. A preservação destes edifícios tem a função de guardar ou conservar para os próximos tempos estas memórias (Castelnuovo Neto, 1992). O Cinepax⁷ em Turvo é um deles.

A relação de Turvo com o cinema começou em meados dos anos 40, por meio de um viajante que costumava ir à cidade, pois era representante de uma fábrica de balas que possuía um depósito em Turvo. Tal viajante em uma de suas visitas a pequena localidade, trouxe consigo um projetor que instalou ali mesmo, no pequeno armazém. A partir daí suas viagens à cidade tornaram-se um evento sempre muito aguardado, pois trazia com ele novos rolos de filmes. A novidade foi se espalhando e a fabriquetaria já não suportava a demanda de público, então resolveram transferir o projetor para uma antiga fábrica de ladrilhos que se localizava mais próxima do centro da cidade. Quando este espaço ficou pequeno para os espectadores, mais uma vez, transfere-se o projetor, agora para a casa onde antes se tinha uma fábrica de banha, que além de possuir melhor infraestrutura encontrava-se em frente à praça da igreja e ao lado da rodoviária da época.

Mas o auge de sua história aconteceu quando a Paróquia, que até então se posicionava um tanto quanto contra ao novo passatempo dos turvenses, passou a ver nele uma oportunidade de trazer recursos à sua freguesia. Foi então que no ano de 1960 a Igreja Católica mostrou interesse na compra do projetor e sugeriu que passassem o cinema para o recém-construído salão paroquial, localizado bem em frente da também, há pouco inaugurada, praça

⁷ A grafia correta é Cine Pax. Uma informação que não consta do artigo é que, com sessões diárias, o Cine Pax, fazendo parte de um circuito que reunia cinemas de Porto Alegre e Criciúma, exibia um filme diferente a cada dia, que não se restringiam a faroestes e pornochanchadas, como a autora do artigo sugere, e a idade mínima de 18 anos para ingresso nas sessões era limitada aos filmes cujo certificado de censura assim o exigisse. No Cine Pax este autor assistiu, dentre outros, o filme Cidadão Kane

da Igreja Matriz. Para isso foram feitas as devidas reformas no edifício e ali se instalou o Cine Pax, que foi administrado por anos pela própria Igreja. O edifício contava com uma ampla sala de exibição, também usada para teatros, bilheteria, bar e as demais salas usadas para fins paroquiais, além do compartimento externo que abrigava o gerador a diesel, responsável pelo fornecimento de energia no local.

Anos mais tarde devido à troca do pároco, decide-se por fechar a sala. Para evitar tal feito, jovens senhores da cidade se reuniram e criaram o Cineclube e passam a comandar o cinema. Nesta época os gêneros que mais faziam sucesso eram os faroestes e as famosas chanchadas e pornochanchadas. O Sr. Aldir Sartor, responsável por rodar os filmes na época relembra que o cinema funcionava de domingo a domingo, e devido à censura deste período havia a presença rotineira da polícia na porta do estabelecimento, permitindo apenas a entrada de maiores de 18 anos. O Cineclube manteve o cinema por alguns anos, mas após este período o cinema de Turvo acaba passando pelo mesmo processo que os demais. Com a chegada da TV, a escala de produção cinematográfica entra em declínio e se torna cada vez mais difícil a aquisição de filmes por parte do Cineclube, quando no ano de 1980 ocorre o fechamento definitivo do Cine Pax. Com o passar do tempo o edifício passa por novas reformas que descaracterizaram sua fachada e volumetria com as retiradas das escadas externas que davam acesso à sala de projeção, a alteração dos vãos e esquadrias, remoção de um balcão, adição de uma cobertura e novo revestimento em azulejos em sua fachada frontal.

O edifício do antigo Cine Pax em Turvo teve seus anos de glória na década de 70, quando fornecia entretenimento à população. Hoje sua utilização não vai muito além das necessidades da paróquia. O local onde está inserido é especialmente bem localizado no centro da cidade, ao lado da igreja e da praça que passam por constantes revitalizações já que é o ponto central da cidade por onde diariamente muitas pessoas transitam. Diante disso a revitalização do Cine Pax é muito pertinente para a vitalidade da área central de Turvo, para que não seja mais apenas um local de passagem, mas também passe a ser um lugar de estar, onde trocas de conhecimento e da cultura possam ser feitas e a memória tanto do cinema quanto atividade cultural, quanto do edifício como um vestígio singular, possa ser mantida e fortalecida como indicadores de identidade local.

*Maria Cecília Angeloni Piazza é aluna da 9ª fase do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Este trecho foi extraído do seu Trabalho de Conclusão de Curso que está em andamento, intitulado “Unidade e Conexão um diálogo entre o velho e o novo: Cinepax e o Centro Cultural”, orientado pela professora Jacinta Milanez Gislon.

Referências Bibliográficas:

CASTELNOU NETO, A.M. A intervenção arquitetônica em obras existentes. Seminário: Ci. Exatas/Tecnol. Londrina. 13, n. 4, p. 265-268, dez. 1992.

2 - RIO GRANDE DO SUL

2.1 – DOM PEDRO DE ALCÂNTARA

Prefeito: Alexandre Model Evaldt (MDB)
Endereço: Avenida Central, Nº 89 - CEP: 95568-000
Telefone: (51) 3664011
E-mail: contato@dompokrodealcantara.rs.gov.br
Secretaria da Educação, Secretário: Sandro Webber
Cultura, Turismo e Desporto Email: educacao@dompokrodealcantara.rs.gov.br
Gentílico: dom-pedro-alcantareense

História Fundação: 29 de dezembro de 1995

Características geográficas

População total (est.2.527 hab.

IBGE/2020)

Indicadores

IDH (PNUD/2000): 0,691 — alto

PIB (IBGE/2008): R\$ 18 641,891 mil

Dom Pedro de Alcântara é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul. Integra a Aglomeração Urbana do Litoral Norte e está dividido em quatro distritos[: Sede (zona urbana de Dom Pedro de Alcântara), Morro dos Leffas, Arroio dos Mengues e Porto Colônia.

História

A Colônia São Pedro de Alcântara foi colonizada por imigrantes alemães católicos que chegaram até a região de Torres no ano de 1826. Os colonizadores protestantes fundaram a Colônia de Três Forquilhas, hoje município de Três Forquilhas.

Era o 5º distrito de Torres, chamando-se Colônia São Pedro de Alcântara, até que em 29 de dezembro de 1995 foi publicada a lei estadual que criou o município de Dom Pedro de Alcântara.

O nome do município é homenagem ao Imperador Dom Pedro I, que visitou o lugar, quando em viagem pela região em 6 de dezembro de 1826, portanto 19 dias após a chegada dos colonos alemães na região. O Imperador foi saudado por uma salva de 101 tiros de canhão do Baluarte Ipiranga, recepcionado pelos vereadores da Câmara de Santo Antônio da Patrulha [sede do município] e certamente pelo Ten. Cel. Paula Soares, pelo Alferes Ferreira Porto [maiores autoridades de Torres à época.

LEITURAS COMPLEMENTARES CIDADES NOVAS, NOME NOVOS

Ruy Ruben Ruschel Torres tem História p.740 26 de abril de 1996

Dois novos municípios estão nascendo da Grande Torres – a Colônia São Pedro de Alcântara e a Rua Nova. Há rumores de que alguns líderes das emancipações pretendem trocar-lhes os nomes, o que merece comentários.

"Colônia São Pedro de Alcântara" foi a designação oficial do conjunto de assentamentos de imigrantes alemães em Torres. O título apareceu pela primeira vez em dezembro de 1827 quando os colonos protestantes agradeceram ao Imperador as terras que haviam recebido no Rio Três Forquilhas. Os subscritores se identificaram como "colonos da comunidade protestante da Colônia de São Pedro de Alcântara, no distrito de Torres". Na resposta do Ministro Pedro de Araújo Lima, em nome do Imperador, com data de 28.03.1828, foram tratados da mesma forma. Em correspondências de 1831, do Inspetor da Colônia, restou claro que o nome "São Pedro de Alcântara" se

aplicava tanto à comunidade evangélica de Três Forquilhas, quanto a católica mais ao norte. Contudo, só mais tarde, por razões ainda desconhecidas, ocorreu um fenômeno curioso: o nome passou a ser utilizado apenas pela comunidade católica, não obstante sua sede ter orago diferente – Nossa Senhora do Amparo, que ainda hoje é a padroeira da capela, construída em 1845.

É evidente que o nome homenageava, de modo indireto, a D. Pedro I, de Alcântara, em cujo reinado sem implantaria a Colônia. Naquele tempo era usual homenagear uma pessoa viva através do santo que tivesse seu nome. No caso, tratava-se do frade franciscano do século XVI Pedro Garavito, natural de Alcântara, na Espanha, que foi o fundador da mais rigorosa ordem mendicante – a dos "franciscanos descalços". Frei Pedro morreu em 1562 e foi canonizado em 1669. Sua festa comemora-se no dia 19 de outubro.

Alguns querem que a nova cidade fique com o nome Dom Pedro de Alcântara, passando a significar assim uma homenagem direta Dom Pedro I. Será que ele mereceu?

De toda forma, pelo menos uma vantagem decorreria se aceito o novo nome: não confundir-se com a localidade catarinense de São Pedro de Alcântara, existente desde 1828-1829 a uns 30 km a oeste de Florianópolis.

Outro município recém-criado – Rua Nova – pretende intitular-se Mampituba. Defato, situa-se à margem desse rio. Porém, há que lembrar que o nome de Mampituba originalmente não se estendia rio acima. Naquela altura, o rio se chamava "da Praia Grande". O nome Mampituba só se aplicava do Rio Verde na direção do mar, região a que os índios Carió reservavam esse topônimo.

Foi na época dos estudos para identificar a verdadeira fronteira de Santa Catarina - nos – começos deste século – que se tornou unânime que o autêntico Mampituba era formado do Rio da Glória e do Rio da Praia Grande, e não do Rio Sertão e do Rio Canoas, como sustentava a outra corrente científica.

Por fim, convém destacar que este novo nome já pertenceu à localidade de Passo de Torres. Com efeito, quando em 1914 aí se fundou a Capela de São Pedro Pescador, o lugar chamava-se Mampituba nome que aos poucos foi sendo substituído por Passo de Torres.

O "TESOURO" da Colônia São Pedro

Mário Krás Borges
Torres Histórias em Crônicas –
coletânea Correio do Povo – 02/09/1967

Atualmente, Colônia São Pedro é o 5º distrito do Município de Torres, criado pela Lei nº 163, de 3 de outubro de 1952, com a denominação de "Colônia de São Pedro de Alcântara".

Sua existência atinge quase século e meio, pois data do ano de 1826, quando instalaram-se ali os imigrantes alemães, que muitos lutaram pelos desbravamentos da região, até então agreste e inóspita. Ainda é o único núcleo colonial desta zona que conserva em maior grau a sua genealogia, pois lá estão as famílias Schwanck, Webber, Schütz, Hahn, Mengel, Hendler e outras, apenas diferindo de seus ancestrais no linguajar, que é uma mistura de alemão "plebeu" com brasileirismo regional.

Apesar da rudeza da época, muitas dessas famílias prosperaram, conseguindo amearhar regulares fortunas, cujo dinheiro era representado por moedas de ouro e prata (onças e patações).

Em 1835 e 1839, a Colônia foi sacudida pelos movimentos armados, tendo ocorrido algumas escaramuças. Lutas não muito acirradas, combates sem muita gravidade.14 em seu próprio solo com perdas de vida, o que provocou fugas apressadas de famílias para outros lugares mais seguros, deixando para trás bens e animais domésticos. Conta-se que nessas retiradas apressadas, muitos colonos, temerosos de serem presos ou sequestrados, enterravam o dinheiro sob os alicerces das casas onde moravam ou nas proximidades de grossos troncos de árvores, usando como receptáculo vasos de barro e tachos de cobre. Daí a "crença" ainda

persistente de que existem grandes tesouros enterrados em antigas moradas, abandonadas por esses colonos ricos.

A propósito desta arraigada convicção popular em tesouros escondidos, contou-nos o Pe. Pedro Casara, atual Vigário de Fagundes Varela, que esteve há pouco tempo em Torres como orador sacro da festa de São Domingos, um fato recheado de lances humorísticos, mas verídico, acontecido em Colônia São Pedro, por volta de 1946, quando o referido sacerdote era vigário daquela paróquia.

Certo dia apresentou-se na casa canônica um colono, pedindo dois litros de água benta e meia dúzia de velas também bentas. O padre, estranhando a quantidade de água e velas pedidas, perguntou ao solicitante qual a finalidade das mesmas. Ah! respondeu-lhe o colono. Se o Sr. guardar segredo e tiver muita coragem, eu conto-lhe para que quero tanta água benta e velas.

"Olha, padre, naquela antiga tapera, onde moravam e morreram famílias de colonos muito ricos, como só eu sei, tem um grande tesouro enterrado, mas ninguém consegue chegar lá para arrancá-lo, devido os fantasmas que o guardam (!). São aparições sobre diversas espécies de bichos".

O padre, após soltar uma gargalhada e escutar mais algumas "afirmações" do colono, que se mostrava muito crédulo e irremovível do seu fantástico intento, aceitou o convite, para certa noite, irem até Colônia São Pedro, por volta de 1946, quando o referido sacerdote era vigário daquela paróquia.

Certo dia apresentou-se na casa canônica um colono, pedindo dois litros de água benta e meia dúzia de velas também bentas. O padre, estranhando a quantidade de água e velas pedidas, perguntou ao solicitante qual a finalidade das mesmas. Ah! respondeu-lhe o colono. Se o Sr. guardar segredo e tiver muita coragem, eu conto-lhe para que quero tanta água benta e velas.

"Olha, padre, naquela antiga tapera, onde moravam e morreram famílias de colonos muito ricos, como só eu sei, tem um grande tesouro enterrado, mas ninguém consegue chegar lá para arrancá-lo, devido os fantasmas que o guardam (!). São aparições sobre diversas espécies de bichos".

O padre, após soltar uma gargalhada e escutar mais algumas "afirmações" do colono, que se mostrava muito crédulo e irremovível do seu fantástico intento, aceitou o convite, para certa noite, irem até o local "aurífero".

Assim combinados, numa noite tenebrosa, bateu à porta da casa canônica o "homem do tesouro" que, com mais dois companheiros munidos de pás e facões, dirigiram-se com o padre para a tapera assombrada. Após andarem um quilômetro, eis que vinha ao encontro do grupo um pequeno, mas ágil vulto, branco, margeado o caminho. Os homens pararam, já com a respiração ofegante e trêmulos dizendo: "Padre, olha, o que será aquilo?! Mas o padre pediu-lhes calma e que continuassem caminhando e daí há pouco passou por eles um cãozinho branco, muito conhecido da localidade...o local "aurífero".

Assim combinados, numa noite tenebrosa, bateu à porta da casa canônica o "homem do tesouro" que, com mais dois companheiros munidos de pás e facões, dirigiram-se com o padre para a tapera assombrada. Após andarem um quilômetro, eis que vinha ao encontro do grupo um pequeno, mas ágil vulto, branco, margeado o caminho. Os homens pararam, já com a respiração ofegante e trêmulos dizendo: "Padre, olha, o que será aquilo?! Mas o padre pediu-lhes calma e que continuassem caminhando e daí há pouco passou por eles um cãozinho branco, muito conhecido da localidade...".

Vencido esse primeiro contato com os "fantasmas", andaram mais dois quilômetros, por ínvio16 caminho, chegando sem maiores sustos ao local visado, onde realmente ainda existiam escombros de antiga casa de pedras.

O padre Pedro, como observador, sentou-se sobre uma pedra e os demais iniciaram a escavação dos alicerces semi demolidos, sob a luz mortiça das velas levadas. Trabalharam incessantemente das 10 às 3 horas da madrugada, sem que as pás tocassem qualquer objeto, a

não ser as numerosas e pesadas pedras que tiveram de remover.

Finalmente, exaustos e decepcionados ante o insucesso da aventura, exclamaram: Eh, padre, não achamos nada! Vamos voltar.

Quando tinham caminhado uns duzentos metros, surge à beira da estrada um vulto escuro, semelhante a um animal quadrúpede que se põe sobre os dois pés. O colono jogou o vulto água benta, e com o barulho, o bicho fugiu.

Mais adiante, outro "monstro" com as mesmas características do primeiro, levantou-se permanecendo numa atitude à espera do ataque. O colono, já nessa altura mais encorajado, aproxima-se para lançar a água benta, mas o padre ordena: "Não jogue mais água benta, meta o facão". E o resultado foi cair mortalmente ferido um enorme tamanduá- bandeira !!!

OS FANTASMAS DA COVA FUNDA

Mário Krás Borges Torres Histórias em Crônicas – p. 92
Correio do Povo – 06 de janeiro de 1978.

Pessoas mais antigas que moraram nas proximidades da Cova Funda, local distante de Torres uns vinte quilômetros, ainda sentem um calafrio ao se recordarem de coisas assombrosas ocorridas no trecho de estrada que cruzava o mato da Cova Funda. Era uma densa mata virgem, onde mais tarde foi construída a nova estrada que liga a vila de Colônia São Pedro de Alcântara à BR-101.

Os moradores mais próximos dali eram as famílias dos Buenos e Hertzogs, cujos descendentes ainda se encontram por ali, exercendo o comércio e trabalhos agrícolas. Mas não eram só esses os assustados. Lá pela década de 20 o tráfego era feito somente pela estrada antiga, cujo ruído produzido pela constante passagem das rodas ferradas dos carros de bois, era bastante fundo (daí o seu nome), tendo por cima frondosas árvores que, à noite, formavam imensa escuridão.

Então, alguém que se atrevesse a passar por lá, embora com toda a precaução, estava no dia seguinte na casa de comércio do "seu" Chico Hertzog, a mais próxima do local, contando que "viu" barulhos na mata, luzes que giravam em torno dos troncos das árvores, vultos que pulavam nos barrancos altos da estrada, de um lado para o outro com muita agilidade. Também na garupa de cavalos vultos semelhantes a seres humanos, costumavam se agarrar, acompanhando os viajantes até a saída do mato.

Assim, a credulidade era total e as notícias corriam céleres por todo o município, amedrontando muita gente. Muitos alimentavam as suposições de fabulosos tesouros em enterrados pelos jesuítas (sempre os jesuítas...), mas ninguém desejava descobrir tais tesouros...

E assim ia correndo o tempo com aquele trecho de estrada, principalmente à noite, livre da passagem de qualquer vivente. Posteriormente foi construída a nova estrada que, no meio da mata, interceptou a estrada antiga e mal assombrada, cujos vestígios ainda se pode ver.

Os construtores da nova estrada preservaram uma bela figueira à saída do mato, mas suas raízes estão retalhadas pelas pás e picaretas dos caçadores dos supostos tesouros ali enterrados, isto depois que o local, em parte foi desmatado.

Lamentavelmente, dessa mata já resta pouco, pelas derrubadas feitas para plantações, o que, certamente, serviu para afugentar os tão temidos fantasmas...

OS ALEMÃES E A CACHAÇA

Nelson Adans Filho
Site oficial da Prefeitura de Dom Pedro de Alcântara
Adaptação

Os imigrantes alemães chegaram ao Litoral Norte gaúcho, ao Cantão das Torres, em 17 de novembro de 1826. Essa é a data oficial registrada na historiografia em que todas as famílias e solteiros já estavam arranchados em Torres. O correto, porém, é que eles foram chegando em grupos próximos a essa data. A partir daí, e da separação em Católicos e Protestantes, somente em agosto de 1827 fixaram-se em Três Forquilhas (Protestantes) e em meados de 1828 em Colônia São Pedro (Católicos). Eram trabalhadores e dedicados à agricultura.

Receberam os insumos prometidos pelo Império, como ferramentas, sementes, animais, dedicaram-se ao cultivo de batata, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, entre outras culturas que aprenderam na região.

Contudo sofriam com as dificuldades do escoamento das safras por falta de estradas, utilizavam carretas de boi, lanchas e pequenos barcos. Esperavam o tão sonhado porto marítimo em Torres cuja implantação faria parte da infraestrutura das colônias.

A partir da cana eles iniciaram a produção de cachaça que ajudou-os a se manter e até a prosperar. Os primeiros engenhos de cana no Litoral Norte foram introduzidos pelos portugueses em 1770, em Santo Antônio da Patrulha, pelos irmãos Manoel e Antonio Nunes Bemfica, naturais da Freguesia de N. Sr^a. do Amparo de Bemfica, do Patriarcado de Lisboa, Portugal. Outro introdutor foi Domingos Fernandes Lima, em 1773, com seu engenho de cana-de-açúcar às margens da Lagoa Pingüela, na Estância da Serra (hoje Osório), era natural da Ilha da Madeira e foi de lá que vieram as primeiras mudas de cana-de-açúcar trazidas ao Rio Grande do Sul. Segundo a historiadora Vera Lúcia Maciel (“Moendas Caladas” - tese de Doutorado, PUCRS,2006):

“a difusão canavieira, ainda no século XVIII, é evidente no corredor norte-litorâneo. Na área há campos de várzeas, planas e levemente onduladas, cobertas com pastos nativos que chegam até quase ao sopé dos contrafortes da Serra Geral. A seguir, adentrando-se, depara-se com as encostas em aclives, ora suaves ou abruptas, com degraus penetrando pelo interior da serra, até atingir outras áreas, mais profundas e mais distantes. Esses terrenos foram ao longo dos anos sendo desmatados, deixando os solos erodidos e esgotados pelo uso indevido. A amenidade do clima, dada a influência termo-reguladora do mar, é amplamente favorável à cultura da cana-de-açúcar. Esse largo território do Litoral Norte pertencia ao primitivo município de Santo Antônio da Patrulha. Ou seja, essa faixa que incluía a Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha (depois Patrulha) mais a área de Palmares do Sul até o Presídio das Torres...”

Heinrich W. Bunse, afirma que nem todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul são apropriadas para o cultivo da cana-de-açúcar, e destaca: “Nesta zona (Litoral Norte do RS) ocorre um fenômeno meteorológico que os técnicos chamam de 'inversão': a geada afeta somente os terrenos até uma altura de mais ou menos 50 metros sobre o nível do mar. Os terrenos compreendidos entre as alturas de 50 até 300 metros ficam completamente livres devido a uma camada de ar mais quente. Por isso, não encontramos canaviais na planície, nem em terrenos acima de 300 metros.”

Em resumo, os alemães tinham terras e clima apropriado ao cultivo de cana-de-açúcar e disso tiraram proveito. E foi certamente do convívio com os açorianos que aprenderam a cultivar, bem como o fabrico da cachaça. Calcula-se que as primeiras safras de cana devem ter ocorrido por volta de 1829 e, a partir dessa data, a produção de cachaça. Vera Lúcia Maciel Barroso destaca a importância da produção canavieira para a Colônia São Pedro como forma de resistir ao isolamento e também a significância dos passageiros e tropeiros que por ali transitavam encontrarem a aguardente. Estabelecida em 1828, a Colônia São Pedro encontrou na produção canavieira um esteio. Ao lado do engenho existia o alambique, geralmente sob o mesmo teto do engenho, mas em nível mais baixo.

Passados 24 anos de sua chegada, os imigrantes já exportavam números expressivos de mandioca, café e algodão. Mas a arrecadação maior, em 1850, foi mesmo com a cana: 814.000

rapaduras e 91 pipas de aguardente (Três Forquilhas); 632 pipas de aguardente (São Pedro de Alcântara). O inspetor da Colônia, tenente-coronel Francisco de Paula Soares Gusmão, descreveu em suas Memórias (1844), a força e o crescimento da produção de cana-de-açúcar e de cachaça pelos alemães, e a atuação destes instalados havia 20 anos. Mas queixava-se das dificuldades de escoar a safra pela falta de estradas e de um porto marítimo:

“Somente o fabrico de aguardente da cana bastaria para elevar a Colônia a um alto grau de opulência. Esta via que até hoje seguem os colonos, moradores do Distrito de Torres para a exportação das suas aguardentes, couros e outros gêneros, diariamente se torna mais custosa pela exorbitância dos fretes das carretas, circunstância que os obriga a não exportarem as produções das suas lavouras, pois é o frete exigido, superior ao valor dos gêneros que podem trazer ao mercado.”

No entanto, parece haver um exagero na contabilidade de Paula Soares transcrita no livro “O Colono Alemão”, ao informar que em 1829 a produção de cana tinha atingido na Colônia – ou seja, Três Forquilhas e Colônia São Pedro – 1.632.439 alqueires de cana de açúcar. Isso representaria um total de mais de 7.500 pipas de cachaça, algo impossível para a época. Paula Soares também extrapola em outros dados referentes à produção de milho, trigo, cevada, mandioca. Mas o da cana-de-açúcar é que chama mais atenção. Os números fazem parte do Relatório que ele envia ao presidente da Província, parece querendo demonstrar a força e a pujança econômica da Colônia alemã. Talvez porque Paula Soares tenha sido o maior defensor e entusiasta de sua criação, a partir de 1822. Também a Colônia de Três Forquilhas prosperou graças à produção de cachaça, rapadura e melado. Situada às margens do Rio Três Forquilhas, essa colônia tinha a estrada da Serra pelo Vale mais favorável ao comércio com os serranos que iam à casa do colono adquirir diretamente os produtos que precisavam. Fernandes Bastos explica: “...logo, compreenderam os colonos que a cultura mais rendosa lhes seria a cana-de-açúcar, não somente pela excelência das terras como pelo clima da região. A ela dedicaram-se, pois, levantando também seus engenhos para fabrico de aguardente e rapaduras, produtos muito procurados pela gente da serra. [...] Trinta anos depois da fundação da colônia contavam-se ali 21 engenhos de cana e 40 de farinha.”

Os impostos aos produtores eram pesados e bem fiscalizados. Em 1822, conforme documentação da Câmara de Santo Antônio da Patrulha, uma pipa de cachaça – 500 litros – pagava 50 mil réis de impostos (atuais cerca de R\$ 2.800,00, o que corresponderia a R\$ 5,60 por litro). Esse valor “deveria ser afixado em local mais público da Freguesia”. Rendia tanto que em meados de 1828 a Câmara oficiou ao Inspetor-Chefe da Colônia e Comandante do Baluarte Ipiranga informando o envio de um oficial às Colônias “para cobrar os impostos de lojas, vendas e botequins sobre os produtos de aguardente e derivados”. O pesquisador José Selau, em seu importante livro “Colônia de São Pedro”, relata que a partir de 1880, num esforço para agilizar o escoamento da safra, produtores como os Kreuzburg (atuais Krás Borges) e os Magnus, qualificados por Selau como “heróis aventureiros”, resolveram levar a cachaça diretamente a Porto Alegre. Idealizaram carretas especiais, com bitola diferenciada para enfrentar as areias mais profundas e estradas mal conservadas. Puxadas por 6 a 8 juntas de bois (de 12 a 16 animais), transportavam até 3 mil litros ou 6 pipas de cachaça. Levavam 15 dias para vencer a distância Colônia de São Pedro – Porto Alegre. Ali chegando, vendiam toda a produção.

Outro hábito adquirido pelos alemães junto aos portugueses (ou quem sabe pelos alemães descoberto?!) foi a “mistura” do café preto com a cachaça. Era comum no café-da-manhã, antes de saírem para a lavoura ou mesmo nela já trabalhando, consumirem alguns goles da mistura chamada popularmente “mata-bicho”. Especialmente para aquecerem-se nas manhãs frias de inverno. Havia três tipos de “mata-bicho”: café com cachaça, quando a quantidade de café era maior; cachaça com café, porção em que ocorria o contrário; e ainda o “meio a meio”, ou seja igual quantidade de ambos. Nos botecos os alemães adquiriram o hábito

de oferecer cachaça com ervas, como guaco, casca de canela, “mestruz” (uma espécie de arnica), agrião e até mesmo com alho. Costume que permanece até hoje não só pelos bares e restaurantes do interior gaúcho, como nos centros urbanos. O que ainda não se descobriu foi exatamente em que data a partir de 1828/29 e através de quem os alemães aprenderam o cultivo da cana e a obtenção de seus resultados, desde o recebimento da muda, plantio, depois colheita e preparo de todos os seus derivados, desde o açúcar mascavo, a garapa, a rapadura e a cachaça.

FONTES – Vera Lúcia Maciel Barroso – Moendas Caladas/2006/PUCRGS, Dissertação Doutorado em História; José Krás Selau – “Colônia São Pedro – Um Pouco de Sua História”, 1995; BUNSE, Heinrich W. A cana-de-açúcar. Correio do Povo, Porto Alegre, 12 mar. 1983. Letras & Livros, a. II, n. 79, p. 5. A terminologia da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul; Aurélio Porto livro “O Trabalho Alemão no RS”; Lézia Maria Cardoso de Figueiredo, Raízes Torres 1995 – Alguns Aspectos sobre a História do Presídio das Torres”; Ruy Ruben Ruschel, “Os Fortes de Torres”, edição EST 1999.



Tanques de fermentação num engenho na então Colônia São Pedro de Alcântara, atual município de Dom Pedro de Alcântara

A CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO



A capela foi erguida pelo imigrante José Webber, oleiro de profissão, em pagamento a uma promessa.

A promessa - Webber morava na Alemanha em plena era napoleônica, período em que quase toda Europa vivia em conflitos. A Alemanha estava mergulhada também em guerras. Certo dia José Webber viu-se perseguido pela polícia, indo refugiar-se num grande armazém de cargas e descargas, enfiando-se debaixo de uma grande pilha de couros secos de boi. A polícia vasculhou todo o local não o encontrando. Os policiais concluíram, então, que José Webber só poderia estar debaixo dos couros. Apavorado e vendo-se perdido, fez uma promessa: caso se salvasse, imigraria com a família para outras terras e, onde se radicasse, ergueria uma capela com uma imagem que seria feita por ele. O chefe da Polícia mandou suspender as buscas justamente quanto os policiais iam verificar debaixo da pilha de couros.

José Webber cumpriu a promessa, imigrou para o Brasil com a família, vindo a estabelecer-se no então “Cantão das Torres”, na imigração de 1826. Em terras da então Colônia São Pedro, na “Baixada”, construiu sua olaria e, em seguida, ergueu uma pequena capela com um crucifixo, cuja imagem de barro foi feita com suas próprias mãos. O mesmo crucifixo lá se encontra até hoje, passados entre 150/160 anos (não se tem a data ao menos próxima da construção).

No fim do século XIX, José Arásio Webber, neto de José Webber, restaurou a pequena capela e a ampliou.

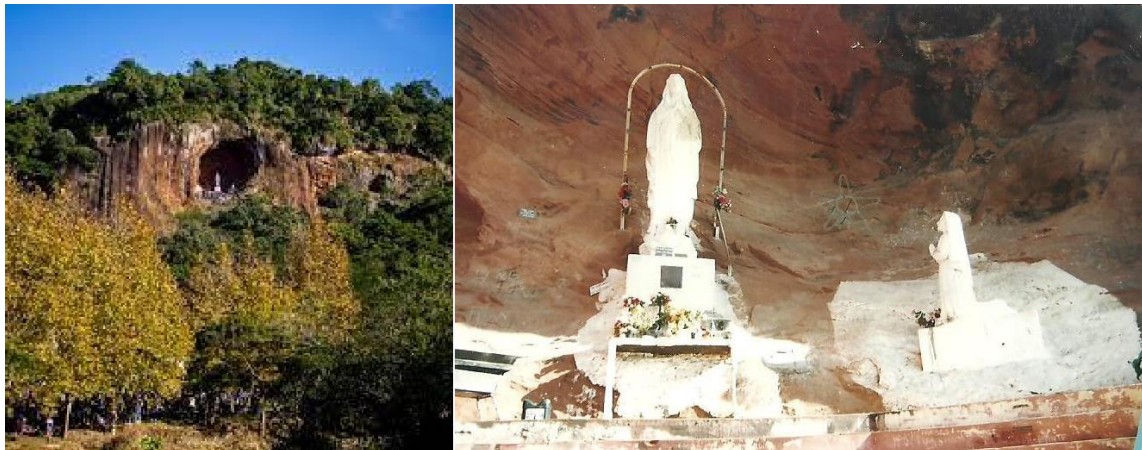
Em 1930, José Arásio novamente restaurou e aumentou-a para as dimensões que permanecem até hoje. Desde sua construção, a capela foi ponto das devoções dos colonos. Mas foi na virada do século, conta o micro-historiador José Selau, que essas devoções e romarias ao local se intensificaram, principalmente em três datas distintas:

- 20 de janeiro, Dia de São Sebastião; 6 de agosto, Dia do Bom Jesus;
- 13 de dezembro, Dia de Santa Luzia.

A mais cultuada dessas datas pelos colonos era a de São Sebastião, observada até hoje e, por esse motivo, explica Selau, a capelinha é conhecida popularmente e erroneamente como de São Sebastião. Foi José Arásio Webber quem introduziu na capelinha a imagem do Santo que é conhecido como protetor dos animais.

Atualmente a Capela é um dos pontos de atração turística e de visitação em Dom Pedro de Alcântara, especialmente em época de Romaria à Gruta de N.S. de Lourdes, pois está em terras da Paróquia. Tem sido mantido sempre conservada, limpa e em boas condições.

A GRUTA DE NOSSA SENHORA DE LOURDES



Geograficamente a foi esculpida pelas águas do mar há milhares de anos, o morro onde se localiza é da mesma formação vulcânica que deu origem às torres à beira-mar, com idade de formação entre 130 há 160 milhões de anos.

Antes da Santa e das escadarias, os jovens da então Colônia São Pedro se aventuravam escalando o morro para chegar até a gruta e de lá poder contemplar a bela paisagem. Numa dessas escaladas os jovens encontraram uma pequena imagem de Nossa Senhora.

Por volta de 1947, Sr. José Arásio Webber, proprietário da terra, e o Padre Pedro Casara idealizaram de colocar na Gruta a imagem de Nossa Senhora de Lourdes, tal qual existe na França, tendo a autorização do Bispo diocesano de Caxias do Sul, Dom José Bárea. A obra foi iniciada em 1948 e em 11 de fevereiro de 1950, é inaugurado o Santuário da Gruta Nossa Senhora de Lourdes na então Colônia São Pedro de Alcântara. Praticamente toda a comunidade da Colônia São Pedro dedicou-se ao trabalho, mas seria necessário resolver a problemática de como chegar à gruta no alto do morro. A princípio os construtores decidiram por colocar duas ripas de madeira junto ao paredão do morro e foram pregando degrau por degrau até chegar ao topo.

Atualmente as escadarias do santuário, contam com 117 degraus que foram doados um a um por várias pessoas, as quais em agradecimento ganharam uma placa de seus nomes nos 117 degraus existentes.

As imagens de Nossa Senhora de Lourdes e de Bernadette Soubirous, a camponesa de 14 anos que avistou as aparições da Santa na França em 11 de fevereiro de 1858, foram trazidas até a gruta divididas em três partes.

As aparições de Nossa Senhora de Lourdes começaram no dia 11 de fevereiro de 1858 na cidade de Lourdes, França. Ela apareceu para a jovem camponesa Bernadete Soubirous, de 14 anos, que foi questionada por sua mãe, pois afirmava ter visto uma "dama" na gruta de Massabielle, cerca de uma milha da cidade, enquanto ela estava recolhendo lenha com a irmã e uma amiga. A "dama" também apareceu em outras ocasiões para Bernadette até os dezessete anos.

A primeira missa – A Gruta na então Colônia São Pedro foi inaugurada oficialmente em 11 de fevereiro de 1950, dia e mês que coincidem com a primeira aparição. Estiveram presentes na grande festa realizada o prefeito de Torres, Severiano Rodrigues da Silva, e o Bispo Diocesano de Caxias do Sul, Dom José Baréa, além de demais autoridades estaduais.

Nesse dia foi realizada a primeira missa e um pequeno avião “teco-teco” sobrevoou o local e um paraquedista realizou o salto. Porém ficou preso, pendurado em cima de uma das

árvores ao redor da gruta.

Conta Selau: “Foi um alvoroço e uma correria entre o público. Os moradores, junto com o piloto do avião – que havia aterrissado – conseguiram remover o paraquedista da copa das árvores. Esse foi considerado por muitos como “o 2º milagre” da Gruta.”

O primeiro aconteceu durante as obras, entre 1948 e 1949, no dia em que uma pedra rolou de cima da gruta pelas escadas que estavam sendo construídas. Embaixo havia uma criança sentada. A pedra, mesmo rolando de uma altura considerável, milagrosamente parou atrás da criança, sem atingi-la.

A missa foi rezada com muita fé e devoção pelo bispo Dom José Baréa e o santuário batizado como Gruta de Nossa Senhora de Lourdes.

Romaria - Em 1978, o então bispo Dom Benedito Zorzi pediu que cada paróquia da região fizesse uma “Romaria Vocacional” até o Santuário para rezar pelas vocações religiosas. A data estabelecida foi o último domingo de maio e naquele ano foi realizada a primeira Romaria à Gruta, após a chegada foi rezada uma missa e dada benção aos romeiros e as famílias levaram as “capelinhas” que visitam as comunidades. Surgiu, assim a Romaria à Gruta de N.S. de Lourdes hoje uma festividade religiosa de âmbito estadual e que atrai de 10 a 15 mil pessoas a cada edição.

Elas aproveitam para fazer pedidos à Santa ou agradecer por graças alcançadas, além de revigorar a fé e ter momentos de devoção.

A festividade evoluiu para a “Romaria dos Motoqueiros”, em 2006, um antigo sonho do padre Roberto Pezzi, de Dom Pedro de Alcântara, realizado pelo padre à época, Severino Cracco, e pela Comissão dos Trabalhadores da Gruta. Desde então, motociclistas da região são convidados a participar da Romaria e também receber as bênçãos.

No ano seguinte, em 2007, sob a iniciativa do padre Leonir Alves, também com a Comissão, foi criada a “Cavalgada à Gruta”. No dia 17 de junho daquele ano cerca de 370 cavaleiros, vindos dos municípios do Litoral Norte e até do Sul de Santa Catarina, fizeram uma cavalgada até o local e, acompanhados por seus familiares, assistiram à Missa Crioula celebrada.

2.2 – CAMBARÁ DO SUL

Administração

Endereço:

Telefone:

e-mail:

Sec. Desporto, Cultura e Eventos

Prefeito - Ivan do Amaral Borges (MDB)

R. Dona Úrsula, 641 – Centro CEP: 95480-000

(54) 3251-1532

cambara@cambara.rs.gov.br

Rua Adail Valin, 031. Centro. Cambará do Sul –

(54) 3251.1557 ou (54)3251.1175

Ramal: 253 cambara.eventos@terra.com.br

turismocambara@terra.com.br

Gentílico

cambaraense

História

Fundação:

20 de dezembro de 1963

Características Geográficas População

total (est. IBGE/2020)

6 406 hab.

Indicadores

IDH (IBGE/2010) - PIB (IBGE/2017) - 0,697 — médio

R\$ 148 646,57 mil

História

Cambará do Sul nasceu em 17 de abril de 1864, a partir da doação de 20 hectares de terra à igreja, feita por Dona Úrsula Maria da Conceição, em pagamento a uma promessa feita ao padroeiro São José. Até 1963, a área pertencia ao município vizinho de São Francisco de Paula.

Em 23 de dezembro de 1902, São Francisco de Paula desmembrou-se de Santo Antonio da Patrulha e a então vila São José do Campo Bom passa a constituir seu 4º Distrito. No final da década de 1930 o distrito de São José do Campo Bom passa a categoria de Vila e perde este nome em virtude de já existir um município com esta denominação no Estado do Rio Grande do Sul adquirindo assim a denominação de Vila Cambará devido a grande quantidade de árvores com este nome existirem em seus arredores.

Em 23 de dezembro de 1963, Cambará do Sul conquista sua emancipação. Em 1965 instala-se a prefeitura tendo com prefeito o Senhor Luiz de Almeida e Silva. A palavra Cambará é de origem tupi-guarani e significa "folha de casca rugosa". É o nome de uma árvore típica da região. Na praça central de Cambará do Sul é possível conhecer a árvore. Suas folhas verde-claro são conhecidas pelo poder medicinal. São ótimas no combate a gripes e tosses fortes.

Cambará do Sul é conhecida também como a "terra dos cânions" e "capital do mel". A pequena Cambará do Sul é campeã no ranking de baixas temperaturas, sendo que o seu inverno está sempre entre os lugares mais frios do Brasil.

Como um típico município do interior conserva hábitos antigos, como a reunião familiar e de amigos na cozinha, ao redor do fogão à lenha. Nas épocas frias, o pinhão na chapa é o tira gosto do gaúcho serrano.

Geografia

Localiza-se a 185 quilômetros de Porto Alegre, a uma altitude de 1.019 m, sendo coordenadas latitude 29º02'52" sul e longitude 50º08'41" oeste. Sua população estimada em 2019 foi de 6.431 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O município possui uma área de 1.213 km² e foi instalado no ano de 1963 a partir de desmembramento do município de São Francisco de Paula.

Em Cambará do Sul estão as sedes do Parque Nacional de Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral, onde estão localizados, dentre vários outros, os conhecidos cânions do Itaimbezinho, Fortaleza, Churriado e Malacara.

O Parque Nacional de Aparados da Serra em parte também está localizado no município de Praia Grande, no estado de Santa Catarina, banhado pelo rio do Boi, onde detêm de inúmeras cachoeiras, tais como, Leite de Moça e Braço Forte, onde são as principais.

Turismo

Parque Estadual do Tainhas

O Parque Estadual do Tainhas é uma Unidade de Conservação de proteção integral gerida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Foi criado através do Decreto Estadual nº 23.798, de 12 de março de 1975. O parque abrange uma área de 6.654,66 hectares, parcialmente inserido nos municípios de São Francisco de Paula (20,6%), Jaquirana (69,8%) e Cambará do Sul (9,6%), região dos Campos de Cima da Serra – extremo nordeste do estado.

O objetivo do Parque Estadual do Tainhas (PETainhas) é a proteção dos campos e matas nativos do vale do rio Tainhas, bem como locais de significativa beleza cênica e potencial turístico.

A importância do parque se reflete na inclusão deste pelo Ministério do Meio Ambiente como área prioritária de importância extremamente alta para a conservação da biodiversidade brasileira, bem como na área prioritária para a conservação da biodiversidade brasileira chamada Campos de São Francisco (considerada como de importância muito alta). Em relação

à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, é considerado como zona núcleo.



LEITURAS COMPLEMENTARES TAIMBEZINHO-TORRES

Mário Kras Borges Torres Histórias em Crônicas, p; 84 Correio do Povo – 05/03/1975

Sabe-se que a natureza brindou o Rio Grande do Sul de zonas turísticas naturais, de impressionantes traços paisagísticos. Pode-se dividir essas zonas em turismo Balneário hidromineral, de clima em repouso. Além de significar viagens de recreio, turismo representa repouso e, por isso, se integra nas necessidades dos veraneios com pretexto de recuperação humana. Para isto, possuímos as potencialidades turísticas que oferecem os municípios situados ao longo da extensa orla marítima rio-grandense e os da região serrana, especialmente os de Canela, Gramado, São Francisco de Paula e Cambará do Sul, situando-se neste último o fabuloso Taimbézinho.

Temos ainda o turismo histórico, que pode ser exemplificado nas Missões, Piratini, Caçapava, Viamão, Rio Pardo. As nossas coxilhas (Campanha), os nossos rochedos milenares (Torres), as nossas águas termais (Iraí), são zonas que se adaptam à chamada de turistas estrangeiros e ainda são atrativos para o turismo interno, no próprio Estado e no Brasil.

Ocorre, no entanto, que entre os municípios citados, há duas regiões de características climáticas distintas e aspectos físicos bastante diferentes, separadas pela Serra Geral. Numa está o Taimbezinho, no altiplano, próximo do mar, na zona nordeste do Estado, com seu "canyon" formidável, de uns quatro quilômetros de extensão e um caimento de 300 metros de profundidade e largura. É constituído de rochas basálticas fendidas no labor no tempo e no espaço que data de milênios. Do fundo de seu despenhadeiro as trepadeiras parecem-nos querer galgar as pedras para a beira da superfície, certamente o que ele deu o nome de (ita-pedra, imbé ou trepadeira). Essas trepadeiras são parasitas de rara beleza, muito apreciadas pelos que visitam o local. Por esses requisitos Taimbézinho (correto seria Itaimbezinho) é um dos belos e impressionantes parques de turismo regional, uma surpresa de visão para o estrangeiro e o brasileiro, um escrínio natural que engasta às rochas basálticas assimetricamente seccionadas pelos grandes ourives tempo e fenômeno.

Por outro lado, na planície Litorânea, mais precisamente na cidade de Torres o governo do Estado criou o Parque Estadual de Torres, na zona da Guarita, cujo os trabalhos de implantação já vão adiantados, com o objetivo de transformar essa região no maior pólo turístico do litoral norte, além de destinar a área restante para servir como reserva ecológica. Como vimos, são incontestavelmente duas regiões de imensas potencialidades para o desenvolvimento do turismo, mas estão praticamente isoladas apesar de separadas por uma distância de apenas cinquenta quilômetros.

Não se concebe, porém, que os dois parques continuem assim desligados, sem possibilitar o imprescindível intercâmbio turístico direto entre a serra e o mar. Nossas

esperanças de ligação dos parques fundamentam-se na construção da projetada rodovia Rota do Sol, reivindicada há mais de trinta anos, cujo traçado passaria nas proximidades do Taimbézinho. Primeiro, muito se batalhou por uma estrada de ligação direta Caxias-Torres. Depois no governo Triches, o projeto foi ampliado (demasiadamente, achamos) para interligar outros municípios desde o de Estrela até Torres. Daí o aumento do volume de trabalhos a executar e conseqüentemente o custo das obras, assustando o atual secretário dos Transportes, que chegou a declarar "não ter a estrada nenhum sentido econômico"(!). Ora, uma estrada que interligue municípios de duas regiões que, além do fator turístico tem produção diversificada, como a serra e o litoral, não poderia caracterizar-se pelas declarações do titular da pasta dos Transportes do Estado.

Finalmente, resta-nos a esperança de um "conselho" do Dinâmico secretário do Turismo a seu colega, para que estenda os raios refulgentes da Rota do Sol até Torres.

2.3 – MAMPITUBA

Prefeito	Pedro Juarez da Silva (MDB)
Endereço	Av. Herculano Lopes,220 -Centro CEP - 95572-000 gabinete@mampituba.rs.gov.br
Web site	www.mampituba.rs.gov.br
Telefone:	(51) – 3615.2111 – 615.2088
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Gislaine Magnus smecmampi@yahoo.com.br
Apelido	"Cidade dos Vales e das Cascatas"
Gentílico:	Mampitubense
História	Fundação – 28 de dezembro de 1995
Características geográficas	
População total (est. IBGE/2020)	2 973 hab
Indicadores	0,649 — alto
IDH (PNUD/2000) -	R\$ 8 306,38
PIB per capita (IBGE/2008) -	
Padroeiro	São José Operário

História

O Município de Mampituba possui uma área de 158 km² e localiza-se no litoralnorte gaúcho, fazendo divisa ao norte e ao oeste pelo Rio Mampituba com Santa Catarina (municípios de São João do Sul e Praia Grande). A leste com Torres e ao sul com Morrinhos do Sul e Três Forquilhas. A população segundo o Censo de 2010 é de 3.003 habitantes e a agricultura é a principal atividade econômica, baseada principalmente no cultivo da banana, arroz, fumo, criação de gado e hortifrutigranjeiros.

As primeiras povoações ocorreram por volta de 1880, a maioria oriundas de descendentes de açorianos e de alemães. Nas primeiras décadas do século XX, várias famílias oriundas das região de Criciúma/SC habitaram a região, quando o desenvolvimento econômico ocorreu na região com mais intensidade. Nesse período foram instalados os primeiros comércios e várias serrarias, da mesma forma que surgiram as primeiras estradas pelo interior do município, principalmente nas regiões montanhosas.

Até a década de 60, o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de açúcar mascavo e de cachaça era a atividade econômica mais desenvolvida na região.

A emancipação política aconteceu em 28 de dezembro de 1995, através da Lei 10.671, sancionada pelo governador Antônio Britto. A região que antes pertencia a Torres compreendia o 7º Distrito, que havia sido instalado pela divisão territorial do município de Torres que aconteceu em 01 de julho de 1960.

Em 2009 Mampituba recebeu o asfaltamento da ERS-494, obra que abrirá novos caminhos para o desenvolvimento econômico do novo município, que juntamente com os primeiros passos dados na implantação do Turismo Rural, tem tornado o nome de Mampituba nacionalmente conhecido como a "Cidade dos Vales e das Cascatas".

TURISMO – lugares para conhecer CACHOEIRA DOS BORGES

Visitação a área de entorno dos Parques Nacionais Horário: a partir das 9h00min da manhã Aberto todos os dias.

Atividades: Trilha na mata e Banho em cachoeira de 70 metros. Nível: Moderado/Leve

Tempo de duração da trilha: 3 a 4 horas. Site: [www:cachoeiradosborges.com](http://www.cachoeiradosborges.com)

CASCATA ALTO RIO DE DENTRO

Visitação a área de entorno dos Parques Nacionais Horário: a partir das 09h00min da manhã Aberto todos os dias.

Atividades: Trilha na mata, Banho em Cachoeira. Nível: Moderado/Leve

Tempo de duração da trilha: 2 a 3 horas.

TRILHA DO MORRO BICUDO

Caracteriza-se como uma caminhada com nível de dificuldade médio entre bananais, poteiros e mata virgem, com visão privilegiada para o Vale Rio da Invernada, Morro do Barbaquá, planície litorânea, vários canyons da Serra Geral e a misteriosa Torre de Pedras.

Durante o percurso de aproximados 2km de trilha, mergulha-se na história da antiga comunidade de Morro Bicudo onde encontra-se resquícios de um engenho de cana de açúcar e de um antigo cemitério.

Obs.:Até o ponto de início da trilha, necessita-se de veículo 4x4 para um trecho de subida íngreme de aproximados 2,5km ou pode ser realizada a caminhada com total de 9km ida e volta.

PEDRA BRANCA

Visitação a área de entorno dos Parques Nacionais Horário: A partir das 09h00min da manhã Aberto todos os dias.

Atividades: Trilha pela mata; Escalaminhada ao topo da Pedra Branca. Nível: Difícil/Aventura

Tempo de duração da Trilha: 3 a 5 horas. Distância da cidade até a trilha 23 Km.

MIRANTE DO BELVEDERE COSTÃOZINHO

Localizado no Sítio Ramos na Pousada do Belvedere, possui uma vista privilegiada de parte do Litoral Norte Gaúcho, tendo como cenário principal a mais Bela Praia Gaúcha Torres/RS, além de estar em um ambiente rural onde a família Ramos recebe seus visitantes com toda a hospitalidade do interior.

SANTUÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA

Visitação a área de entorno dos Parques Nacionais Horário: a partir das 09h00min da manhã Aberto todos os dias. Distância do centro: 3,6km

Atividades: Trilha na mata, Contemplação do Vale da Pedra Branca Nível: Moderado/Leve

Tempo de duração da Trilha: 45min a 1 hora.

SÍTIO ESTÂNCIA TROPEIRA – ANTIQUÁRIO MUSEU DA ESTÂNCIA

Localizado em uma das comunidades mais antigas do Município, o museu da Estância ilustra através de seu acervo, parte da história de nossa região, entre contos e causos numa típica roda de chimarrão. Conta também a história da chegada da família proprietária a região e

desenvolvimento do acervo. Ainda no Sítio podemos encontrar a produção orgânica e artesanato desenvolvido na própria propriedade com loja de souvenirs.

Programação de visita:

Recepção: *Boas vindas da família Nascimento com música e apresentações;
Roda de Chimarrão - Preparação do mate e curiosidades; Contos e causos da região;
Músicas & histórias “Roça da Estância”;

Roteiros Rurais

Tour no acervo:

*Visita as peças antigas;

*Visita ao artesanato confeccionado na propriedade pela família;

Incluso na visita: Degustação do mate e *Estacionamento;

Distância do centro do município de Mampituba : 13km de estrada de chão;

Distância do centro do município de Praia Grande/SC : 14km de estrada de chão;

Duração da visita: De 1 à 2 horas

ROTEIROS RURAIS

Atividade para o dia todo Pouca caminhada

Caracteriza-se como um passeio rural com visitas a propriedades rurais, onde parte da história se faz presente através de contos, causos e paisagens exuberantes, além de uma gastronomia ímpar e muitas curiosidades no decorrer do caminho.

Agências Receptivas

Agência Vizinhos dos Canyons: Localizada na entrada do Município, para quem chega pelo extremo Sul Catarinense, a agência receptiva Vizinhos dos Canyons está disponível para localizar e desenvolver passeios por toda região, desde atividades de aventura à roteiros rurais por todo o território dos Canyons, Vales e Cascatas. Também podem ser efetuadas reservas a hospedagens e restaurantes da região de acordo com a necessidade do cliente.

Telefone para contato (48) 99154 6624

Condutores Locais

Com o objetivo de conduzir de forma segura e informativa, o Grupo de Condutores de Turismo Gralha Azul, criado em Mampituba, é composto por profissionais credenciados junto à Secretaria Municipal de Turismo e Desporto do Município. Assim, passeios e trilhas pela cidade dos vales e das cascatas, podem ser desenvolvidas sob o acompanhamento dos mesmos mediante contato e agendamento.

Grupo de Condutores Locais Gralha Azul: E-mail: condutoresgralha@gmail.com

LEITURAS COMPLEMENTARES

MAMPITUBA : CIDADE DOS VALES E DAS CASCATAS

Publicado Jornal INFORMATIVO REGIONAL S. João do Sul
30 de janeiro de 2020

O município de Mampituba possui uma área de 158km² e localiza-se no litoral norte gaúcho, fazendo divisa ao norte e ao oeste pelo Rio Mampituba com Santa Catarina (municípios de São João do Sul e Praia Grande). Ao leste com Torres e ao sul com Morrinhos do Sul e Três Forquilhas. A emancipação política aconteceu em 28 de dezembro de 1995.

A população segundo o Censo de 2016 é de 3.081 habitantes e a agricultura é a principal atividade econômica, baseada principalmente no cultivo da banana, arroz, fumo, criação de gado e hortifrutigranjeiros.

Mampituba também atrai turistas de vários estados e cidades para conhecer as belezas

naturais da Cidade dos Vales e das Cataratas. Com uma população hospitaleira, o turismo rural de Mampituba tem chamado a atenção, no qual os principais locais de visita são: Cachoeira dos Borges, Cascata Alto Rio de Dentro, Trilha do Morro Bicudo, Pedra Branca, Mirante d Belvedere, Costãozinho, Santuário Nossa Senhora Aparecida, Sítio Estância Tropeira – Antiquário Museu da Estância, além de diversos roteiros rurais. Mais informações sobre Mampituba podem ser adquiridas com os condutores locais, que tem o objetivo de conduzir de forma segura e informativa. Assim, passeios e trilhas pela cidade dos vales e das cascatas, podem ser desenvolvidas sob acompanhamento mediante contato e agendamento.

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA

Profª Sra Maria Veni Brocca Minoto Mampituba um vale encantado, p.43

Empresa Mampituba

A empresa Mampituba que iniciou como linha seca por apenas andar em tempo não chuvoso iniciou-se por volta do ano de 1947 ou 1948, tratava-se de um período de experiência de um caminhão Chevrolet toldado, sendo a seguir substituído por ônibus. A partir de então, o caminhão servia como auxiliar quando o ônibus quebrasse nas estradas rudimentares.

Primeiros motoristas foram da seguinte ordem – Valdevino Ireno Cardoso, Joventino Ireno Cardoso e Inê Brocca. Este último, inicialmente era cobrador. Nesta época muitas pessoas pediam para parar o ônibus a fim de perguntar as horas, trocar dinheiro ou oferecer café ao proprietário Senhor Olívio Brocca, bem como ao motorista e cobrador.

Comércio – Olívio Brocca ao vender essa pequena empresa que fazia o trajeto Praia Grande, Santa Catarina a cidade de Torres, RS. Estabeleceu-se com comércio na entrava-se de loja de tecidos, confecções e armarinhos, bem como secos e molhados. Transformou-se junto em sociedade com seu tio Daniel Brocca e seu filho Inê Brocca num atacado de compra e venda a varejo de grande porte.

Já no ano de 1957, Olívio Brocca e que através dele e de seus amigos que só conheci pelo nome de Ari, foi entabulado e estabelecido a granja de arroz SCHAZAN de Porto Alegre, que deu grande impulso no meio local, tanto em Vila Brocca como em Rio de Dentro.

Já existiam nesta época – serrarias, barbearias, ferrarias e engenhos de cana-de-açúcar, pequenos armazéns. Mais tarde houve ponto de táxi, sapataria, alfaiataria e fábrica de balas do senhor Neco Davi. Naquela época era fiscal de quarteirão da região Demétrio Alves Fogaça residente em Roça da Estância.

Por influência do governo Antônio Almeida em 1960 ou 61 – Prefeito da cidade de Torres, amigo de Brizola, governador do Estado do Rio Grande do Sul, foi construída a Escola Rural de Roça da Estância, que já funcionava desde agosto de 1959, primeiramente (59) em um salão particular pertencente ao Senhor José Rosa e a partir do ano de 1960 no Salão Paroquial.

Em 1959 passou a se chamar Escola Reunida de Roça da Estância e eram seus professores – Nair dos Anjos Muller, Maria Veni Carvalho Brocca e Santana Clezar. Em 1960 assumiu suas funções nessa escola Maria Daitx de Matos, somando-se então quatro professores.

A Escola Marciano Cardoso iniciou por volta de 1963, por influência de Antônio Almeida. A primeira diretora foi Maria de Vargas Maciel.

No governo de Antônio Almeida o Senhor Segundo Bedinot foi suplente de vereador representando a comunidade.

Artes e artesanato – Muitas moças também aprendiam bordados e crochê, segundo depoimento de minha mãe nascida em 1906.

Alimentação – O café era colhido pelas donas de casa nos pequenos cafezais ou comprado em grãos no comércio. Em casa era torrado na panela e mais tarde na torradeira, socado no pilão, depois peneirado ficando pronto do uso.

Para fazer compras no comércio levava-se sacos ou a mala de algodão (tecido).

Nascimento – os nenês usavam uma faixa de tecido no cordão umbilical e outra em volta para ficar firme. Acreditava-se no mal de sete dias, pois até o sétimo dia de nascimento, não podiam tirar o nenê do quarto.

1955 – 1959 – já existiam patrulas no município primeiramente operada pelo Senhor Manoel da Silva (Manequinha da patrola), depois por Zeferino Joaquim.

1960 – 1963 – Prefeito Municipal Antônio Almeida, vereador da região Segundo Bedinot – destaca-se esse governo na construção das escolas da Vila Matias e d Vila Brocca. A Escola Estadual de Rua Nova foi construída pelo governador do Estado Leonel de Moura Brizola, por influência de Antônio Almeida e líderes locais. Nessa época foram construídas pequenas pontes e aperfeiçoamento de estradas com patrola e tombadeira. As estradas era roçadas pela comunidade, as vezes em troca de impostos.

1964 – 1968 – Prefeito Municipal Pedro Cardoso Duarte, subprefeito da região de Mampituba Manoel João Brocca, construção de pontilhões, reparos e conservação de estradas. Construção de escolas em Rio de Dentro e Roça da Estância, construída pelo Governo do Estado, da E.E.E.F. Marciano Cardoso de Costãozinho.

No ano de 1964 foi criada a paróquia de Bom Jesus de Roça da Estância, assumindo como pároco o Padre Mariano Callegari. Neste período houve um movimento comunitário mais socializado, com associações, sindicatos rurais, grupos de jovens, cursos de carpintaria, corte e costura, bordados e outros artesanatos, sendo liderados pelos tutores – Maria Mugnhol, João Rodrigues da Silva (João Porcina) e outros.

Governo Municipal Manoel João Machado, subprefeito Jerônimo Selau (falecido Barroso). Conseguir-se a energia elétrica através da cooperativa de Praia Grande-SC, primeiramente para a Sede do 7º distrito, graças ao empenho de vários líderes locais como – Valdir Minotto, Ivo Possamai Della, Artur Vagner, Aurino Correa, etc. Mais tarde também foi entendida a outras comunidades. Construção de mais estradas e escolas.

1973 – 1977 – Clóvis Webber Rodrigues, vereador pela região Valdir Minotto, subprefeito Joaquim dos Santos Rocha. Neste período as comunidades de Roça da Estância, Vila Brocca, Vila Pereira Lentz e Rua Nova foram assoladas pela desastrosa ENCHENTE DE 20 DE MARÇO DE 1974, onde foram ceifadas muitas vidas. As famílias desta região perderam casas, terras, animais, plantações, armazéns, indústria madeireira. As regiões mais devastadas foram – Vila Brocca, Vila Pereira Lentz e parte de Rua Nova.

Reunidos Valdir Minotto e Joaquim dos Santos Rocha, juntaram forças e buscaram recursos com o governo municipal já no dia 25 de março de 1974, indo em um caminhão até Torres, tendo que fazer a volta por Três Cachoeiras. Já nesse mesmo dia a tarde chegava as primeiras compras através do município a comunidade de Rua Nova, e nos dias a seguir, conforme as águas baixavam até as outras localidades. As doações dos mais diversos órgãos permaneceram vindo e sendo distribuídos até novembro de 1974.

Nesse período crítico também fomos assistidos por um médico e um enfermeiro enviados pelo FUNRURAL pertencentes a Igreja Adventista do 7º Dia, equipes da secretaria da saúde trabalharam para consultas e vacinação. Equipes do Exército Nacional assistiram com médicos, dentistas. Reconstrução e demolição em outro local da escola de Vila Brocca, assim como pintaram a escola estadual do Costãozinho. Estradas e pontes desta região tiveram que ser refeitas pelo poder

municipal. Criados posto de Correio. Destaca-se por insistência de Valdir Minotto a construção da estrada que liga Rua Nova a Costãozinho, para evitar desavenças entre proprietários. Comissão Emancipatória – Valdir Minotto esteve ausente por um período, porém a partir do seu retorno a Torres, encarregou-se em fazer toda a documentação necessária para que ocorresse a emancipação. (...)

DÉCIMA ENCHENTE DE 1974

Mampituba um vale encantado Contribuições Prof^a
Sr^a Maria Nair Fogaça
p.83

Explosão do Mampituba (Autor: Olavo Monteiro)

Eu vou rimar estes versos de um fato que aconteceu No dia 24 de março a terra se estremeceu
Na região do Mampituba muita gente faleceu Causado pela enchente da chuvarada que deu.
No fundo da Pedra Barnca, onde a enchente começou Ficou as margens peladas da barreira
que rolou Pinheiros por cima da serra por estas passagens ficou E muitos corpos enterrados por
essa ribanceira sobrou.

O tal Ildebrando, caboclo mui respeitado

Não sei se foi por tristeza ou estava perturbado Deixou a mulher e o filho também no mesmo
estado Só por causa do dinheiro, os três estão sepultados.

Quando estourou esta enchente muita gente só chorava As montanhas que corriam com as
águas se misturavam Gente que nunca rezou, nesta hora só rezava.

Pensando que neste dia o mundo se terminava

Meu padrinho Adolfo e o Nene Brezolin

A dor que os homens sentiram nunca mais teve fim

Suas terras foram as mais surradas, nunca mais nasce capim Quando pedra for roseira, sua
várzea será jardim.

Quando cheguei na residência, vi a coisa complicada O bananal e os poteiros estavam todos
enterrados A estrada e os rios também tinham se mudado

A casa em que o pai morava, estava quase tudo entulhada.

A casa estava torta e o chão todo partido.

Meus pais não estavam dentro, porque tinham saído Estes velhos não morreram, foi através do
pedido Porque eles sempre rezavam e foram bem protegidos.

E o senhor Demétrio Alves, o taquaral lhe salvou Pois serviu de trincheira, onde a água
sespalhou Estes velhos não morreram, porque Deus abençoou E neste triste dilúvio, sua casa
não tombou.

A tajuva da encruzilhada, também ficou na história Salvou-se ali três famílias, que subram nesta
hora Isso foi a providência, por Deus e Nossa Senhora Tem gente que quando por ali passa,
ainda chora.

Eu fiz estes simples versos, para servir de recordação Quero agradecer o povo que socorreu
nossos irmãos Também faço um pedido para o governo da nação Ajudar estes colonos a
construir casas, então.

2.4 – MORRINHOS DO SUL

Administração:	Marcos Venícios Evaldt da Silveira (PP)
Endereço:	R. Antônio José Carlos, 01 – Bairro, Morrinhos do Sul - RS, 95577-000
Telefone:	(51) 3605-1055
Email -	gabinete@morrinhosdosul.rs.gov.br
WEB site	https://morrinhosdosul.rs.gov.br/
Video -	https://www.youtube.com/watch?v=YFXAKrDeGAq
Apelido:	morrinhos
Gentílico:	sul-morrinhoense
História Fundação:	20 de março de 1992
Características geográficas	
População total (est. IBGE/2020) -	2.919 hab.
Indicadores	
IDH (PNUD/2000) –	0,738 — alto
PIB per capita (IBGE/2008)	R\$ 8 397,48

História

Morrinhos do Sul, esta localizado no litoral do Norte do Rio Grande do Sul, limitando-se, ao Norte, com o município de Mampituba; ao sul, com Três Cachoeiras; ao Leste, com Torres e Dom Pedro de Alcântara e ao Oeste com Três Forquilha.

Os limites acima apresentados foram instituídos quando da emancipação do município, desmembrado de Torres/RS em 20 de março de 1992. Para completar a descrição geográfica deve-se observar que fica distante 35km de Santa Catarina, 12km da BR 101 e a 180km da capital, Porto Alegre.

O povoamento da região iniciou-se por volta do ano de 1826, com a chegada de imigrantes alemães, que apesar de serem instalados na Colônia de São Pedro de Alcântara reemigraram para outras localidades devido às escassas terras para tantos colonos.

A fim de buscar mais espaço, foram em direção às coxilhas onde encontraram terras férteis proporcionando, assim, condições melhores para o desenvolvimento agropecuário.

Entre estes imigrantes estavam os primeiros colonos alemães que se tem registro em Morrinhos do Sul foram as famílias Jacob Borges, João Carlos Model, André Webber, Hahn, Behenck, Evaldt, Schwanck, Raupp e Schütz. Logo que chegaram, iniciaram o desmatamento da área e as plantações. Tudo era muito difícil. A assistência que recebiam do Governo Imperial era praticamente nula. Jogados à própria sorte, os colonos alemães viram-se obrigados a enfrentar sozinhos as dificuldades que a região apresentava. Não havia acesso. A comunicação com a “civilização” era precária e o socorro às doenças era feito por eles mesmos. Uma das primeiras famílias que colonizou o município de Morrinhos do Sul foi a de Leonor Borges Lumertz, que nasceu em 27 de janeiro de 1909 e casou-se em 1932 com Antônio Clemente Lumertz, com quem criou 15 filhos.

O Município apresenta em sua topografia, morros, serras e campos. Sua hidrografia é rica, tendo como principais o Rios dos Negros e a Lagoa do Morro do Forno. O clima é ameno e a temperatura média anual é de 24°C.

Caracteriza-se como um município agrícola com cerca de 625 propriedades multifundiárias que praticam uma razoável diversificação de produtos, tendo como principais a banana, seguida do arroz, cana-de-açúcar, hortifrutigranjeiros, produção ecológica e a pecuária.

LEITURAS COMPLEMENTARES:

O QUILOMBO DE MORRINHOS

Ruy Ruben Ruschel publicado em 04.12.1993
Torres tem história. Pg. 614

Um dos primeiros contingentes humanos a ocupar o atual território do novo município de Morrinhos do Sul formou-se de elementos da raça africana. Eram escravos fugidos que, pelos fins da Guerra dos Farrapos, criaram um Quilombo no atual 1º distrito, a aproximadamente 3 km a oeste da sede de hoje.

Esses grupos de gente chamavam-se Quilombolas ou Canhamboras. Deles existiriam milhares em todo o Brasil, no séculos passados. Conforme uma das opiniões de etimologistas, o nome derivava da palavra africana “quilombo”, que no idioma “quimbundo” significa “aldeia”. Outros sustentam que vem do guarani, idioma “abanheeng”: “caa” + “nham” + “bora”, traduzível como “os que fogem para o mato”.

Durante a guerra dos Farrapos (1835-1845), os escravos se sentiam mais estimulados a procurar a liberdade no Rio Grande do Sul, seja porque se sentiram amparados pelos revolucionários (que prometiam alforriar os negros que aderissem), seja porque o ambiente geral de desordem lhes facilitava a fuga.

O Quilombo de Morrinhos instalou-se na encosta do Morro dos Negros: perto do atual Rio dos Negros, afluente do Rio das Pacas, onde existiu Grande Cachoeira dos Negros. Os canhamboras abriram picadas nos matos virgens e devolutos do dito morro, construíram ranchos, abriram roças e plantaram laranjeiras. Sua atividade foi agricultura de subsistência. Não ha, ainda, qualquer estudo acerca dessa comunidade. Não se sabe, sequer, de onde eram oriundos os escravos fugidos. Dentre as propriedades circundantes que utilizavam mão-de-obra cativa podem apontar-se três historicamente mais conhecidas:

- o engenho do Brigadeiro reformado Francisco de Paula Soares, que fora comandante do Presídio das Torres mas agora estava retirado em Porto Alegre, engenho este administrado por seu genro Francisco de Paula Nogueira da Gama, situado perto da Lagoa do Morro do Forno;
- o canal de José (Juca) Raupp, forte plantador e comerciante alemão da Colônia São Pedro de Alcântara, onde tinha casa-grande e senzala; e
- as sesmarias do Alferes Manoel Francisco da Terra e de seu filho juiz de paz José de Lemos Terra, ambas com frente na Lagoa da Itapeva e fundo nos morros do Rio do Terra.

Os povoadores do Morro dos Negros poderiam ter saído de alguma dessas, ou de algumas das raras outras grandes propriedades da redondeza. Também poderiam ter vindo de mais longe, como de Conceição do Arroio, de Cima da Serra (São Francisco de Paula e Vacaria) ou de Santa Catarina, zona onde os escravos eram relativamente mais numerosos.

Aliás, o pouco que você sabe a respeito do Quilombo do Morro dos Negros decorre de referências contidas no relatório de 1859 do engenheiro francês Jean-Charles Pompée Démoly ao Governo da Província. Nele consta que uma expedição de caçadores brancos atacou a aldeia em 1848 ou 1849 e dali desalojou seus moradores, sem informar que destino tomaram. As terras assim desocupadas viram-se, logo a seguir, apropriadas por ex-imigrantes alemães – inclusive o referido Juca Raupp para depois tentar sua legitimação através da famosa Lei de Terras de 1850..

Espero que os moradores de Morrinhos possam mediante pesquisas no local e análise da documentação dos mais antigos proprietários, resgatar novos detalhes a respeito dessa história, tão pouco conhecida.

MORRINHOS DO SUL/RS. BELEZAS NATURAIS ENTRE MORROS, SERRAS E CAMPOS

O município é surpreendente, mesmo para quem já o conhece, é um lugar excepcionalmente belo por suas matas, rios, plantações, cascata., morros, serras e campos. Hoje o município possui 3.140 habitantes.O município é 90% agrícola, tendo como principais produtos a BANANA e o ARROZ, seguindo a cana de açúcar, hortifrutigrangeiros, produtos agroecológicos e a pecuária. Caracteriza-se por ser 90% agrícola, onde o principal produto é a banana.

Fonte:procultura.rs.gov.br



Imagem.www.pmmorrinhosdosul.com.br/

ATRATIVOS TURÍSTICOS: O RIO DOS NEGROS:



www.pmmorrinhosdosul.com.br/

Com a sua nascente na serra do Josafath, desemboca na Lagoa do Morro do Forno. Possui belas praias de águas cristalinas e saudáveis. Em suas margens, encontramos ótimos gramados e espriados de pedras onde as pessoas se divertem à vontade. O Rio dos Negros é ponto turístico de Morrinhos do Sul.

PIXIRICA:



Imagem:Panoramio

O povoamento teve início por volta de 1900, sendo seus primeiros moradores: Zé Mengue, Jacó Kolling, Joaquim Borges, Bernardo Strege e Jorge Strege. O nome se deve ao uso de lamparinas à querosene que, antigamente, eram chamadas de pixiricas. Tudo isso devido à inexistência da energia elétrica. Os meios de transporte também aconteciam a cavalo e com carros-de-boi, pois as estradas eram muito precárias.

As diversões eram as serenatas em casas particulares, animadas com gaitas e violões. A escola foi criada em 1928, pelo então prefeito de Torres Dr. Moisés Camilo de Farias, tendo como docente André Lumertz. Jovem Pinto, em 1954, doou o terreno para a construção da igreja católica.

Fonte:pmmorrinhosdosul.com.br

CASCATA DA TAJUVAS:



ENGENHO DE CACHAÇA DA PERDIDA:



Imagem:pmmorrinhosdosul.com.br

Moenda (à direita) e forno de fazer açúcar mascavo (à esquerda)

Fonte:pmmorrinhosdosul.com.br

BICO DO MORRO DO FORNO:



Imagem:pmmorrinhosdosul.com.br

CACHOEIRA TRILHA DO MORRO DO FORNO:



Imagem.FuiAcampar.com.br

FESTA ESTADUAL DA BANANA E FESTA MUNICIPAL DO ARROZ:

A V Festa Estadual da Banana e IV Festa Municipal da Colheita do Arroz, é realizada bi-anualmente, no mês de março, com duração de 4 dias integrando o meio rural, a sede e a região do litoral norte.

Fonte:procultura.rs.gov.br

2.5 – SÃO FRANCISCO DE PAULA

Prefeito –	Marcos André Aguzzolli (PP, 2017 – 2020)
Endereço –	Endereço:Av. Júlio de Castilhos – 444 – Centro CEP – 95400-000
Telefone	(54) 3244-1386
WEB - site	https://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br/
Secretário do Turismo, Cultura e Desporto	Rafael Castello Costa Endereço:Avenida Getúlio Vargas, 1850 - Campo do Meio
Telefone:	(54) 3244-3822 turismosaochico@gmail.com
Apelido:	SFP – São Chico
Gentílico	
História	
Fundação:	21 de maio de 1878
Emancipação:	7 de janeiro de 1903
Características geográficas	21 801 hab
População total (est. IBGE/2020)	

História

A área onde hoje é o município de São Franciscô de Paula foi habitada por índios caáguas, da tribo dos coroados. Com a extinção destes, a região passou a ser caminho dos tropeiros, que iam do Rio Grande do Sul a São Paulo.

O povoamento da cidade começou quando Pedro da Silva Chaves, capitão de ordenanças da região de cima da serra, doou uma área de terra para a fundação do povoado, que virou patrimônio de uma igreja construída no local. A esta igreja, o capitão batizaria de São Francisco de Paula, santo de sua devoção. O primeiro pároco foi o seu filho, o Pe. José da Silva Leal Leme, em 1762.

Em 1809, o povoado de Cima da Serra passou a pertencer ao município de Santo Antônio da Patrulha. Em 1852, o povoado foi elevado a freguesia de Cima da Serra, que virou município (São Francisco de Paula de Cima da Serra) em 1878.

A denominação viria a perder a alcunha Cima da Serra por volta de 1930, ficando apenas São Francisco de Paula. Entretanto, em 1889 o município foi extinto e anexado a Taquara do Mundo Novo (atual Taquara). No mesmo ano, o município foi reconstituído, sendo extinto novamente em 1892, e reanexado a Taquara. Finalmente, em 1903, mais uma emancipação, desta vez definitiva.

Até a década de 1940, o município de São Marcos e as localidades de Fazenda Souza, Vila Seca, Criúva e Vila Oliva pertenciam a São Francisco de Paula. A partir daí, passaram a pertencer a Caxias do Sul. Cambará do Sul, emancipada em 1963, e Jaquirana, emancipada em 1987, também pertenceram a São Chico, como é carinhosamente chamado o município de São Francisco de Paula.

Geografia

É o município mais meridional da região da Serra do Nordeste ou Serra Geral, com latitude sul de 29° 26' 52". Se encontra nos arredores do extremo sul da escarpa do Planalto Meridional, formado pela Serra Geral. Tem 889 metros de altitude na sede da prefeitura. Ocupa uma área de 3.273,498 km². Sua população estimada em 2019 foi de 21.710 habitantes.

Tem clima subtropical Cfb, segundo a classificação do clima de Köppen, onde os verões são brandos e úmidos e os invernos relativamente úmidos e frios.

A distância até a capital do estado, Porto Alegre, é de 113 km.

O município é o maior produtor de batata do Brasil, além de produzir maçã e hortaliças. Tem ainda grande área com plantio de pinus e eucaliptos além da tradicional criação de gado vacum.

TURISMO **LAGO SÃO BERNARDO**

É o cartão postal da cidade, é maravilhoso em todas as estações, mas no outono, fica incrível com a folhagem dos plátanos avermelhada! O lago tem quase 3km de perímetro, e uma pista ao seu redor que é um sonho para caminhadas e corridinhas. Além da linda pista, existem muitos recantos com bancos e trapiches, possui uma imagem lindíssima ao entardecer.



Em frente ao Lago São Bernardo está o Hotel Cavalinho Branco, construído na década de 30 para ser um cassino, em virtude da mudança da legislação da época, de 1945 a 1971 o prédio ficou em ruínas, quando se iniciou a reforma. O prédio histórico foi inaugurado em 1978 e desde então, o Hotel Cavalinho Branco recebe visitantes de todo o Brasil e exterior, tendo como marca registrada a hospitalidade e bom atendimento. Sendo considerado também um atrativo turístico.



PARADOURO ROTA DAS BARRAGENS



Restaurante, hospedagem e vivência campeira. Oferece uma confortável casa de campo, pratos típicos da região como o churrasco na vala e receitas variadas e exclusivas feitas com pinhão.

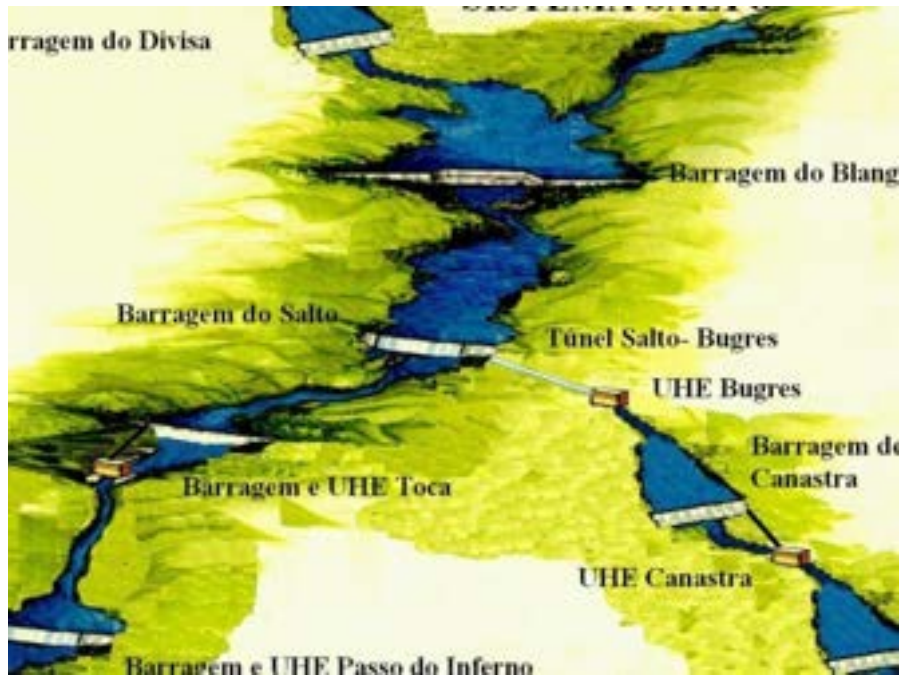
BARRAGENS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

As represas do Salto, do Blang (inaugurada em 1958, ainda é considerada a maior represa do Sistema Energético Salto), da Divisa e da Corsan possuem grandes volumes de água, todas piscosas. As 3 primeiras servem como alimentadoras do Sistema Energético Salto, (CEEE), acumulam água para a geração de energia nas Usinas de Bugres e Canastra, de 51.000 Kw/h. Oferecem extensas áreas para lazer, aventura, camping, balneário, pesca amadora e prática de esportes náuticos. Em São Francisco de Paula, com paisagens formadas por campos, rios e pinhais. Visitação permanente e gratuita.



PARQUE DAS 8 CACHOEIRAS

No Parque das Oito Cachoeiras, encontramos essa quantidade de quedas d'água, sendo um dos pontos turísticos mais procurados para quem viaja para Serra, o parque traz as maravilhas da região, o contato com o verde e com tudo o que fica próximo das trilhas, oferece 4 opções de roteiros. E fica próxima ao Lago São Bernardo, a apenas 4 km do centro da cidade.



Cachoeira do Remanso Altura: 75mts
 Percurso Total: 880mts
 Grau de Dificuldade: 1
 Tempo de Ida e Volta: 15 minutos

Localização: Localizada no Rolantinho da Areia

Descrição: "Cachoeira imprópria para banho" - Nesta cachoeira funcionava uma micro-usina hidrelétrica que fornecia energia para o Parque, atualmente desativada. A queda d'água da Remanso acontece em dois estágios, provocando curva no curso d'água que garante uma beleza diferenciada. Na base do imponente paredão de pedra da Remanso formou-se uma espécie de caverna com aproximadamente dois metros de altura e profundidade de quatro metros.

Cachoeira da Escondida Altura:40mts
 Percurso Total: 1770mts
 Grau de Dificuldade: 2
 Tempo de Ida e Volta: 30 minutos
 Localização: Localizada no Arroio do Padre

Descrição: A trilha para esta cachoeira exige mais dos visitantes. Logo no início é possível entender porque a cachoeira recebe este nome. Além do caminho sinuoso, em virtude da vegetação, enormes rochas que tombaram do Cânion ao longo dos anos, também desafiam. A trilha atravessa uma floresta de cedros e corticeiras serranas e sua queda d'água possui uma altura de 30 metros. A água se esparrama pelo paredão de pedra que possui cerca de dez metros de largura.

Cachoeira da Neblina Altura: 45mts
 Percurso Total: 2160mts
 Grau de Dificuldade: 3
 Tempo de Ida e Volta: 30 minutos
 Localização: Rio Rolantinho da Areia, a 500mts do Lago São Bernardo.

Descrição: "Cachoeira imprópria para banho" - Para chegar as cachoeiras Neblina e Ronda, o

visitante percorre uma rota diferente das demais. Até o acesso a trilha que leva à Neblina é necessário caminhar cerca de 620 metros em um terreno plano e sem obstáculos. Ao ingressar na trilha, o visitante percorre mais 460 metros até a cachoeira. O percurso atravessa uma mata virgem, composta principalmente por canelas e xaxins. Uma escada que auxilia na descida de um barranco é o trecho mais complicado da trilha. A cachoeira tem altura de 45 metros e não possui área para banho.

Cascata da Ronda Altura: 100mts
Percurso Total: 2460
Grau de Dificuldade:3
Tempo de Ida e Volta: 40 minutos
Localização: Situada no Arroio da Ronda.

Descrição: "Cachoeira imprópria para banho" - Caminho estreito, subidas íngremes e um terreno acidentado são apenas alguns obstáculos que o visitante encontra na trilha para a cachoeira Ronda. Literalmente, há muitas pedras no caminho e algumas, inclusive, servem como ponte para atravessar um riacho. É necessária muita atenção do visitante para evitar acidentes principalmente com o limo que fica nas pedras. A maior dificuldade do percurso fica nos 50 metros finais onde o visitante precisa subir em um terreno acidentado. Atenção e equilíbrio são essenciais. A trilha atravessa uma mata frondosa, na qual se destacam enormes pés de xaxins. Com uma queda de 100 metros, a Ronda é a mais alta do parque e em períodos de muita chuva sua beleza torna-se mais exuberante. Enormes pedras no leito do riacho inviabilizam o banho no local.

Cachoeiras Pilões Altura: 30mts
Percurso Total: 1770mts
Grau de Dificuldade: 4
Tempo de Ida e Volta: 1 hora
Localização: Localizada no Rolantinho da Areia.

Descrição: A primeira na rota das quatro cachoeiras com maiores dificuldades de acesso. Fica no mesmo caminho da cachoeira da Ravina e seu maior desafio é uma escadaria íngreme de 25 metros que o visitante precisa vencer para chegar à queda d'água de mais de 30 metros de altura. Por esse motivo a administração não recomenda o passeio para pessoas com medo de altura.

Cachoeira Ravina Altura: 35mts
Percurso Total: 1870mts
Grau de Dificuldade: 5
Tempo de Ida e Volta: 1 hora e 30 minutos
Localização: Localizada no Rolantinho da Areia

Descrição: Boa parte da trilha para a cachoeira Ravina é a mesma da Pilões. No seu percurso o visitante encontra as cascatinhas dos Xaxins, Perau Redondo e o Templo da Ravina, todas próprias para banho. A trilha possui alto nível de dificuldade exigindo bastante esforço do visitante e não é indicada para idosos, pessoas com problemas cardíacos, sedentárias e que tenham medo de altura. Além da escadaria, para visualizar sua queda de mais de 35 metros o visitante precisa percorrer um trecho por dentro do rio. Em caso de chuva durante a caminhada o visitante é orientado a retornar, pois o rio pode encher rapidamente.

Cachoeira do Quatrilho Altura: 40mts
Percurso Total: 4880mts

Grau de Dificuldade: 4

Tempo de Ida e Volta: 2 horas e 30 minutos

Localização: Situada no arroio Malakow.

Descrição: O primeiro desafio para a cachoeira do Quatrilho é uma ponte improvisada sobre o Rio Rolantinho da Areia onde é necessário ter muito equilíbrio. Enormes paredões formam o cenário neste terreno acidentado e bastante estreito. Perto da cachoeira há uma escada que facilita o seu acesso. A Quatrilho é a cachoeira do parque mais indicada para banho e seus quatro patamares de poços são um convite para o visitante se refrescar. Sua queda tem 40 metros de altura e acontece em dois estágios o que lhe garante uma beleza única.



Cachoeira das Gêmeas Gigantes Altura: 98mts

Percurso Total: 10180mts

Grau de Dificuldade: 5

Tempo de Ida e Volta: 5 horas

Localização: Situada no mesmo percurso do Quatrilho.

Descrição: A Cachoeira Gêmeas Gigantes é o maior desafio para o visitante e seu percurso de ida e a volta demanda pelo menos 5 horas de caminhada. Por essa razão a trilha só pode ser iniciada antes do meio-dia. Seu percurso atravessa por 22 vezes o arroio Malakow e em alguns pontos é necessário passar com água na altura dos joelhos. Pelo alto nível de dificuldade a administração recomenda que a caminhada só seja feita por pessoas com experiência e bom preparo físico. Não é permitido fazer esta trilha em épocas de chuva. Assim como na Ravina, se chover durante o trajeto o visitante deve retornar em função do rio que enche rapidamente. Outro cuidado que o visitante deve observar é durante as travessias no Malakow, pedras com limo deixam o caminho ainda mais complicado e escorregadio. A queda d'água tem 98 metros e é a segunda mais alta do Parque. Os dois feixes de água que caem paralelamente deram origem ao nome "Gêmeas Gigantes". É bastante indicada para banho assim como a Cachoeira do Quatrilho.

PARQUE DA CACHOEIRA (PASSO DO INFERNO)

O Parque da Cachoeira conta com uma ponte de ferro próxima à estrada, tornando a paisagem ainda mais bucólica, com a vista da cascata do Rio Cará, com 35 metros de altura, é o tipo de lugar que fica ainda mais bonito quando o final do dia se aproxima. O lugar que combina bastante com a prática de camping.



PARQUE ESTADUAL DO TAINHAS

O Parque Estadual do Tainhas foi criado com o objetivo de proteger os campos e as matas presentes no vale do rio Tainhas, no trecho situado entre os arroios Taperinha e do Junco. O Parque abriga matas com araucária, campos e banhados, em um gradiente que se desenvolve desde terrenos relativamente planos em sua porção sul até vales mais encaixados na porção norte. Ocorre predomínio de áreas campestres, onde são encontradas espécies como a seriema, a perdiz, o tatu-mulita, o zorrilho e o graxaim-do-campo. Entre as espécies da flora ameaçada de extinção registradas no Parque estão o pinheiro-brasileiro, a imbuia e o xaxim. Entre as espécies da fauna, destacam-se o papagaio-charão, o papagaio-de-peito-roxo, a águia-cinza e o leão-baio.



LIVRARIA MIRAGEM – A MAIS BELA LIVRARIA DO SUL DO BRASIL

A Livraria Miragem é um dos pontos mais queridos da São Chico, o que significa que é um verdadeiro cartão postal à beira da rua. Considerada a mais bela livraria do sul do Brasil, o edifício com três andares, oferece um acervo enorme de livros, objetos de decoração e obras de arte. Ofertando ainda uma Casa de Chá e Museu. E o melhor ela fica no centro de São Francisco de Paula, em uma esquina próxima à Avenida Júlio de Castilhos.



1.6 – TORRES

Administração	Prefeito – Carlos Souza (PP)
Endereço:	Rua José Antônio Picoral, 70 – Centro CEP 95560-000
Telefone:	(51) 3626-9150
Web site:	https://torres.rs.gov.br/
Secretaria da Cultura e do Esporte	Secretário: José Mauri Rodrigues
Diretoria de Cultura:	Maria do Carmo C. Rodrigues e-mail: cultura@torres.rs.gov.br
Secretaria de Turismo	Secretário: Fernando Ney e-mail: turismo@torres.rs.gov.br
Gentílico:	torriense
Apelido:	A mais bela praia gaúcha
História:	Fundação: 21 de maio de 1878
Características geográficas	
População total (est. IBGE/2020)	39.064 hab
Indicadores	
PIB (IBGE/2008)	R\$ 378.380,437 mil
PIB per capita (IBGE/2008)	R\$ 11.232,57

Torres é um município brasileiro situado no extremo norte do litoral Atlântico do estado do Rio Grande do Sul. A paisagem da cidade se destaca por ser a única praia do Rio Grande do Sul em que sobressaem paredões rochosos à beira-mar, e por ter à sua frente a única ilha marítima do estado, a Ilha dos Lobos.

A área onde hoje se encontra a cidade foi habitada pelo homem desde milhares de anos atrás, o que deixou testemunhos físicos na forma de sambaquis e outros achados arqueológicos. No século XVII, durante a colonização do Brasil pelos portugueses, por estar

encravado em um estreitamento da planície costeira sulina, o local passou a se constituir rota de passagem obrigatória para os tropeiros e outros desbravadores e aventureiros luso-brasileiros vindos do norte pelo litoral - a única outra passagem que havia então era por cima do planalto de Vacaria - e que buscavam os rebanhos livres de gado que se multiplicavam no pampa mais ao sul e caçavam os indígenas para fazê-los escravos. Muitos acabaram por se fixar na região e se tornaram estancieiros e pequenos agricultores. E por dispor de morros junto à praia, logo foi reconhecido seu valor estratégico como ponto de observação e controle de passagem, de importância militar e política no processo de expansão do território português sobre o espanhol. Foi fundada ali na última quadra do século XVIII uma fortificação, que entretanto logo foi desmantelada quando a conquista se efetivou.

A construção da Igreja de São Domingos no início do século XIX atraiu para seu entorno muitos dos residentes dispersos na região, estruturando-se desta forma um povoado. Sua evolução ao longo deste século, porém, foi morosa, mesmo tendo recebido levadas de imigrantes alemães e italianos, sobrevivendo numa economia basicamente de subsistência. A expansão econômica, social e urbana só aconteceu a partir do início do século XX, quando em vista de sua bela paisagem, clima ameno e boas praias de banho, o potencial turístico da cidade foi descoberto e passou a ser explorado. Desde então cresceu com mais vigor e celeridade, chegando hoje a se tornar uma das praias mais procuradas do estado, recebendo no verão um público flutuante mensal de 200.000 pessoas, muitas delas estrangeiras, vindas principalmente dos países do Prata. Isso contrasta com as dimensões de sua população fixa, de aproximadamente 38.000 habitantes. Não por isso deixou de desenvolver uma economia consistente e boa infra-estrutura para atender a esta demanda turística, sua fonte principal de renda.

Enquanto o turismo trouxe progresso e crescimento, tornando a cidade um pólo estadual para eventos, festas, competições esportivas, espetáculos e outras atrações, trouxe também sérios problemas para o meio ambiente e a cultura tradicional. Antes coberta pela Mata Atlântica, ali de biodiversidade especialmente rica pela variedade de ambientes criados pela geografia complexa da área, hoje tem este patrimônio natural severamente ameaçado e muito reduzido, com poucas áreas preservadas, já tendo perdido muitas espécies e estando outras tantas em perigo. Há notícia também de especulação imobiliária, de poluição, de pobreza, de criminalidade, todos problemas graves encontrados em cidades com crescimento acelerado. Este crescimento também tem repercutido negativamente sobre a sua herança histórica e artística, pois ainda não se percebe uma conscientização patrimonial bastante, por parte das instâncias oficiais e mesmo da população, para frear o ritmo acelerado de destruições ativas e perdas passivas de bens culturais materiais e imateriais.

HISTÓRIA

Pré-história

A região de Torres, cidade litorânea do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, vem sendo habitada pelo homem há milhares de anos. Os primeiros a percorrê-la foram grupos de caçadores-coletores-pescadores oriundos do norte do continente, e que deixaram diversos vestígios na região sob a forma de sambaquis, grandes montes artificiais de conchas onde são encontrados frequentemente sepulturas humanas e objetos de pedra e osso como machados, pesos de redes, anzóis, pontas de flechas e esculturas representando aves, peixes, cetáceos, quadrúpedes e raros antropomorfos, além de outros artefatos. Estas populações acabaram, durante o Neolítico, por iniciar um processo de fixação no local, adaptando-se para um modelo sedentário, domesticando plantas como o milho, amendoim, tabaco, pimenta e batata para cultivo e se tornando agricultores. Desta fase também são encontrados vestígios de índios da chamada Cultura Taquara, agricultores do planalto que vinham ao litoral sazonalmente para pescar e coletar moluscos, a fim de complementarem sua dieta, fazendo acampamentos em zonas limítrofes entre a restinga e as dunas. Mais ou menos na mesma época a região sofreu uma invasão por nova onda migratória, desta vez composta pelos guaranis, cuja cultura era

mais avançada e cujos relictos são mais complexos, incluindo cerâmicas e objetos rituais, além de se supor que tivessem já desenvolvido também a cestaria, a arte plumária e a tecelagem.

Colonização portuguesa

A geografia da área de Torres é singular. Estando numa longa planície litorânea que vai de Laguna até depois do Chuí, uma das mais extensas praias arenosas contínuas do mundo, salienta-se nesta paisagem por ser possuidora dos únicos afloramentos rochosos à beira-mar, as chamadas "torres" de basalto vulcânico que lhe deram o nome. Neste local, além disso, a planície costeira, que ao norte e sul é mais larga, se afunila, o que fez deste ponto uma rota de passagem obrigatória para todos os que não quisessem transpor entre sul e norte tendo de percorrer os planaltos da Serra Geral. Os índios em suas movimentações já haviam percebido que Torres era um caminho natural, e haviam aberto picadas por ali antes de os portugueses chegarem.

A colonização da área pelo homem branco iniciou não muito depois da Descoberta do Brasil em 1500. Uma carta de 1639 do rei Filipe IV de Espanha ao vice-rei do Peru Marquês de Mancera diz que desde tempos antes os paulistas vinham avançando sobre o litoral sul do Brasil. As trilhas abertas pelos índios se tornaram o caminho usado pelos portugueses ao longo do século XVII, vindos do norte, para irem pouco a pouco se apossando de um território que pela lei da época pertencia à Espanha, por força do Tratado de Tordesilhas - a parte portuguesa encerrava na altura de Laguna, em Santa Catarina, bem mais ao norte. Uma crônica de Jerônimo Rodrigues narra que ali era a fronteira da nação indígena ibirajara, que dominava até o Rio Mampituba, tendo os patos ou carijós ao norte, mas que estavam sempre incursionando uns em terras de outros. Entre os pioneiros brancos que se aventuraram por aquelas paragens estavam caçadores de escravos, que vinham em busca de índios, e tropeiros que vinham arrebanhar o gado que se multiplicava livre no pampa. E Portugal ignorando os tratados permanecia avançando sobre terras da Espanha. Depois da fundação de Rio Grande em 1737 na barra da Lagoa dos Patos, no litoral sul do estado, os portugueses fundaram um registro militar na altura de Imbé em 1738. Porém, este não dava conta do controle de toda a área até a Serra, e se viu necessária a posse do estreitamento da planície costeira mais para o norte, onde Torres iria nascer. O primeiro local escolhido foi as pedras de Itapeva, cerca de 60 km ao norte de Imbé, criando-se outra guarnição militar, mas a qual, da mesma forma, se mostrou insuficiente, ainda não cobrindo uma última picada pela qual os contrabandistas de gado podiam passar sem ser vistos. No fim do século XVII já era registrada a presença de alguns residentes luso-brasileiros dispersos por esta região.

A partir de 1761 é registrada a concessão de algumas sesmarias entre Itapeva e o Rio Mampituba, fixando novos colonos. Em 1777 foi erguida no flanco oriental do Morro das Furnas uma bateria com dois canhões, chamada de Forte de São Diogo das Torres, com o objetivo expresso de controlar os espanhóis que nesta altura haviam dominado a Ilha de Santa Catarina e ameaçavam avançar para o sul. O local foi escolhido por proporcionar uma visão elevada e desobstruída em um largo círculo. Porém, diante do armistício, o forte foi abandonado, mas o valor estratégico deste ponto continuou sendo reconhecido e aproveitado. Por isso, o tenente-general Sebastião Xavier da Câmara, governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, mandou o engenheiro José de Saldanha erguer em 1797 uma nova guarda e registro militar para controle e pedágio da passagem terrestre, com duas peças de calibre 4 e um destacamento de soldados. O forte era apenas uma guarnição de madeira e palha, com uma casinha de pedra e telha para abrigar a pólvora. Em 1801 assumiu o comando da guarnição o alferes Manuel Ferreira Porto, considerado o fundador da cidade. Com a criação dos primeiros municípios da capitania, em 1809, esta área recaiu sob a jurisdição de Santo Antônio da Patrulha, tornando-se o Distrito das Torres.



Um dos primeiros registros visuais do litoral torrense, atribuído a Debret no início doséculo XIX.

Torres: O que queremos?

Paulo Timm – A FOLHA, Torres RS

O calendário eleitoral que definirá a próxima administração municipal estimula os candidatos e eleitores a pensarem sobre o futuro da cidade. Dia 15 de novembro próximo, todos à urna. Mas para o quê?

Torres vive há um século sob a sombra de seus encantos geográficos – A mais bela praia! –, estruturou-se, como poucas outras cidades, urbanisticamente – tem água tratada, saneamento e coleta de lixo – e chegou a seus 38 mil habitantes que vivem razoavelmente bem. Temos um bom IDH, bons índices de IDEB, baixos níveis de pobreza absoluta e menores ainda de severa insuficiência alimentar, mal que afeta 3,4 milhões de brasileiros alhures. Diversos indicadores publicados neste periódico confirmam que estamos bem posicionados no ranking das melhores cidades para se morar no Brasil. De resto, brindou-nos a natureza, também, com um clima mais ameno do que o resto do Estado, malgrado nossa perigosa posição na confluência de três massas atmosféricas que eventualmente pregam algum susto. Basta lembrar o Catarina...Daí a pergunta: Faz sentido pensar em mudar alguma coisa? Muitas tentativas de renovação esbarram na inércia dos empresários locais que desdenham dos inovadores: - “Pra que mudar se ganhamos dinheiro assim mesmo...”?

Mas como costumam dizer os pessimistas: - Sempre pode piorar! O ano de 2021, mesmo com o controle do Corona, cuja ocorrência na cidade continua se elevando e já ultrapassou o milhar de casos com dez óbitos, carregará consigo os seus efeitos. Teremos uma lenta recuperação econômica, a inflação ameaça retomar fôlego, a crise fiscal da União pagará o preço de termos uma dívida equivalente ao valor do PIB -R\$ 6 trilhões – com juros reanimados, uma crise cambial deverá despontar a meados do ano quando todos se derem conta que os US\$ 350 bilhões em divisas acumuladas já estão comprometidos com um valor duas vezes maior em dívidas públicas e privadas em dólar. Olho vivo, portanto! Podemos viver dias tão difíceis quanto os dias do “pandemoníaco” 2020. Contudo, independentemente da conjuntura econômica, é sempre possível pensar em melhorar o que já temos. Para tanto, há que se pensar no que fazer. Vejamos estas possibilidades nos marcos de predestinação da cidade para o turismo e pelo fato de que os sonhos mirabolantes de salto industrial como fórmula de desenvolvimento estão, há décadas, soterrados. As cidades deste século já são e serão cada vez mais terciárias sendo este setor o principal fator de renda e emprego aqui mesmo no Brasil. Estamos no bojo das Sociedades Pós Industriais do Conhecimento.

Aqui, duas sugestões ao futuro Prefeito:

1.Inserção da Escala Regional do Sagrado Vale do Mampituba nos Planos de Turismo de Torres.

Estamos na foz do Rio Mampituba, cuja bacia hidrográfico inclui mais 17 municípios, dentre eles Praia Grande-SC, Capital dos Caminhos dos Cânions e São Francisco de Paula – RS- ,onde se encontra sua nascente, e que se insere de forma peculiar na Serra Gaucha a qual tem seu epicentro em Gramado. Isso é uma verdadeira dádiva para a cidade pois podemos pensar em

carrear para o litoral cerca de 3 milhões de turistas que demandarão os Cânions e a Serra Gaúcha nos próximos anos. Claro que, para tanto devemos nos organizar MAIS ALÉM DO VERANEIO ou, como já assinalava Rui Rubem Ruschel há três décadas, não basta a praia para tanto. Temos que pensar em Festivais, como aliás é o balonismo, Parques Temáticos e sensível melhorias nos serviços de apoio ao turismo, começando pela gastronomia local, de baixa qualidade. Exagero meu? Ora, vejam, por exemplo, o filme A Festa de Babet, disponível na CASA DO POETA DE TORRES, ou leiam o romance-“Petite Mort”, Amazon, recém publicado por um residente antigo da cidade, Antonio Correa Lopes no qual descreve menus incríveis servidos à sua bela personagem Nazaré, uma Top Model internacional nascida no Itaqui...Vejam:

“Em meio ao coquetel, foram servidos crocantes de camarão com pesto de rúcula, duo de queijo chèvre e tomatinho; batatinha com creme de bacalhau e rolinho de bresaola com aspargos. Na ilha de aperitivos: caprese desestruturada na tacinha (mousse de tomate e mousse de queijo); ovas de salmão com blinis e creme azedo; salmão; terrine de figo com presunto cru; brie quente com mel e pistache; caçarola de cogumelos variados; tian de rosbife (finas fatias de rosbife com pesto suave de rúcula) e cesto de pães, torradas e grissinis variadas. O prato passado constituía de Torteloni de chevre com molho de limão siciliano e iscas de mignon com risoto de açafraão e aspargos. E, finalmente, a sobremesa volante era um Fondant de chocolate com calda de frutas vermelhas e saladinha de frutas na taça.”

2. Incorporação da Cultura como um vetor importante para o turismo.

Recorro aqui também ao nosso pioneiro destes assuntos, R.R.Ruschel: - Ninguém vem à praia só pra ver o mar. Ele escreveu quase três dezenas de crônicas sobre o turismo, destacando-se, pela profunda intuição a de 01 de setembro de 1993, registrada à página 599 da sua coletânea organizada por Nilza H. Ely:

“Turismo Cultural - Um dos aspectos de que se reveste o moderno turismo é representado pelas atrações puramente culturais. As cidades de vocação turística não devem limitar-se a proporcionar bonitas paisagens, praias limpas, bons banhos, clima agradável, passeios pela natureza, esportes ao ar livre, etc. Hoje os turistas são mais exigentes. Querem aproveitar a estada também para seu enriquecimento cultural. Deslocam-se em busca de festivais de música, de corais, de teatro, de cinema, de literatura e de arte.”

Ou como dizia um grande e imortal poeta, Ferreira Gullar: - A Poesia existe porque a vida não basta! A cultura é a Poesia sobre a natureza, como frisa esta antiga máxima: “A natureza é a arte de Deus; a arte a natureza dos homens” (Bayle). A questão cultural, tão desdenhada pela atual administração, é o elemento que, além de contribuir para enriquecer a vida dos moradores locais, forjando novos valores diante do mundo, pode dar a continuidade ao calendário turístico ao longo do ano, evitando a dependência do veraneio. Já tivemos momentos e períodos promissores em Torres nesta matéria que consagrou inúmeros artistas e ativistas culturais entre nós. Mas o caráter mesmo da cidade, muito aberta à influências externas, a privou das raízes originárias e impulso cultural correspondente dos açorianos, alemães e tropeiros pampeanos, tornando-a vulnerável aos modismos tão caros à juventude. Quem saberia, aqui, por exemplo, quem foi Cristovam Pereira de Abreu? Ou Julio de Castilhos? Cultivamos, é certo, nomes de pioneiros, mas descaracterizados de sua cultura. Tempo, pois, de impulsionar novos ventos... Até aqui o destino moldou-nos pela mão de Deus. Talvez seja a hora de darmos uma folga ao Divino, moldando o futuro pelas nossas próprias mãos.

UNIDADES de CONSERVAÇÃO e RESERVAS ECOLÓGICAS REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DA ILHA DOS LOBOS

O Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos – REVIS, é uma unidade de conservação [brasileira](#) de proteção integral, localizada a 1,8km da costa de Torres. O REVIS e o Refúgio de Vida Silvestre do Molhe Leste, em São José do Norte, são os únicos pontos de concentração de pinípedes na costa brasileira. O local recebe populações, principalmente, de leão-marinho e lobo-marinho-sul-americano, porém, já foram feitos registros mais raros de lobo-marinho-subantártico, elefante-marinho-do-sul, foca-leopardo e foca-caranguejeira.

A Reserva Ecológica Ilha dos Lobos foi criada em 04 de julho de 1983 através do Decreto da Presidência da República de Nº 88.463. Devido a criação da lei 9.985 de 2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a categoria anteriormente citada deixou de existir. Com isso, o Decreto presidencial S/Nº de 04 de julho de 2005 revogou o original, recategorizando a reserva ecológica como refúgio de vida silvestre. Sua administração está atualmente a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O objetivo é: "preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental, recreação e turismo ecológico, especialmente em relação ao habitat para os leões-marinhos e lobos-marinhos.

Web site:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/revis-da-ilha-dos-lobos>

<https://www.facebook.com/RevisIlhadosLobos/>

PARQUE ESTADUAL DE ITAPEVA

O Parque Estadual de Itapeva é uma das Unidades de Conservação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Com 998,06 ha, foi criado em 2002 pelo Decreto Estadual nº 42.009. Tem como principais objetivos proteger ecossistemas e espécies da fauna e flora raras e ou ameaçadas, e promover atividades de pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico.

Abriga ambientes de dunas, vegetação de restinga, campos secos e alagados, banhados e turfeiras e Mata Paludosa (floresta formada sobre solos bastante úmidos). Desse modo, o Parque tem o importante papel de conservar um dos últimos remanescentes da paisagem característica da planície litorânea do Estado.

São desenvolvidas atividades do Projeto de Educação Ambiental Conhecer para Amar e Preservar, que consiste na realização de atividades educativas com a rede de ensino e uma trilha no Parque. As atividades ocorrem de segunda a sexta feira, com agendamento prévio através dos contatos acima relacionados.

Durante a temporada de verão, é desenvolvido o Projeto Verão: Educação e sensibilização ambiental. O projeto consiste em realizar a trilha do Morro de Itapeva, onde o visitante recebe informações sobre as características da Unidade de Conservação, flora e fauna associada a cada ambiente, zoneamento, atividades da gestão. É possível realizar a trilha através de agendamento prévio através dos contatos acima relacionados.

WEBSITE <https://sema.rs.gov.br/itapeva>

<https://www.facebook.com/Parqueltapeva/>

PARQUE ESTADUAL JOSÉ LUTZENBERGER

O Parque Estadual da Guarita, como é popularmente conhecido, teve seu início com a promulgação do Decreto Estadual 21.540, de 28 de dezembro de 1971, o qual declarou utilidade pública, para fins de desapropriação, duas áreas de terras situadas no município de Torres, na periferia da zona urbana ao sul da cidade. Em 14 de outubro de 1981 o Estado declara através do Decreto 30.377 o Parque da Guarita como área especial de interesse turístico.

Em 2003, teve seu nome alterado pela Lei Estadual 11.884 para Parque Estadual José Lutzenberger, em homenagem ao engenheiro agrônomo e ambientalista José Lutzenberger (1926-2002), por ter sido um dos maiores incentivadores da criação do parque e inclusive colaborado na concepção e execução do mesmo.

O parque é considerado um sítio geológico de grande valor ambiental e paisagístico, é uma Área Especial de Interesse Turístico. Constituído essencialmente por ecossistema costeiro, porém na sua implantação foram criadas áreas reproduzindo outros ecossistemas da região. Possui cerca de 350 hectares. O projeto paisagístico foi assinado pelo artista plástico e paisagista Roberto Burle Max

WEBSITE: <https://torres.rs.gov.br/vivatorres/parque-da-guarita/>

PONTOS TURÍSTICOS



PRAIA DA ITAPEVA

A Praia de Itapeva é a primeira de Torres. Tem 6km de extensão e uma larga faixa de areia. Por estar em frente ao Parque Estadual de Itapeva, não tem nenhuma construção imobiliária na sua orla. Ou seja, o visual é mais selvagem.

O mar é levemente agitado, limpo, com ondas que atraem surfistas. Fica ao lado da Torre Sul, da Praia da Guarita, seu nome é de devido ao Morro da Itapeva que em Tupi Guarani significa "Pedra Chata".

PRAIA DA GUARITA

Situada dentro do Parque da Guarita, é a mais famosa e a mais bonita de Torres e do Estado. Fica entre dois, o que deixa o visual ainda mais bonito. No seu centro está a Torre da Guarita. Suas águas são as mais propensas para surf e esportes náuticos em geral na cidade. Este

cenário já foi paisagem para diversas as propagandas e muito requisitado para ensaios fotográficos.



A Praia da Guarita fica dentro do parque de mesmo nome (Foto: Jessica Mello/Arruma Essa Mala)

PRAIA DA CAL

A Praia da Cal, fica entre o Morro do Farol e o Morro das Furnas, com 850 metros de extensão e, assim como as outras praias de Torres, também tem uma longa faixa de areia. Muito frequentada por turistas durante a alta temporada, e o ano todo por surfistas, pois é considerada excelente para a prática do esporte.

Seu nome se deve à antiga presença de fornos de torrefação de conchas retiradas de sambaquis para fabricação de cal.

PRAIA DO MEIO OU PRAINHA

Localizada entre a Praia Grande e o Morro do farol, possui cerca de 600 m de extensão. Passando pelo Calçadão da Praia da Cal, por baixo, ou pelo Morro do Farol, por cima, você chegará na Prainha. É uma das praias mais urbanas da cidade, o seu grande diferencial é o vasto gramado antes de chegar na areia. No fim da tarde, muita gente aproveita para ficar sentada por ali curtindo o pôr do sol. Com grande beleza natural, não é indicada para banhos, devido a incidência de rochas no mar.



PRAIA GRANDE

Ao ver a Praia Grande você logo entenderá porque ela recebe esse nome. A faixa de areia é gigantesca, muito maior do que todas as outras praias de Torres. Além disso, ela cerca de 2km de extensão. É um dos pontos mais movimentados durante a temporada de verão. Com grande parte da Av. Beira Mar urbanizada, com excelente área de lazer, pratica de esportes e banho de sol, é um dos destinos mais procurados por turistas e veranistas que visitam a cidade.

A Praia Grande conta com bastante infraestrutura turística, com quiosques, bares e restaurantes na orla. Fora o fato de que também está numa área urbana de Torres, assim como a Prainha. É principal ponto de concentração nos eventos de verão, como shows, eventos esportivos e o tradicional Réveillon.

PRAIA DOS MOLHES

A Praia dos Molhes é a sequência natural da Praia Grande, recebe esse nome por junto aos Molhes da Barra. Neste ponto turístico existe o encontro da água doce do Rio Mampituba com o Oceano Atlântico e divisa de estados Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Costuma receber um bom número de turistas todos os anos, mas é no verão que essa praia fica repleta de visitantes. A pesca também costuma ser praticada na região por alguns moradores. Este recanto da orla é um dos melhores pontos para banho e surf na região, sendo uma das áreas mais movimentadas durante o verão e sede de competições esportivas, e se você se cansar do mar, pode ir fazer uma caminhada pelos molhes.

MOLHES DA BARRA

Um molhe é uma obra marítima de engenharia hidráulica que, basicamente, tem como finalidade principal proteger a costa ou um porto da ação das ondas do mar. Em Torres, essa construção é de pedras, tem um farol na sua extremidade e conta com 400 metros de extensão para proteger a foz do rio Mampituba. A passarela foi construída no início dos anos 70, com o intuito de facilitar a entrada e saída de embarcações pequenas de pesca (principal fonte de economia do município vizinho Passo de Torres/SC), bem como para solucionar as recorrentes enchentes provocadas pelas águas que represavam nas curvas da antiga barra.



Os molhes separam o mar do rio Mampituba (Foto: Jessica Mello/Arruma Essa Mala)

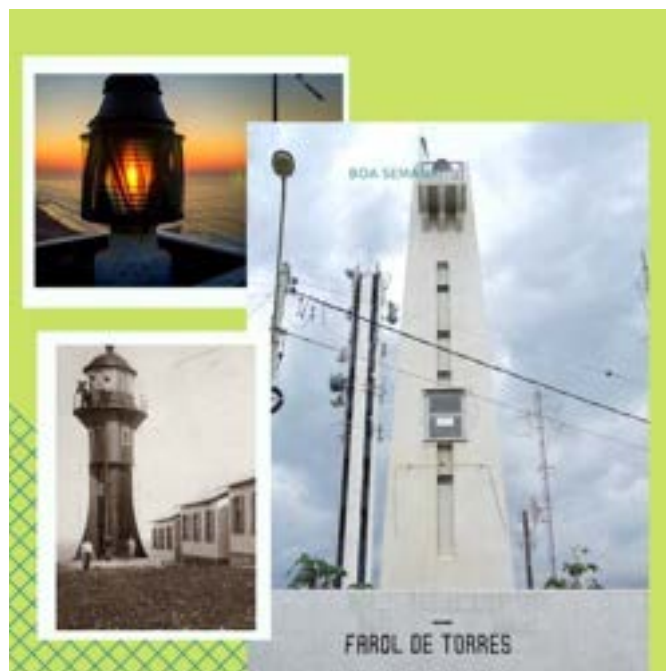
PONTE PÊNSIL

O Rio Mampituba, desde sempre serviu de elo entre o RS e SC. Um passo público, (uma ponte) para transpor esse obstáculo natural, sempre foi uma aspiração das duas comunidades ribeirinhas. Sendo assim, por volta da virada da primeira para a segunda metade do Século XX edificou-se a tão sonhada ponte pênsil. Contudo, a mesma sempre mostrou-se frágil e vulnerável ao curso natural do espelho d'água que atravessava. Com 30 metros de extensão, a nova ponte foi inaugurada em 24 de outubro de 1984 e revitalizada em 1985, em um esforço compartilhado entre as administrações municipais de São João do Sul (SC) e Torres

(RS) erguia-se uma segunda via de ligação entre os mesmos.
A ponte pênsil de Torres é considerado um dos pontos turísticos da cidade.
Feita de madeira e cabos de aço, sua travessia é feita apenas por pedestres.

MORRO DO FAROL OU TORRE NORTE

O Morro do Farol é um mirante com vista para a Prainha (à esquerda de quem olha pro mar) e para a Praia da Cal (à direita). O local também é chamado de Torre Norte.
Entre os três morros à beira-mar, é o único que tem acesso de carro, sendo o local preferido de moradores e turistas para observar a imensidão do mar. Dele é possível avistar todas as praias, as torres, a lagoa do violão, a serra, as dunas do Parque da Itapeva e a Reserva Ecológica Ilha dos Lobos. É também um local propício para vôos de parapente e parapente.
O Morro do Farol também é um observatório perfeito das baleias francas. No período de agosto a novembro é comum as baleias francas passarem pelo Rio Grande do Sul. São baleias que procuram águas mais quentes para procriar e ter filhotes.
Em 1777, abrigou um cemitério indígena e o Forte de São Diogo e em 1911 foi construído o primeiro farol. Ao todo já foram três construções.



SANTINHA

Oratório Nossa Senhora dos Navegantes, mais conhecido como Caminho da Santinha, está localizado entre a Prainha e a Praia da Cal, e, entre o mar e o pé do Morro do Farol. Na gruta, há uma vertente de água cristalina que sai da rocha do Morro do Farol e a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Muitos devotos depositam suas preces e agradecimentos. O trajeto atualmente consta com iluminação, proporcionando mais segurança aos turistas e moradores.

TORRE DO MEIO OU MORRO DAS FURNAS

É, por seu tamanho, a mais importante das “Torres”. Também conhecida por Morro das Furnas e “Paredão” para os locais e antigos pescadores, fica entre a Praia da Cal e a Praia da Guarita. A trilha que atravessa por cima do platô, é uma ótima opção de caminhada com uma vista espetacular.

Com um grande paredão de rocha viva caindo diretamente sobre o mar, onde se Canhãozinho, um buraco na pedra junto ao nível da água contra o qual, conforme a maré, as ondas embatem

provocando estampidos bem audíveis, donde o nome. Este morro é conhecido pelos aficionados do trekking. A trilha de subida dá acesso as outras furnas: as Furnas do Diamante, a Furna do Cristal e a Furna Grande.

Muitas dessas furnas e seus acessos formam os pesqueiros naturais, muito apreciado por pescadores experientes, que antigamente concorriam para a pesca da miragaia.



LAGOA DO VIOLÃO

Localizada no centro da cidade, tem esse nome por seu formato original assemelhar-se com um violão. Tem cerca de 2km quadrados de extensão, possui uma passarela e a avenida do seu entorno é toda pavimentada e iluminada. Com calçamento em todo o seu entorno utilizado para a prática de caminhada, conta também com ciclovia, e duas praças de lazer, playground e quadra esportiva em uma delas.

Conforme salientou o professor e historiador Ruy Ruben Ruschel em publicação de 1989: “Raras são as cidades que podem contar com um espelho d’água criado pela natureza bem no perímetro urbano central. Torres é dessas privilegiadas”.



IGREJA MATRIZ SÃO DOMINGOS

A Igreja Matriz de São Domingos foi construída a partir de 1819 e inaugurada em 24 de Outubro de 1824, na Torre Norte (Morro do Farol), a igreja é um dos marcos do desenvolvimento da povoação.

Auguste de Saint-Hilaire, em sua passagem pela região em 1820, o viajante francês observou o início da construção da igreja, da qual existia apenas o madeiramento, conforme registrou.

A igreja foi inaugurada em 1824 e ampliada em 1857/58, quando passou por obras de manutenção. Em 1898 foi construída a torre, à esquerda da igreja, conforme inscrição em relevo existente ainda hoje. Em 1928 houve rebaixo no forro e escoramento das paredes. Passou por obras de restauração a partir de 2011, com recursos e contrapartidas provenientes de diversas fontes, que foram concluídas em abril de 2017.



OUTRAS ATRAÇÕES

OBSERVAÇÃO DE BALAEIAS FRANCAS

Entre agosto e novembro é comum ver baleias francas no litoral gaúcho. Elas saem das regiões mais geladas e buscam por águas mais quentes nesse período para procriar e ter filhotes. Torres é um excelente local para avistá-las. E, do continente, o Morro do Farol é um observatório perfeito. Isso porque as baleias costumam nadar relativamente próximo da costa, é possível as nadadeiras e até uns pulinhos.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE BALONISMO

O Festival Internacional de Balonismo é o maior evento de Torres, assim como o maior festival desse tipo de toda a América Latina.

Por isso, costuma atrair cerca de 300 mil pessoas à cidade todos os anos, é realizado sempre entre abril e maio.

Além das competições de balões esportivos e apresentações – que tornam o visual incrível no céu de Torres -, também há shows, comidas e demais atrativos para quem vai apenas para assistir.

O Festival de Balonismo em Torres iniciou por acaso. Em 1989, durante os preparativos da II FEBANANA, festa anteriormente realizada no Município, os organizadores resolveram inovar e trazer alguns balões para a divulgação do evento.



PASSEIO DE BARCO

São ofertados dois tipos de passeios náuticos. O passeio da costa mar você poderá contemplar os principais pontos turísticos da Mais Bela Praia Gaúcha, entre eles as falésias, formações rochosas a beira mar que desenham e contornam esplendidas paisagens. A Ilha dos Lobos, menor reserva ecológica do Estado, no período de março a novembro podem ser avistados lobos e leões marinhos, que se utilizam das rochas para seu descanso. No período de Junho a Outubro podemos observar também a presença de baleias franca. Já no passeio da Delta do Rio Mampituba, poderá contemplar e desfrutar de uma passeio romântico para curtir o pôr do sol e prestigiar os pescadores nas encostas do rio, bem como conhecer o recanto do Robalo – A Mais Bela Praia conhecida também como a Capital Gaúcha desta espécie.

LEITURAS COMPLEMENTARES

PARQUE DA GUARITA COMPLETA 50 ANOS EM 2021: conheça a

história e o trabalho de José Lutzenberger no local

Ambientalista foi responsável pelas obras de paisagismo nas imediações da praia, considerada a mais bonita do Rio Grande do Sul

Zero Hora 07/02/2021 - 18h17min JÉSSICA REBECA WEBER

Existe uma praia diferente de todas as outras no Rio Grande do Sul. Na cidade de Torres, morros e rochedos formados há milhões de anos por atividades vulcânicas quebram o padrão da costa gaúcha.

É a praia mais linda do Estado — garante o quiosqueiro Abraão Constante da Silva, que há 30 dos seus 66 anos trabalha ali.

Criado para valorizar e preservar esse lugar, o Parque Estadual da Guarita vai fazer 50 anos em 2021. Teve seu início em 28 de dezembro de 1971, com um decreto que a declarou a área de utilidade pública, e leva desde 2003 o nome de José Lutzenberger. O ambientalista, falecido em 2002, foi um dos principais entusiastas e também quem comandou as obras de paisagismo na década de 1970.

Lembro-me do pai se dedicando com verdadeira paixão ao Parque da Guarita. Ele talhava o parque com a sensibilidade de reconhecer que a obra maior a ser ali reverenciada eram os morros esculpidos pela natureza — conta a filha Lara Lutzenberger.

O projeto do parque foi desenvolvido por um famoso paisagista paulista, Burle Marx, e a execução foi conferida a Lutzenberger, engenheiro agrônomo que recém havia fundado a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). Mas Elenita Malta Pereira, doutora em História que pesquisou a vida de Lutzenberger na sua tese, conta que o ambientalista fez uma série de alterações. Ele inclusive criticava elementos do projeto original. Lutzenberger leu o que Burle fez, mas não colocou em prática. Era prevista a construção de prédios, havia muito concreto no projeto, e Lutzenberger era contra isso — diz ela.

Foram feitos canteiros de flores costeiras, laguinhos, trilhas, além de um viveiro de plantas ornamentais, com grande número de suculentas e orquídeas. O ambientalista também providenciou a plantação de espécies nativas da vegetação litorânea.

Ele trabalhou no local até 1979, e não usou maquinários pesados, como retroescavadeiras: os operários usavam carroças para movimentar a terra, e ovelhas roçavam o gramado, na tentativa de gerar o mínimo de agressão possível ao local.

Para preservar as rochas e sua fauna, também proibiu a subida na torre da Guarita: as pessoas escalavam para assistir aos campeonatos de surfe.

A questão mais importante para Lutzenberger era a ética: como nós, humanos, nos relacionamos com a natureza. Ele defendia que todos os seres têm a mesma importância — argumenta Elenita.

Abraão tem honrado o trabalho de Lutzenberger. Vai de bicicleta até seu quiosque, alimenta os cardeais com espigas de milho, todos os dias, e se irrita com os turistas que não recolhem o lixo:

Daí eu junto, né? Tem que ajuntar. Eu gosto dessa praia.



Preocupação ambiental

Ambientalista e presidente da Fundação Gaia, Lara Lutzenberger acredita que o parque conseguiu manter sua essência ambiental, mas foi negligenciado desde que seu pai encerrou os trabalhos. Ela destaca que seu sonho é a “recuperação do encanto paisagístico” que o caracterizou no final da década de 1970.

Perderam-se os detalhes finos do olhar e zelo de meu pai, mas o conceito e panorama maior se mantiveram ao longo do tempo. Meu receio é o de desmerecerem sua singularidade e riqueza ambiental, introduzindo elementos artificiais que o desconfigurem ou uma dinâmica de ocupação que comprometa a fruição tranquila desse espaço, bem como que a especulação imobiliária do entorno avance um tanto mais de forma bruta — acrescenta.

Secretário de Turismo de Torres, Fernando Nery garante que a preservação do Parque da Guarita é prioridade:

A gente quer que seja cada vez mais turístico, mas de forma responsável. Sabemos da preocupação da descaracterização, mas a gente quer o parque o mais original possível e quer manter a preservação ambiental.

Ele adianta que, para marcar os 50 anos do parque, planeja realizar a segunda edição do Guarita Eco Festival neste ano. Conta que na de 2020 foram realizadas atividades educacionais e um show com a banda Maneva, que terminou sem nenhum copo ou qualquer outro tipo de lixo no chão. A data depende da evolução da pandemia do coronavírus.

TORRE DO MEIO: ENTRE OS ENCANTOS E HISTÓRIAS DAS FURNAS

Por Guile Rocha* Jornal A Folha
21 de fevereiro de 2015

Entre as praias da Cal e a da Guarita encontra-se o maior dos morros de Torres, a Torre do Meio. Local repleto de história, lendas e belezas naturais, a Torre do Meio é, porém, mais conhecida por Morro das Furnas, em decorrência de uma característica que a faz singular entre os morros da cidade. Em sua borda oriental encontram-se várias grutas grandes, pequenas – e algumas até submersas.

A Torre do Meio (ou Morro das Furnas) é a maior em extensão e altura de Torres- a parte mais elevada do morro chega a atingir 65 metros. E lá, se encontram furnas de rara beleza. Segundo o geólogo Geraldo Medeiros Lima, "toda sua feição oriental compõe-se de falésias perpendiculares, batidas nos sopés pelas ondas do mar. O paredão da Torre do Meio é um corte abrupto, com 40 metros de altura sobre o mar, marcado por diversas furnas". Acredita-se que, há milhões de anos, antes da separação dos continentes, a área era unida à região onde hoje fica a cidade de Etendeka, na Namíbia, África.

Conforme explicou o professor Leonardo Gedeon, na região sul evidencia-se um complexo de furnas que se estende do Morro dos Conventos (em Araranguá), às margens da BR-101 (em Sombrio/SC) no Morro das Furnas (em Torres) e em Três Cachoeiras/RS. "Estas furnas revelam que há muito tempo, o contorno do continente foi alterado pelas transgressões e regressões marinhas (o avanço e recuo do mar). As lagoas costeiras são as 'grandes poças d'água que sobraram, quando o oceano atingiu o nível atual. O formato e profundidade das furnas traduzem o dito popular 'água mole em pedra dura, tanto bate até que fura', num lento processo de milhares de anos de abrasão marinha".

E na manhã do dia 14 de fevereiro, acompanhei Alexis Sanson (Projeto Praia Limpa Torres), Leonardo Gedeon (professor, pesquisador e historiador), Geraldo Medeiros Lima (professor e Geólogo) e Iuri Sanson (vocalista da banda Hibria) para uma incursão a duas das furnas encravadas na Torre do Meio: a Furninha e a do Diamante. Uma aventura de valor e experiência para a vida dentro de dois "templos esculpidos pela mãe natureza" (nas palavras de Alexis Sanson)

Um tesouro tão belo quanto perigoso

Marcamos para sair cedinho pela manhã, as 8h. Eu cheguei alguns minutos atrasado, ainda meio que ressacado do primeiro dia do carnaval. Mas cheguei, e logo vi o pessoal já subindo a Torre do Meio. Nos cumprimentamos e fomos a subir. Notamos as novas placas indicativas de perigo, recentemente instaladas no topo do morro: uma medida muito positiva para aumentar a segurança no local turístico, evitando acidentes. Fomos caminhando e ficamos por alguns instantes contemplando a vista das falésias, os paredões que formam penhascos de dar calafrios, mas também belas paisagens com o contexto do morro e do mar.

Então marchamos rumo a encosta do morro, e descemos as escadarias construídas entre os anos 40 e 50, época em que Torres passava a ter uma vocação mais focada no turismo (conforme nos explicava o professor Leo Gedeon, durante a caminhada). Logo chegamos a uma das lajes naturais esculpidas junto a Torre do Meio. De lá avistamos a Furninha e a Furna do Diamante, em sua harmonia sempre mutável, com o vai e vêm das ondas que com elas se chocam. E avistamos também a Pedra do Diamante, um local que remeteu a um assunto quase inevitável: o trágico acidente que ocorreu em dezembro do ano passado.

Num dia de mar agitado, quatro turistas de Caxias que estavam próximos a Furna do Diamante foram atingidos por uma forte onda, sendo levados para dentro do mar. Numa situação que seria muito complicada até para um nadador experiente, entre as fortes ondas que se chocavam com as pedras, apenas um destes turistas sobreviveu (apesar do socorro, tão rápido quanto possível, dos salva-vidas). Antes de descer a escadaria até a Pedra do Diamante, há pontos sinalizados com placas informando dos perigos. E por não ser indicado nadar, sequer há guarita de salva-

vidas – até para não incentivar os banhistas a entrar na água. Ainda assim, o local já foi palco natural para vários acidentes nas últimas décadas (alguns deles fatais).

Contudo, no dia de nossa incursão o mar estava pequeno e a maré ainda baixa, uma boa hora para entrar no mar e conhecer dois dos tesouros incrustados no Morro das Furnas. Além do mais, tanto Alexis e Léo, como eu (os que entraram nas furnas) temos experiência dentro do mar pela prática do surf/ bodyboard – e carregamos a noção de que é sempre necessário ter um respeito cauteloso na hora de encarar o oceano. Portanto, nos preparamos e encaramos a remada até a Furninha, nosso primeiro ‘ponto exploratório’.

Leo e Alexis, pouco antes de se aventurar nas furnas

Furninha e o Marégrafo

Descemos um de cada vez, esperando a calmaria, e fomos nadando ao sabor das ondas e direção a Furninha. Lá, usamos nossos braços e pernas para ir reconhecendo o terreno e descobrindo o possível das pedras submersas. O caminhar é sempre cauteloso, as pedras escorregadias em meio as ondas que ainda se chocam. Mas após algum esforço alcançamos nosso objetivo, e estamos ‘entocados’ na Furninha. Aproveitamos nosso momento de glória por algum tempo, a bela imagem de dentro da caverna esculpida pelo mar. Após, Léo Gedeon nos mostrou algumas das inscrições feitas nas pedras da Furninha, e explicou que os nomes entalhados e datados mais antigos são de 1917 e 1918, sendo possivelmente relacionados ao Marégrafo de Torres (que no passado teria sido instalado no local).

Mas infelizmente percebemos também que o lixo – trazido pela maré ou deixado por pescadores – também se acumula neste paraíso escondido. Garrafas pet, latinhas, pedaços de isopor, sapatos: Dezenas de quilos de lixo espalhados. Mas a sujeira não nos intimidou, e recolhemos o que podíamos com as duas sacolas que trouxemos. O resto do lixo será recolhido na já tradicional ação de Limpeza das Furnas, que posteriormente será realizada pelos voluntários do projeto Praia Limpa Torres. Saímos da Furninha a nado e, cuidadosamente, fizemos a subida por entre os mariscos até a Pedra do Diamante.

A mística furna do Diamante

Luri e Alexis tinham outro compromisso e se despediram de nós, enquanto eu e Léo nos preparávamos para entrar numa das mais famosas fendas entalhadas na Torre do Meio: A furna do Diamante. Segundo Leo Gedeon, "lendas, contos e mitos fornecem a áurea mística a Furna do Diamante, destacando-se a lenda da Sereia e o pote de tesouros no seu interior. Sua estrutura geológica é peculiar, apresentando conglomerados de basalto e arenito e uma microfauna bem adaptada ao ambiente úmido".

E fomos remando até lá para ver in loco essa maravilha da natureza. Chegamos sem grandes dificuldades, pois a caverna nos espera com uma praia de areia (salpicada por algumas rochas). Porém, a sensação lá dentro foi algo assustadora pois apesar do mar calmo, a maré ia enchendo. E a furna – que torna-se bem afunilada no seu final – ficou boa parte submersa pelo mar e ondas, que entram fortemente até o ponto mais profundo da furna. Uma sensação de claustrofobia bateu em mim, mas o que mais reinava era a sensação de aventura e euforia. Nadamos para fora sem sereia ou tesouro escondido, mas saímos com a certeza de termos visitado um dos mais belos segredos de Torres.

*colaborou Léo Gedeon

Contra o lixo nas Furnas!

Por Alexis Sanson Projeto Praia Limpa Torres
Associação dos Surfistas de Torres (AST)

"A primeira vez que estive no interior das Furnas, fiquei completamente impressionado com a beleza de um "templo esculpido pela mãe natureza" – berço de aves, anfíbios, caranguejos e outras espécies marinhas. Infelizmente a segunda impressão foi negativa, pois testemunhei em meio a um cenário único de beleza natural, muito lixo!

O impacto dos resíduos naquele ambiente é absurdo, e nossas furnas acabam virando um "depósito de lixo". – cabe a nós tentarmos entender o porquê e qual o percurso que tais resíduos fazem até ficarem depositados nas furnas. Sabe-se que muito lixo é jogado por pessoas do alto dos paredões da Torre do Meio (garrafas e embalagens)- outros resíduos são descartados em alto mar, por pescadores (cordas e redes de pesca) – muitos resíduos de pesca também são encontrados provavelmente deixados por pescadores artesanais (bóias de plástico e isopor)- e por fim, há o lixo que é "esquecidos" na beira mar e até mesmo jogado no Rio Mampituba, que dali viaja ao sabor das correntes marinhas por centenas de metros até aquele ambiente.

O Projeto Praia Limpa Torres (Associação dos Surfistas de Torres) – resgatando uma tradição de preservação das Furnas Marinhas, fixou no seu cronograma de trabalho a limpeza anual das Furnas Marinhas, que ocorre com equipe experiente e treinada, condição marítima monitorada e acompanhada de equipe de segurança (Corpo de Bombeiros de Torres / RS Resgate), sendo que na limpeza realizada em Janeiro de 2014, aproximadamente 1 tonelada de lixo foi retirada das furnas. Por fim, acredito que deveria ocorrer uma campanha da comunidade, associações e entidades para que aquele seja protegido e preservado, com por exemplo o seu tombamento como patrimônio natural e histórico da cidade de Torres. RECOLHA SEU LIXO – MANTENHA NOSSAS FURNAS & PRAIAS LIMPAS."

O Marégrafo de Torres

Por Leonardo Gedeon

No local conhecido como Furninha• (ao lado da Furna do Diamante), na porção oriental da Torre do Meio (Morro das Furnas) encontra-se um sítio histórico, o Marégrafo de Torres. O Marégrafo conhecido como Datum de Torres foi o primeiro Datum Altimétrico do Brasil e tinha registros entre os anos 1919 e 1920. A Comissão da Carta Geral do Brasil estava estabelecendo uma rede altimétrica, medindo as distâncias da costa atlântica e as altitudes em território brasileiro. Em 1958, o Datum de Torres foi substituído pelo Datum de Imbituba, que contava com nove anos de observações (1949-1957). Com a suspensão dos serviços do marégrafo, a estrutura de madeira foi apodrecendo. A evidência material que ainda resistiu ao tempo, foram os engates que apoiavam a base da casinha do marégrafo em ambos os lados da Furninha.

O que desperta fascínio neste sítio encontra-se no interior desta furna onde se localizava o marégrafo. No lado direito de quem entra na furna, existe um painel com inscrições históricas. Na parede de basalto, foram encontrados muitos nomes inscritos. Em constatação pessoal, pude perceber nomes que acompanhavam a data da inscrição. No registro desta prática do eu estive aqui, identifica-se no painel, os nomes legíveis mais antigos pertencentes a Deoclécio Godinho Porto (1- 4- 1917) e Walter Robenhond (16- 2 – 1918) “ registros entalhados com técnicas de picoteamento, inclusive com refinada letra cursiva no caso do último nome citado –, datas que coincidem com as primeiras décadas do século XX. Neste mesmo painel, existem outros nomes e datas de décadas posteriores. Em alguns lugares específicos das falésias localizam-se registros que datam do início do século XX, período de introdução do turismo em Torres. Inscrições antigas foram evidenciadas na escadaria da Furninha, na base rochosa entre as furnas (Furna do Diamante e Furninha) e na Guarita comprovando o usufruto do território e a circulação de pessoas nos exóticos recantos das falésias.

2.7- TRÊS CACHOEIRAS

Prefeito Flávio Raupp Lipert (PP)
Endereço: Rua João Cardoso Rolim, 985 – Centro
CEP: 95580-000
Telefone: (51) 3667-1155 Ramal 205
E-mail: trecachoeiras@famurs.com.br
Secretaria de Educação e Cultura : Ritiele Gonçalves Flores
pedagogico@trecachoeiras.rs.gov.br
Apelido: "Cachoeira, Cachu"
Gentílico: Tres cachoeirense
História Fundação: 29 de abril de 1988

Características geográficas

População total (IBGE estimativa 2020) 11 115 hab.

Indicadores

IDH - (PNUD/2000) 0,718 — alto
PIB per capita (IBGE/2008) R\$ 7 413,69

Três Cachoeiras é um município do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade é cortada pela BR-101, e se estende por 251,1 km², vizinho dos municípios de Arroio do Sal, Dom Pedro de Alcântara e Três Forquilhas. Situada a 21 km a Sul-Oeste de Torres a maior cidade nos arredores.

Conhecida nacionalmente como "Terra do Caminhoneiro", devido ao grande número de motoristas que lá residem. O evento mais importante da localidade é a Festa de São Cristovão e do Caminhoneiro, que ocorre no mês de Julho. O comércio e empresa giram bastante em torno desta atividade econômica.

A agricultura é outra fonte econômica importante, hoje existem cerca de 860 propriedades rurais, sendo a banana a principal cultura que dá a Três Cachoeiras o título de "Maior Produtor de Bananas do Rio Grande do Sul". A banana é plantada em 3.500 hectares, por 1.300 famílias. A segunda cultura é o tomate, com cerca de 200 famílias trabalhando.

O município conta com as águas da lagoa Itapeva, do Rio Cardoso e do Aquífero Guarani.

Distritos:

Rio do Terra: O distrito possui cerca de 700 habitantes e está situado na região central do município.

Morro Azul: O distrito possui cerca de 800 habitantes e está situado na região norte do município.

Vila Fernando Ferrari: O distrito possui cerca de 1.400 habitantes e está situado na região sul do município.

HISTÓRIA

Do ponto de vista do povoamento, destacam-se algumas fases que foram imprimindo a este território uma identidade. A primeira delas é a fase de ocupação significativamente esparsa feita pelos índios da região. Atesta esta informação a descoberta de sítios arqueológicos (a respeito disto temos uma publicação "O Homem Pré-Histórico no Litoral Norte do Rio Grande do Sul" de Jussara L. Becker) e também o testemunho gravado na memória oral desde os primeiros grupos de colonizadores (um caso mais específico nos relatos de José Inácio Schaeffer – Três Cachoeiras: breve relato...).

Uma segunda fase inicia-se no século XVIII quando alguns bandeirantes desbravaram esta região em busca de ouro e índios para comercializá-los como escravos. Mais tarde teria virado rota de tropeiros. Segundo a tradição, é deste período a origem de uma referência geográfica

identificando uma sequência de Três Cachoeiras. Também neste século uma série de incursões se deram dentro do processo de colonização açoriana que tinha dois pontos estratégicos no sul: um na costa de Santa Catarina, entre Florianópolis e Laguna e outro na costa do Rio Grande do Sul, iniciando pela cidade Rio Grande e espraiando-se pela Lagoa dos Patos. No caminho entre estes dois pólos de colonização portuguesa houve uma distribuição de terras destinada a algumas famílias portuguesas em forma de sesmaria (conforme o historiador Ruy Ruben Ruschel). Mas este empreendimento não vingou como fundamento de um processo de colonização embora tenha deixado alguns traços e permitido o ingresso de algumas famílias.

Uma terceira fase é identificada no século XIX quando inicia-se um processo de colonização com famílias de origem alemã distribuídas em dois núcleos: um ao longo do Rio Mampituba, tendo depois se deslocado para o povoado de Colônia São Pedro e outro ao longo do Rio Três Forquilhas. O território que hoje compreende o município de Três Cachoeiras era então uma espécie de divisor de águas entre estes dois núcleos que tinham na tradição religiosa seu diferencial: em Três Forquilhas e Itati a predominância evangélico luterana e Colônia São Pedro com a tradição católico romana.

Neste vácuo de espaço entre os dois focos de colonização processa-se uma quarta fase com a chegada de um pequeno núcleo de famílias de origem italiana. Ocuparam a região do Morro Azul e aí desenvolveram um núcleo de colonização. No início do século XX algumas vilas foram se formando. Onde hoje está a sede do município um pequeno povoamento foi tomando forma. Na década de 1920 foi construída uma primeira capela religiosa, símbolo do estabelecimento social de um grupo que passou a se identificar com o local. Na localidade do Morro Azul também se fortalecia um grupo com pontos de comércio e o estabelecimento de uma sede paroquial. Um fator novo, responsável pelo desenvolvimento histórico do local, foi o início da rodovia BR 101 ainda na década de 1950.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Distrito criado com a denominação de Três Cachoeiras (ex-povoado), pela Lei Municipal n.º 452, de 09-07-1956, com terras desmembradas do distrito de Guanazes, subordinado ao município de Torres.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Três Cachoeiras figura no município de Torres. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983.

Elevado à categoria de município com a denominação de Três Cachoeiras, pela Lei Estadual n.º 8.578, de 29-04-1988, alterada em seus limites pela Lei Estadual n.º 9.033, de 08-02-1990, desmembrado do município de Torres.

Fonte

Três Cachoeiras (RS). Prefeitura. 2011. Disponível em: <http://www.trescachoeiras.rs.gov.br>. Acesso em: maio 2011.

LEITURAS COMPLEMENTARES TRÊS CACHOEIRAS

Ruy Ruben Ruschel
Torres tem Hinstória. p. 88 Publicado em 24.12.1986

O livro "Três Cachoeiras" de Inácio José Schaeffer, foi uma agradável surpresa. Adquiri logo e li com entusiasmo. É uma edição simples, valiosa pelo que representa de esforço é amor comunitário. Importante como depoimento de um homem que se dedicou por inteiro à sua família e localidade. Como explica seu filho no prefácio. Ignácio José Schaeffer, com mais de 80 anos, da roça, teve a vida como uma universidade; é como uma pedra preciosa "tem um imenso valor em si mesmo, apenas sem ter tido a oportunidade de ser descoberto e lapidado".

O progressista distrito torrense de Três Cachoeiras está empenhado em emancipar-se. Diz o

prefácio, em razão e emoção, que Três Cachoeiras não é mais anônima, "tem, agora, seu registro de nascimento".

O livro se propõe a trazer um "breve relato histórico da fundação de Três Cachoeiras". Usa como ponto de partida a existência de um antigo Picadão que teria sido aberto pelos bandeirantes entre 1615 e 1630. Pena que o autor não indique as fontes de seu convencimento. Parece que pouco consultou documentos, que é o método mais utilizado pelos historiadores. Deve ter aproveitado a tradição oral, isto é, as informações transmitidas pelos velhos de uma geração e que, por sua vez, foram colhidas dos velhos da geração anterior, e assim sucessivamente. O método da tradição oral também é importante, mas não se recomenda como único, mormente para recolher dados de mais de um século. A História (com H, ciência), quando não documentada, corre o risco de transformar-se em Estória (com E, ficção). Por isso, o autor reconhece: "Existe no contexto de sua história um misto de realismo, anedotas, lendas, muita credence e superstição".

O Picadão existiu. O próprio autor o visitou desde moço, há 60 anos, e o descreve em testemunho útil. Pessoalmente admito que seja até anterior a 1600, aberto pelos indígenas. Seria um dos famosos "Apés" ou "Tapés", trilhos usados pelos índios, abundantes nas primitivas matas brasileiras.

Entretanto, não existem confirmações documentais de que tem sido utilizado antes de meados do século XVIII. Todos os que passavam de norte para sul, desde 1550 até 1750, bandeirantes paulistas na caça de escravos, missionários jesuítas na busca de almas, lagunistas (Francisco Brito Peixoto e outros), tropeiros (Cristóvão Pereira de Abreu e outros) e mais aventureiros, como se vê documentos, palmilhavam o trajeto da beira-mar. A preferência se explica por se tratar de estrada aberta pela natureza, de areia socada e firme, desimpedida, sem peraus, morros e matos, com menos perigo de emboscada; além do mais, os campos vizinhos eram ricos em caça (veados e capivaras eram multidão) e o mar proporcionava pesca fácil e coleta de mariscos brancos e maçambique, durante as viagens.

Prova documental indireta da utilização do Picadão de Três Cachoeiras só começa a aparecer na segunda metade do século XVIII. É o caso de mapas de Manoel Vieyra de Leão (por volta de 1760), de Francisco João Roscio (depois de 1770) e de Sebastião Antônio Ribeiro. Neste último, traçado por 1779 e só publicado em 1984 na página 46 de "São Domingos das Torres", aparece um "caminho que vem de Cima da Serra", que liga a zona de Três Cachoeiras ao Morro da Itapeva. O Picadão referido por Schaeffer pode ter sido parte deste caminho.

O autor acertou ao dar relevância ao Picadão. Foi por esta via que se começou a colonizar a costa interna da lagoa da Itapeva, por aí é que chegaram e se fixaram as famílias cujos nomes o livro indica.

Os dados do livro sobre a vida dos colonos alemães, José Felipe Schaeffer (seu pai), o Engenho Velho, os Padres Lomonaco Wagner de Tieschler, a cruz de João Dias, a capela de São José, a professora Maria Angelina Maggi, etc. merecem ser lidos.

Inácio José Schaeffer pode ser considerado como o Heródoto de Três Cachoeiras, seu "pai história".

PRAINHA E CASCATAS QUE DERAM NOME A TRÊS CACHOEIRAS:

os atrativos do Vale do Paraíso, às margens da BR-101

Projeto de incentivo ao turismo na região tem aval da prefeitura, que promete investimentos no
setor

Tiago Boff Zero Hora - 05/02/2021

A estrada de pedras soltas com barro e cascalho provoca arranhões na lataria, e solavancos no assoalho do veículo. Conforto não se pode dizer que seja o forte das trilhas vicinais do Vale do Paraíso, área serrana do Litoral Norte. Um cumprimento, no entanto, desmancha a cara emburrada até do motorista mais cuidadoso com o patrimônio sobre rodas.

— Uh! — grita um desconhecido com a mão estendida, ao soltar a rédea do carro de boi. O encanto do interior de Três Cachoeiras não se resume à hospitalidade: lagos de pouca correnteza, rodeados por montes repletos de bananais e quedas d'água que desembocam em piscinas naturais. Pouco conhecida de quem não é nativo, a área de belezas exuberantes fica próximo a balneários badalados como Capão da Canoa e Torres – da cidade mais ao norte do RS são apenas 20 quilômetros pela BR-101.

Essa porção de terra quase intocada pode ser descoberta em passeios de balão, por miradouros, descidas de rapel e em grupo de pedalada. Cascatas são encontradas no topo de pequenas vielas, caminho seguido de trilhas com dificuldade mediana. Um projeto quer levar essas experiências a mais turistas – e GZH visitou quatro locais para descobrir por que a região é chamada de paraíso.

Prainha

Não raro se encontram no Morro Azul – distrito do Vale do Paraíso –, vias moldadas por muros de taipa e construções de madeira semelhantes a uma parada de ônibus. Nessa proteção, o excesso da colheita dos bananais é depositado para retirada sem custo por quem cruza o local. Maduro em demasia para o mercado, porém pleno para o consumo, garantem os agricultores. Assim os visitantes não deixam quem visita Três Cachoeiras ir embora sem algum agrado: chimia de banana e rosca de polvilho cozida sobre folhas de bananeira são destaque.

Por trás dos montes que servem de base para essas plantações, descobre-se a Prainha, distante dois quilômetros do centro de Três Cachoeiras. “Desliga o celular e conecta com a natureza”, pede uma das poucas intervenções do homem na praia de água doce da Lagoa Itapeva. Com piso pedregoso e arborização abundante, o refúgio do sol é na sombra das figueiras ou da série de coqueiros.



Prainha é banhada pelas águas da Lagoa ItapevaLauro Alves / Agencia RBS

Eu mando foto e me respondem que isso não fica em Três Cachoeiras. Convido todo mundo, só exijo que tragam sacola para o lixo, porque ninguém vai deixar nada espalhado — afirma o vendedor autônomo Fábio Bauer, 54 anos.

O comerciante serviu de guia a um grupo. Com espaço de sobra, as cadeiras dos amigos foram distribuídas próximo às pequenas ondas formadas pelo vento. Nascido e criado em Torres, o servidor aposentado Luís Fernando de Carvalho, 58 anos, foi cativado pelo local. E prometeu voltar.

Eu moro tão perto e não conhecia. Vou começar a frequentar para fugir da aglomeração — vislumbra.

A estrada sinuosa que leva até a Prainha reserva passagem por curtos pontilhões de madeira. A vista do vale encanta: no alto da via, uma casa de madeira em estilo rústico tem sacada voltada às águas e às colinas. A rua que liga a área urbana ao estuário contorna o morro e tem boas

condições de tráfego em dias secos

na chuva, há de se ter cuidado, pois o passeio pode terminar em rodas presas no barro. Com bom humor, o atoleiro potencializa a aventura.

Os veículos que chegam à Prainha estacionam em um gramado aberto, a poucos metros do balneário. Alguns automóveis descem até a faixa de pedras – não há regras, o bom senso determina o convívio dos visitantes.

Passageiros de uma caminhonete com barraca de camping na caçamba aproveitaram a natureza para montar a estrutura embaixo de uma das árvores, e passaram a noite no local. Segundo o condutor, a manhã seguinte, um sábado, reservou duas surpresas: garrafas de vidro deixadas no chão por jovens que passaram a noite festejando na orla; e o encontro com voluntários, amigos que querem manter preservada a cidade em que vivem.

Em parceria, pedimos para a prefeitura a instalação dessas lixeiras no acesso, e fazemos de bicicleta o caminho até aqui para tirar o lixo. É muito lindo, né? — exibia o balneário a professora Suelen Mattos, 36 anos.

Aos finais de semana, os espaços são mais disputados do que nos dias úteis. A reportagem visitou a praia no terceiro sábado de janeiro, e não encontrou excesso de público, com distanciamento garantido aos banhistas. Mesmo com uma faixa de uso com pouco mais de 100 metros, a privacidade pôde ser mantida entre as pessoas.

A área da Prainha é privada e, segundo a prefeitura, o morador cede o local sem qualquer exigência ao município. Neto do proprietário, o engenheiro civil Robson Rodrigues Pereira Conta, 27 anos, explica que o avô comprou a área há mais de 50 anos, e nunca teve intenção de instalar qualquer tipo de portaria.

Ele sempre deixou de graça, desde que cuidem. E a gente nota que está sendo bem cuidado. Parece que a água tá mais limpa que há alguns anos — avalia.

Não há guarda-vidas, e mesmo com correnteza calma e nível da água baixo, exige atenção.

Precisa respeito ao local e a tudo que ele oferece — resume Suelen.

Localização: Rua Manoel José Scheffer, sem número. A via pode ser acessada diretamente pela RS-494 (paralela à BR-101), rodovia a duas quadras da Rodoviária de Três Cachoeiras, sentido de quem desloca de Osório a Torres.

Comodidade: estacionamento e acesso gratuitos. Não há horário para entrada ou saída.

Trapiche no lado oposto da lagoa

Dois veículos cobertos pela poeira da Estrada dos Cunhas ocupavam parte da via, quase encostados na cerca. A estrada é o único meio terrestre para chegar ao lado oposto à faixa de balneário da Prainha. De um lado, cavalos, bois e bezerros pastavam nos poteiros. Do outro, o assado preparado pela família Rohr, moradores de Nova Petrópolis que descobriram o ponto por acaso, a caminho da praia de Rondinha.

Aqui só tem nós, ficamos em família. Não tem que se preocupar de ter contato com os outros, nessa época em que a gente vive — reforça a agricultora Maria Geneci Rohr, 52 anos.

A Lagoa Itapeva percorre quatro municípios pela BR-101: Terra de Areia, Três Forquilhas, Três Cachoeiras e Torres. Próximo ao oceano, permeia Arroio do Sal. E é entre a Estrada do Mar e a BR-101 que se chega a esse local.

Simpático e receptivo – a ponto de insistir, com sucesso, que a reportagem provasse o pão cacetinho com salsichão e salada –, Enir Rohr, 64 anos, vai na mesma linha da esposa.

Lá em Arroio do Sal está assim de gente — e faz o sinal de aglomeração com a mão.

O espaço reserva tranquilidade em meio à vegetação, com o lago à disposição do visitante. O agricultor define a descoberta em uma sentença:

Tem a paz de Deus.

As netas do casal tomavam banho na lagoa enquanto o genro pescava com uma varinha de bambu, à procura de traíras. Não havia planos de ir embora, em um dia de sol a pino e céu sem nuvens. A limpeza do automóvel, afirmam os familiares, pode esperar.

Localização: a Estrada dos Cunhas pode ser acessada na rótula do balneário de Itapeva, em Torres, para quem circula pela Estrada do Mar. Já pela BR- 101, o acesso a São Brás é sinalizado, também no município de Torres, a poucos quilômetros de Dom Pedro de Alcântara. Comodidades: há opções de pousadas e sítios com espaço em meio à natureza no caminho.

Cachoeira que carrega o nome do município

Natural de Bento Gonçalves, o historiador Gervásio Toffoli, 58 anos, trocou a serra onde nasceu pela serra do Litoral Norte. Leciona em duas escolas de Três Cachoeiras e se diz extremamente feliz pela possibilidade de colocar em prática o mestrado realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): antropologia social. Com foco na origem cultural dos povos, leva os alunos a conhecerem a área em que, segundo relatos repassados entre gerações, estão as cachoeiras que dão nome à cidade.

Desperta muita curiosidade neles. E a gente trabalha com esse imaginário, não dizendo que é só lenda para não desmontar o que as gerações foram repassando — defende o professor.



Conjunto de três cascatas em propriedade pode ser a origem do nome do município Lauro Alves / Agencia RBS

A propriedade é do agricultor Juarez Lumertz Schutts, 54 anos. Fica no distrito de Chapada do Alegrete, região montanhosa com vista privilegiada. No pátio da casa de madeira da família, o barulho da cascata pode ser ouvido da porta dos fundos.

Os antigos contam a história, que passaram marcando as árvores, há uns 200 anos. E vem muito professor aqui, com os alunos — afirma.

Para chegar à casa, é necessário subir cerca de 2 mil metros desde a BR-101. O caminho é de terra e não apresenta grandes dificuldades em dias de pouco acúmulo de chuvas. Assim como na Prainha, com a intempérie se corre o risco de atolar veículos de passeio. A vista oferece a enseada da Lagoa Itapeva, e compensa algum transtorno nas curvas fechadas ao lado da colina.

O professor Gervásio reitera que a região teve mais de uma casta de colonizadores, entre os séculos 17 e 18: bandeirantes portugueses em busca de ouro e com objetivo de escravizar os indígenas guaranis das tribos carijós, açorianos e jesuítas – os religiosos pretendiam defender os índios da conquista à força dos europeus.

A tradição oral é de que um grupo de bandeirantes teria passado por um morro entre Três Cachoeiras e a lagoa (atual Lagoa Itapeva). Ao ver três pequenos arroios, em uma época de enchente, sinalizaram à faca as árvores, com o símbolo “TC”. Essa é a história repassada de geração em geração, mas que infelizmente tem pouca documentação — explica o historiador.

As outras duas cachoeiras – somadas à primeira podem apontar o motivo do nome do município – são de difícil acesso, em mata fechada, mas ficam próximo à da residência de Schutts.

A água que desce do topo das pedras forma uma bacia de pequeno diâmetro. Límpida, é captada por tubulações adaptadas pelo morador, para abastecer as torneiras de uso da esposa e da filha.

No local, o falecido pai criou seus irmãos. Ele demonstra não pensar em se desfazer do patrimônio. Chega a largar um longo “não”, com reforço no “til”, quando questionado sobre alguma proposta pelo terreno, silencioso e cercado por árvores nativas.

A área da Prainha e as demais propriedades privadas que oferecem vistas exuberantes encontram na história, segundo o professor, sua origem. Na época colonial, sesmarias foram distribuídas aos posseiros, e grandes lotes repassados às novas gerações. Até hoje, uma localidade conhecida por Rio do Terra mantém rios, cachoeiras e mata preservada. O nome, também é referência do período de chegada dos desbravadores, que presentearam um dos pioneiros, Manoel Francisco da Terra.

— Essas famílias eram pessoas importantes, e eles não fizeram muitos investimentos de povoamento, por isso as grandes áreas foram sendo repassadas e conservadas — reforça o docente.

Também muito conhecidos por turistas, os poços dos Morcegos e das Andorinhas são comumente confundidos como de origem do nome de Três Cachoeiras. O grupo Trilhas do Sul oferece descidas de rapel e trilhas guiadas na região.

Localização: a Chapada do Alegrete pode ser acessada em uma rótula no km

29 da BR-101, próximo ao distrito de Chimarrão, também território de Três Cachoeiras. O poço dos Morcegos e das Andorinhas fica na Estrada Geral Rio do Terra, sem número. O acesso pode ser feito pela Rota do Sol, desde a BR-101.

Placas orientam a chegada ao local

Comodidade: a pousada das Andorinhas oferece hospedagem pelo caminho. Morro da Antena e projetos de fomento ao turismo. Em homenagem ao Vale, caracterizado por arroios de água cristalina cercados por cânions praticamente inabitados, foi criado o projeto “O Paraíso é Aqui”. Além de fomentar cafés coloniais e pousadas já existentes, a iniciativa quer gerar renda a quem sobrevive exclusivamente do cultivo de banana.

— Muitas das áreas de visitação são locais privados. Queremos mostrar a eles que podem também ter as belezas naturais como fonte de renda. Tirar o medo de que perderão a propriedade com esse tipo de turismo, ou que a terra só serve para o plantio — explica a pedagoga e barista Gleice Santos, 39 anos, proprietária do Santo Café, onde a ideia foi lapidada.

Lançado em janeiro de 2021, “O Paraíso é Aqui” reúne guias turísticos e moradores que sonham em ver o turismo desenvolvido na região. A principal ideia é reter quem cruza o município pela rodovia federal, a partir de outdoors que deverão ser instalados na entrada e saída da cidade. Uma linha de souvenir está sendo desenhada, com os traços das belezas naturais da região.

O prefeito de Três Cachoeiras, Flávio Raupp Lippert, afirma que irá buscar investimentos.

— Nossa ideia é buscar em Brasília os recursos para toda a sinalização e melhoria das estradas — garante o prefeito.

Uma praça está, atualmente, em processo de restauro no Morro Azul, povoado que, no pórtico de entrada, estampa a frase “bem-vindos ao Vale do Paraíso”. Pousadas com comidas típicas e fartos cafés da manhã foram erguidas em casas históricas, como no Sítio Dona Cenira.



Toda a área urbana de Três Cachoeiras pode ser vista do Morro das AntenasLauro Alves / Agencia RBS

Na Estrada Oliveirinha, se chega ao Morro da Antena – também chamado de Morro dos Oliveirinha. A visão panorâmica alcança a área das dunas. Toda a área urbana de Três Cachoeiras também é avistada do local.

Para aproveitar o potencial das vistas aéreas do interior do município, o chefe do Executivo afirma estudar parcerias com agricultores para instalação de mirantes. Ele não descarta adquirir alguma área para construir uma plataforma, que pode também ser utilizada para voos de paraplaider. O prefeito cita a concessão dos cânions de Cambará do Sul ao defender o investimento de empresários, e compara os montes de sua cidade com o Morro da Borússia, em Osório.

— Queremos unir a comunidade, mostrar que podem ser investidores nesse projeto — finaliza o prefeito.

Localização: Sítio Dona Cenira, Estrada Geral do Morro Azul, acesso conhecido como Canto dos Boff. A via pode ser localizada pela RS-494, transversal à BR-101, no lado da serra. A subida para o Morro da Antena ocorre a partir da Estrada dos Oliveirinha, distante 200 metros da RS-494 e a 500 metros da BR-101, no centro de Três Cachoeiras.

Comodidades: em Três Cachoeiras há hotéis e pousadas. Próximo ao Morro da Antena, uma estalagem está sendo construída em meio à vegetação.

2.8 - TRÊS FORQUILHAS

Prefeito -	Loraci Klippel Melo Germann – Lola (PP)
Endereço:	Avenida dos Imigrantes, nº 4123 – centro - CEP: 95575-000
Telefone:	Telefones: (51) 3628-5102
E-mail	contato@tresforquilhas.rs.gov.br
WEB site	https://www.tresforquilhas.rs.gov.br/
Secretária de Assistência Social e Cultura	eAdriana Mayer Maschmann
Endereço:	Avenida Professor Justino Alberto Tietbohl
Apelido	Email: pmtf@terra.com.br
Gentílico	“Porto Alágio”
História Fundação :	forquilhense
	20 de março de 1992

Características geográficas Área total :

217,379 Km²

População total (IBGE estimativa 2020) 2,669 hab.

Indicadores

IDH (PNUD/2000) – PIB (IBGE/2008) -0,662 alto

PIB per capita (IBGE/2008) - R\$ 21 836,430 mi

R\$ 6 952,06

HISTÓRIA

O município de Três Forquilhas, situado no litoral norte do Rio Grande Do

Sul é uma região privilegiada com rios, montanhas, terras férteis, vegetação preservada e grande potencial econômico e turístico.

O local teve a instalação de um grupo de 146 pessoas que chegaram em Torres em 17 de novembro de 1826. Esses colonizadores alemães agregaram-se aos nativos, portugueses e de outras nacionalidades e etnias, compondo esta comunidade totalmente integrada.

O desmembramento do distrito em relação a Torres, ocorreu em 20 de março de 1992. Instalando o Município a partir de 1º de janeiro de 1993.

O nome do município decorre da confluência de três braços de rios a que se denominou Três Forquilhas.

O município de Três Forquilhas está inserido na área de Mata Atlântica com belezas naturais reservadas, como as Cascatas da Pedra Branca e do Barreiro; paisagens belíssimas, vistas da Chapada dos Valim; rios de água límpidas; Canyon do Josafá e engenhos de cachaça. Entre belos conjuntos emoldurados por rica e densa vegetação com flores e ramagens silvestres, encontra-se a rodovia municipal da Serra do Retiro ao alto Rio da Terra.

Passeios por pitorescos e verdejantes caminhos do município encantam os olhos, acalmam e alegam o espírito, fascinando os amantes da natureza.

A economia está alicerçada em pequenas colônias hortigranjeiras, criação de bovinos, fabrica de cerâmica, alambiques, fabrica de enlatados e um diversificado comercio em desenvolvimento.

O município teve a sua divisão distrital com as comunidades de Morro do Chapéu, Boa União, Vila São Sebastião, Sede e Costa de Dentro.

Um local de rara beleza instalado entre a Serra e o litoral desde altitudes do Morro Josafá até a lagoa Itapeva.

Provavelmente, o lugar começou a ser ocupado pelos portugueses desde os primeiros tempos de ocupação litorânea, que ocorreu a partir de 1725, mas um registro conhecido de sesmaria, concedida a Antonio Cardoso de Lima, data de 1821. Em junho de 1827, começaram a chegar, alemães (146 pessoas) que em novembro de 1826, tinham chegado a Torres, trazidos para colonizar a região compondo-se principalmente de protestantes. Esses colonizadores, agregados aos nativos, portugueses e de outras nacionalidades, formou a comunidade atual.

A sede é conhecida também por Porto Alágio, porque nela instalou-se uma família italiana, os Alágios, mais precisamente próximo do Rio Chapéu para explorar produtos para Porto Alegre e outras regiões via navegação lacustre. Como distrito de Torres, chamou-se Três Irmãos, em novembro de 1938. Em dezembro de 1944 recebeu o nome de Guanazes e, em 1958, retorna ao nome de Três Forquilhas.

A economia é agrícola, hoje com predomínio na produção de hortigranjeiros, como cenoura, beterraba, repolho, etc., mas já foi baseada na produção de cana, para as fábricas de rapaduras e cachaça, assim como bananas e feijão.

O município de Três Forquilhas é um dos grandes potenciais turísticos da região, considerando-se os vales belíssimos, o cenário dos morros e montanhas com vegetação preservada, os rios, e as cascatas de água cristalina, como a Cascata da Pedra Branca no distrito de Boa União.

TURISMO

O município possui grande potencial no ecoturismo, possuindo atrativos como: Cânion do Josafaz, a Cascata da Pedra Branca, rios, riachos, chapadas e morros.

LEITURAS COMPLEMENTARES A COLÔNIA TRÊS FORQUILHAS

Ruy Ruben Ruschel Torres tem História. P.
426 Publicado em 10.19.1991

Quando os alemães chegaram em Torres (17.11.1826), não se cogitava de localizar quaisquer deles no vale do Três forquilhas. Equivocados, portanto, os historiadores que afirmam premeditada a separação radical dos protestantes, bem como os que narram a vinda destes diretamente de Porto Alegre para aquele vale. Segundo o projeto original em execução, todos – protestantes e católicos – seriam instalados na margem sul do Rio Mampituba, com apoio na Glória, onde estava sua guarnição defensiva contra os bugres e onde ficaria o policiamento, a escola, o templo evangélico, etc.

Naquele fim de ano de 1826 choveu muito. O Mampituba alagou suas margens e a demarcação se atrasou. Os imigrantes acampados em Torres começaram a ficar impacientes; alguns quiseram voltar a São Leopoldo ou Porto Alegre. Só no verão de 1827, meses depois, é que se efetuaram as demarcações. O agrimensor Frederico Carlos Voss também era alemão, buscado em São Leopoldo especialmente para servir de "ajudante de corda" (auxiliar) do "piloto" (agrimensor oficial) de Santo Antônio da Patrulha, João José Ferreira. O duro trabalho de abrir picadas no mato foi feito por uns poucos sentenciados à disposição do Comando e por 40 colonos que se revezavam a cada domingo. Na escolha dos lugares surgiram divergências. A terra era baixa e sujeita enchentes; pelo gosto dos alemães, havia matos e banhados demais. Ao próprio Inspetor Francisco de Paula Soares, que tinha imaginado receber só uns duzentos colonos (e não o dobro), pareceu ser pouca a terra, por enquanto não lhe era lícito atravessar o Mampituba e dividir a Província de Santa Catarina.

A insatisfação geral criou o impasse. O Ten. Cel. Soares mandou a Porto Alegre o agrimensor Voss com proposta de dividir os colonos em dois grupos, sugerindo alternativas. De lá veio a solução do governo: no Mampituba permaneceriam só os católicos, para ficarem ao alcance imediato da capela de São Domingos; quanto aos protestantes, que estavam acompanhadas de um pastor e de um médico próprios - os imigrantes Carlos Leopoldo Voges e Jorge Elias Zinkgraff – seriam acomodados nas margens férteis, mais distantes, do Rio Três Forquilhas.

Em 27.05.1827, o agrimensor João José Ferreira e seu ajudante Voss demarcaram lotes em ambas as margens daquele rio. E logo em junho as famílias protestantes começaram a deslocar-se para lá, usando carretas que arrendaram a 4 mil-réis cada (3 famílias por carreta). Seguiram pela estrada do campo (hoje Rota do Mar) até a Sanga dos Cornélios, e dali, através da Terra da Areia, até o destino.

Nesse meio tempo o Inspetor Soares chegou da Capital, onde fora buscar instruções: mesmo adoentado sorteou os lotes aos colonos e providenciou que viajassem os que ainda aguardavam. Em agosto de 1827 completavam os protestantes seu assentamento regular. Em dezembro tomaram a iniciativa de escrever ao Governo do Império, em francês, uma carta de agradecimento, em que diziam orgulhosamente: "Há alguns meses que somos proprietários desta bela zona e plantamos o que queremos – frutas e hortaliças, tanto as do Brasil, quanto as da Europa."

A Colônia Alemã de Três Forquilhas tinha sido a primeira a se estabelecer.

CAMINHO DOS VALES E DAS ÁGUAS: TURISMO DE CASCATAS

A reportagem de GaúchaZH percorreu três cidades, cinco cachoeiras, propriedades familiares e uma gruta religiosa em um novo roteiro turístico no Litoral Norte

MARCEL HARTMANN

25/01/2019



Cascata da Pedra Branca Andréa Graiz / Agencia RBS

O Caminho dos Vales e das Águas, lançado em novembro passado, é uma rota que reúne atrações de nove municípios do Litoral Norte. São passeios para todos os gostos: gastronomia, banhos em cascatas, trekking, turismo rural e turismo religioso são algumas das opções – mais roteiros devem surgir ao longo do ano. Nesta parte da reportagem, conheça o turismo de cascatas.

Seguimos em Três Forquilhas, mas pegamos a RS-417 para ir à Cascata da Pedra Branca, uma queda d'água de cerca de 130m aberta ao público. O caminho de 25km, saindo das margens da BR-101, levou uma hora em uma estrada de chão que tortura a suspensão do carro. Mas o périplo vale a pena. Não há qualquer resquício de praia por aqui: o percurso cruza morros verdes, o rio homônimo à cidade e culmina em uma trilha apertada onde apenas a pé é possível chegar ao destino.

A partir daqui, percorra 1,5km em uma subida fácil de pedras, entre borboletas e mosquitos. Olhe para o Rio Pedra Branca à direita, preste atenção à Mata Atlântica da região e inspire o ar puro. No fim da caminhada, há uma espécie de arco formado pela copa das árvores que emoldura o olhar. A cada passo dado, a Cascata da Pedra Branca se desvela diante do olhar – é a mesma sensação de, na saída do metrô, subir a escadaria e encarar uma paisagem estonteante.

Atravesse o arco e chegue ao platô onde está a queda de 130m de altura. A luz do sol contra o vapor de água gera um efeito angelical, como se houvesse um véu entre o turista e a cascata. O local é próprio para banho, mas não há qualquer infraestrutura além de duas churrasqueiras.

Dê preferência para ir cedo ao local, uma vez que a muralha de rocha protege o sol e pode deixar a temperatura ainda mais fria conforme o dia passa.

Voltamos ao carro e partimos para o município de Três Cachoeiras, distante 13km dali. Agora, o destino são o Poço dos Morcegos e o Poço das Andorinhas, pequenas cascatas no leito do rio do Terra que geram piscinas naturais abertas ao público. A estrada passa por bananais e sobe a serra a ponto de ser possível notar a diferença de pressão nos ouvidos. No caminho, há vários ciclistas – uma rota de cicloturismo ainda está sendo elaborada, diz o presidente dos Caminhos dos Vales e das Águas, Carlos Alberto Cechin.

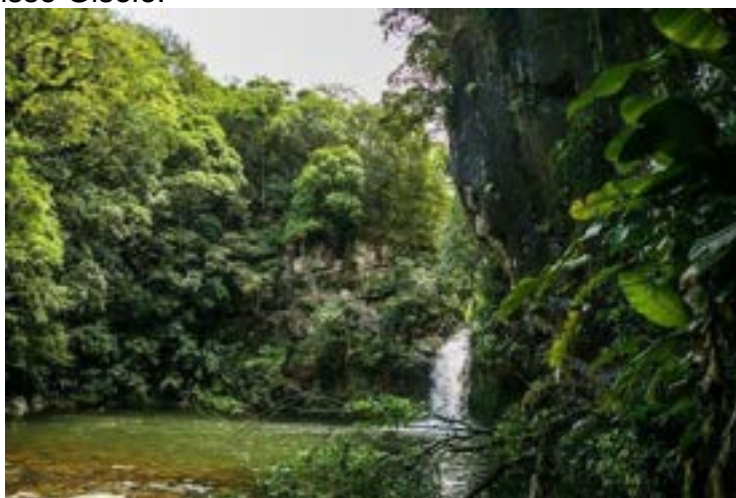
Roteiro das Águas



Há uma bifurcação que separa os dois destinos. À esquerda, o Poço das Andorinhas e, à direita, subindo uma escadaria, o dos Morcegos. Mas não se engane pelas aparências: apesar das escadas, o trajeto dos Morcegos tem acesso mais fácil para banho e é o ideal para crianças.

Começamos o tour com este último: a trilha é apertada em alguns trechos e exige deslocar-se ao lado de um paredão, mas aqui também cordas funcionam como corrimão. Após cinco minutos, há uma pequena cascata e piscina natural cujo acesso se dá após descer algumas pedras, com um leve esforço. No local, cerca de 20 pessoas assavam uma carne e tomavam banho de sol. Em uma cadeira de praia, a bancária Gisele Vieira, 36 anos relaxava ao lado do marido, o metalúrgico Dauto Bahia Filho, 40, do filho Gabriel, 11, e do cachorrinho Thor. Veranistas de Torres, eles apreciavam a tranquilidade do Poço dos Morcegos.

– Aqui é muito maravilhoso. Daqui a pouco vamos fazer um piquenique. Trouxemos sanduíche, suco e salgadinho – disse Gisele.



Poço das Andorinhas Andréa Graiz / Agência RBS

Voltamos à entrada principal para seguir à esquerda e conhecer o Poço das Andorinhas. Menos imponente, ele tem acesso complicado para banhar-se – é preciso descer por pedras escorregadias em uma altura maior do que um pulinho. No local, GaúchaZH não encontrou nenhum visitante.

Em virtude da chuva dos dias anteriores, uma árvore havia caído no fim da trilha e impedia a vista da cachoeira. O lugar vale mais pela contemplação.

Como conhecer o Caminho dos Vales e das Águas

Onde comprar: há pacotes em agências de turismo de Torres, Arroio do Sal, Mampituba, Caxias do Sul, Campo Bom, Farroupilha (na Serra, voltados ao turismo de aventura).

Quanto tempo dura o passeio: um dia

Preço: varia se incluir transporte e alimentação. De Torres, contando com ambos, sai por R\$ 130. De Caxias do Sul, a viagem para Três Cachoeiras custa R\$ 120 (com traslado, sem alimentação) ou R\$ 60 (direto no município litorâneo)

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Véra Lucia Maciel, Fernando Rocha Lauck (org.) RAÍZES DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA 30 ANOS. Editora Evangraf. Porto Alegre: 2020.

CAMPOS, Bernardino de Senna. Memórias do Araranguá. Ed. Lunardelli. Florianópolis: 1986.

CLORECI, Ramos Matos (orga). Mampituba um vale encantado Mampituba e você, juntos nesta história II. Ed. Evangraf. Porto Alegre, 2017.

ELY, Nilza Huyer (org). Torres Tem História Ruy Ruben Ruschel. EST Edições. Porto Alegre: 2004.

FERNANDES, Débora. Torres Histórias em Crônicas – Coletânea. Coletivo Café. Torres:2019.

FESTUGATO, Eduardo. Torres de Antigamente Crônicas e Memórias. COMPOTEXTO,1938.

SILVA, Bento Barcelos da. Vale do Mampituba: História, realidade e imaginação. Coletivo Café. Porto Alegre: 2018.

PASSO DE TORRES, Prefeitura: PLANO DE CULTURA DE PASSO DE TORRES – SC (diagnóstico)

Sites:

[https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/verao/noticia/2019/01/a-historia-da-ponte-que-desabou-com-politicos-curiosos-e-ate-o-padre-durante-a-inauguracao](https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/verao/noticia/2019/01/a-historia-da-<u>ponte-que-desabou-com-politicos-curiosos-e-ate-o-padre-durante-a-inauguracao</u>)

[https://www.felipeopequenoviajante.com/2016/03/sao-francisco-de-paula-lago-sao-livraria-miragem.html](https://www.felipeopequenoviajante.com/2016/03/sao-francisco-de-paula-lago-sao-<u>livraria-miragem.html</u>)

<https://malaprontagramado.com.br/o-que-fazer-em-sao-francisco-de-paula/>

<https://www.sema.rs.gov.br/parque-estadual-do-tainhas>

<https://arrumaessamala.com.br/o-que-fazer-em-torres/#praias-de-torres>

<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-tres-cachoeiras.html>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/>

<https://www.ibge.gov.br/>

www.turismo.turvo.sc.gov.br

<https://pesquisandocidades.blogspot.com/2017/11/morrinhos-do-sulrs-belezas-naturais.html>

